

ELIZABETE MARIA ESPÍNDOLA

**ANTONIETA DE BARROS: EDUCAÇÃO, GÊNERO E MOBILIDADE SOCIAL
EM FLORIANÓPOLIS NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX.**

**BELO HORIZONTE
FACULDADE DE FILOFOFIA E CIENCIAS HUMANAS
UFMG
2015**

ELIZABETE MARIA ESPÍNDOLA

**ANTONIETA DE BARROS: EDUCAÇÃO: GÊNERO E MOBILIDADE SOCIAL
EM FLORIANÓPOLIS NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX.**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em História. Orientadora: Prof^a Dr^a Júnia Ferreira Furtado.

**BELO HORIZONTE
FACULDADE DE FILOFOFIA E CIENCIAS HUMANAS
UFMG
2015**

907.2 Espíndola, Elizabete Maria
E77a Antonieta de Barros [manuscrito]: educação, gênero e
2015 mobilidade social em Florianópolis na primeira metade do
século XX / Elizabete Maria Espíndola. - 2015.
282 f. : il.
Orientadora: Júnia Ferreira Furtado.
Coorientadora: Eliana de Freitas Dutra.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Minas Gerais,
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.
Inclui bibliografia.

1.Barros, Antonieta, 1901-1952. 2.História – Teses.
3.Educação - Teses. 4.Relações de gênero - Teses.
5.Mobilidade social - Teses. I. Furtado, Júnia Ferreira. II.
Dutra, Eliana Regina de Freitas. III. Universidade Federal de
Minas Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.
IV. Título.



FOLHA DE APROVAÇÃO

Tese defendida pela aluna **Elizabete Maria Espindola** em **31 de agosto de 2015** e **aprovada**, pela banca examinadora constituída pelos professores:

Profa. Dra. Júnia Ferreira Furtado – Orientadora
Universidade Federal de Minas Gerais

Profa. Dra. Thais Nívia de Lima e Fonseca
Universidade Federal de Minas Gerais

Profa. Dra. Heloisa Maria Murgel Starling
Universidade Federal de Minas Gerais

Profa. Dra. Andréa Lisly Gonçalves
Universidade Federal de Ouro Preto

Profa. Dra. Andrea Silva Domingues
Universidade do Vale do Sapucaí - UNIVÁS

Para meu querido irmão Carlos Roberto Espíndola (In Memoriam)

AGRADECIMENTOS

Este é o momento em que olhamos para trás, a procura dos rastros na longa trajetória cumprida, é também a ocasião em que nos lembramos daqueles que contribuíram para a realização deste trabalho. Neste sentido, começo meus agradecimentos pela casa que me acolheu por 4 anos, pelos professores e funcionários do Departamento de Pós-Graduação em História.

Agradeço especialmente a professora orientadora Júnia Ferreira Furtado que com experiência, rigor e respeito deu o direcionamento necessário a este estudo. Aos membros da banca examinadora de qualificação professoras, Heloísa Maria Murgel Starling e Thais Nivia de Lima e Fonseca, pelas sugestões, apontamentos e críticas. Aos demais membros da banca, professoras, Andréa Silva Domingues e Andréa Lisly Gonçalves.

A própria dinâmica da pesquisa levou-me a percorrer outros espaços, logo, não poderia deixar de agradecer aos funcionários da seção de obras raras da Biblioteca Pública e da Biblioteca Central da Universidade Federal de Santa Catarina. Aos funcionários da Casa da Memória e do Arquivo Público Municipal de Florianópolis, bem como do Instituto Histórico e Geográfico e do Centro de Memória da Assembleia Legislativa de Santa Catarina. Estendo meus agradecimentos aos funcionários do Museu Thiago de Castro em Lages, em especial a Carla Souza e aos pesquisadores Suzane Fanta e Gustavo Waltrick, agradeço a todos pela prestimosa atenção e acolhida.

Agradeço também aos meus queridos mestres, Prof^o Dr^o Paulino de Jesus Cardoso coordenador do NEAB de Florianópolis que desde a graduação me incentivo a pesquisar, a Prof^a Dr^a Maria Odila Leite da Silva Dias, pela valiosa ajuda na elaboração do projeto que deu origem a este estudo, e a Prof^a Dr^a Renilda Vicenzi, por ter compartilhar comigo um achado muito importante para este estudo, a todos vocês meus sinceros agradecimentos.

As colegas e amigas, Daniela Sbravati, Marileide Cassoli, Rose Peixer e Ana Karine Martins Garcia, pelo incentivo e apoio. As minhas irmãs, Raquel, Dora, Lia e ao meu cunhado Antônio Abreu, que mesmo a distância torceram pela conclusão e pelo sucesso deste trabalho. A família Miranda Natali pelo apoio incondicional, e ao meu amado companheiro Diego Miranda Natali, sem seu amor e carinho não teria chegado ao final desta jornada. Agradeço também a coordenação e a secretária do curso de História da Universidade do Vale do Sapucaí – Univás, Marilda de Castro Laraia e Maria Eunice,

respectivamente, pela compreensão e apoio, a todos vocês meu muito obrigado hoje e sempre.

RESUMO

Antonieta de Barros: educação, gênero e mobilidade social em Florianópolis na primeira metade do século XX.

Este estudo busca analisar a atuação da professora, jornalista e deputada estadual Antonieta de Barros, um dos nomes mais importantes na educação, na política e na imprensa de Florianópolis, durante as primeiras décadas do século XX. A questão central desta pesquisa gira em torno da problematização dos caminhos escolhidos por essa mulher, na tentativa de romper os limites sociais e culturais impostos a ela. Sua busca por mobilidade social e sua luta pela educação feminina e a construção de papéis femininos e masculinos, através de seus escritos, são questões centrais nesta discussão. Sua coluna *Farrapos de Idéias* é a fonte principal desta pesquisa pois, grande parte de seus escritos foram publicados nos jornais de Florianópolis, a imprensa tornou-se o meio fulcral para a divulgação de suas ideias. Além dos jornais, apoiamos nossa discussão na Legislação sobre Educação no estado, entre as décadas de 30 e 40, bem como em revistas criadas com o propósito de divulgar preceitos e valores sobre uma concepção do que seria o educar. Estas foram publicadas pelo Colégio Coração de Jesus e pelo Instituto de Educação da Capital, em suas páginas encontram-se desde discursos de forte teor moral e cristão, bem como discussões sobre temas relacionados aos novos saberes formulados pela Psicologia, Sociologia e Antropologia. Estas disciplinas e seus conhecimentos nortearam a formação de professores e professoras e o cotidiano escolar nas décadas de 30 e 40. As concepções sobre educação de Antonieta de Barros, sua participação na elaboração e defesa de um modelo educacional para o estado de Santa Catarina, durante o período Vargas, foram também analisados. A experiência de vida de Antonieta foi o principal fio condutor para esta pesquisa. Percebemos que a construção de uma rede de relações, da qual fizeram parte sujeitos de classes sociais distintas, associada a uma imagem feminina respeitável, conferiu-lhe autoridade para se fazer ouvida naquela sociedade.

Palavras-chave: Educação; Gênero; Política; Mobilidade Social.

ABSTRACT

Antonieta de Barros: education, gender and social mobility in Florianópolis in the first half of the twentieth century.

This study assesses the role of teacher, journalist and state Rep Antonieta de Barros, one of the most important names in education, politics and the press in Florianópolis, during the first decades of the twentieth century. The central question of this research revolves around the questioning of the paths chosen by this woman, in an attempt to break the social and cultural limits to it. Her search for social mobility and her struggle for women's education and the construction of male and female roles, through her writings, are central questions for this discussion. Her “*Farrapos de Ideias*” column is the main source of this research, therefore, much of her writings were published in newspapers of Florianópolis, the press became the focal point for the dissemination of ideas. Besides the newspapers, we support our discussion on the Law on Education in the state, between the 30s and 40s, as well as in magazines created with the purpose of disseminating principles and values on a conception of what would be educating. These were published by the Colégio Coração de Jesus and the Institute of Education at the Capital, in its pages there are speeches by strong moral and Christian content, as well as discussions on topics related to new knowledge formulated by the Psychology, Sociology and Anthropology. These disciplines and their knowledge guided the training of teachers, and the school routine in the 30 and 40. The conceptions about Antonieta de Barros education, her participation in the preparation and defense of an educational model for the state of Santa Catarina, during the period Vargas were also analyzed. The life experience of Antonieta was the main thread for this research. We realize that building a network of relationships, which were part of subjects from different social classes, coupled with a respectable feminine image, gave her authority to make herself heard in that society.

Keywords: Education; gender; policy; Social mobility.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

- Imagem 01.** Catharina Waltrich emoldurada pelas filhas Leonor e Antonieta p.49
- Imagem 02.** Rua Arcipreste Paiva, início do século XX.....,..... p.50
- Imagem 03.** Rua Arcipreste Paiva entre as décadas de 1930 e 1940.....p.51
- Imagem 04.** Curso Primário Antonieta de Barros no início da década de 30.....p.54
- Imagem 05.** Rua João Pinto em 1903.....p.55
- Imagem 06.** Rua Fernando Machado na década de 1930.....p.56
- Imagem 07.** Rua Saldanha Marinho em 1930p.57
- Imagem 08.** Anúncio publicitário do Curso Antonieta de Barros na década de 1940...p.58
- Imagem 09.** Antonieta entre amigos no Balneário de São Miguel.....p.63
- Imagem 10.** Nila Sardá e Antonieta.....p.66
- Imagem 11.** Fotografia de Antonieta de Barros nos fundos de sua casa.....p.68
- Imagem 12.** Trajano Margaridap.70
- Imagem 13.** Capa da obra A Pátria e o Sorteado.....p.72
- Imagem 14.** Capa da obra Contos de Natal.....p.74
- Imagem 15.** Contracapa da obra Contos de Natal.....p.75
- Imagem 16.** Detalhe da capa do jornal Folha Rósea.....p.84

Imagem 17. Detalhe do jornal Folha Rósea.....	p.85
Imagem 18. Detalhe do jornal Folha Rósea.....	p.85
Imagem 19. Escola de Artífices na primeira década do século XX.....	p.86
Imagem 20. Grupo Escolar Lauro Müller em 1920.....	p.91
Imagem 21. Detalhe do Jornal República.....	p.112
Imagem 22. Detalhe do Jornal República.....	p.113
Imagem 23. Detalhe do Jornal República.....	p.113
Imagem 24. Detalhe do Jornal República.....	p.114
Imagem 25. Retrato de Hercílio Pedro da Luz.....	p.121
Imagem 26. Retrato de Vidal Ramos.....	p.123
Imagem 27. Vista parcial da Praça XV de Novembro, em 1940.....	p.129
Imagem 28. Mercado público municipal, início do século 20.....	p.130
Imagem 29. Mercado público municipal, início do século XX.....	p.131
Imagem 30. Trabalhadores próximos ao Largo da Alfândega, década de 1940.....	p.131
Imagem 31. Estaleiro Arataca, década de 40.....	p.132
Imagem 32. Trapiche na região do bairro Praia de Fora (atual Beira Mar Norte).....	p.133
Imagem 33. Competição de remo, Baía Sul, década de 50.....	p.133

Imagem 34. Sede do Instituto Politécnico.....	p.164
Imagem 35. Publicação do resultado das sabatinas	p.164
Imagem 36. Capa do livro Farrapos de Idéias	p.180
Imagem 37. Alunas posando para fotografia, ano de 1939.....	p.206
Imagem 38. Alunas em diferentes atividades, ano de 1939.....	p.209
Imagem 39. Comemoração do Jubileu do Antístite, ano de 1939.....	p.209
Imagem 40. Detalhe da vista parcial externa do colégio, ano de 1939.....	p.210
Imagem 41. Detalhe do pátio interno do colégio, ano de 1936.....	p.210
Imagem 42. Detalhe de uma imagem de um dos quartos, ano de 1939.....	p.211
Imagem 43. Escola Profissional Feminina.....	p.216
Imagem 44. Escola Profissional Feminina.....	p.217
Imagem 45. Instituto de Educação.....	p.222
Imagem 46. Lista dos candidatos do PL.....	p.235
Imagem 47. Lista dos candidatos da Coligação por Santa Catarina.....	p.235
Imagem 48. Bancada de apoio a Nereu Ramos, 1935.....	p.236
Imagem 49. Retrato de Nereu Ramos.....	p.241
Imagem 50. Penitenciária do Estado.....	p.243

Imagem 51. Abrigo de menores na capital.....	p.244
Imagem 52. Colônia Santa Teresa.....	p.245
Imagem 53. Vista parcial do Hospital Colônia Sant' Ana.....	p.246
Imagem 54. Maternidade Carlos Corrêa.....	p.247
Imagem 55. Vista aérea do Hospital Nereu Ramos.....	p.248
Imagem 56. Fachada do Hospital Nereu Ramos.....	p.249
Imagem 57. Departamento de Saúde Pública.....	p.250

LISTA DE TABELAS

TABELA I	p.134
TABELA II	p.135
TABELA III	p.135

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

PL – Partido Liberal.

PRC – Partido Republicano Catharinense.

PSD – Partido Social Democrata.

UDN – União Democrática Nacional.

FBPF – Frente Brasileira para o Progresso Feminino.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

ALN – Aliança Nacional Libertadora.

ALESC – Assembleia Legislativa de Santa Catarina.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	14
CAPÍTULO I Os primeiros anos de formação de Antonieta de Barros: família e relações de sociabilidade.	
1.1. O Lar e a família.....	41
1.2. A luta pela sobrevivência e as relações de sociabilidade.....	50
1.3. Contra a submissão.....	68
1.4. Antonieta de Barros: atuação profissional e concepções sobre educação.....	91
1.5. Os silêncios de e sobre Antonieta.....	96
CAPÍTULO II Jornal República, um espaço de luta e construção de sentidos.	
2.1. Imprensa e política.....	108
2.2. Antonieta de Barros e a construção de seu público leitor.....	125
2.3. A atuação de Antonieta de Barros pelas páginas do <i>República</i>	137
2.4. Outras também escrevem.....	140
CAPÍTULO III O lugar das mulheres.	
3.1. As reivindicações a favor da educação das mulheres.....	148
3.2. Trabalho, igualdade e mobilidade social.....	167
3.3. A publicação de seus <i>Farrapos de Ideias</i>	179
CAPÍTULO IV Diferentes discursos para diferentes espaços.	
4.1. Afinando os discursos.....	184
4.2. A educação das massas em tempos de incerteza.....	191
4.3. Coração de Jesus e revista Pétalas – Preparando candidatas para os Bons Partidos.....	204
4.4. Escola Profissional Feminina: uma educação para o trabalho.....	214
4.5. O Instituto de Educação da capital.....	221
CAPÍTULO V A construção da ordem.	
5.1. O processo eleitoral de 1935, a definição de um grupo e a eleição de Antonieta de Barros.....	232

5.2 A política institucional, disciplinadora e assistencialista de Nereu Ramos.....	239
CONSIDERAÇÃO FINAIS.....	266
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	272
LISTA DE FONTES.....	278

INTRODUÇÃO

Este estudo, intitulado *Antonieta de Barros: educação, gênero e mobilidade social em Florianópolis na primeira metade do século XX*, baseia-se na análise da atuação da professora e deputada estadual Antonieta Barros, um dos nomes mais significativos na educação, na política e na imprensa de Florianópolis, durante as décadas de 20, 30, e 40 do século XX, o que permite situar sua trajetória no debate historiográfico contemporâneo sobre o papel da mulher na esfera pública nesse período.

A questão central desta pesquisa gira em torno da problematização dos caminhos escolhidos por Antonieta de Barros na tentativa de romper os limites sociais e culturais impostos a ela, sua busca por mobilidade social, sua luta pela educação feminina e pela construção de papéis femininos e masculinos, na sociedade da época. Sua coluna *Farrapos de Idéias* é a fonte principal desta pesquisa, pois, grande parte de seus escritos foram publicados nos jornais de Florianópolis nesse período, fazendo dos jornais meios fulcrais para divulgação de suas ideias. O cerne de seu projeto era a propagação da educação feminina como estratégia para a superação dos limites impostos às mulheres naquela sociedade, como havia sido o seu caso.

O esforço para a reconstituição dos papéis sociais femininos, como é o caso da trajetória de Antonieta de Barros, permite desvendar de que forma alguns atores sociais marginalizados podem atuar em um dado momento histórico, a fim de lutar contra as normas e os estereótipos que lhes são impostos.¹ Sendo assim, sua experiência de vida constitui o principal fio condutor para esta pesquisa. A construção de uma rede de relações, da qual fizeram parte sujeitos de classes sociais distintas, associada a uma imagem feminina respeitável, conferiu-lhe autoridade para se fazer ouvida naquela sociedade.

A questão central vem acompanhada de outros questionamentos de fundo, tais como: Qual a participação de Antonieta na elaboração de um modelo educacional para o Estado de Santa Catarina? Como, por meio da imprensa, ela difundiu questões ligadas aos temas da educação e do trabalho? Que tipo de educação Antonieta desejava para as crianças e para as mulheres? O modelo educacional que ajudou a divulgar era realmente capaz de promover a emancipação destas mulheres? Ao trazer para o centro de seus argumentos as classes populares, isso seria apenas uma estratégia discursiva? Qual a

¹ DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. 2ª edição revisada. São Paulo: Brasiliense, 1995, p.13.

relação entre as políticas educacionais no período Vargas e a educação em Santa Catarina? Quais as particularidades e os limites enfrentados por Antonieta nesse processo pelo fato de ser ela mulher e negra? Qual o lugar dos descendentes de africanos nessa luta e na vida da própria cidade? As respostas a essas questões encontram-se no esforço de investigação e de exame das fontes.

Antonieta de Barros, mulher negra, nasceu e viveu praticamente toda sua vida em Florianópolis, capital do Estado de Santa Catarina. Embora tenha alcançado renome significativo na História Política local por sua atuação na vida pública, em muitos momentos, estudar sua trajetória de vida, reconstituir, mesmo que parcialmente, seus passos, constitui grande desafio. Escrever sobre a trajetória de vida de Antonieta de Barros nos levou a reconhecer os limites entre biografia e história. A biografia é um gênero de historiografia que permite evitar algumas armadilhas, como por exemplo, a tentação de contar uma história evolutiva, com uma perspectiva de destino atrelado a ela. Na biografia devem se contempladas as conquistas, as contradições, os retrocessos, bem como as inconstâncias e as ambiguidades que também fazem parte do comportamento humano. Vale destacar a importância da conexão entre as esferas pública e privada, somente por meio desta conexão se é capaz de compor o denso tecido de uma vida. Pierre Bourdieu afirma que a ideia de que uma história de vida pode ser reconstituída como um trajeto coerente, linear e dotada de sentido, “seria conformar-se com uma ilusão retórica, uma representação comum da existência que toda uma tradição literária não deixou e não deixa de reforçar.”² Para Bourdieu, “o real é descontínuo, formado de elementos justapostos sem razão, todos eles únicos e tanto mais difíceis de serem apreendidos porque surgem de modo incessantemente imprevisto, fora de propósito, aleatório.”³ Apoiada no estudo de Bourdieu, Júnia Ferreira Furtado nos alerta:

Também não se pode cair nas armadilhas da ilusão biográfica, e pretender que biografia e história sejam subordinadas a uma rigidez cronológica, como se dá com a vida natural das pessoas. Tampouco se espera que ambas sejam dotadas de significações e sentido únicos e lineares pautados pela racionalidade. Vida e história nem sempre são coerentes e muitas vezes percorrem caminhos nunca esperados. Escrever a história de uma vida requer atenção para as rupturas, para as perturbações, ‘como a história contada por um idiota, uma história cheia de ruídos’, mas plena de significados.⁴

² BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta de Moraes (Orgs.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p. 185.

³ *Idem*.

⁴ FURTADO, Júnia Ferreira. *Chica da Silva e o contratador dos diamantes: o outro lado do mito*. 3ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, p.20.

Ciente destes limites, buscou-se perceber Antonieta de Barros como uma personagem histórica, pois, já que sua trajetória foi marcada por imprevistos, seus discursos revelam contradições e ambiguidades em seu pensamento e ações. Procuramos evidenciar os aspectos que ela demonstrava em comum com as mulheres de sua época, bem como aqueles que lhe eram únicos. Evitamos cometer o erro de percebê-la como uma exceção, visto que não era, pois a presença de mulheres brancas e/ou negras na literatura, na imprensa, como também na educação, é fato que se observa neste e também em outros momentos da História do Brasil. Mas, quando buscamos em sua trajetória de vida suas ações individuais, ou seja, suas experiências, surpreendem-nos a capacidade de articulação que a levou a ser eleita para a Assembleia Estadual em um Estado que sempre minimizou e invisibilizou a presença dos descendentes de africanos. No seu caso específico, a batalha era dupla, contra o machismo e o preconceito racial.

Nesse sentido, buscou-se também discutir as relações entre História e Memória Social e as vinculações com o político, compreendendo a memória sobre as experiências de vida de Antonieta de Barros como estando inseridas em um campo de disputas. Partimos do pressuposto de que o modo como os grupos e os indivíduos representam sua história é fundamental na definição das próprias identidades. As representações do passado determinam a forma como cada grupo se posiciona no presente e elabora as táticas e estratégias de luta.

Foi a partir dos estudos de Maurice Halbwachs, que se passou a pensar em uma dimensão da memória que ultrapassasse o plano individual. Halbwachs relativizou a concepção de Bergson de que “o método introspectivo conduz a uma reflexão sobre a memória, em si mesma, com subjetividade livre e conservação espiritual do passado, sem que lhe parecesse pertinente fazer intervir quadros condicionantes de teor social ou cultural.”⁵ Foi a percepção da importância de instituições formadoras do sujeito que deu à discussão um *plus* a mais, abrindo-se para as relações entre passado, presente e memória. Para Ecléa Bosi, interpretando os estudos de Maurice Halbwachs, (...) “na maior parte das vezes, lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar, com imagens e ideias de hoje, as experiências do passado.”⁶ Destarte, consideramos que a memória individual não pode existir separada da sociedade. Para o sociólogo francês, as memórias são construções de grupos sociais, são eles que determinam o que deve ser lembrado e os

⁵ BOSI, Ecléa. *Memória e Sociedade. Lembranças de velhos*. 3ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 1994, p.54.

⁶ *Ibidem*, p.55.

lugares onde essa memória pode ser preservada. Isto foi o que nos levou a questionar a produção oficial relacionada à História Política do Estado de Santa Catarina e sua memória. Nos trabalhos pesquisados sobre a trajetória de vida de Antonieta de Barros, encontramos uma imagem enaltecida da professora, jornalista e deputada, até mesmo nas produções mais atuais. Em nenhum dos estudos pesquisados questionou-se sobre os usos de suas experiências pela História e pela Memória oficial, nem mesmo o seu real papel político, suas escolhas e posicionamentos por vezes a favor de uma política conservadora, oligárquica e autoritária. Para os afrodescendentes, Antonieta representa um “ícone”, um símbolo de luta, seja por sua experiência pessoal ou por sua história em defesa da educação. Sua trajetória ganhou visibilidade e foi transformada em estímulo, na luta contra as práticas racistas e excludentes em Santa Catarina. Mas transformá-la em um ícone não seria também mitificar, sacralizar sua figura? Provavelmente. E neste sentido é preciso compreender que “a memória não é sonho, é trabalho. Se assim é, deve-se duvidar da sobrevivência do passado, ‘tal como foi’, e que se daria no inconsciente de cada sujeito”⁷.

Para não incorrer nesse risco, é necessário discutir as experiências de Antonieta (suas ambiguidades, dúvidas, anseios e contradições) em sua contemporaneidade, estar atento à historicidade dos conceitos e às conjunturas diversas, estabelecendo por meio do diálogo uma ponte crítica entre os conceitos contemporâneos e o fragmento do passado.⁸

A história oficial da cidade de Florianópolis atrelou suas experiências, ou pelo menos uma parte delas que se quer oficializar, à luta das mulheres de todas as classes por visibilidade e reconhecimento social, bem como às ações e iniciativas variadas que denotassem compromisso social. Neste sentido, a partir do ano de 1997, Antonieta de Barros passou a dar nome a uma premiação municipal que buscou homenagear sujeitos que se destacassem no meio social, por meio de ações as mais diversas.⁹ Suas experiências de vida foram transformadas em símbolos universais de luta e de compromisso social, pois a premiação estende-se a todas as mulheres.

⁷ *Ibidem*, p.55.

⁸ DIAS, Maria Odila Leite da. *Hermenêutica do cotidiano na historiografia contemporânea*. Revista *Projeto História*. São Paulo. V.17, novembro de 1998, p.234.

⁹ Refiro-me à Medalha Antonieta de Barros criada pelo poder público municipal de Florianópolis. Segundo o texto da resolução nº 666/97 o objetivo é “Homenagear mulheres que tenham se destacado nas áreas cultural, política, desportiva, empresarial e de prestação de serviços ou ação social no município de Florianópolis”. A medalha representa o símbolo físico de homenagem e é concedida em Sessão realizada na semana alusiva ao Dia Internacional da Mulher, às personalidades previamente referendadas pelo Plenário da Câmara Municipal de Florianópolis. <http://www.cmf.sc.gov.br/honrarias>. Acessado em: 20/03/2013.

Esta mesma história oficial fez do poeta negro, simbolista, Cruz e Sousa, símbolo das letras locais, seu maior representante, quando ao tentar positivar suas experiências acabou por vitimá-lo reforçando estereótipos, (como o cisne negro, o poeta de alma branca, o beco sem saída). Suas experiências foram tomadas sem uma reflexão crítica sobre os limites sociais e raciais impostos aos afrodescendentes, sobre a complexidade da identidade e sua formação nem sempre linear, bem como as contradições que permeiam as ações humanas, além das permanências dos resquícios do passado escravista pois, afinal, para os afrodescendentes, os limites sociais e raciais não se romperam no dia seguinte ao 13 de maio de 1888.¹⁰ Último país a escravidão no Ocidente, o Brasil pratica um racismo silencioso, mas igualmente perverso. A escravidão é o nosso trauma, dela derivam profundas consequências que inviabilizam a construção de um Brasil contemporâneo mais justo.

Ainda que com outro sentido, estes dois personagens também foram apropriados e (re)significados pelo movimento negro local, bem como pelos núcleos de estudos negros de Florianópolis (NEN e NEAB)¹¹. Suas trajetórias foram apropriadas por esses organismos, sendo transformadas também em “ícones” de combate ao preconceito racial e, por meio de ações afirmativas, buscaram problematizar e refletir também sobre as experiências de outros homens e mulheres que viveram no período da escravidão, bem como no pós-abolição.

É justo e necessário afirmar que, nas últimas décadas, uma quantidade significativa de estudos sobre a participação dos negros na vida pública surgiram a partir do esforço de revisão historiográfica iniciada na década de 90. A polêmica *Lei 10.639/03*, que introduziu a obrigatoriedade do Ensino de História da África, veio alimentar novas expectativas e promover uma reflexão mais efetiva sobre a Educação, o Ensino da História da África, as relações África/Brasil, bem como as experiências de africanos e afrobrasileiros. Tais estudos nos levaram a refletir sobre o lugar que os afrodescendentes, homens e mulheres, ocupam hoje em nossa sociedade, suas formas de inserção social, a necessidade de reeducação sobre as relações raciais estabelecidas no cerne da sociedade brasileira, com vistas a um combate efetivo ao preconceito racial e, principalmente,

¹⁰ Tanto Antonieta, como Cruz e Sousa passaram também a dar nome a prédios públicos, como o Palácio Cruz e Sousa, que já foi sede do governo e que hoje abriga um dos principais museus da cidade. Antonieta passou a dar nome a escolas públicas, como também ao túnel da via expressa sul, que corta os bairros Prainha e Saco dos Limões.

¹¹ NEN – Núcleo de estudos negros de Santa Catarina. NEAB - Núcleo de Estudos Afrobrasileiros - criado e liderado pelo professor Dr. Paulino Francisco de Jesus, espaço que também abriga o memorial Antonieta de Barros.

ampliar às possibilidades de mobilidade social aberta para estes cidadãos. Longe de vê-la como um “ícone”, curiosidade ou exceção, a intenção deste trabalho foi a de problematizar as possibilidades de mobilidade social articuladas por Antonieta de Barros, tornando visíveis seus projetos e suas estratégias de que tenha lançado mão, inclusive para garantir-lhe a sobrevivência.

No estudo de sua trajetória, buscamos identificar os processos de formação de sua condição racial, de gênero, de suas relações de sociabilidade, de seu pensamento político e conteúdo ideológico, de sua crítica social e reflexões filosóficas, dos limites e dos meios articulados por Antonieta de Barros nas tentativas de ruptura dos mesmos, de seus silêncios ou interdições. Buscamos fugir das armadilhas da “irreducibilidade dos indivíduos e de seus comportamentos a sistemas normativos gerais, levando em consideração a experiência vivida.”¹² Vale lembrar que o sujeito se constitui através de suas relações com o mundo e com outros sujeitos. Logo, buscamos nos manter afastadas do modelo de escrita *biográfico* que ambiciona narrar os incontáveis aspectos da vida de um indivíduo. Reconhecemos os limites e as dificuldades colocadas por questões documentais e teórico-metodológicas, muitas vezes intransponíveis, como por exemplo, dos atos e dos pensamentos da vida cotidiana, das dúvidas e das incertezas, do caráter fragmentário e dinâmico da identidade e dos momentos contraditórios de sua constituição.¹³ Diante destas interrogações, seguem outras de maior proporção como a pergunta, *pode-se escrever a vida de um indivíduo?* Ou ainda, *por que escrever sobre a vida de um indivíduo?* As respostas para estas questões ancoram-se na proposta historiográfica e na reflexão que se quer produzir, partindo-se do pressuposto de que a pesquisa se transforma em ato de comunicação por intermédio de um texto escrito. Para Elizabeth Young-Bruehl, que propôs contar a história de Hannah Arendt a partir de fontes escritas e dos relatos dos que a conheceram,

As biografias, por sua natureza, concentram-se em uma *bios*. Mas pressupõem que essa vida única, embora seja apenas parte de uma história maior, deve ser oferecida às gerações futuras. A posteridade também pode julgar a vida; ao biógrafo é necessário julgar que a história deve ser contada.¹⁴

¹² LEVI, Giovanni. Usos da biografia. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaina. (Orgs). *Usos & Abusos da História Oral*. 5ª Edição. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002, p.167.

¹³ Neste momento, Levi argumenta em torno da apropriação dos métodos da Literatura na construção da narrativa histórica.

¹⁴ YOUNG-BRUEHL, Elizabeth. *Por Amor ao mundo: A vida e a obra de Hannah Arendt*. Tradução Antônio Trânsito. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1997.p.12.

Para fugir da descrição objetiva, tradicional, linear e da ilusão de uma identidade específica, coerente e sem contradições, a alternativa encontrada foi mergulhar em um contexto local, interligado às mudanças no âmbito nacional e internacional. Levi afirma que “(...) não se trata de reduzir as condutas a comportamentos-tipos, mas de interpretar as vicissitudes biográficas à luz de um contexto que as torne possíveis e, logo, normais”¹⁵, tomando a experiência vivida como fio condutor, discutindo a relação entre indivíduo e o grupo a que pertence, entrelaçando o determinismo e a liberdade de ação.

Nas páginas dos jornais locais, principalmente o *República*, órgão pertencente ao Partido Republicano Catarinense e que, mais tarde, passou a fazer parte do Partido Liberal, e *O Estado* que, nas décadas de 40 e 50, foi de propriedade da família Ramos, buscamos remontar sua trajetória na imprensa, com o intuito de identificarmos elementos que nos indiquem sua compreensão da época em que viveu e a forma como construiu suas reflexões sobre os temas que considerava importantes.

Esse esforço de reconstituição de seu pensamento revelou-se um terreno minado de incertezas, controvérsias e ambiguidades, que buscamos discernir, iluminar, documentar mas que, em muitos casos, resistiram às tentativas de impor definições. Foi preciso, antes de tudo, recusar as explicações unívocas, as fáceis interpretações e a busca insistente para conferir um sentido último às coisas.

Neste domínio inóspito estão soterradas balizas epistemológicas tradicionais como as noções de existência de um Sujeito humano universal, uma Verdade e uma Razão, que nortearam as Ciências Humanas em séculos passados.¹⁶ Maria Odila L. da Silva Dias, ao refletir sobre os estudos de gênero, sugere que, ao escolher percorrer este caminho, deve-se

[...] libertar-se de categorias abstratas e de idealidades universais como ‘a condição feminina’ [que] é uma preocupação que decididamente enfatiza o interesse em desconstruir valores ideológicos e em perseguir trilhas do conhecimento histórico concreto que, reduzindo o espaço e o tempo a conjunturas restritas e específicas, permitem ao estudioso a re-descoberta de papéis informais, de situações inéditas e atípicas, que justamente permitem a reconstituição de processos sociais fora do seu enquadramento estritamente normativo.¹⁷

¹⁵ LEVI, Giovanni. Usos da biografia. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaina. (Orgs). *Usos & Abusos da História Oral*. 5ª Edição. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002, p.176.

¹⁶ DIAS, Maria Odila Leite da Silva. Teoria e método dos estudos feministas: perspectiva histórica e hermenêutica do cotidiano. In: COSTA, Albertina de Oliveira; BRUSCHINI, Cristina. (Orgs.) *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992, p.39.

¹⁷ *Ibidem*, p.40

Seria um erro não levarmos em consideração as teorias feministas, visto que estas, cada vez mais, “se apegam a uma postura de consciência estritamente histórica, na medida em que insistem na crítica de dualidades genéricas, de categorias universais herdadas de um contexto cultural prescrito – masculino e o feminino”.¹⁸ Isto aponta para a necessidade de se refletir sobre a historicidade das relações de gênero,¹⁹ analisando-as sempre inseridas em seu próprio tempo histórico.

As contribuições das diferentes correntes do pensamento feminista foram, e continuam sendo de fundamental importância, pois cabe a estas uma parcela importante nas transformações operadas a partir do uso desta categoria de análise, tanto para uma melhor compreensão da história das mulheres e das transformações nos paradigmas das disciplinas, quanto das redefinições e do alargamento das noções tradicionais.

Amparadas pelo pensamento de Dias e Scott, interessa-nos descobrir a amplitude dos papéis sexuais atribuídos aos homens e às mulheres por meio dos discursos de Antonieta, dos modelos educacionais que propôs e de seus usos políticos, procurando compreender como funcionaram para manter ou mudar a ordem social vigente. Importante destacar a importância de incluir nas análises tanto suas experiências pessoais e subjetivas, quanto suas atividades públicas e políticas.²⁰

Foi sob esta perspectiva que as experiências de vida de Antonieta de Barros foram capturadas e discutidas, a fim de percebê-la como agente de si mesma, movendo-se contra um sistema de condicionamentos culturais que age por meio da imposição de papéis normativos prescritos, considerados normais e socialmente aceitáveis. A forma como apreendemos as questões levantas, depende principalmente de como o gênero foi aplicado como uma categoria de análise. Segundo Scott, (...) “no caso de ‘gênero’, o seu uso comporta um elenco tanto de posições teóricas, quanto de simples referências descritivas às relações entre os sexos.”²¹

A questão fulcral para o início de qualquer análise seria compreender como o gênero funciona nas relações sociais. Em nossa análise de Florianópolis, nas primeiras décadas do século XX, o gênero assumiu a posição de elemento constitutivo das relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, e forma importante de resignificar as relações de poder naquela sociedade. É válido lembrarmos que estudamos

¹⁸ *Idem.*

¹⁹ SCOTT, Joan. *Gender: a useful category of historical analysis. The American Historical Review*, v.91, n.5, 1986, pp.1053-1075.

²⁰ *Ibidem*, p.1054.

²¹ *Ibidem*, p.1055.

uma sociedade que passou por profundas mudanças, assim como o país e o Ocidente, entre as décadas de 20,30 e 40, o que de certa forma influenciou as relações sociais. Observa-se que foram notáveis as mudanças nas representações de feminino e masculino e de poder, mas as direções dessas mudanças não seguiram uma mesma estratégia, tampouco um sentido único.

As relações de dominação e resistência estavam fundadas nas diferenças existentes entre os dois sexos. Os discursos preconceituosos e machistas, bem como os limites sociais impostos a estas mulheres e justificados por costumes e tradições foram produzidos pelos olhares masculinos, mas foram também assimilados e compartilhados por muitas mulheres. As relações de gênero devem ser compreendidas de forma ampla, estando presentes nas relações de parentesco, no mercado de trabalho sexualmente segregado, na educação por meio de instituições masculinas, mistas ou não mistas, e no sistema político. As categorias classe, raça e cidadania também foram discutidas sob esta perspectiva.²² É importante lembrar que estamos falando de uma cidade/capital no Sul do país formada por uma população heterogênea, arraigada aos valores morais tradicionais e cristãos, e que durante o período estudado oferecia poucas oportunidades de formação profissional e educacional superior às mulheres, principalmente as oriundas das classes populares.

Foi neste contexto de mudanças na estrutura política e ideológica, iniciado com a Revolução de 30, e seus desdobramentos no que concerne à centralização do poder e ao autoritarismo, bem como das conjunturas econômica interna e externa, que Antonieta buscou romper os limites impostos à ela pela sociedade. Desde muito jovem, passou a se envolver na vida pública, engajou-se nas letras, através do Centro Catharinense de Letras, que teve vida curta, mas significativa, para homens e mulheres que aspiravam manifestar suas ideias e ganhar visibilidade. Foi atuando nos jornais que Antonieta encontrou a porta de entrada para se inserir e se destacar naquela sociedade, iniciando sua trajetória escrevendo em folhas de menor tiragem e circulação como *A Semana*, *A Pátria* e *Folha Acadêmica*. Desde o princípio, preocupou-se em construir uma identidade, intitulou suas colunas de *Do meu Canto* e *Farrapos de Idéias*, sendo esta última a que perdurou até o final de sua vida, assinando-as como *Maria da Ilha*. Independente de qual jornal fosse, sua identidade se sobrepôs. As mudanças na conjuntura política causada pela Revolução de 30 abriram-lhe as portas da grande imprensa, onde passou também a escrever,

²² *Ibidem*, p.1068-1069.

primeiramente no *República* e mais tarde em *O Estado* (folhas que também circulavam nas principais cidades do estado e em outras capitais), iniciando uma longa jornada de consolidação de seu nome junto ao público leitor.

Entretanto foi no campo da educação, lecionando nas principais escolas de Florianópolis e defendendo pela imprensa a ampliação do acesso à educação que Antonieta consolidou seu nome. Como professora e defensora da causa da educação e da inclusão das mulheres no processo educacional, atrelou sua luta a uma imagem pública construída sob os pilares da ética e da moral. Esta imagem transformou-se em uma espécie de representação pública de sua figura, fortemente presente na memória atual sobre ela, sendo considerada mulher forte, símbolo da ética e da moral, austera, conservadora e respeitável.

Antonieta também participou de associações como o Centro Cívico das Normalistas e da Liga do Magistério. Sua experiência como educadora iniciou-se logo após concluir os estudos no Curso Normal. Ao lado da irmã Leonor de Barros, fundou o Curso Primário Antonieta de Barros de alfabetização de crianças e adultos. Entre os anos de 1936 e 1945, lecionou na Escola Normal Catarinense, instituição que frequentara como estudante. As relações de sociabilidade e os laços de solidariedade, construídos em sua trajetória levaram Antonieta a lecionar, nas décadas de 30 e 40, em outros colégios da capital, como o Coração de Jesus, instituição particular dirigida pelas Irmãs da Divina Providência, onde ensinava Psicologia e Língua Portuguesa para o Curso Normal e o Instituto de Educação da capital, onde foi nomeada em 1945, pelo interventor Nereu Ramos, para o cargo de diretora. Neste período, ao lado deste, Antonieta apoiou as reformas no ensino em Santa Catarina que, entre outras medidas, ampliou o número de vagas nas escolas, criou cargos administrativos importantes e implantou um intenso e autoritário processo de nacionalização.

Sua experiência como professora, além de garantir-lhe o sustento e o de sua família, ofereceu a ela subsídios que a levaram a refletir sobre o papel da educação como forma de mobilidade social. Antonieta olhava para a educação pelo prisma da possibilidade de libertação e de ascensão social para as mulheres naquela sociedade. Este movimento a fez perceber, ao mesmo tempo, as deficiências, as necessidades e os limites desse próprio sistema educacional.

Esses limites, para ela, residiam no número reduzido de vagas; nas dificuldades enfrentadas pelos alunos oriundos das classes populares (que desejavam continuar os estudos além do ginásial) em cursar os preparatórios, que os habilitavam para os exames

de acesso aos cursos superiores; nos entraves às mulheres no acesso à educação formal, ancorados em valores machistas e misóginos. Suas concepções sobre educação foram construídas a partir das próprias experiências e forjadas no contexto histórico de sua época.

Por ter vivenciado as reformas educacionais da década de 30, tornou-se necessário discutir também as características, objetivos e abrangências destas, particularmente no que tange à formação de professores. As reformas do ensino realizadas na década de 30, dentre elas a chamada Reforma Trindade, orquestrada por Luiz Bezerra da Trindade, então Diretor da Instrução Pública do Estado, produziram mudanças significativas quanto à formação docente no Estado. Por meio da reforma de Luiz Bezerra, as Escolas Normais transformaram-se em Institutos de Educação e, em seus currículos, foi dada especial atenção às chamadas Ciências Fontes da Educação, indicando uma mudança nos conteúdos e na maneira como estes professores deveriam ser formados.²³ O Decreto 713, de 08 de janeiro daquele mesmo ano, realizou uma ampla reorganização do ensino no Estado. No ano de 1939, a preocupação com a base científica na formação dos professores levou a uma nova reestruturação do ensino, agora sob o regime do Estado Novo.

Inserido nesta conjuntura de mudanças, o Instituto de Educação da capital, instituição de caráter público e laico (que atendia tanto o público feminino como masculino), ofereceu-nos um quadro interessante sobre este processo em curso em Florianópolis.²⁴ Em 1941, o Instituto lançou a revista *Estudos Educacionais*, edição própria que contava com a participação de professores e alunos. Em suas páginas, foi possível perceber os reflexos dessas reformas na formação de professores e alunos. A revista do Curso Normal do Instituto de Educação tornou-se fonte privilegiada para o estudo das propostas de reforma e de seus direcionamentos. Por meio desta, buscou-se observar as discussões sobre os fundamentos científicos considerados indispensáveis para a formação dos professores, os quais forneceriam os instrumentos necessários à intervenção do professor em seu espaço social. A revista contou com seis edições e à sua frente, entre 1941 e 1943, esteve o professor João Roberto Moreira, que foi também

²³ No período anterior à reforma, a formação dos professores em Santa Catarina era realizada pelas Escolas Normais.

²⁴ Além do Instituto de Educação da Capital, também havia sido criado o Instituto de Educação em Lages. Os institutos surgiram a partir da reforma do ensino de 1935 que pôs fim às antigas Escolas Normais. Os institutos foram elevados à categoria de instituição modelo para a formação de professores. Em algumas fontes pesquisadas como, nas coleções de Decretos, Resoluções e Portarias, este aparece também com a denominação Instituto de Educação de Florianópolis, porém, trata-se da mesma instituição.

diretor até 1945 do Instituto, ano em que Antonieta de Barros assumiu a direção.²⁵ Em um caminho oposto, a revista *Pétalas*, do Colégio Coração de Jesus, instituição particular de caráter confessional e dirigida pelas Irmãs da Divina Providência, ofereceu contraponto interessante, quando discutiu a questão do ensino e dos objetivos educacionais para mulheres de classes distintas, o que, no caso do Coração de Jesus, restringia-se às filhas da elite. Em ambas as revistas foram encontrados escritos de Antonieta, nos quais apresenta e discute suas propostas educacionais e por meio dos quais observou-se as transformações por que passaram seus discursos no que concerne ao sentido conferido à educação.

Para este estudo, além das referidas revistas, analisamos também as coleções de decretos, resoluções e leis do Estado, no que tange às mudanças educacionais, entre as décadas de 30 e 40. Ao buscar verticalizar ainda mais a discussão sobre a educação feminina, incluímos nesse tópico a trajetória da Escola Profissional Feminina e o conteúdo curricular que era ofertado às alunas. Estes nos ofereceram um indicativo dos projetos e preocupações do Estado no que concerne à educação feminina. Árdua defensora da educação feminina, Antonieta reivindicou, nos jornais e, mais tarde, nos seus discursos proferidos quando deputada, maior acesso das mulheres à educação. A Escola Profissional Feminina foi alvo de reforma, em 1948, período em que Antonieta exerceu o cargo de deputada e esteve à frente da Comissão de Educação e Cultura, orientando as discussões sobre os destinos da educação. Por meio das disposições aprovadas em 10 de dezembro do mesmo ano, discutimos o papel da Escola Profissional Feminina no que concerne à formação e promoção da emancipação da mulher.

Para Antonieta, a educação seria uma das alternativas capazes de promover a mobilidade social para as classes mais pobres. Se a educação foi seu mote principal, sua garantia de sustento e a forma articulada por ela para alcançar a própria mobilidade social, a imprensa foi o veículo por meio do qual divulgou seus projetos.

Nas colunas que assinou, Antonieta estabeleceu um canal de comunicação com seus leitores. A frequência com que escrevia nos jornais, além das outras formas articuladas que encontrou para se inserir na vida pública, seja como professora e, mais tarde, como deputada, foram táticas que consolidaram seu nome junto ao público leitor que compunha uma tímida esfera pública de caráter burguês. Acreditamos que isso tenha

²⁵ A participação do professor João Roberto Moreira não se resume apenas ao período em que esteve à frente da revista e da direção do instituto, Moreira colaborou com a reforma de 35 viabilizando iniciativas que transformaram o Instituto em um espaço de formação intelectual e profissional para a educação no Estado.

contribuído para sua construção enquanto figura pública, tática sabiamente articulada por ela. Neste âmbito, algumas perguntas se fazem inevitáveis: para qual público Antonieta escrevia? Quem foram seus interlocutores? Com quem buscou construir diálogos? Questões de difícil resposta, pois em nossas aferições podemos pensar apenas em termos de probabilidades, levando-se em conta o número de alfabetizados na capital, a área de circulação destes jornais, como também, as formas alternativas de leituras.

Os jornais nos quais Antonieta escreveu por maior tempo e com maior frequência foram adquiridos e mantidos por membros da família Ramos. Ao analisar os produtos e os serviços neles anunciados podemos aventar que os leitores e alvos prioritários dessas publicações eram a classe média e a elite local. Os jornais divulgavam assuntos de interesse destas classes e eram reconhecidos por esses leitores como defensores de seus interesses.

Todas estas características elencadas foram encontradas nos jornais *República* e *O Estado*, em épocas e conjunturas diferentes, a partir do acompanhamento dos editoriais, das notícias divulgadas e das colunas. É preciso estar atento aos detalhes para perceber como os emissores e os receptores estabeleciam contatos e formas de comunicação entre si, acompanhar a frequência com que nomes de indivíduos, partidos e associações eram citados, e comparar com o que foi encontrado em outros jornais e nas demais fontes é necessário para tanto.

O mesmo nível de aferição não se pode garantir sobre o número de exemplares produzidos a cada edição dos jornais. O cruzamento de alguns dados que identificavam a quantidade dos lugares públicos e privados por onde os jornais circulavam, somado ao número de anunciantes e demais pessoas que tiveram seus nomes divulgados, tornou possível obter uma amostragem da diversidade dos espaços e dos leitores, subsídios para a nossa discussão, com relativa acurácia.

As linhas editoriais dos jornais *República* e *O Estado*, de forma geral, pautavam-se pela divulgação de noticiário político e econômico de âmbito local, regional, nacional e internacional. As manifestações culturais de interesse da classe média e da elite local como o teatro, o cinema, as corridas de cavalo, as disputas dos clubes de remo, o futebol e as procissões religiosas eram evidenciados com grande destaque em suas páginas. Porém, isso não quer dizer que as classes populares estivessem ausentes destas manifestações, vale lembrar que muitas delas ocorriam nos espaços públicos, e mesmo aquelas que se passavam nos espaços fechados, a exemplo das sessões de cinema nas matinês de sábado e domingo, eram o momento ansiosamente aguardado para desfilar a

nova roupa de domingo e de gastar parte das pequenas economias em momentos de regozijo. Portanto, não se pode partir do pressuposto que estas viviam alienadas às tensões e conflitos nos âmbitos político e econômico.

Por trás de algumas notícias, poemas ou ainda colunas regularmente publicadas nestes jornais, identificamos a participação de mulheres nesta imprensa (Delminda Silveira, Maura de Senna e Antonieta de Barros). Entre elas, em comum, a profissão, a docência e o gosto pela escrita. Contudo, isto não constitui um indicativo de formação de um pensamento identitário ou uma consciência de classe em torno de objetivos comuns, na realidade, identificamos muito mais afastamentos que aproximações na forma de pensar dessas mulheres.

Em 1934, já reconhecida por sua atuação na imprensa e na educação, Antonieta candidatou-se ao cargo de deputada estadual pelo Partido Liberal Catarinense (PLC), do qual um dos principais representantes era Nereu Ramos. Foi eleita, neste mesmo ano, sendo a primeira mulher a ocupar o cargo de deputada estadual de Santa Catarina, um espaço até então de domínio exclusivamente masculino e reduto das oligarquias estaduais. À primeira vista surpreende o fato de tratar-se da eleição de uma mulher negra, em um Estado que ainda ostenta, diante do cenário nacional, a imagem preponderantemente branca de sua população, discurso sustentado na invisibilidade dos descendentes de africanos e indígenas e na superioridade racial de sua sociedade frente à de outras regiões do país²⁶. Tudo isto constitui um contrassenso que impôs o desafio de compreender os caminhos trilhados por Antonieta e as relações raciais encetadas por aquela sociedade. Antonieta se esforçou para que sua trajetória pública suscitasse surpresa e admiração. No entanto, sua eleição para o cargo só pode ser entendida quando se leva em consideração suas táticas de sobrevivência, e as redes de sociabilidade e de solidariedade sabiamente tecidas, que lhe possibilitaram circular e frequentar espaços até então restritos à elite e inclusive ser eleita para os cargos públicos que ocupou. Suas relações com o poder instituído no Estado contaram, inicialmente, com o apadrinhamento de Nereu Ramos, presidente do Partido Liberal Catarinense, na década de 20, governador eleito em 1935 e, mais tarde, interventor entre os anos de 1937 e 1945.

A partir de 45, com a queda do Estado Novo, Antonieta de Barros voltou a ocupar um cargo no Legislativo Estadual, tendo concorrido novamente a deputada estadual, desta

²⁶ Esta imagem pode ser ainda melhor observada em determinados momentos do ano, em especial no mês de outubro quando as festas em cidades pertencentes às antigas colônias germânicas no Vale do Rio Itajaí ocupam as manchetes dos jornais e noticiários televisivos em redes regionais e nacionais.

vez filiada ao Partido Social Democrata (PSD), onde membros da família Ramos ocupavam cargos de liderança dentro do partido e pelo qual Nereu elegera-se governador do Estado. Nesta eleição, obteve a primeira suplência pela legenda do PSD, assumindo a vaga na Assembleia Legislativa em 1947. Neste mesmo período, retomou sua coluna *Farrapos de Idéias*, desta vez no jornal *O Estado*, pois o *República* havia sido fechado em 1937. Durante seu segundo mandato, elaborou e ajudou a aprovar o projeto que criou os cargos de Diretor de Grupo Escolar e Inspetor Escolar, a serem contratados por meio de concurso público²⁷. Cumpriu seu mandato até 1951, quando, com a saúde bastante abalada, deixou definitivamente a política, a 28 de março do ano seguinte, faleceria no Hospital de Caridade em Florianópolis, aos 50 anos.

A metodologia de trabalho elaborada para este estudo compreendeu um extensivo trabalho de levantamento, organização e análise de fontes em diferentes espaços. Foi realizada uma pesquisa inicial no banco de teses e dissertações da UFSC- Universidade Federal de Santa Catarina e da UDESC - Universidade do Estado de Santa Catarina. No banco de dados da UFSC foram encontradas uma Dissertação de Mestrado em Literatura e Teoria Literária, defendida em 1991; uma em História, defendida em 2001; e uma Tese de Doutorado em Literatura, defendida em 2010. Em todas elas, as perspectivas de abordagem da trajetória de vida de Antonieta foram distintas, porém, em alguns aspectos podem-se perceber aproximações.

O primeiro trabalho intitulado, *Antonieta de Barros – Maria da Ilha: Discurso e Catequese* foi apresentado ano de 1991 por Josefa da Silva que se preocupou em fazer um breve levantamento biográfico sobre Antonieta de Barros, enfatizando sua preocupação com a educação e com os valores morais e cristãos. A autora buscou ainda, recuperar o material publicado esparsamente por Antonieta nos jornais de Florianópolis, reproduzindo-os e analisando-os sob a luz da teoria literária. Seu trabalho rompeu com o esquecimento sobre esta personagem histórica, colocando em evidencia boa parte dos escritos de Antonieta. O segundo estudo encontrado foi desenvolvido por Karla Leonora Dahse Nunes e apresentado em 2001, o mesmo intitula-se, *Antonieta de Barros: Uma História*, tal estudo oferece uma importante contribuição sobre a trajetória de vida de Antonieta de Barros, a autora propôs, por meio da leitura das crônicas de Antonieta, observar os movimentos sociais, políticos, econômicos e culturais acontecidos no Brasil na década de 30. Este, possivelmente tenha sido o primeiro estudo sobre a jornalista e

²⁷ Parecer, nº285 e 286. Centro de Memória da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina Arquivo Antonieta de Barros.

professora desenvolvido sob uma abordagem histórica. O último estudo localizado sobre Antonieta de Barros, data do ano de 2010, e intitula-se *Nos passos de Antonieta: escrever uma vida* de autoria de Luciene Fontão. Em seu estudo Fontão propôs mostrar a trajetória de vida de Antonieta de Barros relacionando vida e obra dentro do contexto 1901-1952. Buscou ainda evidenciar a atuação da professora, da escritora, e da mulher negra na política e na literatura, no foco de sua análise estão os escritos de Antonieta, suas crônicas foram tomadas como gênero literário, bem como sua fortuna crítica.

Os três estudos partem de uma perspectiva biográfica, apresentando Antonieta ao leitor. Nota-se, o encantamento das pesquisadoras pela figura feminina de Antonieta de Barros, vista como a exceção. Josefa da Silva buscou compreender a força do discurso de Antonieta, principalmente no que se refere à religiosidade desta e os valores morais presente em seus escritos. Karla Leonora Dahse Nunes e Luciene Fontão buscaram discutir a importância central que a educação teve na trajetória de Antonieta. Ambas procuraram ainda, evidenciar uma possível relação entre os escritos de Antonieta com o movimento feminista e as mudanças políticas, econômicas e culturais, a primeira por meio de uma abordagem histórica, e a segunda através da teoria literária, num esforço de interpretação dos escritos da jornalista e professora. Evidentemente que alguns questionamentos sobre a trajetória política de Antonieta surgiram. Contudo, as escolhas feitas por ela e seu papel de propagandista do regime político de Getúlio Vargas não foram problematizados. Antonieta e o interventor Nereu Ramos foram peças centrais no jogo político que se operou no Estado, mas não podemos esquecer que neste momento, havia um projeto de governo, centralizador e autoritário, para o país. Nunes afirma ainda que não houve no Estado de Santa Catarina uma mobilização feminina em torno das reivindicações defendidas pelo movimento feminista, porém, isso não fica claro em seu estudo, visto que a pesquisadora analisou apenas jornais de Florianópolis. Por vezes, as pesquisadoras acabaram reforçando a mitificação de Antonieta e a memória hegemônica sobre sua vida.

Quanto ao banco de dados da UDESC - Universidade do Estado de Santa Catarina foi localizado um estudo de conclusão de curso de graduação em História, intitulado *O Memorial Antonieta de Barros como veículo de disseminação e produção de informação*, desenvolvido pela aluna Andréa Souza da Silva no ano de 2004, o mesmo aborda a construção e os usos do Memorial Antonieta de Barros. O objetivo da pesquisa é quantitativo e qualitativo, visto que o espaço busca agregar e fomentar pesquisas referentes às memórias e experiências dos afrodescendentes em Santa Catarina. Segundo

a pesquisadora, a referência ao nome de Antonieta de Barros surgiu da intenção do fundador de homenageá-la. O Memorial encontra-se sob os cuidados do NEAB – Núcleo de Estudo afrobrasileiro.

Nosso estudo buscou iluminar e discutir aspectos obscuros da trajetória de vida de Antonieta de Barros, aspectos que a memória mitificada construída sobre esta mulher não permitia abordar. Tal perspectiva de análise se justifica pela necessidade de reinseri-la na História, estabelecendo um diálogo crítico com as fontes, o que permite questionar e problematizar o seu envolvimento na propaganda e na defesa de projetos hegemônicos oficiais.

No acervo da Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina, situada em Florianópolis, tomamos contato com os jornais que circularam na cidade, entre as décadas de 20, 30, 40 e 50; as Coleções de Leis e Decretos do Estado de Santa Catarina, entre as décadas de 30 e 40; e os discursos proferidos por Antonieta de Barros e Nereu Ramos. Além das fontes mencionadas, foram também pesquisadas as revistas *Pétalas* e *Estudos Educacionais*. Em nosso percurso, buscamos dar especial atenção aos jornais que continham escritos de Antonieta de Barros, visto que estes estão no cerne das discussões deste estudo. Outros jornais, como *A Gazeta*, órgão ligado ao PSD, de propriedade de Jairo Callado, e o *Diário da Tarde*, folha de oposição ligada às lideranças da UDN, foram também pesquisados, porém muito pouco de significativo foi aí encontrado. Nestas pesquisas, constatamos que foi nos jornais *República*, na década de 30, e *O Estado*, na década de 50, que estão presentes o maior número de escritos de sua autoria. Sua coluna intitulada *Farrapos de Idéias* era publicada regularmente aos domingos, ou seja, ela escrevia semanalmente. Observamos também que, em momentos bem específicos, como às vésperas das eleições de 1934, quando se candidatou ao cargo de deputada estadual, pleito em que foi eleita, sua coluna deixou de aparecer nos jornais. Após a eleição, durante o período em que ocupou o cargo, também não foram encontrados escritos de sua autoria, fato que se repetiu até o início da década de 40, retomando sua atividade de colunista somente no início da década de 50.

No jornal *República*, foram pesquisadas as edições dos anos de 1930, 1931, 1932, 1933, e 1934, período em que encontramos farto material; nos anos de 1935, 1936 e 1937 sua coluna não foi mais encontrada, e seu nome aparece vinculado somente às notas de expediente da Assembleia Legislativa, onde era mencionado por ocasião da sua participação em votações e projetos. Em 1937, o *República* deixou de circular,

acreditamos que por conta do golpe do Estado Novo, ocorrido nesse ano, o que ocasionou o fechamento de suas portas.

Já o jornal *O Estado* representa um dos periódicos de vida mais longa na capital, tendo, com pequenas interrupções, circulado até bem recentemente nas principais cidades do Estado. Foi fundado no final do século XIX pelo Partido Republicano Federalista e circulou inicialmente até 1902, quando foi fechado. Em 1915, mudou de mãos e, por consequência, de partido, quando então voltou a circular. Nele, pesquisamos as edições dos anos de 1950, 1951 e 1952, período em que Antonieta de Barros escreveu no mesmo. No início do ano de 1951, esse jornal trazia estampado, em sua primeira página, logo abaixo de seu nome, a frase “o mais antigo Diário de Santa Catarina”, seguido do nome de seu proprietário, que neste período era Sidnei Noceti, e de seu diretor, o jornalista e advogado Rubens de Arruda Ramos, outro membro da família Ramos.

Os jornais da capital possuíam, desde o século XIX, uma estreita ligação com os partidos políticos locais, colocando-se geralmente a seu serviço. Observamos que esta prática continuou vigente até a primeira metade do século XX. Com os jornais *República* e *O Estado* não foi diferente, ambos estiveram a serviço de partidos políticos e/ou de famílias que representavam as principais lideranças políticas e, durante o período estudado, mudaram de mãos e, por consequência, de objetivos.

Joana Maria Pedro, em seu estudo sobre a imprensa de Desterro/Florianópolis, no século XIX, encontrou semelhanças entre o que ocorria na capital e nas outras pequenas cidades no mesmo período. Para a pesquisadora,

o aparecimento de jornais durante o período de acirradas disputas políticas e seu desaparecimento em períodos de “calma política”; a vinculação da sobrevivência aos recursos do poder público, bem como o uso dos periódicos como trampolim político, isso ocorreu e continua ocorrendo em muitas pequenas cidades. Trata-se do entrelaçamento entre os interesses públicos e particulares.²⁸

Ainda segundo ela, naquele período, a reduzida acumulação de capital proporcionada pela economia local gerou uma dependência dos recursos do poder público, daí as disputas entre quem publicaria os expedientes do governo. Tal dependência dificultou a afirmação e a autonomia de uma esfera pública burguesa e o resultante deste processo foi um abrir e fechar constante de jornais.

²⁸ PEDRO, Joana Maria. *Nas tramas entre o público e o privado. A imprensa de Desterro no século XIX (1831- 1889)*. Florianópolis: Editora da UFSC, 1995, p.09.

O jornal *O Estado* (assim como o *República*, na década de 30) passou por diferentes fases desde sua fundação, ainda no final do século XIX. No início do século XX, em 1915, *O Estado* era de propriedade de Henrique Rupp Júnior²⁹; três anos depois passou a ser de propriedade do comerciante Augusto Lopes da Silva e, logo em seguida, de Victor Konder³⁰, circulando sob a direção de Altino Flores, até meados da década de 40. Com exceção ao período em que permaneceu sob a propriedade de Rupp Júnior, já nesta trajetória inicial pode-se perceber uma polarização nas disputas políticas entre as principais famílias ligadas à política estadual, respectivamente representadas nos jornais. Este movimento é percebido com maior clareza nos discursos que estes jornais ostentavam. As famílias, cada qual com seus interesses particulares, passaram a se agrupar em polos opostos, sendo lideradas ora por Konder, ora por Ramos. Estas disputas intensificaram-se na década de 30, sob nova conjuntura política. A partir de 1946, *O Estado* passou a ser de propriedade de Aderbal Ramos da Silva, quando este esteve à frente do governo do Estado.³¹ Na década de 50, essa folha fez ferrenha oposição à Irineu Bornhausen, eleito governador em 1951. Este também foi o ano em que um número expressivo de escritos, todos abrigados sob a coluna *Farrapos de Idéias*, foram localizados. A jornalista passou, então, voltou a publicar regularmente, escrevendo sobre assuntos diversos, mas, em especial sobre educação e a política.

Após o extenso trabalho de localização e de leitura das colunas de Antonieta de Barros, partimos para o processo de construção de nossos eixos temáticos. Estes foram definidos a partir de uma releitura criteriosa das fontes. Por meio do levantamento dos temas recorrentes em seus escritos como educação, mulher, trabalho e direitos, foi possível pensá-los como eixos temáticos, bem como refletir sobre possíveis categorias de análise, com a preocupação de responder às questões formuladas no início deste estudo. A partir deste esforço de pesquisa, foram se delineando três categorias importantes para o

²⁹ Henrique Rupp Júnior era natural de Joinville, ao ser eleito em 1909 para o cargo de deputado estadual instalou-se na capital onde desenvolveu atividades como, advogado, jornalista, empresário e político.

³⁰ Natural de Itajaí, Victor Konder e seus irmãos, Adolpho e Marcos Konder, revezaram-se, em diferentes períodos, em cargos importantes na política estadual e nacional. Membros do Partido Republicano Catharinense, foram oposição aos Ramos e prestaram apoio à Washington Luis, em 1930, quando Victor era ainda ministro da Viação e Obras Públicas.

³¹ Aderbal Ramos da Silva era natural de Florianópolis e mais um membro da vasta família Ramos. Foi neto de Vidal Ramos e sobrinho de Nereu Ramos. Foi eleito, em 1947, pelo Partido Social Democrata para o cargo de Governador do Estado de Santa Catarina. Era advogado, jornalista e banqueiro, e foi sucedido no governo por Irineu Bornhausen, pertencente à UDN, no início da década de 50.

estudo: *educação, mobilidade social e gênero*. Ao todo, um número aproximado de 200 edições do jornal *República* e, aproximadamente, 90 de *O Estado* foram pesquisadas.³²

Outras fontes compuseram nosso corpus documental, como os documentos oficiais do Legislativo Estadual, dentre estes, relatórios, leis educacionais do Estado e fotografias. Infelizmente, muita documentação deste período foi consumida pelas chamas no incêndio da antiga Assembleia Legislativa, em 1958.

Na análise da Legislação Educacional, em diálogo com os projetos de reformas e com as mudanças na conjuntura política e social, buscamos compreender seus aspectos políticos e ideológicos. Nosso olhar concentrou-se no processo de criação de instituições disciplinadoras, na preocupação com a nacionalização do ensino e com a disciplinarização para o trabalho. Nesta mesma documentação, ainda puderam ser evidenciadas construções de gênero fomentadas pela educação, seja na educação para o trabalho, por meio da escola profissional feminina; seja na formação da mulher professora, comprometida com os valores patrióticos, morais e cristãos.

A escolha em trabalhar com estas fontes documentais, ditas tradicionais, tais como leis, relatórios e decretos do Poder Executivo e do Legislativo, não impediram um olhar crítico sobre elas, ou o aprofundamento da discussão, buscando ultrapassar a análise factual dos processos históricos. Para tanto, esse trabalho empregou um referencial crítico, o que foi possível também a partir do cruzamento com outras fontes menos tradicionais, como os jornais e até mesmo as imagens fotográficas da época. Sobre estas últimas, em nosso caminhar, encontramos muitas imagens da cidade no período analisado. Estas nos informam sobre a necessidade de registrar as intervenções no espaço urbano, a construção de um conjunto de instituições ligadas à saúde e à educação e a construção da memória de governantes atrelando suas imagens a seus “feitos” administrativos. Estas imagens contribuíram para o entendimento, no que tange ao trânsito dos sujeitos sociais, seus lugares de trabalho, bem como as suas relações sociais.

Contudo, no trilhar de nossa pesquisa, observamos também a completa ausência da população afrodescendente das páginas dos jornais da capital, o que nos levou a refletir sobre esta ausência e a buscá-las em outras fontes, como nas imagens deste período. Ilka Boaventura Leite apontou, em seu estudo desenvolvido na década de 90, para a invisibilidade destes sujeitos no sul do país. Para a autora, a invisibilidade do negro

³² Sobre o aspecto quantitativo faremos uma observação, as coleções dos jornais guardados sob os cuidados da Biblioteca Pública de Florianópolis, e por nós pesquisados, encontram-se incompletas, algumas faltando edições.

é um dos “suportes da ideologia do branqueamento, podendo ser identificada em diferentes tipos de práticas e representações”.³³ Ainda segundo a mesma autora, no que tange à literatura sobre Santa Catarina,

o sucesso econômico do Estado sempre foi atribuído a colonização européia, superdimensionando o imigrante, ao invés de se deter pormenorizadamente no conjunto de variáveis que o colocaram nessa posição privilegiada, seja quanto ao acesso à terra seja quanto aos processos produtivos que irão se implantar ao longo de sua fixação no território. Ou mesmo, desconhecendo o outro lado, o dos projetos fracassados, incorrendo com esta omissão numa reafirmação da ideia de superioridade racial falaciosa.³⁴

A memória oficial, por muito tempo, relegou um papel secundário a esta população, pois na construção de uma identidade para o Estado, foi a colonização europeia, em especial a germânica e a italiana no Sul e no Vale do Itajaí, e suas experiências, que serviram de base para a construção da identidade racial e cultural de Santa Catarina, que se restringia à hegemonia da matriz branca e de origem europeia.³⁵

A fotografia nos ajudou a preencher algumas lacunas. A mesma foi tomada como testemunho histórico, importante, pois vestígios ali identificados permitiram a reconstituição, mesmo que parcial, do contexto histórico ocultado pelos registros oficiais. Vale lembrar ainda que, entre os olhos de quem vê e a materialidade da imagem, incide a imaginação. É o confronto entre o visível e o invisível. O receptor interpreta a imagem que lhe é visível somado ao que conhece, ou acha que conhece sobre o tema (invisível), assim se dá a construção de realidades. O invisível possibilita diferentes impressões sobre uma mesma imagem. O receptor constrói a imagem e a imagem constrói o receptor com o trabalho de reconhecimento pela apreensão do mundo visual, atribuindo qualidades ao objeto visualizado, pela capacidade de codificação, puramente subjetivo.

Ana Maria Mauad, ao discutir as interfaces entre História e Fotografia, buscou compreender o lugar da fotografia na História. Os usos da fotografia como cópia fiel do mundo e de seus acontecimentos há algum tempo vêm sendo problematizados, “pois

³³ LEITE, Ilka Boaventura. Descendentes de africanos em Santa Catarina: invisibilidade histórica e segregação. In: LEITE, Ilka Boaventura. (Org). *Negros no Sul do Brasil. Invisibilidade e territorialidade*. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1996. p.41.

³⁴ *Idem.*

³⁵ Podemos compreender melhor estes aspectos se atentarmos para suas festas conhecidas nacionalmente e que são, ao mesmo tempo, um culto à memória deste passado ressignificando-o a cada ano no presente.

entre o sujeito que olha e a imagem que elabora há muito mais que os olhos podem ver.”³⁶ Assim sendo, para a autora:

A fotografia - para além da sua gênese automática, ultrapassando a idéia de *analogon* da realidade - é uma elaboração do vivido, o resultado de um ato de investimento de sentido, ou ainda uma leitura do real realizada mediante o recurso a uma série de regras que envolvem, inclusive, o controle de um determinado saber de ordem técnica.³⁷

Algumas dessas imagens são de origem institucional, ou seja, foram registros produzidos por fotógrafos profissionais que, por determinação do poder público, registraram imagens da cidade, dos representantes do poder e de suas obras públicas. Nelas, percebe-se a preocupação com o ato, com a postura e com seu simbolismo, demonstração pública da realidade vivida e de comprovação dos fatos. Outras possuem origem particular, sem registros sobre o fotógrafo, a data, o local ou o ato que retratam. Entretanto, revelam gestos, sorrisos, reações espontâneas, ou mesmo construídas artificialmente, como, por exemplo, as poses intencionais. Algumas destas imagens foram produzidas a pedido de instituições de ensino, públicas ou privadas, para o registro de seus eventos, como as formaturas, as reuniões, os desfiles e os passeios. Atentos aos detalhes, pois, além da possibilidade da reconstituição – mesmo que parcial – dos elementos socioculturais, interessa-nos também compreender os conteúdos ideológicos e possíveis intencionalidades nas imagens, e neste sentido abrimos espaço à imaginação. Sobre este último aspecto, Boris Kossoy nos lembra que “cada imagem documenta um assunto singular num particular instante do tempo, e o registro deu-se unicamente em função de um desejo, uma intenção ou necessidade do fotógrafo, de seu contratante ou ambos”³⁸.

A fotografia apresenta possibilidades de rupturas com a invisibilidade oficial das relações familiares e de sociabilidade de Antonieta de Barros e das manifestações de outros literatos negros na imprensa de Florianópolis no início do século XX. As fotografias também nos permitiram articular questionamentos em torno das tentativas de construção de uma memória oficial e sua perpetuação pelas imagens de políticos e suas realizações públicas, bem como discutir a circulação de imagens femininas idealizadas.

³⁶ MAUAD, Ana Maria. *Através da imagem: Fotografia e História Interfaces*. Revista *Tempo*, Rio de Janeiro, Vol. 1, nº2, 1996, p.03.

³⁷ *Idem*.

³⁸ KOSSOY, Boris. *Fotografia e História*. 2ª Edição Revista. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001, p.80.

Ainda sobre os jornais, foi possível, também, percebermos que, na medida em que adentramos nas décadas de 40 e 50, houve um aumento no número de anúncios publicitários de novos produtos, serviços e lugares, que imprimiam um novo estilo de vida burguês. Novos gostos, estilos e lugares passaram a ser instituídos em nome da modernidade e do progresso. Na capital, desde o final do século XIX, a palavra de ordem era “modernizar”. Segundo Roselane Neckel, foi na passagem entre o Império e a República que se “intensificaram as discussões sobre a necessidade de modificar o panorama topográfico e social da Capital”.³⁹ Ainda segundo Neckel,

é possível relacionar a emergência de novos padrões de comportamento que definiam condutas a serem ou não toleradas, com a identificação e a classificação dos segmentos pobres da população como uma ameaça à ordem social, o que desencadeou um processo de segregação destes espaços definidos e isolados a partir de políticas de saneamento que adquiriam conotações “físicas” e “morais”.⁴⁰

As preocupações com as doenças e com os modos de vida dos mais humildes lançou um olhar vigilante sobre estes homens e mulheres e os lugares em que residiam e trabalhavam. No início do século XX, a área central da cidade passou por uma série de reformas. Num período de dez anos, foram instaladas as primeiras redes de água encanada e de esgoto, foi substituída a antiga rede de iluminação pública pela nova, à base de energia elétrica, e foi construída a primeira avenida da cidade.

Foi em meio a estas mudanças que Antonieta nasceu e viveu toda a sua vida em Florianópolis, vivenciando as transformações, tanto no âmbito local e regional, como no nacional. Dentre as transformações que assistiu, estiveram também os conflitos armados, como a Revolta do Contestado de 1912 a 1916, as Revoltas Tenentistas de 1922 e 1924, A Semana de Arte Moderna de 1922, a Revolução de 1930 e os conflitos que marcaram a legitimação do poder de Getúlio Vargas em 1932, 1934 e 1937. No bojo destas mudanças podemos também incluir a mobilização das mulheres, a conquista do direito ao voto feminino em 1934, a conturbada elaboração da Constituição de 1934⁴¹, e a instauração pela via autoritária do Estado Novo. No que diz respeito à conjuntura externa, destaca-se a Primeira Guerra Mundial de 1914 a 1918, a Revolução Russa em 1917, a crise do capitalismo, desencadeada a partir de 1929 e a ascensão dos Estados Totalitários (Itália,

³⁹ NECKE, Roselane. *A República em Santa Catarina. Modernidade e exclusão (1889-1920)*. Florianópolis, editora da UFSC, 2003, p.50.

⁴⁰ *Idem.*

⁴¹ <http://www.tse.jus.br/eleitor/glossario/termos/voto-da-mulher>. Acessado em 20/03/2015.

1922; Alemanha, 1933; Espanha, 1939; Portugal, 1932; URSS, 1924), a Segunda Guerra Mundial de 1939 a 1945 e a emergência da Guerra Fria após 1947.

No que diz respeito aos escritos de Antonieta de Barros nas colunas dos jornais pesquisados - espaços importantes para a divulgação de suas ideias e, por isso, nossas fontes principais - pode-se perceber três momentos conjunturais. O primeiro coincide com a década de 30, quando percebemos um engajamento por parte da professora e jornalista na luta das mulheres pela ampliação de seus direitos e por mobilidade social, incluindo o acesso à educação pública, a equiparação dos salários e o combate às práticas paternalistas e machistas. O segundo momento, que se inicia em 1937 e segue até 1945, quando seu discurso se modifica, caracterizando-se pela defesa incontestada das reformas educacionais encabeçadas pelo interventor Nereu Ramos. Neste momento, seus projetos e as leis aprovadas para esta finalidade serviram de base para nossa análise. No terceiro período, que se estende entre o final da década de 40 (mais precisamente a partir de 1947 quando retorna em seu segundo mandato à Assembleia) até o início dos anos 50, ocorre o acirramento nas disputas políticas locais que se traduziram, na imprensa, na polarização entre os que aderiram ao grupo pertencente ao Partido Social Democrático (PSD), liderado pela família Ramos, e os que apoiavam a União Democrática Nacional (UDN), unindo forças às famílias Konder e Bornhausen.⁴² Vale lembrar que mesmo com o fim do Estado Novo, as mudanças na política estadual não se processaram do dia para a noite. Em 1947 Aderbal Ramos da Silva, sobrinho de Nereu Ramos (que neste momento havia sido eleito para o Senado), era o governador eleito. No âmbito nacional, Getúlio Vargas ia aos poucos formando uma nova base política por meio de partidos como, o Partido Trabalhista Brasileiro e o Partido Social Democrático, ocupando o cargo de presidente destes.

Ao iniciarmos nossa análise pelos jornais, buscamos estabelecer um diálogo com as historiadoras Heloísa de Faria Cruz e Maria do Rosário da Cunha Peixoto. Ambas advertem para a perspectiva metodológica de que a imprensa, em especial os jornais, deve assumir na pesquisa, alertando que estes não devem,

ser apropriados em uma perspectiva linear, que parece traçar uma reta de continuidade que une Gutenberg aos grandes conglomerados jornalísticos do presente. E mais: contada desse modo, a história da imprensa e dos meios de

⁴² Além dos jornais outro veículo de comunicação foi lançado estrategicamente nessa disputa, a Rádio Guarujá, instalada em Florianópolis durante o mandato de Aderbal Ramos da Silva, e mais tarde a Rádio Diário da Manhã, de propriedade de Irineu Bornhausen. PEREIRA, Moacir. *Imprensa e poder: a comunicação em Santa Catarina*. Florianópolis: Lunardelli: FCC Edições, 1992, p.90.

comunicação apresenta-se como momento derivado e paralelo, quando não, meramente acessório da grande história política ou social de nosso tempo.⁴³

Ao folhearmos os jornais da capital, em especial o *República* e *O Estado*, durante estas três décadas, evidenciamos que estes foram os principais veículos divulgadores das propagandas partidárias, bem como de ataque aos opositores e de defesa dos interesses dos representantes das principais famílias em disputa pelo poder político, seja local ou estadual. Contudo não deixamos de observar as mudanças ocorridas em cada conjuntura específica e a luta destes grupos pela hegemonia política. Nesse sentido, buscamos fazer uma mediação entre as crônicas publicadas por Antonieta de Barros, a conjuntura política local e o contexto macro da época.

Para finalizar, procuramos refletir sobre como abordar os conteúdos escritos pela autora e, neste sentido, buscamos percebê-los como formações discursivas e, para tanto, nos apoiamos em Michel Foucault, para quem os discursos são práticas organizadoras da realidade, que estabelecem hierarquias e distinções, articulam o visível e o dizível.⁴⁴ Desta forma, não buscamos apenas o significado das palavras do discurso, mas o papel do discurso nas práticas sociais, na organização das relações entre os indivíduos e as instituições. Identificamos pontos-chave do texto, ou seja, como Antonieta se projeta através deles, quais referenciais usava e que linguagem empregava. Buscamos também refletir sobre o lugar de onde Antonieta falava, seja como professora, jornalista e deputada, e como falava. Neste sentido, procuramos também discutir seus silêncios, ou aquilo que Foucault chamou de *interdição*. Segundo o pensador francês, “Sabe-se bem que não se tem o direito de dizer tudo, que não se pode falar sobre tudo em qualquer circunstância, que qualquer um, enfim, não pode falar de qualquer coisa”.⁴⁵ Evidenciamos que, nos escritos de Antonieta, a questão racial foi uma interdição, assim, nesse aspecto, buscamos as formas indiretas de que ela lançou mão para se aproximar desta questão.

Este estudo está dividido em cinco capítulos, que abordam as dimensões acerca das questões de gênero, educação e mobilidade social, baseando-se nas reflexões elaboradas por Antonieta de Barros, a partir da análise do que escreveu nas páginas dos jornais da capital Florianópolis, durante a primeira metade do século XX. Embora possa passar a impressão de uma preocupação cronológica, a divisão aqui representada nesse

⁴³ CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Na Oficina do Historiador. In: *Revista Projetos História*, nº35 julho/dezembro/07, p. 259.

⁴⁴ FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

⁴⁵ *Ibidem*, p.09.

estudo assume um caráter didático, necessário a estudos mais pormenorizados, seguindo a sugestão da banca examinadora.

Neste sentido, não poderíamos deixar de refletir sobre o lugar que a sua família ocupou em sua trajetória de vida, bem como as relações de sociabilidade que teceu em torno de si. No primeiro capítulo, intitulado – *Os primeiros anos de formação de Antonieta de Barros: família e relações de sociabilidade*, realizamos uma análise sobre sua trajetória inicial, sua relação familiar, em especial com sua mãe Catharina Waltrich e sua irmã Leonor de Barros, sua formação docente e suas primeiras tentativas de inserção social. Neste capítulo, buscamos ainda discutir as relações de sociabilidade construídas por ela com homens e mulheres, particularmente com alguns intelectuais negros, tais como Ildefonso Juvenal e Trajano Margarida, e com as professoras, escritoras e irmãs, Nila, Maria e Alaíde Sardá.

No segundo capítulo, intitulado *Jornal República, um espaço de luta e construção de sentidos*, analisamos seus escritos na imprensa de Florianópolis, após as mudanças no rumo da política nacional e estadual, ocorridas em outubro de 1930. Buscamos compreender a construção de seu público leitor, a formação de um pensamento favorável à luta das mulheres por educação e trabalho como também, suas relações com o poder e seu posicionamento político frente às mudanças e seu apoio ao governo provisório de Vargas, na presidência da República, e de Nereu Ramos, no governo do Estado.

O terceiro capítulo, intitulado *O lugar das mulheres*, faz-se uma análise das crônicas de Antonieta, escritas entre os anos de 1932 a 1935, por meio das quais reivindicava a ampliação do acesso à educação e ao espaço de trabalho para as mulheres, em nome da sobrevivência. É neste capítulo que percebemos com maior clareza sua luta contra os limites sociais impostos pelas diferenças de gênero e contra o machismo.

No quarto capítulo, intitulado *Diferentes discursos para diferentes espaços*, analisamos as mudanças em seu discurso em relação às propostas educacionais que defendeu ao longo dos anos. Neste sentido questionamos qual o tipo de educação Antonieta advogou para a sociedade, em especial para as mulheres. Que modelo e que políticas educacionais defendeu e que tipo de conteúdo ideológico, preocupações políticas e sociais caracterizaram a educação das mulheres nos espaços analisados.

No quinto capítulo, intitulado *A Construção da Ordem*, nossa discussão parte do pressuposto de que o Estado de Santa Catarina fez das reformas institucionais de Nereu Ramos e do processo de nacionalização do ensino durante o governo Vargas, meios para a consolidação de um projeto de governo e de uma política autoritária, como também,

buscou consolidar no poder o grupo vencedor em 1930. A partir de uma abordagem estrutural, buscamos compreender a criação de um conjunto de leis, intuições e rotinas burocráticas que visavam um maior controle sobre os indivíduos. Liderados por Nereu Ramos, Antonieta foi um destes intelectuais que buscou se afinar com as mudanças ocorridas após a chegada de Getúlio Vargas ao poder.

Com o golpe do Estado Novo, em 1937, Antonieta foi impedida de exercer o cargo de deputada estadual e, neste mesmo momento, o jornal *República* também é fechado. Sua participação na esfera pública, ao final da década de 30 e meados de 40, caracterizou-se, principalmente, por sua atuação como professora nas escolas da capital. O contexto político autoritário transformou a educação em veículo de disseminação de conteúdos ideológicos nacionalistas. O controle sobre o que era ensinado, e como era ensinado, passou a ser preocupação central na política de nacionalização e, em Santa Catarina, esta política foi defendida e executada com êxito pelo interventor Nereu Ramos e seus apoiadores. Discute-se, então, como a atuação de Antonieta, na sua prática como educadora, refletiu, ou não, essas mudanças.

CAPÍTULO I

OS PRIMEIROS ANOS DE FORMAÇÃO DE ANTONIETA DE BARROS: FAMÍLIA E RELAÇÕES DE SOCIABILIDADE

1.1. O Lar e a Família.

De acordo com o registro de batismo de Antonieta de Barros, localizado nos arquivos da Cúria Metropolitana de Florianópolis,⁴⁶ ela nasceu, nessa cidade, em 11 de

⁴⁶ Arquivo da Cúria Metropolitana de Florianópolis. Livro de Batismo do ano de: 1899 a 1902, p.136.

julho de 1901, tendo sido registrada como filha natural de Catharina Waltrich. Nesse mesmo registro consta, ainda, que teve por padrinhos de batismo Maximiliano Freyesleben e Maria Josepha Cúnes. Sobre Maria Josepha, nenhuma outra referência foi encontrada, já sobre Maximiliano, em pesquisa no *Almanaque Administrativo do Estado de Santa Catarina*, encontramos um registro de 1914 no qual ele é mencionado como delegado.⁴⁷ A ausência dos nomes do pai e dos avós paternos são lacunas difíceis de ser preenchidas pois, em torno delas, paira um silêncio, que não deixa de ser ruidoso, já que permite especulações as mais diversas. De uma delas, trataremos mais adiante.

Ao conjecturarmos sobre a trajetória de vida da família de Antonieta de Barros, no período que compreende o final do século XIX e início do XX, todas as trilhas nos conduziram à cidade de Lages, no planalto serrano, onde sua mãe e sua avó haviam sido escravas. Desde o início do século XIX, Lages era conhecida por sua economia agropecuária e por localizar-se em importante rota comercial, sendo ponto de parada (entreposto comercial) para os tropeiros que por ali passavam vindos de São Paulo e do Paraná, em direção ao Rio Grande do Sul. O trânsito de mercadorias e comerciantes nessa região contribuiu para a expansão do povoamento, intensificado com a chegada e instalação de famílias paulistas e rio-grandenses. O trabalho escravo foi fundamental para o acúmulo de riqueza entre os comerciantes, fazendeiros e criadores de gado locais e, na medida em que o comércio crescia, aumentava também o número de cativos na região. Em pesquisa nos registros de batismos da Igreja de Nossa Senhora dos Prazeres e nos arquivos do Museu Thiago de Castro em Lages, pode-se evidenciar esta presença, bem como a formação de um número significativo de famílias de cativos. Antonieta de Barros era, pois, descendente de uma família de cativos, estabelecida em Lages. Vejamos como a Historiografia brasileira tratou e tem tratado essas famílias escravas.

Paulino de Jesus Francisco Cardoso, em seu estudo sobre populações de origem africana em Desterro/Florianópolis, chama atenção para as práticas familiares de africanos e afrodescendentes. Ele afirma que a produção historiográfica encabeçada pela Escola Sociológica de São Paulo é hegemônica no que tange aos estudos sobre as relações raciais nos anos 1960 e 1970. Paulino Cardoso afirma que:

⁴⁷Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial 1891-1940. Plano Nacional de microfilmagem de periódicos brasileiros. Biblioteca Nacional. <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>. Acessado em: 06/06/2014. A família Freyesleben compõe um vasto grupo de comerciantes, funcionários públicos e profissionais liberais todos descendentes de alemães que, a partir da segunda metade do século XIX, passaram a compor uma elite local.

Seu principal representante, Florestan Fernandes, admitia que as dificuldades impostas pela escravidão não apenas tornaram os grupos de parentesco extremamente instáveis, como destruíram as normas familiares dos cativos, “[...] deixando-os sem regras para conduta sexual e sem um imperativo cultural que incentivasse a formação de unidades familiares ancoradas no tempo”. Eram as famosas condições anômicas de existência que teriam impacto duradouro nos africanos e afrodescendentes, mesmo após a liberdade.

Sobre Florianópolis, a abordagem de Fernando Henrique Cardoso a respeito da vida familiar dos cativos, baseando-se nos relatos de viajantes, afirma que “(...) aos escravos não eram dadas as condições necessárias para que a vida sexual e a procriação ficassem ao abrigo dos efeitos disnômicos que a ordem escravista acarretava”.⁴⁸ As representações preconceituosas e estereotipadas sobre a vida familiar dos cativos, que se caracterizam pela anomia, a maioria delas construída a partir dos relatos de europeus, impregnou a historiografia brasileira antes de 1980. Na vertente oposta, os estudos produzidos a partir da década de 1990, apoiados em fontes eclesiásticas – tais como registros de batismos, casamentos, óbitos e documentos do judiciário, que receberam tratamento demográfico e foram submetidas ao método de ligação nominal – possibilitaram pôr em xeque esta abordagem tradicional.

Um destes trabalhos foi produzido pelo historiador Robert Slenes, ao final da década de 1990. Nele, o autor buscou desconstruir supostas “verdades” sobre os hábitos e costumes de famílias cativas, presentes em obras literárias e nas narrativas de viajantes europeus. Slenes realizou uma leitura a contrapelo de tais narrativas, colocando-as em diálogo com dados estatísticos e ligações nominais, identificando sujeitos e estratégias familiares presentes nas comunidades de cativos. As experiências destes cativos possibilitaram a Slenes identificar práticas culturais, noções de famílias e parentescos, desconstruindo as leituras estereotipadas e preconceituosas que tomaram por base o modelo de família nuclear burguesa em contraposição à vida nas senzalas.⁴⁹ Seu estudo apoia-se em produções seminais da historiografia norte-americana, como os trabalhos de Eugene D. Genovese – *Roll, Jordan, Roll: the World the Slaves Made* e Herbert G. Guttmann – *The Black Family in Slavery and Freedom, 1750 – 1925*, além de outros produzidos naquele país nas décadas de 1970 e 1980.

⁴⁸ CARDOSO, Fernando Henrique; Apud: CARDOSO, Paulino de Jesus Francisco. *Negros em Desterro: experiências de populações de origem africana em Florianópolis na segunda metade do século XIX*. Itajaí: UDESC; Casa Aberta, 2008, p.138.

⁴⁹ Referimo-nos especialmente ao capítulo 3. SLENES, Robert W. *Na senzala, uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava*. Brasil, Sudeste século XIX. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999, pp.132-236.

Nas pesquisas realizadas nos livros de registros de batismo da Igreja Nossa Senhora dos Prazeres em Lages, entre os anos de 1860 e 1897, encontramos um número significativo de cativas solteiras que batizaram seus filhos. Percebe-se que esse número aumenta principalmente a partir de 1872, porém, o termo de pai incógnito ecoa pelos registros, mesmo após a abolição do trabalho escravo. Em seu estudo Paulino Cardoso, afirma que

de qualquer modo, como têm indicado os estudos especializados, o matrimônio legitimado pela Igreja Católica era muito caro e distante da maior parte dos brasileiros, mesmo livres e libertos. Insistir neles, como única referência para pensar a família, levaria-nos a reafirmar interpretações eivadas de preconceitos e pouco esclarecedoras das práticas familiares de desvalidos e desclassificados urbanos, com suas vidas marcadas pela contínua improvisação na busca da sobrevivência.⁵⁰

O que transparece dos novos estudos é que a ausência de matrimônios legitimados pela Igreja Católica não implicou em inexistência de arranjos familiares. Tal foi o caso de Maria do Nascimento e de sua filha Catharina Waltrich. A falta do nome do pai no registro de batismo de Catharina, e mais tarde de seus outros filhos, revelam o caráter consensual de que se revestiam as relações amorosas dessas escravas, muitas vezes estabelecidas com seus senhores. Júnia Ferreira Furtado em seu estudo sobre Chica da Silva, estabeleceu densa discussão sobre este aspecto. Segundo a autora, para essas mulheres, em muitos momentos, esse tipo de relação se constituiu como porta de entrada ao mundo dos livres, fosse por meio da alforria, do branqueamento ou da ascensão econômica.⁵¹

Paulino Cardoso, apoiado em Kátia Matoso⁵² e Hebe de Mattos⁵³, enfatiza que: “(...) em torno da família devem ser buscados os elementos para se compreender as complexas hierarquias sociais, pois a família era o eixo cuja volta giravam as relações sociais, com base nas quais as hierarquias se faziam ou desfaziam.”⁵⁴

A noção de família empregada nesse estudo refere-se àquela que extrapola os laços de consanguinidade, legítimos ou não, envolvendo também relações de compadrio,

⁵⁰ CARDOSO, Paulino de Jesus Francisco. *Negros em Desterro: experiências de populações de origem africana em Florianópolis na segunda metade do século XIX*. Itajaí: UDESC; Casa Aberta, 2008, p.148.

⁵¹ FURTADO, Júnia Ferreira. *Chica da Silva e o Contratador dos Diamantes: o outro lado do mito*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

⁵² MATTOSO, Kátia Maria de Q. *Bahia século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992, p.143.

⁵³ MATTOS, Hebe Maria de. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista. Brasil século XIX*. 2ª edição Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998, p.28.

⁵⁴ MATTOSO, Kátia Maria de Q. Apud: CARDOSO, Paulino de Jesus Francisco. *Negros em Desterro: experiências de populações de origem africana em Florianópolis na segunda metade do século XIX...*, p.148.

de sociabilidade e de solidariedade e, neste sentido, compartilhamos da noção de Robert Slenes, que amplifica essa discussão. Para este autor a família escrava era o centro de um projeto de vida, pois

não se reduzia a estratégias e projetos centrados em laços de parentesco. Ela expressava um mundo mais amplo que os escravos criaram a partir de suas “esperanças e recordações”; ou, melhor, ela era apenas *uma* das instâncias culturais importantes que contribuíram, nas regiões de *plantation* do Sudeste, para a formação de uma identidade nas senzalas, conscientemente antagônica à dos senhores e compartilhada por uma grande parte dos cativos.⁵⁵

Nossa análise inicia-se pela cidade de Lages, no planalto serrano e, mais tarde, por Florianópolis, cidade litorânea e sede administrativa do Estado. Foi na primeira cidade, antes de se mudarem para Florianópolis, que a família Ramos se estabeleceu ao se assentar na província e entrou em contato com Catharina Waltrich, já na condição de liberta. Os Ramos construíram vasta fortuna, angariada por meio da propriedade de grandes extensões de terras e pela exploração do trabalho escravo nessas unidades. Ali também foi o lócus onde alguns membros da família começaram a se inserir de forma favorável na esfera política, e foi onde estabeleceram seu reduto eleitoral.

Certamente, uma série de fatores favoreceu a chegada dos Ramos à esfera pública, dentre estes destacam-se as relações de natureza autoritária, a exemplo do coronelismo – forma de poder e dominação exercida pelas elites regionais sobre a população, especialmente a rural –, que se estrutura durante a Primeira República.⁵⁶ Os investimentos feitos por Vidal Ramos na educação de seus filhos homens, que tornaram-se advogados, engenheiros e médicos, permitiu que os mesmos viessem a ocupar cargos públicos e posteriormente entrarem na política. Quanto às mulheres, a fortuna e o poder político dos Ramos foram mantidos pelos casamentos, na maioria das vezes estabelecidos com membros da própria família ou aliados a ela, evidenciados nas uniões tecidas com primos e sobrinhos, arranjos que buscaram unir o “útil ao agradável”, sob a cadência do ritmo patriarcal. Ao cruzarmos as trajetórias das famílias Barros e Ramos, as primeiras interrogações surgidas deste cruzamento foram: como e por que Antonieta de Barros, descendente ilegítima de uma família de ex-escravos, negra e de origem pobre, estabeleceu relações com a família Ramos? Em que momento ela passou a fazer parte de sua rede de relações sociais? As relações entre as famílias Barros e Ramos parecem ter se

⁵⁵ SLENES, Robert W. *Na senzala, uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava*. Brasil, Sudeste século XIX. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999, p.49.

⁵⁶ Sobre o coronelismo ver o estudo de LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo enxada e voto*. 4ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

iniciado antes mesmo do nascimento de Antonieta, tendo ocorrido ainda na cidade de Lages.

Sua mãe, Catharina Waltrich, era cativa de Lourenço Waltrich, também proprietário de terras e escravos. O registro de batismo de Catharina confirma sua condição de cativa. Nascida em 29 de novembro de 1863 e batizada no dia 20 de dezembro do mesmo ano, na matriz de Lages, era filha de Maria, também cativa de Lourenço Waltrich. Os padrinhos de Catharina foram Roberto do Amaral e Catharina, cativa de Manoel de Souza Machado. O registro afirma ainda que todos pertenciam àquela paróquia.⁵⁷ Nascida antes da Lei do Ventre Livre, a condição de cativa da avó de Antonieta determinava também a de sua mãe, Catharina. Condição esta em que permaneceu por alguns anos, como indica o inventário de Lourenço Waltrich de 6 de setembro de 1881⁵⁸. Em pesquisa nos registros de compra e venda de escravos da década de 80 do século XIX, no Museu Thiago de Castro em Lages, não foi encontrada nenhuma referência do momento em que as trajetórias de vida de Catharina Waltrich e dos Ramos cruzaram-se, e quando Catharina tornou-se uma mulher livre, mas é muito provável que isso ocorreu com a abolição da escravatura em 1888.

Vale destacar que a escolha do nome Catharina para o bebê não parece ter sido fortuita. Ao que tudo indica, seria uma homenagem à Catharina, cativa de Manoel de Souza Machado, escolhida como madrinha da criança.⁵⁹ Os registros de batismo de Lages indicam, ainda, que a escolha de uma escrava para madrinha não era fato raro ou isolado. Número significativo de crianças cativas, ou mesmo libertas, após 1872, tinham como madrinhas mulheres cativas. Mais uma vez, o estudo de Paulino Cardoso apontou para esta mesma direção. Segundo ele, em pesquisa nos assentos de batismo da Cúria Metropolitana de Florianópolis, entre os anos de 1860 e 1890, “dos 427 assentos de crianças de mães cativas, em apenas 29 senhores e seus parentes aparecem como padrinhos”.⁶⁰

Já livre, Catharina, além de Antonieta, nascida em 1901, teve mais três filhos, sendo que, com exceção da primogênita, Maria do Nascimento, nascida em Lages, quase

⁵⁷ Igreja Nossa Senhora dos Prazeres. Lages, Santa Catarina. Livro de Registro de Batismo nº 17 do ano de 1863 a 1865, p.06.

⁵⁸ Inventário de Lourenço Waltrich e Nascimento Ribeiro de Andrade. Arquivo do Museu Judiciário de Santa Catarina, Florianópolis.

⁵⁹ Levantamos esta possibilidade, porém, não deixamos de atentar para o fato de que esta também pode ser uma forma de registro escolhida pelo pároco, visto que cativos, ou mesmo livres e libertos eram registrados apenas pelo primeiro nome, esta seria a possibilidade de se estabelecer um vínculo de parentesco.

⁶⁰ CARDOSO, Paulino de Jesus Francisco. *Negros em Desterro: experiências de populações de origem africana em Florianópolis na segunda metade do século XIX.....*, p.156.

todos nasceram após sua mudança para Florianópolis. Maria nasceu a 26 de março de 1889, já sob a vigência da Lei Áurea, e foi batizada em 20 de junho de 1889. Essa menina, como toda a descendência de Catharina, nasceu livre, visto que a escravidão havia sido abolida desde 1888. No registro de Maria consta esta ser filha ilegítima de Catharina Waltrich e de pai ignorado. Como sabemos, Maria do Nascimento era também o nome da avó materna da criança, o que sugere ter sido esse nome escolhido em sua homenagem, valorizando a ascendência matrifocal. Ainda no mesmo registro, são referidos os nomes dos dois padrinhos de batismo, Antônio dos Santos e Polycarpo José Pereira de Andrade. Sobre o nome desse último, foi sobrescrito o de Maria Custódia Waltrich.⁶¹ Provavelmente, Polycarpo José Pereira não pôde comparecer à cerimônia e foi representado ou substituído por essa Maria Custódia. Quanto a essa madrinha substituta não foram encontrados registros que pudessem oferecer pistas sobre ela; seu sobrenome indica que tanto poderia ter sido escrava dos Waltrich, como Catharina, pois era comum que, uma vez libertos, esses ex-cativos adotassem o sobrenome da família a que haviam pertencido, ou ainda um membro dessa vasta família que estabeleceu relações de afeto com a ex-escrava. Infelizmente, também não foram encontrados outros vestígios sobre a menina Maria, exceto o fato de ter sido, mais tarde, nomeada como a principal herdeira de sua irmã, Antonieta de Barros. Contudo, observa-se, no mesmo livro de registros, que dias antes do batizado de Maria, um membro da família Waltrich havia sido batizado, e seus padrinhos foram Belizário José de Oliveira Ramos e sua esposa, Theodora Ribeiro dos Santos Ramos. Tal registro indica relações de sociabilidade e de compadrio entre as famílias Waltrich e Ramos.

O segundo filho, nascido a 26 de junho de 1897, foi batizado como Cristalino, em 28 de outubro do mesmo ano. No seu registro, consta apenas que era filho natural de Catharina do Nascimento Waltrich, e não há referências ao pai ou aos avós paternos e maternos. Cristalino teve como padrinhos de batismo o Alferes Octávio Ignácio da Silveira e sua esposa dona Francisca Batalha da Silveira.⁶² Já no registro de batismo de Leonor, que também aparece como filha natural de Catharina do Nascimento, nascida em 24 de outubro de 1903, consta o nome dos avós maternos, Balduino Bak e Maria do Nascimento. Essa criança foi batizada no dia 17 de janeiro de 1904, sendo seus padrinhos, Pedro Evaristo Dias e Theodora Ameo.

⁶¹ Igreja Nossa Senhora do Desterro, Florianópolis, Santa Catarina. Livro de Registro de Batismo nº 31 do ano de: 1886 a 1891, p. 68.

⁶² Igreja Nossa Senhora do Desterro, Florianópolis, Santa Catarina. Livro de Registro de Batismo nº 39 do ano de: 1897 a 1899, p.17.

No período pós-abolição, o que se assiste, então, é a coexistência, numa mesma família, de membros que viveram as experiências do cativo e outros que, em conjuntura distinta, nasceram livres. A partir de suas trajetórias particulares, mãe e filhos buscaram se inserir na sociedade, cada qual elaborando suas próprias táticas. Mas o que liga uma geração à outra são também suas memórias. Embora Antonieta não tenha feito referência direta, em seus discursos, ao tempo do cativo, em entrevista ao jornal carioca, *A Noite*, publicada também no jornal *República*, ela afirmou que depois de ficar asilada dois dias em um quartel (para isolar-se e proteger-se das influências e dos ataques que marcaram a eleição de Nereu Ramos para o governo do Estado) foi que “tive a noção exata do valor da liberdade”. A experiência, mesmo que curta, da perda da liberdade pode ter despertado, em sua memória, histórias e recordações sobre o tempo em que sua mãe e sua avó haviam vivido em cativo. Na sequência da entrevista, Antonieta falou sobre o lugar que sua mãe ocupou em sua vida:

Na minha vida de menina moça, empolgou-me, sempre, um sonho: trabalhar para poder descansar a minha santa mãe, que me formou o espírito e o fortificou, pelo exemplo de combatente corajosa, dentro da luta, para a conquista do pão de cada dia, e da instrução dos filhos, preocupação máxima da sua grande alma, que, há menos de um ano, repousa em Deus. (...) ⁶³

Em sua fala, percebe-se a construção de laços familiares penosamente engendrados desde o tempo da escravidão, e após seu fim, por meio dos esforços de sua mãe para manter os filhos juntos e em condições de lutarem por inserção e mobilidade social, agora no pós-abolição. Outro aspecto importante nas relações envolvendo Maria do Nascimento, Catharina Waltrich e seus filhos, percebido tanto na documentação quanto nas memórias de Antonieta, é a formação de uma família matrifocal.

Por meio dos registros eclesiásticos levantados, nota-se que o sobrenome Waltrich, presente nos registros de Catharina, vai se perdendo, sendo substituído apenas pelo sobrenome materno Barros. Esse fato fica mais evidente no registro de casamento de Cristalino José de Barros com Antonieta Faria, realizado no dia 11 de dezembro de 1929. Neste documento, Cristalino aparece como filho natural de Catharina de Barros (e não Waltrich) e Rodolfo José de Barros. O mesmo ainda faz referência ao ofício de Cristalino como pintor.

Já livre, Catharina Waltrich trabalhou como empregada doméstica na casa da família Ramos quando esta se transferiu para a capital, acompanhando as mudanças na

⁶³ Jornal *República*, 14 de maio de 1935.

política nacional e estadual. Na cidade, também trabalhou como lavadeira, profissão exercida por muitas mulheres de igual condição⁶⁴. Não sabemos ao certo quando Catharina estabeleceu relações com a família Ramos, mas acreditamos que estas relações tenham se iniciado ainda em Lages e que a cativa tinha experiência com os ofícios domésticos como cozinhar, lavar e costurar.⁶⁵ Acreditamos também que na condição de mulher livre, Catharina deu continuidade ao seu antigo ofício, passando a trabalhar como doméstica. Os estudos sobre as relações de trabalho no pós-abolição indicam continuidades e permanências dentre algumas categorias de trabalhadores que na passagem entre escravidão e liberdade continuaram exercendo os mesmos ofícios assimilados durante o período do cativo.⁶⁶

No que se refere a estas mulheres, Sandra L. Graham em seu estudo sobre as relações de trabalho entre trabalhadoras domésticas e seus patrões no pós-abolição, enfatiza que o universo das criadas era formado principalmente por mulheres forras e escravas, e no pós-abolição, por mulheres negras e mulatas. A autora destaca ainda que, mulheres brancas e pobres de origem europeia também exerceram ofícios domésticos, em especial o de governanta.⁶⁷

Uma fotografia (Imagem 1) de Catharina, debruçada sobre uma janela, emoldurada por suas filhas, materializa boa parte da trajetória de Antonieta de Barros, ou seja, ela viveu grande parte dela na companhia da mãe e da irmã, sendo sua trajetória marcada pela ausência de qualquer figura masculina. Infelizmente, não há registro sobre a data dessa fotografia, nem sobre quem foi o fotógrafo, mas pode-se notar a preocupação das irmãs, manifestada na postura ereta, na pose de perfil e nos olhos fixados na lente do fotógrafo, sugerindo ao receptor o quanto aquele momento era significativo para elas. O pequeno recorte da casa indica ser esta uma residência humilde, a janela parece ser desprovida de vidro e, na parede, pode-se observar o desgaste da pintura e a presença de manchas, ocasionadas pela passagem do tempo. No centro da fotografia está Catharina. É ela o objeto principal que o fotógrafo quer captar, seu semblante demonstra as marcas do

⁶⁴ Jornal *AN Capital*, 11 de julho de 2000, p.01. A edição trouxe a notícia dos preparativos para uma homenagem a Antonieta de Barros, em 2001, centenário do nascimento da mesma.

⁶⁵ Afirmamos com base na relação de bens declarados no inventário de Lourenço Waltrich, observa-se neste documento que Lourenço era um comerciante e que dentre seus bens estão casas e terrenos no espaço urbano de Lages.

⁶⁶ Sobre este assunto ver: FILHO, Walter Fraga. *Encruzilhadas da Liberdade: história de escravos e libertos na Bahia (1870-1910)*. Campinas, Editora da Unicamp, 2006.

⁶⁷ GRAHAM, Sandra L. *Proteção e obediência: criadas e seus patrões no Rio de Janeiro, 1860-1910*. São Paulo. Companhia das Letras, 1992.

tempo, os cabelos estão esbranquiçados, mas seu olhar continua firme, exercendo certo poder e controle sobre a cena.



Imagem 1. Catharina Waltrich emoldurada por suas filhas Leonor (à esquerda) e Antonieta (à direita).⁶⁸

1.2 A luta pela sobrevivência e as relações de sociabilidade.

Difícil saber com exatidão a data da chegada de Catharina Waltrich à capital. Parece que chegou acompanhando a família Ramos, quando Vidal Ramos foi eleito vice-governador, em 1898. Tudo indica que a rua Arcipreste Paiva (Imagem 2) foi onde se localizava a primeira morada de Catharina e sua família. Essa rua, ao lado da Catedral Metropolitana, era próxima à Escola Normal, ao Grupo Escolar Lauro Muller e à Igreja do Rosário, sendo uma via simples, com casas modestas, porém, próxima a espaços

⁶⁸ <http://oamigodaverdade.blogspot.com.br>.

estratégicos e frequentados pela família. Catharina parece ter residido ali, até a formatura de Antonieta na Escola Normal.⁶⁹



Imagem 2. Rua Arcipreste Paiva, início do século XX.⁷⁰

Na imagem 2, pode-se imaginar o cenário encontrado por Catharina Waltrich ao chegar à capital e instalar-se, com sua família, à Rua Arcipreste Paiva. Nessa foto não é possível identificar a localização de sua casa, porém, percebe-se que se tratava de uma rua que agrupava casas modestas e geminadas, sem calçamento, e próxima à Igreja Matriz e a área de comércio popular. No lado direito, pode-se avistar homens envolvidos em algum tipo de atividade e, ao fundo, a baía sul. Embora seja possível visualizar, do lado esquerdo, a presença de um poste, muito provavelmente naquele período, nem todas as casas da cidade eram servidas por energia elétrica. Em um dos escritos de Antonieta, este do início da década de 1930, ela fez da luz elétrica o tema central de sua reflexão. Ao mesmo tempo em que reclamava da qualidade desta, fez menção ao uso do lampião à querosene. “(...) A Claridade romântica da lua, diante da qual era nula a luz fraca dum

⁶⁹ SILVA, Josefina da. Antonieta de Barros – *Maria da Ilha: Discurso e Catequese*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Literatura. Centro de Comunicação e Expressão. UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis: 1991.

⁷⁰ Acervo Histórico e Imagético da Casa da Memória, Florianópolis.

lampeão a querosene (...). A luz elétrica, embora fraca, como é a nossa, fez morrer a ternura, o encanto existente nas serenatas”.⁷¹



Imagem 3. Rua Arcipreste Paiva entre as décadas de 1930 e 1940.⁷²

A imagem 3 apresenta a mesma rua, entre as décadas de 1930 e 1940. Neste momento esta já espelhava os resultados das mudanças decorrentes do projeto de modernização e urbanização por que passava a capital e que avançava, como calçamento, iluminação pública e um conjunto de prédios públicos e particulares, construídos segundo o modelo arquitetônico vigente. Tal processo não foi uma ação contínua, e sim marcada por rupturas causadas pelas mudanças de governo e pelas faltas ocasionais de verbas. A arquiteta e urbanista Eliane Veras da Veiga, em seu estudo sobre Florianópolis e a memória urbana da cidade, afirmou que “a área à leste e ao fundo da Catedral manteve-se por algum tempo ocupada por ‘moradinhas’ e cortiços, que só desapareceram com as medidas de saneamento urbano adotadas no final do século XIX e início do século XX.”⁷³

Nesse estudo, esta urbanista se mostrou preocupada, principalmente, com as questões estéticas decorrentes dessas transformações, esquecendo que trabalhadores e suas famílias, pertencentes às classes populares, vivenciaram, em suas casas modestas, essas mudanças. Estes espaços também guardam as memórias desses sujeitos que

⁷¹ Jornal *República*, 14 de fevereiro de 1932, p.02.

⁷² <https://carlosdamiao.wordpress.com/category/memoria-catarinense>. Acessado em 11/10/2014.

⁷³ VEIGA, Eliane Veras da. *Florianópolis: Memórias Urbanas*. 3ª edição. Florianópolis: Fundação Franklin Cascaes, 2010, p.209.

também fizeram parte dessa história. Veiga utiliza-se de trechos da obra do início do século XX, de Oswaldo Rodrigues Cabral, médico, professor, político e historiador, que abordou a história da cidade de Desterro e os costumes de seus moradores⁷⁴. Homem de seu tempo, Cabral foi influenciado, como também ajudou a propagar, um discurso higienista, também machista e racista, se considerados sob o olhar contemporâneo, que condenava os bairros (Figueira, Rita Maria, Toca e Tronqueira) habitados por sujeitos das classes populares – tais quais marinheiros, lavadeiras, pedreiros, sapateiros e prostitutas – como sendo antros de imoralidade e focos de doenças. Impressionada com o trabalho de Cabral, Veiga acaba por reproduzir os estereótipos produzidos por esse discurso higienista do início do século XX.

Quanto à trajetória de Antonieta, aos 17 anos, ingressou na Escola Normal para cursar o Magistério. Logo que concluiu os estudos, uma das alternativas encontradas pela recém-formada e por sua família, para garantir a sobrevivência, foi abrir uma pequena escola particular, denominada Curso Particular Antonieta de Barros, que recebia crianças em período de alfabetização e adultos com vistas aos exames preparatórios para o ingresso no ensino superior.

Cecília Vieira do Nascimento, em seu estudo sobre as trajetórias de mulheres professoras, em Sabará, entre os anos de 1830 e 1904, afirma que a feminização do magistério tem sido tema de muitos estudos recentes, tais quais os trabalhos de Heloísa Villela e de Jane Almeida, sobre a institucionalização da formação docente por via das escolas normais. Ambas comungam a interpretação desse fenômeno estudado por Jane Almeida, a de que as escolas normais ocuparam um papel fundamental para ocupação feminina vocacionada para a docência.⁷⁵ Isso parece ter sido os casos de Antonieta e Leonor de Barros que, por meio da formação docente, puderam romper os limites econômicos impostos por suas origens humildes e pela cor negra de suas peles, conquistando certa mobilidade social, o que promoveu suas reinserções sociais.

Segundo a pesquisadora Luciene Fontão, logo depois de se formar como normalista pela Escola Normal Catarinense, em 1921, Antonieta de Barros oficializou, no ano seguinte, a criação do Curso Primário Antonieta de Barros de Alfabetização, que

⁷⁴ Oswaldo Rodrigues Cabral possui vasta produção e foi um dos historiadores mais influentes no estado. Ao longo de sua trajetória de vida, ocupou espaços de destaque social. Foi médico, professor, pesquisador e político, nos jornais da capital é possível encontrar escritos de sua autoria. CABRAL, Oswaldo Rodrigues. *Nossa Senhora do Desterro. Notícia*. Florianópolis: Lunardelli, 1979.

⁷⁵ NASCIMENTO, Cecília Vieira do. *Caminhos da Docência. Trajetórias de mulheres professoras em Sabará - Minas Gerais (1830-1904)*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação. UFMG Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2011, p.59.

funcionava diurnamente junto à casa de sua família, agora em novo endereço, situada na rua Fernando Machado nº32. O curso também funcionava em horário noturno, nesse caso, voltado para a alfabetização de adultos.⁷⁶ Sua irmã mais nova, Leonor de Barros, concluiu o mesmo curso dois anos depois de Antonieta e as duas, a partir de então, se tornaram as principais responsáveis pelo funcionamento da pequena escola, mantendo-a ativa entre os anos de 1922 a 1965, em um cenário educacional problemático e em constantes mudanças (o curso manteve-se mesmo após a morte de Antonieta de Barros, ocorrida em 1952).

Certamente, como muitas outras mulheres dessa época, as irmãs Barros perceberam na educação escolar a garantia de uma sobrevivência mais digna para a família, economicamente melhor do que a que sua mãe perfazia com o trabalho doméstica.



⁷⁶ FONT
Graduaç
Catarina

de Pós-
e Santa

Imagem 4. Curso Primário Antonieta de Barros, início da década de 30.⁷⁷

Na imagem 4, pode-se observar uma foto dos integrantes da escola de Antonieta de Barros. Lá estão meninos e meninas de diferentes faixas etárias, agrupados conjuntamente, sem separação por turmas, posando para a fotografia. A importância do momento pode ser captada por meio da preocupação esboçada na organização e nas poses. Ao fundo da imagem, estão alguns adultos, provavelmente funcionários e/ou professores, na lateral direita, avista-se a própria Antonieta e, na esquerda, Leonor de Barros. Não se pode afirmar se as classes de alunos eram formadas por turmas mistas, ou separadas por sexo, mas, por se tratar de uma escola particular, é provável que sim, visto o intenso trabalho, que ocorreu logo após a Revolução de 1930, de extinção de classes formadas apenas por meninos ou meninas, e a criação das turmas mistas nas escolas públicas locais. Outro aspecto observado, diz respeito ao caráter simples do próprio estabelecimento (chão batido, terreno em desnível).

A rua Fernando Machado (anteriormente chamada de rua do Vigário), onde se localizava a escola de Antonieta, ocupava ponto estratégico da cidade, próximo às tradicionais ruas de comércio do centro, como a Saldanha Marinho, a dos Ilhéus, a João Pinto e uma das mais importantes, a avenida Hercílio Luz, também chamada de avenida do Saneamento. Esta última foi um dos principais símbolos das reformas urbanas na capital, iniciadas no final do século XIX e que se estenderam pelas primeiras décadas do século XX. Na imagem 5, pode-se observar a rua João Pinto, que se localizava nas proximidades da rua Fernando Machado.

⁷⁷ Acervo Histórico e Imagético da Casa da Memória, Florianópolis.



Imagem 5. Rua João Pinto, em 1903.⁷⁸

Ainda segundo Luciene Fontão, a mudança da família para a rua Fernando Machado ocorreu na década de 1920 e teria sido motivada pelas reformas que a via sofrera recentemente, como o saneamento, a fim de atender à clientela nova de moradores da região, passando a apresentar a imagem de “desenvolvida” e “próspera”.⁷⁹ Certamente, com essas intervenções, as áreas, até então pouco valorizadas, passaram a atrair novos moradores e, de acordo com essa autora, tais mudanças é que teriam motivado a família de Antonieta a ali se estabelecer.⁸⁰

⁷⁸ SILVA, Alberto Nicolich. *Ruas de Florianópolis*. Florianópolis: Franklin Cascaes, 1999, p.73

⁷⁹ FONTÃO, Luciene. *Nos passos de Antonieta. Escrever uma vida*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Literatura. Centro de Comunicação e Expressão. UFSC. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2010, p.251.

⁸⁰ *Ibidem*, p.383.



Imagem 6. Rua Fernando Machado, na década de 1930.⁸¹

No entanto, ao se observar uma fotografia da rua Fernando Machado (Imagem 6), esta da década de 1930, a via não parece ser o melhor exemplo de modernidade urbana. É possível visualizar um conjunto de casas geminadas, algumas modestas, passeios esburacados e com entulhos, transeuntes em passeios apertados e o tráfego de uma carroça. Nada disso indica, como fizera Luciene Fontão, que a família tivesse sido atraída pelas modernidades de que a rua passara a dispor. Pelo contrário, o que parece mais provável para explicar a mudança de endereço da família Barros foi a formação, como normalistas, de Antonieta e Leonor e a abertura da pequena escola, que teriam permitido alguma mobilidade social e econômica da família.

⁸¹ SILVA, Alberto Nicolich. *Ruas de Florianópolis*. Florianópolis: Franklin Cascaes, 1999, p.73.



Imagem 7. Rua Saldanha Marinho, em 1930.⁸²

Como se pode observa-se na imagem 7, algumas ruas adjacentes à rua Fernando Machado, como era o caso da Saldanha Marinho, também exibiam precárias condições de instalação e circulação, tendo alguns trechos não pavimentados e estreitos.

Nos jornais da época, são veiculados anúncios sobre a escola de Antonieta de Barros e sua irmã, como o que se vê na Imagem 8, encontrada no jornal *O Idealista*, que circulou na década de 1940. Percebe-se que o curso recebe o seu nome, mas no centro, a professora que aparece em destaque é Leonor de Barros e não Antonieta.

⁸² *Ibidem*, p.75.

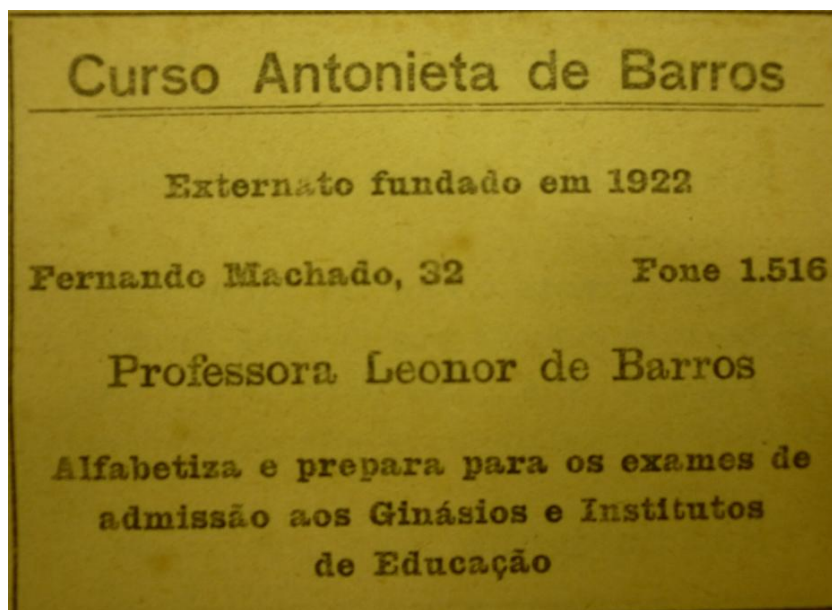


Imagem 8. Anúncio publicitário do Curso Antonieta de Barros na década de 1940.⁸³

Este mesmo impulso de modernização que tomou conta da cidade desde o final do século XIX, estendendo-se pelas primeiras décadas do século XX, foi o responsável pela criação e manutenção de instituições como o Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, o Instituto Polytechnico de Florianópolis, (mais tarde transformado em Faculdade de Direito) e a própria Academia Catharinense de Letras.

Foi vivenciando, e até mesmo condescendendo com essas preocupações que ainda na década de 1920, Antonieta buscou engajar-se nas letras locais, associando-se ao Centro Catharinense de Letras, instituição literária fundada em desacordo com a Academia Catharinense de Letras. Do Centro faziam parte políticos, jornalistas e professores. Além de Antonieta, outras mulheres, como Isaura Vieira de Faria, Jovita Lisboa, Maura de Senna Pereira e Beatriz de Sousa Brito, e alguns poetas negros, como Ildefonso Juvenal e Trajano Margarida, aventuravam-se no pequeno e inexpressivo universo literário local. Parece ter sido por meio desta atuação tímida no universo das letras locais que Antonieta se inseriu na esfera pública. Da instituição literária, também faziam parte alguns nomes já conhecidos da imprensa local, como Anfilóquio Nunes Pires, Araújo Figueiredo e Oscar Ramos.

O Centro Catharinense de Letras surgiu de uma disputa existente entre esses intelectuais, oriundos das camadas populares, muitos deles negros, e a Academia Catharinense de Letras, que agregava a elite das letras do Estado. O motivo da desavença

⁸³ Jornal *O Idealista*, maio de 1945, p.02.

residiu no fato de que esta última estava restringindo, ou mesmo impedindo, a participação de escritores por ela considerados “menores”. Altino Flores, diretor da Academia⁸⁴, expôs, sem constrangimento, os motivos dessa política à Revista *Terra*, órgão pertencente à Academia ao se referir a Cruz e Sousa, um conhecido poeta negro e que era um dos principais representantes da literatura simbolista catarinense e brasileira, mas que carregava os estigmas intelectuais que se atribuíam à sua cor:

Cruz e Sousa foi um bem e foi um mal para as letras catarinenses: foi um bem porque, dando-nos versos admiráveis, tornou o nome de nosso Estado conhecidíssimo entre os demais; foi um mal porque, por ser negro, despertou em todos os negros de Santa Catarina, que acompanham a evolução literária do Brasil pelo texto dos Almanques, a veleidade de poetas. Idelfonso, por exemplo, é um destes (...). Idelfonso é bronco, iletrado, vaidoso, embora se cubra do verniz da modéstia, não tem o mínimo sentimento do que seja o ritmo poético e ignora todas as condições de prosa artística. Desconhecendo a técnica do verso e as leis sintáticas que condicionam a integridade estrutural do período na prosa portuguesa, não pôde, por isso, até hoje, fazer coisa que prestasse. E não o poderá nunca.⁸⁵

Observa-se, pois, a partir de sua fala, que o poeta simbolista Cruz e Sousa ajustava-se aos propósitos dos ideais burgueses, quando esta classe buscava elevar o nome do Estado frente à inexpressiva produção literária catarinense, do final do século XIX e início do XX. O fato de o poeta ser negro era destacado, por Altino Flores, como uma “fatalidade”, e lamentava esse fato. Já sobre o poeta Idelfonso Juvenal, a má qualidade de seus versos era usada como pretexto para impedir sua entrada e convívio com a elite dos árcades catarinenses. Mas, por trás da acusação de má qualidade da escrita de Idelfonso, o que se revelava era que, embora passados mais de 20 anos da morte de Cruz e Sousa, o reconhecimento por parte da Academia e dos demais meios literários, da existência de uma produção literária procedente de escritores negros, representaria a possibilidade de desafiar a lógica racista imposta pela escravidão. É bastante provável, como demonstra a relação estabelecida no discurso de Altino Flores, que foi a trajetória de Cruz e Sousa que estimulou Antonieta e os demais literatos

⁸⁴ Aspecto no mínimo curioso sobre a fundação da Academia Catharinense de Letras diz respeito ao critério de escolha dos seus sócios, esta agregava apenas homens, não levando em conta o fato de que a grande maioria não tinha sequer uma obra publicada, era uma Academia de Letras sem letras, porém, todos faziam parte da elite política e social da cidade. Foram seus sócios fundadores, além de Gama D’Eça e Flores, Fúlvio Aducci, Ivo D’Aquino, João Creso, Barreiros Filhos, Nerêu Ramos, entre outros.

⁸⁵ Revista Terra. Ano 1, nº.17, 1920. *Apud*: CORREA, Humberto P. *História de Florianópolis - Ilustrada*. 3ªed. Florianópolis: Insular, 2005, p.307

descendentes de africanos a romperem os limites racistas e a lutarem pelo direito de serem reconhecidos como intelectuais pelas instituições oficiais de promoção da cultura no Estado, como era o caso da Academia, que, no entanto, fechou-lhes as portas.

Com o fechamento das portas da Academia Catharinense de Letras aos escritores negros, com o epíteto de que a qualidade de sua produção intelectual era inferior, não restou a esses intelectuais outra solução senão a criação de um espaço próprio para suas reuniões. Assim, foi fundado o Centro Catharinense de Letras e este acabou por oferecer à Antonieta muito mais do que uma simples porta de entrada para as letras locais (apesar da curta duração de sua existência), servindo principalmente para que ela fortalecesse seus laços de sociabilidade com membros pertencentes tanto às classes populares, que como ela buscavam seu espaço no seio da elite intelectual, quanto com a elite política local. Fazer parte de tal espaço era também legitimar os códigos de civilidade desejável a vida urbana, entretanto é também, evidenciar o impulso utilitário de atuação pública por meio das letras de um grupo *outsiders*.

Um destes escritores oriundo das classes populares foi Ildefonso Juvenal. Embora não tenhamos encontrado evidências que apontassem para uma relação mais próxima entre ele e Antonieta, os dois foram colaboradores de alguns jornais e circularam por espaços comuns. Além do Centro Catharinense de Letras, frequentaram o Centro Cívico e o Recreativo José Boiteux. Pertencendo a um grupo *outsiders*, Ildefonso não se silenciou frente aos ataques dos aspirantes a críticos literários da capital. Encontra-se no jornal, *O Elegante*, uma resposta aos seus críticos intitulada Cruz e Sousa e seus admiradores:

Andam a falar encomiasticamente de Cruz e Sousa e de sua obra os maiores inimigos da infeliz raça a que o poeta se orgulhava de pertencer. E aqueles que nutrem preconceitos absurdos que, não tem o despreendimento nobre dos homens virtuosos e dignos que não vêm nos indivíduos de cor de epidermes quando as ações são puras e os sentimentos nobres, não podem absolutamente emitir opinião sobre Cruz e Sousa e sua obra, sob pena de serem apontados como profanadores de sua augusta e venerável memória. Vivesse Cruz e Sousa nesta época, e por certo encontraria em cada um desses exclusivistas um amigo insincero, desleal, invejoso que haveria tramar contra ele as mais nefandas maquinações de intriga, para vê-lo abatido moralmente, de rojo no abismo do obscurantismo impatriótico e do ridículo revoltante.⁸⁶

Além da denúncia explícita de racismo, há também uma questão identitária. Ao trazer a experiência de Cruz e Sousa para o centro da discussão, Ildefonso reivindica para

⁸⁶ Jornal *O Elegante*, 22 de abril 1923, p.01.

si o espaço negado àquele autor, também ele um homem *livre de cor* que, embora tenha vivido durante o tempo do cativo, nunca chegou a ser um cativo. Ildefonso identifica-se com Cruz e Sousa a partir do momento em que este assume a posição de homem livre de cor e sua produção literária se torna a via que poderia levar ao reconhecimento e, com isso, à mobilidade social. Como qualidades dele, destaca as virtudes e os sentimentos nobres contra a inveja, a deslealdade e a intriga. Não é possível ter certeza se essa crônica foi direcionada a Altino Flores, mas por certo se destinava a atingir o grupo ao qual Altino pertencia, os Belletristas, formado conjuntamente com os demais aspirantes a literatos da Academia de Letras da Capital. Algumas vezes, como no texto a seguir, a sátira foi a forma encontrada para extravasar as críticas direcionadas aos Belletristas:

Após um ano

Faz hoje um anno que o nosso distinctoconterrâneo snr. Trajano Margarida, publicou um folheto em verso intitulado “O Natal do Orphãosinho,... Não faltaram espíritos maléficos, que pretendessem desprestigiá-lo. Trajano não desanimou, assim é que se acha em preparativos o seu segundo: “A culpa dos paes... Era o caso de escrever também outro com o título “A culpa das mães... fazendo o público sciente que, o atrevimento de alguns “*belletristas*” e críticos, provem da falta de chineladas... Quem tem culpa disto, por conseguinte são as mães (dos citados) que lhes pouparam tantos ardues, causados pela chinelada e assim talvez evitassem que “inocentes” se tornassem extremamente pretenciosos. Um abraço pois, o bom amigo Trajano que foi também como nós um martyr dos “sabichões” insensatos.⁸⁷(grifos do autor).

Essa crônica não foi assinada, sendo assim não se pode afirmar com certeza a sua autoria, mas, tendo sido impressa na *Folha Rósea*, é bem provável que tenha contado ou com a participação de Ildefonso, ou com o seu consentimento para a publicação, sendo ele um dos redatores e proprietários da folha. Mesmo depois do encerramento das atividades da *Folha Roséa*, Ildefonso não deixou de se defender das críticas que lhe eram dirigidas, bem como, por sua vez, de lançá-las ao grupo adversário:

Precisamos moralisar a crítica litteraria no Brasil, dando-lhe aquella majestade a quem tem direito como mais importante de todas as artes, pois é do seu julgamento criterioso dos seus são ensinamentos, que depende todo o engrandecimento das nossas Bellas letras; por isso deveremos apurar aquelles que, não tendo capacidade para o exercício de tão elevado mister, vivem enfeitando-se com pennas de pavão, dando a todos a illusória impressão de

⁸⁷ Jornal *Folha Rósea*, 25 de dezembro de 1915, p.03. (grifos do autor).

autoridade na matéria, mas cujos julgamentos por serem aberrantes são sempre uma catástrofe.⁸⁸

Ainda que passados quase 40 anos desde o fim da escravidão, a sombra de um passado escravista recente regulava as relações estabelecidas entre os descendentes dos cativos e a elite branca local. A tentativa de uma maior inserção intelectual dos afrodescendentes foi interpretada por Altino Flores, membro destacado desta elite, como uma ameaça que rondava este espaço que, simbolicamente, deveria agregar apenas homens brancos e de posse, forjando uma identidade que fundia tradição, autoridade, influência e prestígio social. Certas formas de violência elaboram sua própria lógica e linguagem e são frutos de uma determinação cultural profunda, a violência está encravada na mais remota História do Brasil.

Nas primeiras décadas do século XX, os resquícios desse passado escravista e patriarcal conviviam, paralelamente, com um novo discurso que propugnava a modernização da cidade de Florianópolis, segundo o qual o espaço da urbe deveria ser capaz de incorporar os que, a despeito de sua cor, fossem capazes de ascender social ou intelectualmente. No entanto, o que continuava a imperar era o arcaísmo das relações pessoais e familiares, a estratificação social quase estamental, a preocupação das elites em disciplinar as relações sociais e, particularmente, as restrições relativas às possibilidades de mobilidade social nas relações entre os desiguais.⁸⁹

Ainda sobre os motivos do desacordo entre os membros do Centro Catharinense de Letras e os da Academia, a morte inesperada do então governador Hercílio Luz, em 1924, uma das principais lideranças políticas do Estado e o principal nome do Partido Republicano Catarinense, acirrou as divergências entre os dois grupos antagônicos. Com a morte de Hercílio, seu vice Antônio Pereira Oliveira, assumiu o cargo de governador. Pereira Oliveira tinha ligações com outro grupo de políticos, do mesmo partido, porém, liderados pelo ex-governador e senador da República, Vidal Ramos, principal representante da oligarquia do Planalto serrano e que, embora fosse republicano, nem sempre compartilhava dos mesmos interesses de Hercílio.⁹⁰ Vidal Ramos também era

⁸⁸ Jornal *O Elegante*, 06 de maio de 1923, p.01.

⁸⁹ CAULFIELD, Sueann. *Em defesa da Honra, moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro (1918-1940)*. Campinas: Editora da Unicamp, 2000.

⁹⁰ Vidal Ramos, natural de Lages, representava a Região do Planalto Serrano Catarinense, e defendia os interesses da oligarquia latifundiária. Foi Deputado Provincial pelo Partido Conservador, em 1885 e, com a Proclamação da República, aderiu ao Partido Republicano Catharinense. MEIRINHO, Jali. *República e oligarquia: subsídios para a história catarinense: 1889-1930*. Florianópolis: Insular, 1997, p.129.

contrário às ideias defendidas por alguns dos membros do grupo da Academia. Com a chegada inesperada de Pereira Oliveira ao poder, as atenções deste passaram a se voltar para o grupo do Centro Catharinense de Letras, fundado em 1925. Oliveira passou a apreciar a produção do Centro, que contava com a participação de Antonieta e de outros escritores negros.⁹¹

Mas voltemos nossa atenção às redes de sociabilidade de Antonieta para além das que estabeleceu com os integrantes do Centro Catharinense de Letras. Estas começaram a ser tecidas ainda na juventude, quando teve início sua participação em organizações estudantis, a exemplo do Centro Cívico das Normalistas e da Liga do Magistério. Porém, em seus escritos, muito pouco ou quase nada é dito sobre este período, nem mesmo em relação à sua família e aos seus amigos, mas, por meio de algumas imagens, já bastante desgastadas pelo tempo, foi possível reconstruir alguns flashes dessa parte mais íntima e reservada de sua vida.



Imagem 9. Antonieta entre amigos no Balneário de São Miguel.⁹²

Na imagem 9, observa-se Antonieta em companhia de algumas crianças, homens e mulheres. Entre esses encontram-se sua irmã, Leonor, as irmãs Nila e Maria Sardá, mas a maioria não pôde ser identificada, sendo algumas dessas mulheres, provavelmente, colegas de Antonieta no curso de magistério. Na foto, observa-se que o número de

⁹¹CORREA, Humberto P. *História de Florianópolis - Ilustrada*. 3ª Ed. Florianópolis: Insular, 2005, p.306.

⁹² Acervo Histórico e Imagético da ALESC em Florianópolis.

mulheres correspondia ao de homens e que todos estão bem vestidos, o que permite conjecturar que pertencem à classe média. Os homens estão de terno e chapéu, as mulheres de cabelos curtos, cortados na altura da nuca, conforme a moda das décadas de 1920 e 1930, que também simbolizava independência e modernidade, num período em que as mulheres iniciavam sua luta por maior autonomia de pensamento e ação.

Kelly Lislíe Júlio, em seu estudo intitulado *Práticas educativas e sociabilidades: mulheres forras em São João Del-Rei e São José Del-Rei 1808-1841*, aponta para um aspecto importante e, ao mesmo tempo, pouco notado no que se refere à construção de uma imagem de mulher respeitável, qual seja a sua indumentária. Para esta autora, “além da função de ‘comunicar’, o vestuário é também capaz de ensinar”.⁹³ Segundo Lislíe Júlio:

Ultrapassando sua função de proteção, o vestuário, nesse contexto, “comunica” inúmeros outros fatores. É através das roupas que seus portadores objetivam que determinadas características sejam entendidas por outras pessoas. As roupas são assim elementos que demarcam grupos e ao mesmo tempo possibilitam que pessoas de grupos distintos se aproximem ou se afastem.⁹⁴

Embora nascida em uma família em condições bastante modestas, Antonieta teve acesso a uma boa educação e, desde muito jovem, passou a circular por espaços que lhe permitiam observar a si mesma, o que lhe possibilitou alterar os próprios comportamentos e controlar suas atitudes, inclusive aprimorar sua forma de vestir, adotando o estilo então em moda, buscando se identificar com setores da sociedade de maior prestígio social. Dessa forma, foi capaz de circular por espaços próprios à elite local. Nesse sentido, Lislíe Júlio nos lembra que,

o processo educativo não estava necessariamente ligado às instituições de natureza escolar, ou seja, a dimensão educativa poderia ocorrer nos mais variados espaços de sociabilidade e estavam atrelados à observação, ao exemplo e, em consequência, à apropriação de diversos valores, atitudes e comportamentos.⁹⁵

Em sua trajetória pessoal, Antonieta percebeu a relação intrínseca entre educação e melhor inserção social, portanto, em seus discursos, ela passou a defender não só a importância do acesso cada vez mais amplo à educação, mas que essa fosse calcada nos

⁹³ JÚLIO, Kelly Lislíe. *Práticas educativas e sociabilidades: mulheres forras em São João Del-Rei e São José Del-Rei 1808-1841*. (Dissertação de Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Educação. Faculdade de Educação. Belo Horizonte: UFMG, 2007, p.132.

⁹⁴ *Idem*.

⁹⁵ *Ibidem*, p.131.

valores morais, éticos e religiosos, em que a virtude fosse a essência de um modelo a ser difundido.

A fotografia (Imagem 9) registra um piquenique, um passeio ao ar livre, num momento de ócio. Entre os adultos, aparecem algumas crianças. Percebe-se que estas estão aproveitando o momento, que era de descontração, mas, não se pode deixar de atentar que sua presença também podia servir para evitar insinuações, ou comentários maldosos sobre o que acontecia nos momentos de lazer dessas mulheres, o que poderia pôr em risco sua integridade moral, visto que a maioria era solteira. Eliana de Oliveira, em seu estudo sobre o processo de produção da profissão docente, afirma que a conduta moral era um dos critérios observados pelos governantes para a formação do quadro de professores públicos do Estado, o controle era feito por meio da exigência de apresentação de atestados de moralidade, tanto para o processo de contratação, quanto em caso de dúvidas em relação ao procedimento moral do docente.

Estes atestados continham informações sobre a vida particular do professor. Quando homem, verificava-se se era bom pai de família, responsável, bem visto na comunidade e, quando mulher, se casada, viúva ou solteira e com quem vivia. Em alguns casos “a condição de amásio também era motivo para colocar em discussão a moralidade do professor ou professora.”⁹⁶

Sobre a intimidade e a vida amorosa dessas mulheres nada se sabe. Antonieta, sua irmã Leonor e Nila Sardá nunca se casaram e sempre viveram na cidade de Florianópolis. Nilá e Maria eram filhas de João Rafael Sardá e Nila Leal Sardá. A família Sardá-Amorim era, originalmente, proveniente da localidade de São Miguel, pertencente ao município de Biguaçu, vizinha à Florianópolis. Luciane Fontão afirma que os Amorim formavam uma oligarquia política influente no município de Biguaçu nas décadas de 20-30.

⁹⁶ DURÃES; Apud: OLIVEIRA, Eliana de. *O processo de produção da profissão docente: profissionalização, prática pedagógica e associativismo dos professores públicos primários de Minas Gerais 1871-1911*. (Dissertação de Mestrado em Educação) Programa de Pós-Graduação em Educação. Belo Horizonte UFMG, 2011, p.79.

Com a amiga
Nila Sardá,
no Balneário
São Miguel



Imagem 10. Nila Sardá e Antonieta.⁹⁷

Como a amiga Antonieta, Nila Sardá publicou alguns textos de sua autoria. Estreou na Revista *Pétala*, do Colégio Coração de Jesus,⁹⁸ e chegou, também, a escrever prosa e poesia, no jornal *Penna, Agulha e Colher*. “Este foi o primeiro jornal feminino de Santa Catarina editado e escrito por mulheres, produzido na cidade de Florianópolis, entre os anos de 1917 – 1919, com circulação em todo o país”.⁹⁹ A tônica do jornal eram histórias religiosas. Muitos de seus artigos, contos, moda, poesias versavam sobre temas como o amor, a família, o casamento, a educação dos filhos, a vida religiosa, a caridade, ou seja, uma miscelânea de tudo o que se referia ao universo feminino e doméstico, como as receitas de cozinha e pequenos passatempos, como os jogos. Segundo Vanessa Bittencourt,

o próprio nome do jornal sugere discursos que estão sendo divulgados para suas leitoras: *Penna* remetia à preocupação com a educação feminina, visto que, com o advento da instalação da República, as mulheres eram responsáveis pela instrução de seus filhos; *Agulha* remetia aos conhecimentos da arte da costura que uma boa moça prendada deveria saber para poder se casar, *Colher* remetia a função das mulheres na preparação das refeições e na manutenção da alimentação de toda a sua família. Até mesmo, o sub-título *Jornal* ou

⁹⁷ Acervo Histórico e Imagético da ALESC, Florianópolis.

⁹⁸ FONTÃO, Luciane. *Nos passos de Antonieta*...., p.204.

⁹⁹ BITTENCOURT, Vanessa Amorim. *As imagens femininas representadas no jornal Penna, Agulha e Colher 1917-1919*. (Trabalho de Conclusão de Curso em História). Centro de Ciências da Educação. Departamento de Estudos Geo-Históricos. Florianópolis: UDESC, 2005, p.25.

Semanário das Donas e Donzellas, remete ao espaço configurado como o destino das mulheres na sociedade Florianopolitana.¹⁰⁰

Nila, Maria e Alaíde Sardá foram alunas internas do Colégio Coração de Jesus, formaram-se no Curso Normal e exerceram a profissão de professoras em diferentes escolas (Biguaçu, Florianópolis e Rio do Sul). Esse grupo de mulheres, do qual também faziam parte as irmãs Antonieta e Leonor de Barros, compartilhava a mesma formação educacional e seguia valores semelhantes. Todas passaram pela Escola Normal e compartilhavam entre si concepções semelhantes acerca da educação e o papel social que as mulheres deveriam desempenhar. Distinguiam-se das demais mulheres de sua época, pois algumas delas escreviam em jornais, outras em revistas, administravam sua própria escola e participavam de associações de escritoras.

“São mentirosos os que dizem que sou triste”. Esta frase foi escrita por Antonieta no verso de uma fotografia (Imagem 11), na qual aparece, em frente ao portão de ferro no jardim de sua casa, segurando um jornal e um par de óculos, trajando um conjunto de lã, casaco, saia e colete, sorrindo, de maneira contrastante com a imagem de seriedade com a qual esteve mais associada.¹⁰¹ No entanto, Antonieta rejeitava o rótulo de mulher triste.

O fato de encontrar-se, na maioria das vezes, com a postura séria e compenetrada, havia conferido a ela esse título. Um problema ortodôntico na arcada dentária superior pode ter contribuído para que, em muitos momentos, escondesse o sorriso. Contudo, é possível que os poucos sorrisos não se justificassem apenas por essa questão estética. Ao buscar inserir-se na esfera pública, na condição de mulher e negra, ela estava exposta a frequentes críticas, julgamentos e preconceitos e era necessário que fosse respeitada, a despeito dessas condições. A convivência constante com figuras masculinas (representantes das oligarquias regionais), partícipes da cena pública local, certamente exigiu de Antonieta essa postura, caracterizada pela discrição e seriedade, mais afeitas à vida pública e ao exercício da política partidária.

¹⁰⁰ *Ibidem*, p.30.

¹⁰¹ FONTÃO, Luciane. *Nos passos de Antonieta...* p.130.

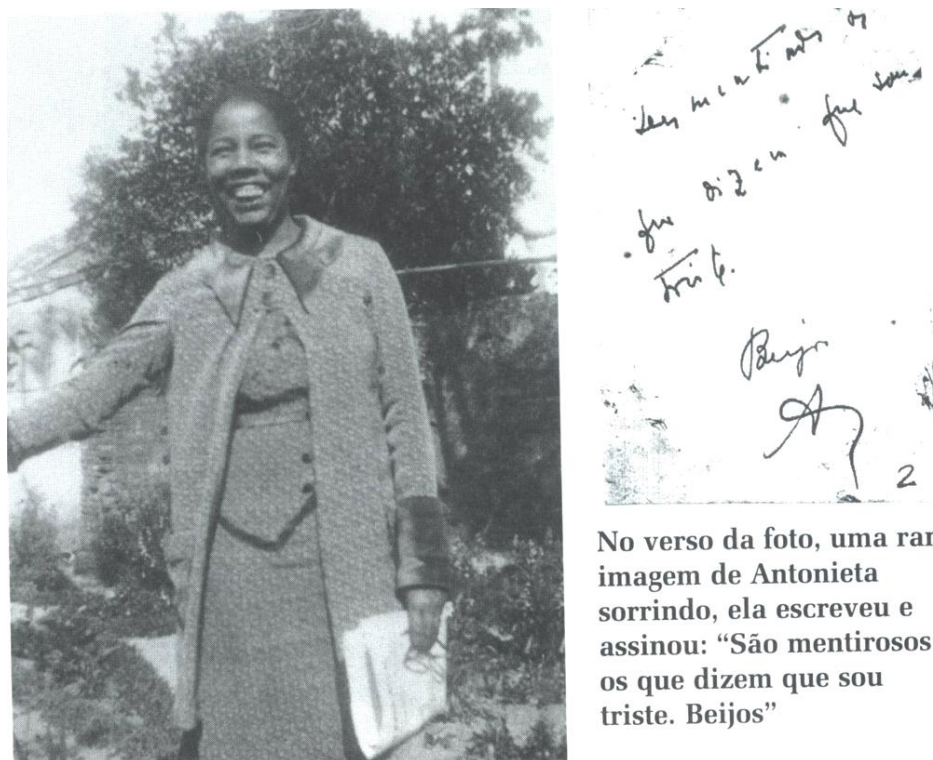


Imagem 11. Frente e verso da fotografia de Antonieta de Barros nos fundos de sua casa.¹⁰²

1.3 Contra a submissão.

Do círculo de literatos do qual Antonieta era integrante, durante o período de funcionamento do Centro Catharinense de Letras, também faziam parte Ildfonso Juvenal e Trajano Margarida. A entrada desses dois intelectuais no ambiente literário da cidade ocorrera antes mesmo da criação do Centro, pois, desde a primeira década do século, já publicavam poesias em forma de sonetos, poemas e prosas, em alguns jornais da capital. Os dois buscaram, por meio da imprensa e da publicação de pequenas obras, romper com os limites sociais e raciais que lhes eram impostos. Em seus escritos, fizeram do cotidiano da cidade seus temas preferenciais, dando visibilidade àqueles que, normalmente, eram excluídos das páginas dos jornais. Seus textos revelam o preconceito e a discriminação presentes nas relações cotidianas no espaço da urbe, seja em relação à população afrodescendente ou às classes populares. Não se pretende realizar aqui uma análise do conjunto das obras desses dois autores, pois o volume e as particularidades das mesmas

¹⁰² Acervo Histórico e Imagético da ALESC, Florianópolis.

exigem estudos mais detalhados e cuidadosos, mas buscaremos destacar alguns de seus aspectos que iluminem a análise dos textos de Antonieta.

Ildefonso Juvenal nasceu em Florianópolis em 1894. Era um letrado, que pertenceu ao quadro de oficiais da Força Pública, tendo, ao final de sua trajetória, chegado ao posto de Major. Aluno do Instituto Politécnico da capital, graduou-se em Farmácia, no ano de 1924. Foi, também, amanuense conservador da Biblioteca Pública do Estado, em 1926. Neste mesmo ano, foi o responsável pela organização da farmácia da Força Pública, criada pelo comando, às vésperas das comemorações do 91º aniversário da corporação¹⁰³. Pouco depois, foi comissionado ao posto de 2º tenente farmacêutico. A carreira militar, associada ao ofício de farmacêutico abriram-lhe possibilidades para desfrutar de certa mobilidade social.

O engajamento no ambiente das letras, como caminho possível para uma melhor inserção social, levou Ildefonso a publicar um número significativo de obras (aproximadamente 9 no total), nas quais explorou sua habilidade para a escrita em diferentes gêneros literários, como o conto, a poesia e a prosa. Publicou também crônicas e artigos de jornal, nos quais abordou, entre outros temas, a pobreza e o racismo. Um de seus sonetos foi publicado no jornal *A Semana*:

Voz Interior

Existe dentro em nós um ser austero e grave.
Que fala francamente ao nosso sentimento
Impera a sua voz em tom brando e suave.
Ou cheia de revolta, em grande exaltamento!

Si tentamos o mal, é poderoso entrave.
Que nos impede agir, que frustra o nosso intento:
Si fazemos o bem, é venturosa clave.
Iniciando um hynno em nosso louvamento!

Força misteriosa! Emação divina!
Refulgente pharol da luz adiamantina!
Oh hálito de Deus! Oh! Santa advertência!

Abençoada voz! Feliz de quem te escuta.
Da vida no fragor desta perpectua lucta.
Oh! Sacrossanta voz! Oh! Voz da consciência!¹⁰⁴

¹⁰³ <http://www.pm.sc.gov.br/institucional/historia/galeria-de-personagens/major-ildefonso-juvenal.html>.

Acessado em 20 de outubro de 2014.

¹⁰⁴ Jornal *A Semana*, 20 de março de 1930, p.01. (grifos do autor).

Em *Voz Interior*, Ildefonso inicia fazendo uma reflexão sobre questões de natureza metafísica, existencial, relacionando estas às escolhas individuais, como sendo frutos do livre arbítrio. Ao mesmo tempo, por meio de uma relação maniqueísta, busca alertar para os resultados destas. Ildefonso, que era alvo das críticas dos literatos locais, parece lhes mandar um recado aos críticos. Ao abordar o tema da voz interior, adverte para o fato de que não se devia dar tanto valor para o que os outros dizem, ou seja, aconselha que se deve buscar ser aquilo que se gostaria de *ser*.

Trajano Margarida (Imagem 12) foi outro nome importante que figurou na redação das páginas do *Folha Rósea*. Segundo Lucésia Pereira, ele nasceu em Florianópolis, a 16 de janeiro de 1891. Era mulato, neto de uma ex-escrava e pobre. A despeito de sua condição, cursou o magistério e trabalhou como professor. Mais tarde, conseguiu uma vaga de amanuense na Secretaria do Interior e da Justiça, onde permaneceu até a sua aposentadoria em 1941.

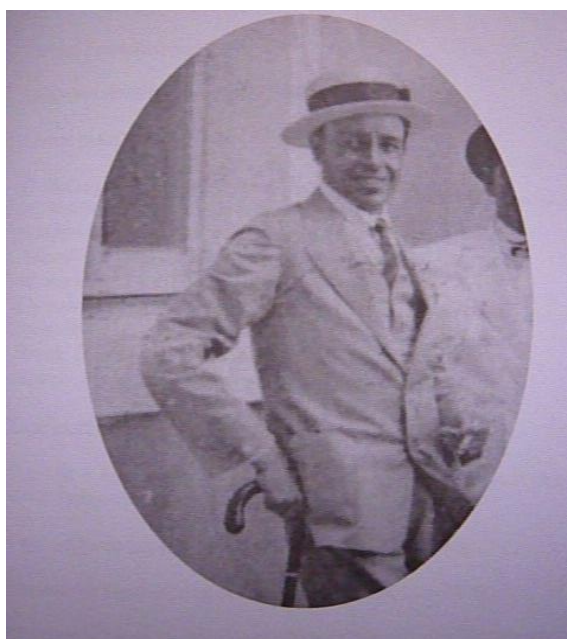


Imagem 12. Trajano Margarida.¹⁰⁵

Em suas obras, buscou mostrar os conflitos existentes no convívio entre os diferentes sujeitos que perambulavam pelas ruas. De um lado se encontravam mulheres, velhos, crianças, soldados, comerciantes, bêbados, prostitutas e mendigos; de outro, os projetos de modernização da cidade. Discorria – não sem certo desgosto – em poemas,

¹⁰⁵ GARCIA, Fábio. *Negras Pretensões...*, p.88.

versos e músicas de carnaval, acerca dos bairros populares e seus habitantes, sobre os quais o discurso higienista e modernizador construía estereótipos.¹⁰⁶ O conjunto de sua obra foi reunido, ainda em vida, em sete obras.¹⁰⁷ No jornal *A Pátria*, de 05 de outubro de 1931, Trajano publicou na coluna Notas Sociais, o poema Nostalgia:

Para o poeta e amigo José Martins de Oliveira
Também na minha Lira onde a tristeza impera,
Cantando eu ganho já, sentidas nostalgias;
O encanto sem igual da minha primavera
Que veio e que se foi como se vão os dias
Minha alma que em sofrer jamais se desespera;
Que das aves do céu escuta as melodias,
As vezes enfadonha em quimera,
Parece uma creança em meio de alegrias.
Por isso acho humano e saudável ter saudade.
A gente julga agora a dor que nos define,
Maior que a dor sentida em plena mocidade.
Que bom sentir saudades! ... Eu quando for velhinho,
Hei de sempre lembrar, para ventura minha,
O tempo em que gritava: “Oh! ... Moço!... Torradinho!!!”¹⁰⁸

Dedicado ao amigo José Martins de Oliveira, de quem não se tem maiores informações, o poema trata do passar do tempo, da dor e das alegrias vivenciadas pelo poeta. No último verso, há uma clara referência ao preconceito racial por ele sofrido. Em 1917 – um ano antes do final da Primeira Guerra Mundial e um ano depois do final do conflito armado do Contestado, Trajano publicou a obra intitulada *A Pátria e o Sorteado* (Imagem 13).

¹⁰⁶ PEREIRA, Lucésia. *Florianópolis, década de trinta: ruas, rimas e desencantos na poesia de Trajano Margarida*. (Dissertação de Mestrado). Programa de Pós-Graduação em História – Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Florianópolis: UFSC, 2001.

¹⁰⁷ Trajano faleceu em 14 de fevereiro de 1946, em Florianópolis.

¹⁰⁸ Jornal *A Pátria*, 06 de outubro de 1931, p.03. (grifos do autor).

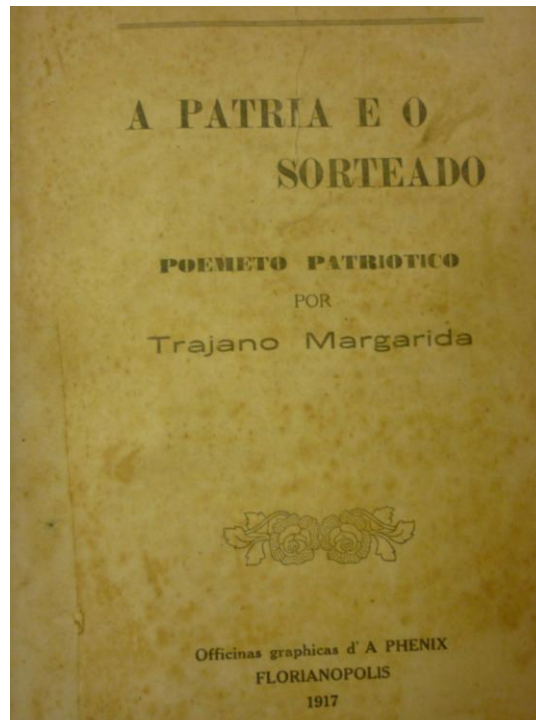


Imagem 13. Capa da obra A Pátria e o Sorteado.¹⁰⁹

A obra é um poemeto por meio do qual Trajano enaltece o Brasil, destacando o papel de Anita Garibaldi como a grande heroína do Estado e importantes acontecimentos históricos, como a Guerra do Paraguai.

Pátria!

Ó sublime expressão do que é divino!
Ó grandeza ideal do que é perfeito!

Quantas, quantas belezas sem iguaes!
Quantos feitos de glórias, immortaes,

Circulam tua face aureolada,
Como um astro de luz, em luz formada?

Quantos dias de luctas tenebrosas,
De alvoradas felizes de glórias, (...)¹¹⁰

Os temas ligados à nacionalidade, ao enaltecimento às figuras públicas e às datas cívicas marcaram as publicações de Ildefonso Juvenal e Trajano Margarida. A despeito das profissões distintas (o primeiro era militar; o segundo, professor e funcionário

¹⁰⁹ Acervo Seção de Obras raras. Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina. Fotografia do acervo particular da pesquisadora.

¹¹⁰ MARGARIDA, Trajano. *A Pátria e o sorteado. Poemeto patriótico*. Florianópolis: Oficinas Gráficas d'A. PHENIX, 1917, p.01.

público), o amor à pátria foi tática empregada por ambos para favorecer suas inserções sociais e de difundir o sentido de cidadania. O discurso patriótico configurava-se como um aliado na luta contra o preconceito racial. Era, também, uma forma de não se sentirem estrangeiros em seu próprio país, principalmente após a entrada massiva de imigrantes europeus, pois este pequeno grupo de intelectuais negros parecia estar atento ao fortalecimento do discurso do embranquecimento racial da nação. No caso de Ildefonso, pode-se destacar um poema publicado no jornal *Folha Acadêmica*, de 1º julho de 1923, que se tratava de uma homenagem que fez a Rui Barbosa, logo após a morte desse jurista.

Apagou-se o Sol

“In memoriam” daquele que, pelo talento e pelas virtudes cívicas e moraes, foi o maior vulto contemporâneo da América Latina – Ruy Barbosa.

Já não fulgura mais o sol brilhante,
O sol mental das terras do Brasil!
Da sua vida a luz tão deslumbrante,
Apagou-se do mundo ingrato e vil!
Vae agora brilhar o sol possante,
No Pantheão da Glória sonhoril,
E de lá flamejando fulgurante,
Irradiar então exemplos mil!
Ó grande sol, ó luz que fecundaste
O pollen germinal da Liberdade
Nesta terra feliz que tanto amaste!
Ó nome protector do pobre escravo:
Ó gigante da Lei, ó Potestade,
A ti meu canto, a minha prece, ó bravo!¹¹¹

Esta homenagem foi seguida de uma nota do redator, que informava que o poema havia sido remetido à família de Rui Barbosa e que, como agradecimento, Ildefonso recebera uma carta de sua viúva e dos filhos. O soneto foi construído de forma a exaltar a figura pública de Rui Barbosa, como jurista e pensador, atribuindo-lhe o título de protetor dos escravos. Em nenhum momento, Ildefonso questionou as atitudes polêmicas e controversas que envolveram o jurista na sua atuação nos anos iniciais da República.

Um de seus livros, *Contos de Natal*, (Imagem 14) publicado em 1939, evidencia, as relações de sociabilidade encetadas pelo autor nos círculos literários regionais. Na capa, logo abaixo o seu nome, aparecem referências às Academias de Letras do Paraná, do Rio Grande do Sul e à Associação Literária de Florianópolis. A intenção do autor era legitimar-se frente aos leitores e aos seus críticos, deixando claro que, por essa época, o

¹¹¹ Jornal *Folha Acadêmica*, 1º de julho de 1923, p.01. (grifos do autor).

final da década de 1930, havia conquistado certa inserção e notoriedade nesse meio intelectual.



Imagem 14. Capa da obra Contos de Natal¹¹²

¹¹² Acervo Seção de Obras raras. Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina. Fotografia do acervo particular da pesquisadora.



Imagem 15. Contracapa da obra Contos de Natal.¹¹³

A contracapa da obra (Imagem 15) trazia uma dedicatória endereçada à redação do jornal *Gazeta do Povo* de Curitiba, o que, mais uma vez, deixa claro a importância das relações de sociabilidade construídas por Ildefonso.

O desprendimento da mãe preta
Ao ilustre cultor das belas letras,
Exmo. Snr. Dr. Leocádio Corrêa.

Elevado sentimento da gratidão nacional não poderá jamais olvidar a figura meiga, venerável, impressionante da Mãe Preta, que escreverá, sorrindo, com lágrimas de amor e carinho, uma das páginas mais emocionantes da história das Pátrias.

Expressão eloquentíssima da mais voluntariosa e altruística abnegação, da loba amável que alimentou nos seios túmidos e embalou nos braços a nacionalidade que se formava, infiltrando em sua alma a doçura dos sentimentos bons, entre os quais predomina o nobre sentimento de afeição que é uma das flores mais belas que perfumam e embelezam a alma dos brasileiros, a Mãe Preta há-de ser canonizada e venerada no altar do nosso coração, por

¹¹³ Acervo Seção de Obras raras. Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina. Fotografia do acervo particular da pesquisadora.

que ela bem merecê-a o preito mais de nosso religioso culto pela virtudes morais e cristãs que foram atributos de sua alma de arminho e de candura.¹¹⁴

Outro motivo que torna a análise desta obra de grande relevância para este trabalho é a referência à mulher negra, representada pela figura da *Mãe Preta*. A questão racial foi abordada, mesmo que por um viés romântico e idealizado de mulher/mãe meiga, dócil, virtuosa, capaz de sorrir e sofrer ao mesmo tempo. Pela figura feminina da mãe preta, Ildefonso constrói uma narrativa no sentido de reivindicar a inclusão dos afrodescendentes no processo de construção da nacionalidade brasileira. Em sua justificativa, o esforço feito por esta mulher carecia de reconhecimento, pois foi a responsável por alimentar em seios “túmidos e embalar em seus braços” a nação que se formava. Ao afirmar que a “Mãe Preta há de ser canonizada e venerada no altar do nosso coração”, – por meio de seu protesto sobre o desaparecimento desta figura religiosa representativa na cultura dos afrodescendentes.

A escolha da figura de Nossa Senhora Conceição Aparecida para padroeira do Brasil, por Getúlio Vargas, em 1931, período em que seu projeto político de construção de uma identidade nacional se iniciava, corroborou para as tentativas de minimizar possíveis tensões que poderiam ter por base as diferenças raciais entre a população brasileira. Ildefonso, na esteira desse projeto, parece reivindicar um lugar no panteão religioso do catolicismo nacional para a Mãe Preta.¹¹⁵

Quanto à dedicatória do conto, esta foi destinada a Leocádio Corrêa, médico, jornalista e escritor, natural da cidade de Paranaguá, no Paraná. As relações de sociabilidade construídas por Ildefonso ultrapassavam os limites fronteiriços do Estado de Santa Catarina. O farmacêutico e literato também manteve contato com alunos e professores dos cursos de farmácia e medicina da Universidade do Paraná, bem como com literatos do mesmo Estado, chegando a ser convidado para representar o curso de farmácia do Instituto Politécnico de Florianópolis em visita à Universidade do Paraná.

Outro conto da mesma obra foi dedicado a um dos membros da Academia de Letras do Rio Grande do Sul. Trata-se do O terno de Reis:

¹¹⁴ JUNEVAL, Ildefonso. *Contos de Natal*. Florianópolis, 1939, pp. 79-80. (grifos do autor).

¹¹⁵ Encontramos referência sobre a Mãe Preta em diferentes regiões do país, porém, em todas, esta figura está associada às experiências do cativo e aos rituais representativos da religiosidade dos afrodescendentes (rezar, benzimentos), buscando aconselhar e confortar aqueles que a ela procuravam.

O terno de Reis

Ao ilustre cultor das belas letras

Exmo. Snr. Professor Ari Martins.

(Da academia Riograndense de Letras).

A gente humilde e laboriosa dos arredores da encantadora ilha de Santa Catarina, que vive da pesca e da lavoura, não comemora o Natal de Jesús como o faz o colono estrangeiro, localizado no interior do Estado.

Não se tem notícias de o bondoso Papai Noël ter ido alguma vez àqueles sítios repartir, generosamente, com as criancinhas pobres que moram nas choupanas de taipas, cobertas de palha, os lindos brinquedos e saborosos doces que distribui prodicamente as crianças de outros lugares, nem ao menos levar-lhes roupinhas para agalhasar-las ou cobrir-lhes o tenro corpinho.

Mal se aproxima o Natal, organizam-se por toda a parte os “ternos de reis” que consistem em reunir-se diversas pessoas e ensaiarem cânticos de louvor ao Menino Jesus, as quais representam os Reis Magos (...)¹¹⁶

Neste conto, Ildefonso estabelece a comparação entre o natal rico e farto do colono estrangeiro (o alemão ou o italiano, muitas vezes reconhecido como o principal braço trabalhador) e a população pobre do litoral (fruto da miscigenação do indígena ou do africano com o português). Sobre esta última, Ildefonso destaca a presença do Terno de Reis nas comemorações de fim de ano, nas áreas de colonização açoriana do litoral. O autor narrou todo o ritual que envolve a manifestação festiva, desde a função de cada componente, até as canções, as rezas e as bênçãos. Para ele, a diferença entre uma prática e outra está na simplicidade que dá sentido à religiosidade manifestada pela população mestiça, formada pelos descendentes de açorianos e pela própria população afrodescendente. Ildefonso não perdeu a oportunidade de, por meio do conto, criticar a desigualdade social. Percebe-se, nesse e em outros escritos seus, as suas tentativas de alargar os sentidos de cidadania, por meio da valorização das práticas culturais dos afrodescendentes.

Em 1923, em uma de suas estadas em Curitiba, Ildefonso aproveitou para publicar uma obra em homenagem a Cruz e Sousa e a Nestor Victor, destacando os laços de amizade entre o poeta catarinense e o literato paranaense, reafirmando, dessa forma, os laços literários que uniam as duas capitais dos dois estados sulistas – Paraná e Santa Catarina. O texto que abre a pequena obra foi escrito de forma singela, porém afetuosa, fazendo uma analogia da amizade existente entre Cruz e Sousa e Nestor Victor, com a do pastor hebreu David e seu amigo Jonathas, morto em batalha nas montanhas de Gelboé. Os dois primeiros se conheceram quando Nestor Victor fez uma visita a Desterro e, a

¹¹⁶ JUNEVAL, Ildefonso. *Contos de Natal*. Florianópolis, 1939, pp.99-107. (grifos do autor).

partir de então, Cruz e Sousa acompanhou a trajetória de vida do amigo catarinense até os últimos anos de sua vida.

Essa intenção de Ildefonso de ressaltar essa ligação intelectual entre os estados do sul parece derivar do fato de ter conquistado, em algumas cidades dos vizinhos Rio Grande do Sul e Paraná, o espaço e o reconhecimento que desejava ter tido na capital catarinense. As relações de sociabilidade que construiu com outros *homens de cor* e com membros pertencentes à elite, simpáticos à causa da luta contra o preconceito e a discriminação racial, tinha ressonância na mesma tática articulada pelos afrodescendentes em geral, mesmo após o fim do cativo.

Os projetos alternativos engendrados por Ildefonso Juvenal, buscando aumentar suas possibilidades de inserção social, não ficaram resumidos apenas às letras. Em pesquisa nos jornais da década de 1920, encontramos referência à sua presença de em atividades à frente do Centro Cívico e Recreativo José Boiteux. Segundo Fábio Garcia, o Centro Cívico também promovia desde a alfabetização de pessoas vindas das classes populares, dentre as quais os afrodescendentes, até homenagens a políticos e a membros da elite local,¹¹⁷ configurando-se, dessa forma, tanto um espaço de embates políticos, quanto de legitimação do poder da elite local.

Ildefonso Juvenal, ao lado dos amigos Trajano Margarida e Astrogildo Campos, inaugurou a Associação dos Homens de Cor, em 1915, que também contava com a presença de mulheres e de poetas brancos. O espaço tinha como objetivo promover atividades cívico-literárias e, em 15 de maio de 1915, organizou uma comemoração pela assinatura da Lei Áurea.¹¹⁸ Ainda segundo Fábio Garcia, este fato representou,

um anúncio da ascensão negra na vida política e intelectual florianopolitana e de Santa Catarina, uma vez que somente em 1918 será criado outro grupo negro no estado, no município de Lages. Esse fato sinaliza uma tomada de consciência racial, sendo demarcador do “início do processo de construção de uma autoimagem positiva de ser negro e tomada de consciência da necessidade de passar da condição de objeto para sujeito da História.”¹¹⁹

Foi neste sentido que aventamos discutir as tentativas de criação de uma imprensa negra no Estado. Em Florianópolis, desde o final do século XIX e, depois, no início do XX, podem ser evidenciadas tentativas de organização de uma imprensa com essa

¹¹⁷ GARCIA, Fábio. *Negras Pretensões. A presença de intelectuais, músicos e poetas negros nos jornais de Florianópolis e Tijucas no início do século XX*. Florianópolis: Editora Umbutu, 2005, p.40.

¹¹⁸ *Ibidem*, p.49.

¹¹⁹ *Ibidem*, p.50.

especificidade, ou ainda, com a presença de homens negros, letrados e engajados, na causa abolicionista e, mais tarde, de denúncia à discriminação. Buscando compreender melhor as características desta articulação, apoiamos nossa análise no estudo de Antônio José dos Santos sobre as trajetórias de intelectuais na imprensa negra meridional. O autor construiu uma definição de imprensa negra a partir “de cinco características que apareceram de forma descontínua naqueles jornais”. Para ele,

primeiro, os periódicos eram fundados, escritos e mantidos por pessoas que se auto-identificavam como negras ou que se colocavam como muito próximas deste meio; segundo, tinham como leitores e alvos prioritários das publicações, embora muitas vezes não fossem os únicos, a população negra; terceiro, os jornais divulgavam assuntos de interesses dos negros e eram reconhecidos pelos leitores como defensores das suas questões; quarto, alguns redatores dos jornais mantinham contatos próximos entre si, trocavam exemplares e autorreferenciavam-se como ‘co-irmãos’ que ‘colima[vam] o mesmo ideal pelo qual nos batemos’; quinto, todos esses aspectos eram, de forma recorrente, divulgados pelos jornais de maior circulação. As publicações negras e os seus principais responsáveis eram representados na ‘grande imprensa’, quando dos lançamentos ou pela passagem das datas comemorativas das fundações, como pertencentes àquela parcela populacional.¹²⁰

Ao compararmos as características elencadas por Santos com a trajetória do jornal *Folha Rósea*, de Ildefonso Juvenal e Trajano Margarida, percebe-se que há consonância entre algumas ideias os dois. O *Folha Rósea* tinha, entre seus fundadores e colaboradores, Trajano Margarida, Ildefonso Juvenal e Agrícola Guimarães, que eram descendentes de africanos. Pelo menos um deles, Ildefonso Juvenal, autoidentificava-se como homem de cor. Pelos conteúdos publicados em suas páginas, o público alvo era a população afrodescendente da cidade, mas não somente esta, pois Ildefonso e os demais colaboradores condenavam publicamente atitudes racistas de membros de uma elite que se auto intitulava como branca. Por este motivo, possivelmente, eram reconhecidos como defensores da questão negra. O relacionamento do *Folha Rósea* com os redatores dos demais jornais no Estado, desde seu início, foi tenso e delicado, como pode ser observado nesse editorial:

Nosso aparecimento

¹²⁰ SANTOS, Antônio José dos. *Prisioneiros da História. Trajetórias intelectuais da imprensa negra meridional*. (Tese de Doutorado). Programa de Pós Graduação em História. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Porto Alegre. PUCRG, 2011, p.108.

Noticiaram o nosso aparecimento os distintos collegas dessa capital:
A Opinião, O Estado, O Oriente, O Clarão, e a Folha do Commercio, deixando
de noticiar O Dia e A Época.
Nós incluím-nos no rol dos que deram o prazer desta gentileza, manifestamos
a todos summamente gratos.
Do interior: A Folha do Sul, de Tubarão; Gazeta de Orleans; A Voz do Povo de
São Francisco; O Pharol de Itajahy; A Comarca de Joinville; Novidades de
Itajahy; O Albor e A Tarde da Laguna. A todos os nossos sinceros
agradecimentos.¹²¹

Em alguns destes jornais, a figura de Ildefonso Juvenal, seja na condição de representante da *Folha Rósea*, ou como literato local, foi alvo de demonstrações claras de preconceito. Em nota publicada na edição de 25 de dezembro de 1915, Ildefonso narrou um fato acontecido:

Commentando....

Ao sr. Correspondente do jornal
'O Albatroz da Laguna'

Todo homem de bom senso que ler a descrição das homenagens prestadas ao saudoso Conselheiro Mafra no jornal 'O Albatroz' da Laguna, não deixará de reprovar a vossa indelicadeza, ao deparar com esse trecho:

'Da saccada da Pensão Familiar falou o PRETO Ildefonso Juvenal'!!!

Não, meu caro, os tempos da Escravidão já se foram.

É preciso que o sr. saiba que depois que rasgou-se este nefasto véus dos horizontes de nossa Pátria, todos são iguais perante as Leis; por isso devemos respeitar essas sublimes palavras: Liberdade, Igualdade e Fraternidade, ideal do Povo culto, do Povo Nobre.¹²²

Nesse discurso, Ildefonso Juvenal mostrava seu inconformismo e indignação. Conhecedor de seus direitos, afirmou que, após o fim da escravidão, "todos são iguais perante as Leis". Sua atitude possuiu relevância ímpar, pois novamente apontava para a ampliação do sentido de cidadania, mostrando ser cidadão e exigindo sua inclusão social. Na tentativa de legitimar sua argumentação a favor dos direitos, evocou um dos ideários mais caros à sociedade ocidental, o da "Liberdade, Igualdade e Fraternidade", preconizados como direitos universais a partir da Revolução Francesa. A categoria *Preto* apontava diretamente para a condição de escravo ou ex-escravo, segundo Hebe Maria Mattos,

na verdade, durante todo o período colonial, e mesmo até bem avançado o século XIX, os termos 'negro' e 'preto' foram usados exclusivamente para designar escravos e forros. Em muitas áreas e períodos, 'preto' foi sinônimo de africano, e os índios escravizados eram chamados de 'negros da terra'.¹²³

¹²¹ Jornal *Folha Rosea*, 15 de novembro de 1915, p.04. (grifos do autor).

¹²² Jornal *Folha Rosea*, 05 de dezembro de 1915, p.06. (grifos do autor).

¹²³ MATTOS, Hebe Maria. *Escravidão e cidadania no Brasil Monárquico*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000, p.17.

As tentativas de manter a sujeição dos afrodescendentes por parte de sujeitos pertencentes à sociedade branca foi um dos principais desafios enfrentados no pós-abolição. As escolhas e alternativas disponíveis aos libertos, após o 13 de maio, constitui um importante caminho aberto na historiografia para a compreensão das definições de novas estratégias frente aos obstáculos enfrentados pelos libertos e seus descendentes.¹²⁴ A atitude de Ildefonso representava, de forma clara, um embate ideológico e cultural entre, de um lado, os resquícios de uma ordem racista, que continuou a imperar (na qual a inferioridade racial dos africanos e seus descendentes, a partir do século XIX, serviu de base para a construção de estigmas e distinções hierárquicas) e, de outro, o pensamento liberal, o qual, teoricamente, assentou-se sobre as máximas do lema Liberdade, Igualdade e Fraternidade¹²⁵ (evocadas em alguns momentos pelo próprio Ildefonso) e fortalecido pelo ideário Republicano e pela Constituição de 1891. Esse ideário aparece articulado nesse texto que publicou na *Folha Rosea*, em dezembro de 1905:

Admirou-se talvez de ter este seu criado feito uso da palavra?!
O senhor não saberá por ventura, que Conselheiro Mafra batalhou pelo bem geral de todos os Catharinenses, e eu sou um Catharinense?!
O senhor viu-me metido em roupa de lã, entende pois, que eu seja algum carneiro, não?!...
Orgulho-me de ser homem de côr, nessa hora que o nobre correspondente, demonstrou a imperfeição do seu ser.
Na minha juventude, além de minha esmerada educação paterna que recebi, o bondoso mestre escolar me fazia ler com bastante atenção e gravar bem na memória esse trechosinho de Hilário Ribeiro:
'As boas maneiras cercam-nos de sympathias e affeições, grangeiam a estima e o respeito; diferentemente da impollidez e da grosseria que incorre no desagrado geral e dão a medida de um espírito pouco educado'
O sr. Correspondente é contrário ao pensar do mestre Hilário, não?!
SS. não ouviu dizer ainda que: 'a urbanidade, a cortezia, as boas maneiras, acham fácil entrada em todos os peitos, ao passo que a descortezia, fecha portas e corações?!'
Cada vez mais, fico convicto, da existência de pessoas, que duvidam destas palavras do Divino Mestre aos homens:
- És pó e em pó voltarás.
O nobre correspondente deve deixar esse pensar fútil, e procurar ler attentosamente os 'Os Elementos de Educação Cívica e Moral' de Hilário Ribeiro.¹²⁶

¹²⁴ FRAGA FILHO, Walter. *Encruzilhadas da liberdade. Histórias de escravos e libertos na Bahia (1870-1910)*. Campinas, SP, Editora da Unicamp, 2006, pp.246-260.

¹²⁵ Sobre esta questão, a Constituição de 1824 abrirá precedente para reivindicações, pois ao revogar o dispositivo colonial da mancha de sangue reconheceu os direitos civis de todos os cidadãos brasileiros, diferenciando-os, apenas, do ponto de vista dos direitos políticos, em função de suas posses. MATTOS, Hebe Maria. *Escravidão e cidadania no Brasil Monárquico*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000, p.20.

¹²⁶ Jornal *Folha Rosea*, 05 de dezembro de 1915, p.06. (grifos do autor).

A sua reação contra a condição subserviente que deveria ser própria dos homens de cor aparece claramente nesse texto em que buscava reafirmar sua identidade. Enunciados, como *criado* e *carneiro*, para Ildefonso, denunciavam a atitude de submissão, postura que seria a esperada dos afrodescendentes, mesmo após a abolição. Nobreza, urbanidade, cortesia e educação são empregados, no sentido inverso, visando a contra atacar esse discurso. Ildefonso inverte as peças do jogo, utilizando-se de valores caros à sociedade ocidental, dita civilizada, encerra esse texto com um trecho do livro do *Gênesis*, com o qual parece querer transmitir o sentido efêmero da existência.

Também, em outras impressos, como no *Imparcial*, do amigo Amphilóquio Gonçalves, encontrou apoio público à causa. Nele publicou:

A questão da cor...

Não causou-nos grande surpresa ao deparar-mos no apreciado jornal ‘O Imperial’, o bem lançado artigo sob a epigraphe: Um correspondente descortez. Não causou-nos grande surpresa (ilegível) à frente do valoroso collega, encontra-se um dos mais inteligentes moços desta terra. Modesto, despretencioso, o distinto Sr. Amphilóquio Gonçalves, é também um verdadeiro amigo dos homens de côr.

Lembramos ainda, do concurso expontâneo e inteligente; o brilho que elle soube dar à sessão commemorativa de 13 de Maio, em que as palavras, cheias de um verdadeiro sentimento fizeram as lágrimas sentidas, brotarem dos olhos do respeitável ancião Sr Eduardo Falcão, um dos mártires da nefasta escravidão, que vende recordar aquellas scenas tão tristes, levantou-se pressuroso, e tremulo perguntou: - Onde estou?

Era que Anphilóquio soubera descrever o verdadeiro captiveiro, sem phantasia, sem exagero, e o ancião parecia ver ainda naquelle momento, os quadros vivos da Escravidão.¹²⁷

A solidariedade, o respeito e o apoio mútuo entre esses literatos negros que compunham a pequena imprensa negra, em Florianópolis, foram valores importantes na construção de uma consciência de classe e racial e na luta contra a discriminação. Essa camaradagem intelectual em favor da causa comum e da ruptura com os limites aparece descrita em um texto, sem autoria, veiculado na *Folha Rósea*:

Após um ano

Faz hoje um anno que o nosso distincto conterrâneo snr. Trajano Margarida, publicou um folheto em verso intitulado ‘O Natal do Orphãosinho,... Não faltaram espíritos maléficos, que pretendessem desprestigiá-lo. Trajano não desanimou, assim é que se acha em preparativos o seu segundo: ‘A culpa dos paes’...

¹²⁷ *Ibidem*, p.03.

Era o caso de escrever também outro com o título ‘A culpa das mães’... fazendo o público sciente que, o atrevimento de alguns ‘*belletristas*’ e críticos, provem da falta de chineladas...

Quem tem culpa disto, por conseguinte são as mães (dos citados) que lhes pouparam tantos arduos, causados pela chinelada e assim talvez evitassem que ‘inocentes’ se tornassem extremamente pretenciosos.

Um abraço pois, o bom amigo Trajano que foi também como nós um martyr dos ‘sabichões’ insensatos.¹²⁸

(sem autoria).

As evidências levantadas por Antônio José dos Santos, em seu estudo sobre a imprensa negra rio-grandense, corroboram o nosso estudo, quando afirma:

Os descendentes da diáspora africana no Brasil passaram a identificar-se como negros, sobretudo ao longo das primeiras décadas do século XX. A imprensa negra rio-grandense, assim como aconteceu em São Paulo, tornou-se meio de comunicação que procurava primeiramente agrupar pessoas com os mesmos interesses. Os redatores dos periódicos buscavam criar o senso de solidariedade necessário para a fundação do jornal e, logo em seguida, encaminhar uma luta comum em prol da educação e da superação dos complexos e estereótipos que os inferiorizavam na busca da mobilidade social.

Sobre a origem destes jornais e de seus proprietários e redatores, José Antônio dos Santos afirma:

Os jornais eram produzidos por uma minoria de negros alfabetizados, geralmente melhor posicionados na hierarquia social, mas que representavam os desejos e as aspirações daquela parcela da população que diziam representar.¹²⁹

É sob essa ótica que se pode compreender as experiências de Ildefonso Juvenal e Trajano Margarida à frente do *Folha Rósea*. No seu primeiro volume, a elaboração gráfica é bem simples, o nome da folha aparece estampado na capa, em letras maiúsculas, e disposto na transversal.¹³⁰ A Imagem 16 apresenta a folha de rosto do segundo volume do periódico.

¹²⁸ Jornal *Folha Rósea*, 25 de dezembro de 1915 p.03. (grifos do autor).

¹²⁹ *Idem*.

¹³⁰ GARCIA, Fábio. *Negras Pretensões...*, p.43.



Imagem 16. Detalhe da capa do jornal *Folha Rósea*.¹³¹

Nessa segunda edição, a capa da folha (Imagem 16) é estampada com uma imagem idealizada de mulher, (ou de um ideal de feminilidade), representando a figura de uma musa. Não encontramos entre os colaboradores mulheres escrevendo no *Folha Rósea*, mas as encontramos nos poemas publicados, sempre representadas como figuras, doces, puras, inatingíveis, peça central de um amor não correspondido. Tais composições situam-se em um período de transição e carregam consigo elementos do Parnasianismo, do Simbolismo e do Impressionismo. A cor *rosa* é um detalhe curioso, incomum entre os jornais que circulavam na capital e trata-se de uma clara referência ao nome do periódico. A *Folha Rósea* não se define apenas como um jornal literário, espaço de representação das ambições literárias de um pequeno grupo de intelectuais, ela representava também um veículo de denúncia social.

¹³¹ Acervo Seção de Obras raras. Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina. Fotografia do acervo particular da pesquisadora.



Imagem 17. Detalhe do jornal *Folha Rósea*.¹³²

Na terceira capa (Imagem 17), seu nome aparece grafado em letras maiúsculas, e o cabeçalho e a contracapa traziam as informações gerais. Era produzida na Escola de Artífices, com tiragem quinzenal e tinha poucas páginas, pois não trazia anúncios publicitários. Era uma publicação voltada para a produção literária e para a denúncia social. Na edição de 25 de dezembro de 1915, aparecem os nomes do redator-chefe, Ildefonso Juvenal, e do redator-secretário, João Mechíades.

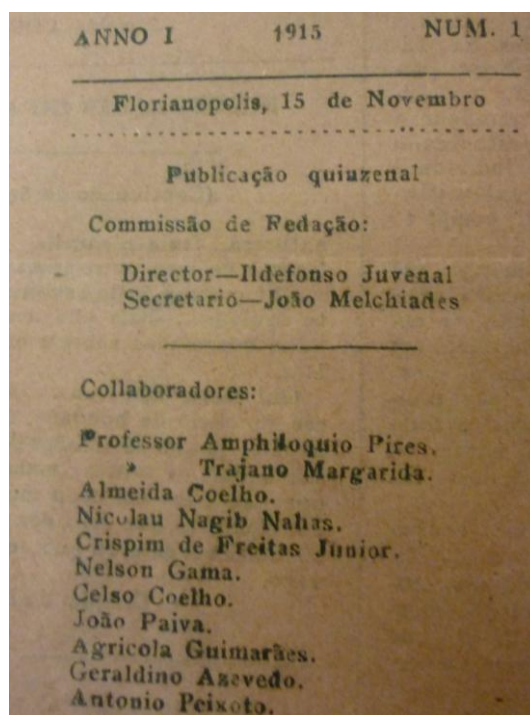


Imagem 18. Detalhe do jornal *Folha Rosea*.¹³³

¹³² Acervo Seção de Obras raras. Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina. Fotografia do acervo particular da pesquisadora.

Eram vários os colaboradores desse número, nenhum deles mulher. Eram jovens pertencentes às classes popular e média que, em sua maioria, ocupavam algum cargo no funcionalismo público. Além da atuação na imprensa, alguns, a exemplo de Ildefonso Juvenal, Trajano Margarida, João Melchíades e Nicolau Nagib Nahas, também estavam envolvidos com a dramaturgia, atuando ora como atores, ora como escritores de peças apresentadas no teatro Álvaro de Carvalho.¹³⁴ Mesmo nessas condições, estes intelectuais não tinham condições financeiras para manter um jornal. O uso da tipografia da Escola de Artífices era indicativo de que se utilizavam de um espaço que não era próprio como local de impressão dos exemplares e, possivelmente, contavam com o trabalho dos alunos daquela instituição de ensino profissional. Não por acaso, na mesma edição de 1915, na primeira página logo abaixo do cabeçalho, foi publicada uma fotografia da sede da escola acompanhada de um texto elogioso a esta. “Estampamos hoje a photographia do prédio onde funciona a Escola de Artífices, útil estabelecimento de ensino profissional, mantido pelo Governo Federal, e que já tão bons fructos tem dado”.¹³⁵



Imagem 19. Escola de Artífices na primeira década do século XX.¹³⁶

¹³³ *Idem.*

¹³⁴ Nahas foi também ator e escritor, uma de suas peças que mais causou polêmica foi *Ilha dos Casos Raros*, de 1927, de sua própria autoria. Nicolau Nagib Nahas foi um dos primeiros dramaturgos locais a colocar o povo da cidade em cena através de diversos personagens, populares e/ou eruditos. Utilizando-se da ironia e da sátira, entre as diversas personagens que desfilaram pela peça “Ilha dos Casos Raros” estava o eleitor que pedia um pleito limpo e transparente e um fiscal de minas que representava a ineficácia do serviço público. <http://www.memoriaavaiana.com.br/sala-de-trofeus-oficio-no46-de-05031925/>. Acessado em 01/08/2014.

¹³⁵ Jornal *Folha Rosea*, 25 de dezembro de 1915, p.01.

¹³⁶ A imagem citada é a mesma do jornal *Folha Rósea*, porém, devido ao desgaste da imagem do jornal por ação do tempo, pesquisei a mesma no site:

Na historiografia local, pouco ou quase nada pode ser encontrado sobre a possível existência de uma imprensa negra. No final do século XIX, as tentativas de Cruz e Sousa em manter seu próprio jornal esbarraram no limite da falta de recursos para esta empreitada.

Por volta do ano de 1881 Cruz e Sousa, Virgílio Várzea e Santos Lostada fundaram um pequeno jornal literário chamado *Colombo*, e ao que parece, o empreendimento contava apenas com recursos próprios dos fundadores. Com pouco recurso, o semanário teve vida curta sobrevivendo alguns meses.¹³⁷

Após o encerramento do *Colombo*, Cruz e Sousa parte em viagem, retornando apenas em maio de 1885. Convidado por Virgílio Várzea, assumiu, ao lado deste, a redação do jornal *O Moleque*, fundado em dezembro de 1884.

A pequena folha foi chamada de *O Moleque* e foi fundada por Othon D'êça, mas logo, passou para os cuidados de Virgílio Várzea e Cruz e Sousa. A redação do jornal situava-se em uma casa na rua da Constituição a quem da Ponte do Vinagre próximo a área central da cidade. De estilo irreverente e provocador, se autodenominava como um órgão noticioso, moderno e nervoso. A folha era publicada quatro vezes ao mês e trazia em suas páginas caricaturas onde os temas eram os fatos da vida política e os personagens dela.¹³⁸

Mesmo sendo um órgão voltado para a divulgação da produção literária local, abordava temas cotidianos e o humor presente nas caricaturas de políticos e sujeitos pertencentes à elite realçava com maior destaque as denúncias sobre a morosidade dos políticos e o descaso com a cidade. Em nota publicada em julho de 1885, condenou a sujeira e o estado de abandono em que se encontravam as praias:

Já este assumpto de praia, não é dos mais decentes porque lembra immundice, enchurro, lodo, podridão e tal e cousa...
Não obstante, todas essas rasoabilidades da Lógica, precisamos fallar da... praia e ... sempre da praia.
(...) Pois esta praia, esta tão sympathica e conhecida, que vê desfilr na sua frente todos os camavaes, todos as procissões, camavaes de mesma maneira, camavaes sagrados, todas as manifestações políticas, esta praia, dizemos, não tem sequer as honras de limpeza, é uma praia suja.¹³⁹

http://www.florianopolis.ifsc.edu.br/extras/linha_do_tempo_ifsc_fpolis/imagens/1910/fotos/eea_f.png.

Acessado em 16 de agosto de 2014.

¹³⁷ ESPÍNDOLA, Elizabete Maria. *Cruz e Sousa. Modernidade e mobilidade social nas duas últimas décadas do século XIX*. (Dissertação de Mestrado). Programa de Pós-Graduação em História. São Paulo: PUCSP, 2006, pp.23-24.

¹³⁸ *Ibidem*, p.37.

¹³⁹ Jornal *O Moleque*, 19 de julho de 1885, p.02. Apud: ESPÍNDOLA, Elizabete Maria. *Cruz e Sousa....*p.37.

A nota oscilava entre a ironia e o ataque direto. O esgoto e o lixo, depositados nas praias continuaram, por um longo período, sendo o alvo de muitos protestos na imprensa local. A praia em questão era a do Menino Deus, local conhecido dos moradores, por onde passavam os festejos de carnaval e as procissões. No trecho seguinte da nota, o autor chamava a atenção das autoridades cobrando as devidas providências:

(...) Se a Câmara por um esquecimento dos seus deveres, se lembrar do limpamento da Praia do Menino Deus, nós prometeríamos uma vela de sebo a Santa Vergonha e ao Milagroso Santo Cynismo para que ella tivesse um bom parto de idéias facturas nas facturas presidências (...).¹⁴⁰

Nas páginas de *O Moleque*, encontramos também notas de repúdio e condenação aos abusos cometidos pelos senhores, sobretudo os castigos físicos. Ao mesmo tempo, festejava-se as iniciativas de alforrias, como apontou este trecho de uma nota publicada em *O Moleque*:

O Sr. João do Prado Lemos, deu liberdade a cinco escravizados. Magnífico.
Só por isso S.S. tem todo o direito a um aperto de mão do Moleque.
E venha elle, o aperto de mão, franco sincero e robusto como o acto do digno negociante.
E anda assim que é bom.
Applausos, applausos.
Trac¹⁴¹.

Em ambos os casos (*O Moleque* e o *Folha Rósea*), os jornais possuíam poucas páginas e eram produzidos com recursos próprios. Entre seus assuntos, estavam as mazelas sociais e a denúncia do preconceito racial.

Segundo Joana Maria Pedro, a inconstância dos periódicos na capital no final do século XIX pode ser justificada pela reduzida acumulação de capital, o que levava a dependência destes jornais aos anúncios sobre os expedientes dos órgãos governamentais. Este atrelamento deixou ainda mais fluído o limite entre o público e o privado o que, segundo a autora, teria sido um dos principais fatores que dificultaram a formação de uma esfera pública burguesa e de uma imprensa como instrumento privilegiado.¹⁴²

Em nossa análise, percebemos algumas permanências deste processo na primeira metade do século XX. *O Moleque*, de Cruz e Sousa e Virgílio Várzea, não teve vida longa ao final do século XIX, fechando suas portas após um ano de fundação. Sobre a *Folha Rósea* sabe-se que circularam pela capital apenas algumas edições. Existem semelhanças entre esses dois

¹⁴⁰ *Ibidem*, p.38.

¹⁴¹ Jornal *O Moleque* 17 de maio de 1885, p.01. Apud: ESPÍNDOLA, Elizabete Maria. *Cruz e Sousa*....p.39.

¹⁴² PEDRO, Joana Maria. *Nas tramas entre o público e o privado. A imprensa de Desterro no século XIX*. Florianópolis: Editora da UFSC, 1995, p.15.

jornais: ambos eram órgãos noticiosos que faziam denúncia social, passaram a existir pela necessidade de buscar uma maior representação dos afrodescendentes e defendiam assuntos ligados à causa, o primeiro abolicionista e o segundo contra o preconceito e os limites raciais no pós-abolição.

Contudo, em *O Moleque*, outras questões também foram abordadas, como os problemas políticos no Estado e a administração pública local, a crítica a estas questões eram feitas por meio de desenhos e caricaturas onde os políticos e as demais figuras públicas foram os alvos preferidos dos redatores. Neste sentido acreditamos que não havia, por parte dos redatores, a preocupação em escrever para um único público, em especial os afros, nas edições analisadas percebe-se que o deboche e a sátira deram o tom ao jornal. Ao compararmos os dois jornais, no que se refere ao teor dos discursos, o tom irônico e a comicidade de Cruz e Sousa, notada em *O Moleque*, em nada se assemelham as críticas ácidas e ressentidas de Ildefonso.

Ao nos debruçarmos sobre as fontes, questionamos se teria havido em Florianópolis, a partir de Ildefonso Juvenal e de seus colaboradores, a tentativa de representar via imprensa os afrodescendentes naquela sociedade. Afirmar sobre a existência de uma imprensa negra a partir de um único jornal, que circulou por um breve período, insuficiente para a construção de uma consciência racial identitária, seria precipitado e ilusório. Ao mesmo tempo, não descartamos a possibilidade de que estudos futuros apontem para um horizonte mais amplo, em que se possam coligar as iniciativas dos afros, na capital e em outras cidades, de se verem representados. A experiência de Cruz e Sousa não pode ser desprezada mas sim, considerada como inspiradora para outros afros, tanto nas letras como na imprensa. Sem desprezar certa dose de idealismo presente nessas iniciativas, também não podemos ignorar o fato de que a imprensa foi uma das formas encontradas, tanto por homens negros como Cruz e Sousa, Ildefonso Juvenal e Trajano Margarida, como por mulheres, como Antonieta de Barros, de atingir a desejada mobilidade social.

Ainda segundo Santos, “os caminhos que os negros criavam para a mobilidade social tinham como único objetivo torná-los parte da sociedade que construía, e não o de subverter aquela realidade e colocar abaixo a sociedade.”¹⁴³ Sobre a construção de uma imprensa negra atuante, o mesmo autor afirma:

¹⁴³ SANTOS, Antônio José dos. *Prisioneiros da História. Trajetórias intelectuais da imprensa negra meridional*. (Tese de Doutorado). Programa de Pós Graduação em História. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Porto Alegre. PUCRG, 2011, p.83.

Ainda não temos na historiografia que trata dos jornais dirigidos para os negros brasileiros uma arqueologia que resgate a origem e os significados atribuídos ao longo do tempo ao termo “imprensa negra”. Isso me leva a propor que houve uma influência vinda dos Estados Unidos na definição desse termo para designar um conjunto de periódicos voltados aos problemas da população negra. Roger Bastide foi o pioneiro a sofrer essa influência da literatura norte-americana e pode ser considerado o responsável pela introdução do termo “imprensa negra” no Brasil. Nesse espaço não me cabe resposta definitiva, no entanto, sei que houve influência mútua entre a imprensa negra brasileira e a norte-americana desde pelo menos o início do século XX.¹⁴⁴

Além dos jornais, suas trajetórias de vida, seus escritos e suas atitudes de enfrentamento, buscaram construir uma consciência racial na tentativa, talvez, de estabelecer um sentido de representação coletiva, o que nos levou a percebê-los como sujeitos de suas próprias histórias.¹⁴⁵ Apoiado em seu estudo, Santos afirma:

Os periódicos que compõem o que entendo como imprensa negra, até as primeiras décadas do século XX, davam destaque para as questões educativas do meio negro e tinham viés moralizador nos seus artigos. A utilização de bebidas alcoólicas em exagero, as “irresponsabilidades” na educação dos filhos, as brigas e ofensas pessoais, a vida errante e sem trabalho, enfim, toda a postura que destoasse das prescrições do que a sociedade entendia como “bom comportamento” eram severamente criticadas pelos articulistas.

Como já afirmado anteriormente, o curto período de sobrevivência do *Folha Rósea*¹⁴⁶ não nos permitiu observar as questões elencadas por Santos em seu estudo. Suas análises incidem sobre um número expressivo de periódicos e sobre um recorte espacial extenso.

Outra forma de inserção social importante para os afros foi a educação, por meio desta, Ildefonso Juvenal, Trajano Margarida, Leonor e Antonieta de Barros buscaram romper os limites sociais impostos pela rígida hierarquia social. Neste sentido, buscamos discutir como a educação se transformou em porta de entrada, para Antonieta de Barros.

1.4 Antonieta de Barros: atuação profissional e concepções sobre educação.

¹⁴⁴ *Ibidem*, p.84.

¹⁴⁵ Antonieta de Barros não foi incluída neste rol pelo fato da questão racial ser uma interdição em seus escritos, mas, nem por isso seu papel foi menos importante no que tange à luta contra o machismo e o paternalismo e a favor da educação feminina.

¹⁴⁶ Foram encontrados no setor de obras raras da Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina apenas 3 exemplares deste.

Segundo Luciene Fontão, a formação educacional de Antonieta iniciou-se por volta de 1906 quando aos cinco anos ela foi alfabetizada em escola particular pertencente à professora Maria Meira Lima. Em 1910, “passou a frequentar uma escola pública para crianças, sob o comando e direção da Professora Maria das Dores Rosa Conceição e Souza. No ano seguinte, 1911, frequenta a escola pública, no prédio anexo ao que será o Grupo Escolar Lauro Muller.”¹⁴⁷

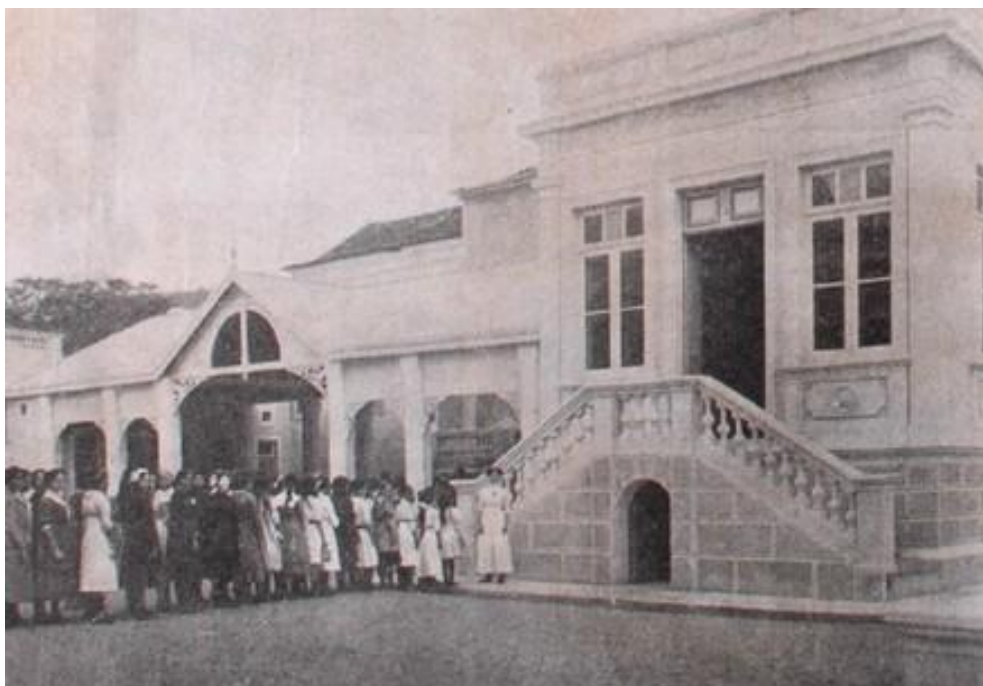


Imagem 20. Grupo Escolar Lauro Müller, em 1912.¹⁴⁸

Em 1910, Vidal Ramos, então governador do Estado, foi autorizado pelo Congresso Representativo, segundo a lei nº 846, de 11 de outubro de 1910, a providenciar a reforma no ensino público de Santa Catarina¹⁴⁹, dando início à reforma da educação catarinense, sob a orientação do professor paulista Orestes Guimarães.¹⁵⁰ Neste período, Antonieta cursava o ginásio no Grupo Escolar Lauro Müller e, logo após concluir seus estudos, ingressou, por meio de exame preparatório, na Escola Normal Catarinense, onde dedicou-se à formação para o Magistério, graduando-se em 1921.

¹⁴⁷FONTÃO, Luciene. *Nos passos de Antonieta*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-graduação em Literatura. Centro de Comunicação e Expressão. UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina, 2010, pp.278-279.

¹⁴⁸www.ibamendes.com.br. Acervo particular.

¹⁴⁹ FIORI, Neide Almeida. *Aspectos da evolução do ensino público: ensino público e política de assimilação cultural no Estado de Santa Catarina nos períodos Imperial e Republicano*. 2ª edição Rev. Florianópolis: Editora da UFSC; Secretaria da Educação do Estado de Santa Catarina, 1991, p.94.

¹⁵⁰ *Ibidem*, p.91-94.

A trajetória educacional de Antonieta de Barros ocorreu num período de profundas mudanças, tanto no que diz respeito ao processo de construção e institucionalização da profissão docente, quanto à criação e a entrada em vigor de um modelo educacional durante a Primeira República.

Buscando compreender as concepções sobre educação formuladas por Antonieta de Barros, a partir de sua formação educacional e o significado desta em sua trajetória de vida, foi necessário, em primeiro lugar, conhecer um pouco mais sobre o processo de institucionalização da formação docente no período que compreende o final do século XIX e início do século XX. O estudo de Cecília Nascimento, ao dialogar com Heloísa Villela sobre o processo da construção da profissão docente e a institucionalização da formação de professores e professoras, afirmam ser este um momento que coincide com a progressiva presença feminina no magistério,

Villela traça uma série de fatores sociopolíticos que teriam desencadeado em várias províncias brasileiras no século XIX, um gradativo processo de substituição de um modelo *artesanal* de formação de seus professores primários – *formação improvisada*, pragmática – pelo modelo *profissional*, corporificado por procedimentos específicos que comporiam um novo professor, movimento levado a cabo pela institucionalização das escolas normais.¹⁵¹

O eixo central do estudo de Villela é a mudança no processo de formação do professor, em que a profissionalização, por meio da construção de um novo modelo, denota mais que uma mudança na tradição, significa a constituição de um novo sujeito educador para novos saberes:

A ‘nova’ formação ‘profissional’, realizada na escola normal, se opunha à ‘antiga’ formação ‘artesanal’, tendo em vista que, na visão dos organizadores da escola normal dessa época, os novos ‘professores’ que se formassem deveriam se distinguir dos antigos ‘mestres’ improvisados pelo domínio de conteúdos e métodos específicos e, pela aquisição de uma postura – um *ethos* – profissional. Definia-se, assim, um campo de normas e saberes próprios da profissão em contraposição à improvisação, à aprendizagem por imitação, característica dos mestres sem formação.¹⁵²

De forma objetiva, Cecília Vieira do Nascimento sintetiza o pensamento de Villela, afirmando ser este processo:

¹⁵¹ VILLELA, Heloisa de O. S. Apud: NASCIMENTO. Cecília Vieira do. *Caminhos da docência: Trajetórias de mulheres professoras em Sabará, Minas Gerais 1830-1904*. (Tese de Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação. Belo Horizonte, UFMG, 2011, p.59.

¹⁵² *Idem*.

Em síntese, a autora define a formação oferecida pelas instituições oficiais como sendo baseada em princípios racionais, centrados na incorporação de conteúdo, método e perfil profissional específicos, ao passo que no modelo ‘artesanal’ de formação, o aprendiz de professor – que poderia ser monitor, adjunto ou substituto – aproximava-se do ofício vendo e praticando na própria sala de aula. Tradição, imitação e conjecturas políticas seriam seus pilares de sustentação. Villela define tal formação como *pragmática, improvisada* ou, até, *sem formação*.¹⁵³

No entanto, vale lembrar que este processo não ocorreu de forma simultânea e contínua, ressalvas são importantes quanto às especificidades da política e da economia de cada Província. O estudo de Villela abarca de forma mais ampla este processo, concentrando sua análise principalmente na experiência da Província do Rio de Janeiro (Capital do Império). Cecília alerta para que se evitem as generalizações de um modelo único para a educação.

Em Santa Catarina, a criação da primeira Escola Normal data de 1880, criada na capital, Desterro, onde funcionou, com certa precariedade, nas dependências do Ateneu Provincial. Segundo Paulo da Nóbrega, “em 1880, em Santa Catarina, era criado o primeiro Curso Normal, anexo ao Liceu, sem ter dado, porém grande impulso à formação de professores já que *anunciada a matrícula nem um só aluno se apresentou*”.¹⁵⁴ A Escola Normal Catarinense passou por mais duas reformas em seus conteúdos, uma em 1892 e outra em 1897.

A precariedade das escolas públicas no final do século XIX foi também salientada por Eliana de Oliveira em seu estudo sobre o processo de formação docente dos professores públicos primários em Minas Gerais, ao final do século XIX e início do XX. Oliveira afirma, com base nos relatórios apresentados aos governantes, o reconhecimento e as preocupações por parte destes da

elaboração de ordenamentos legais era a principal solução para os problemas relacionados às precariedades materiais das escolas primárias. Assim como este, outros discursos produzidos em fins do período imperial demonstram a preocupação por parte dos gestores do ensino em regulamentar e criar ordenamentos legais para a construção e manutenção dos prédios destinados às

¹⁵³ *Ibidem*, pp.59-60. (grifos do autor).

¹⁵⁴ TANURI, p.25. Apud: NÓBREGA, Paulo de. Escola Normal, Ciência e Nacionalidade na Primeira República. In: SCHEIBER, Leda; DAROS, Maria das Dores. (Orgs). *Formação de professores em Santa Catarina*. Núcleo de publicações – NUP. Centro de Ciências da Educação. Florianópolis, UFSC, 2002, p.119. (grifos do autor).

escolas públicas, assim como o envio de mobília, materiais didáticos e pedagógicos para estas escolas.¹⁵⁵

Os ordenamentos legais visaram estabelecer disposições hierárquicas, regras e princípios como uma tentativa de dar solução aos problemas relacionados à precariedade do sistema escolar. Dentre as alternativas pensadas, estava a construção de prédios públicos onde não houvesse casas particulares para ser alugadas. A criação da Caixa Beneficente Escolar, um fundo criado a partir de multas ou donativos para a compra de livros destinados às crianças pobres, além de mobílias escolares, também figuravam como escolhas possíveis. Ainda segundo Oliveira, em 1883 foram criados fundos, Municipais e Provinciais, para a arrecadação de impostos e taxas cobradas sobre a emissão de diplomas, certidões, licenças, títulos e certificados de exames e de concursos. Mantiveram-se, ainda, as arrecadações de multas e donativos, destinados à aquisição de mobília, material didático, livros, roupas, calçados e objetos de escrita para os alunos pobres.¹⁵⁶

O contexto educacional catarinense passou a ser novamente alterado no início do século XX. Na reforma empreendida por Vidal Ramos, a Escola Normal passou cada vez mais a direcionar sua finalidade para a formação de educadores com um perfil profissional e “moderno”. Segundo seu próprio regulamento: “O Regulamento da Escola Normal Catharinense de 30 de Maio de 1911, em seu Art.1, determinava: A Escola Normal tem por fim ministrar a instrução theórica e prática necessária àquelles que se destinam à carreira do magistério público.”¹⁵⁷ Embora não se faça presente entre nossos objetivos uma discussão aprofundada sobre esta reforma, visto que outros trabalhos, referenciados ao final deste estudo, já o fizeram com maior propriedade, elencamos e destacamos apenas alguns aspectos gerais e importantes na reforma que entrou em vigor em 1911, como a ausência do ensino religioso, a presença do caráter laico dado pelo seu direcionamento à cientificidade e à racionalidade, além da inclusão da língua alemã. A distribuição das disciplinas, segundo Paulo Nóbrega, era:

1º anno – Portuguez, francesz, allemão, arithmética, geographia, desenho, gymnastica, trabalhos e música. 2º anno – Portuguez, allemão, arithmatica,

¹⁵⁵ OLIVEIRA, Eliana de. *O processo de produção da profissão docente: profissionalização, prática pedagógica e associativismo dos professores públicos primários de Minas Gerais 1871-1911*. (Dissertação de Mestrado em Educação) Programa de Pós-Graduação em Educação. Belo Horizonte: UFMG, 2011 p.68.

¹⁵⁶ *Ibidem*, pp.68-69.

¹⁵⁷ NÓBREGA, Paulo de. Escola Normal, Ciência e Nacionalidade na Primeira República. In: SCHEIBER, Leda; DAROS, Maria das Dores. (Orgs). *Formação de professores em Santa Catarina*. Núcleo de publicações – NUP. Centro de Ciências da Educação. Florianópolis, UFSC, 2002, p.121.

álgebra, geographia, noções de história natural, noções de psychologia, desenho, gymnastica, trabalhos e músicas. 3º anno – Portuguez, princípios da litteratura da língua, allemão, arithmetica, geometria, physica e chimica, princípios de história geral e especial do Brazil, pedagogia, desenho, trabalhos e música.¹⁵⁸

Como salientou Paulo Nóbrega, excetuando-se algumas variações de títulos, a média das disciplinas era a mesma que compunha os currículos das Escolas Normais de perfil moderno.¹⁵⁹ Seu caráter laico, ao mesmo tempo em que lhe imprimia um sentido de cientificidade e racionalidade, garantia também uma formação voltada para uma orientação positivista e nacionalista, esta última justificava-se pela preocupação com a presença de imigrantes alemães e seus descendentes.

Foi sob esta orientação que Antonieta tornou-se professora. Para ela, a escola representava uma ponte entre o Lar e a Sociedade, e elegia como sua “função única, preparar as criaturas para a vida, - luta intensa e complexa”.¹⁶⁰ A função do magistério exigia que os professores preenchessem alguns requisitos inerentes ao cargo:

Assim, um bom professor, além de possuir os conhecimentos legitimados e difundidos nas escolas normais, deveria revelar amor e vocação para o magistério, ser portador de um comportamento moral impecável e condizente com os valores da época e da profissão que exercia. Desta forma, a profissão docente, constituiu-se com certa especificidade, visto que cabia ao professor, além de instruir as crianças, moralizá-las e civilizá-las. Por este motivo, esperava-se que o docente demonstrasse gosto e cuidados no trato com as crianças.

Somam-se a estes requisitos comportamentais os embates entre dois modelos educacionais distintos, apontados por Cecília Nascimento – o artesanal e o profissional. Ambos eram voltados para a construção da figura do docente desejada para o exercício da função. A conduta moral, além da formação profissional, domínio dos conteúdos e métodos, passou a fazer parte de um projeto de educação preocupado com a base moral e civilizatória da sociedade.

Antonieta vivenciou a reforma educacional de 1911 como aluna, formou-se docente por um modelo escolar que visava à implantação e à propagação de bons moldes e de homogeneização da prática pedagógica. Como professora, viu o esgotamento dessas

¹⁵⁸ Trecho do regulamento da Escola Normal Catharinense de 30 de Maio de 1911. Art. 1. Apud: NÓBREGA, Paulo de. Escola Normal, Ciência e Nacionalidade na Primeira República. In: SCHEIBER, Leda; DAROS, Maria das Dores. (Orgs). *Formação de professores em Santa Catarina*. Núcleo de publicações – NUP. Centro de Ciências da Educação. Florianópolis, UFSC, 2002, p.121.

¹⁵⁹ *Idem*.

¹⁶⁰ *Jornal República*, 29 de outubro de 1933.

práticas e acompanhou os debates em torno do modelo chamado pedagogia da escola nova.¹⁶¹ Entretanto, veremos mais adiante que a primazia de um forte discurso de cunho moral e religioso pode ser identificada em seus discursos, durante a década de 1930, no jornal *República*. Relacionamos a este discurso a sua formação educacional, de base tradicional e de forte apelo moral. Porém, silenciamentos foram evidenciados, tanto nos discursos de Antonieta, quanto naqueles que, sob a perspectiva da memória e da história oficial, buscaram narrar suas experiências de vida.

1.5 Os silêncios de e sobre Antonieta.

Na historiografia local das décadas de 1970 e 1980, bem como nas obras de memorialistas (jornalistas e demais profissionais liberais que se aventuravam pelos caminhos da escrita), aspectos da vida privada de Antonieta foram pouco mencionados.¹⁶² Sua trajetória quase sempre foi abordada a partir da sua atuação política, jornalística e literária, mas acreditamos que outros aspectos importantes da vida de Antonieta tenham sido negligenciados por se tratar de uma produção historiográfica masculina, conservadora e factual, e que objetivava narrar os acontecimentos políticos, considerando o espaço público como o reino do masculino. Nesta produção, Antonieta aparece como uma figura secundária, como coadjuvante dos acontecimentos. A reflexão sobre este tipo de escrita da história, as escolhas metodológicas estabelecidas pelos historiadores (ou daqueles que se arriscavam nesta empreitada), e suas implicações políticas, nos conduziram ao pensamento de Michel de Certeau que esclarece, “no passado, do qual se distingue, ele faz uma triagem entre o que pode ser ‘compreendido’ e o que deve ser esquecido para obter a representação de uma inteligibilidade presente”.¹⁶³ Para nós, interessa-nos compreender o discurso, o lugar em que foi produzido e as tentativas de construção de uma realidade. Ainda segundo Michel de Certeau:

¹⁶¹ CARVALHO, Marta Maria Chagas de; PINTASSILGO, Joaquim. (Orgs). *Modelos Culturais, saberes pedagógicos, instituições educacionais*. São Paulo: Edusp, 2011, p.195.

¹⁶² Refiro-me às seguintes obras: SACHET, Celestino; SOARES, Iaponan. *Presença da literatura catarinense*. Florianópolis: Ed. Lunardelli, 1989. PIAZZA, Walter Fernando. *Dicionário Político Catarinense*. Florianópolis: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, 1985; *O poder legislativo catarinense: das suas raízes aos nossos dias (1834 - 1984)*. Florianópolis: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, 1984. Ver também: CABRAL, Oswaldo Rodrigues [et al.] *História de Santa Catarina*. Vol 1 a Vol 4. Curitiba: Grafipar, 1970; SACHET, Celestino. *A Literatura de Santa Catarina*. Florianópolis/SC: Ed. Lunardelli, 1979. CORREA, Carlos Humberto P. *História de Florianópolis. Ilustrada*. Florianópolis: Insular, 2007.

¹⁶³ CERTEAU, Michel de. *A escrita da História*. Tradução de Maria de Lourdes Menezes. 2ª edição. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008, p.16.

Porém, aquilo que esta nova compreensão do passado considera como não pertinente – dejetado criado pela seleção dos materiais, permanece negligenciado por uma explicação – apesar de tudo retorna nas franjas do discurso ou nas suas falhas: “resistência”, “sobrevivências” ou atrasos perturbam, discretamente, a perfeita ordenação de um “progresso” ou de um sistema de interpretação. São lapsos na sintaxe construída pela lei de um lugar. Representam aí o retorno de um recalcado, quer dizer, daquilo que num momento dado se tornou impensável para que uma identidade nova se tornasse pensável.

Uma produção mais atual sobre Antonieta de Barros, iniciada a partir dos anos 2000, foi buscar nas franjas desses discursos os acordes dissonantes, transformando-os em desafios para uma nova análise, atingindo com êxito os objetivos propostos naquele momento. Porém, a partir de uma perspectiva distinta buscamos, com este estudo, caminhar um pouco mais além, talvez, ouvir o *recalcado*, fazer a este perguntas incômodas sobre aquilo que em um dado momento se tornou impensável de ser questionado. Lembrando sempre que:

Por sua vez, cada tempo “novo” deu lugar a um discurso que considera “morto” aquilo que o precedeu, recebendo um “passado” já marcado pelas rupturas anteriores. Logo, o corte é o postulado da interpretação (que se constrói a partir de um presente) e seu objeto (as divisões organizam as representações a serem reinterpretadas). O trabalho determinado por este corte é voluntarista.¹⁶⁴

Dentro dessa proposta, a vida afetiva e familiar de Antonieta, seu círculo de sociabilidade e o preconceito racial, foram temas problematizados. Na história tradicional, de perspectiva conservadora e positivista, sua condição de mulher solteira e sua vida afetiva foram resguardadas de quaisquer questionamentos. Como já salientado, sabemos que Antonieta mantinha uma rede de relações considerável e formada por homens e mulheres, negros e brancos de diferentes classes sociais e alguns com o mesmo ofício, o magistério.

O fato de não ter se casado e nem ter tido filhos nos levou a cogitar se esta teria sido uma escolha consciente. Seria uma forma de não se deixar capturar pelo machismo? A dedicação ao magistério como profissão poderá ter influenciado nesta escolha? A vida afetiva de Antonieta é uma opacidade silenciosa, nunca foi abordada, nem mesmo cogitada pelas produções mais recentes. Antonieta é representada na historiografia local como uma mulher assexuada. Como vimos anteriormente, o recato, a discrição, a doação e a virtude eram qualidades que habilitavam as mulheres para a carreira do magistério. Antonieta viveu em uma época em que estes valores margeavam a condição social das

¹⁶⁴ *Ibidem*, pp.15-16.

mulheres de uma forma geral, como a vida daquelas que buscavam dedicar-se à carreira do magistério ou a uma atividade pública (como escrever para um jornal).

Se este era o objetivo almejado, imposto pela junção de forças, de instituições como a igreja e a moral burguesa, era necessário que essas mulheres omitissem e sufocassem os desejos. Antonieta, mesmo tendo contado com o apoio, em diferentes momentos, da família Ramos, construiu sozinha a imagem de uma mulher pública respeitável. Entretanto, este modelo desejado nunca foi o hegemônico, na historiografia mais recente há variadas referências às trajetórias femininas e suas estratégias elaboradas para fugir, burlar ou simplesmente sobreviver à imposição de modelos normativos.

Pensando no poder hegemônico e seus limites, e na produção historiográfica mais recente sobre a História das Mulheres e os estudos das relações de gênero, encontramos subsídios para uma melhor compreensão sobre o processo de construção dos papéis normativos e das desigualdades nas relações entre homens e mulheres (primeiramente justificada pela diferença biológica e, posteriormente, pelo temperamento/comportamento, sendo estas culturalmente construídas e socialmente naturalizadas). O pensamento de Raymond Williams, corrobora através da discussão sobre os usos dos termos hegemônico e hegemonia, sua análise ofereceu uma compreensão mais clara e menos generalizante sobre estes termos, principalmente quando problematiza as diferenças entre a hegemonia, o poder hegemônico e o dominante:

Uma maneira de expressar a distinção necessária entre os sentidos práticos e abstratos dentro do conceito é falar do “hegemônico”, e não de “hegemonia”, e de “dominante”, em lugar de simples “dominação”. A realidade de qualquer hegemonia, no sentido político e cultural ampliado, é de que, embora por definição seja, sempre dominante, jamais será total ou exclusiva. A qualquer momento, formas de política e cultura alternativas, ou diretamente opostas, existem como elementos significativos na sociedade.¹⁶⁵

A partir da reflexão de Williams, buscamos atentar para as formas improvisadas, para os rearranjos e os modos peculiares de inserção no social de diferentes sujeitos históricos, ou seja, atentarmos para o fato de que o hegemônico também “sofre uma resistência continuada, limitada, alterada, desafiada por pressões que não são as suas próprias pressões”.¹⁶⁶

¹⁶⁵ WILLIAMS, Raymond. *Marxismo e literatura*. Rio de Janeiro, Zahar editores, 1979, p.116.

¹⁶⁶ *Ibidem*, p.115.

A trajetória de vida de Antonieta de Barros vem nos revelando fissuras em uma história e uma memória que se quer hegemônica e dominante, sobretudo no que diz respeito a algumas de suas experiências, essa perspectiva dominante silenciou algumas questões incômodas. Há, por exemplo, ausência de referência sobre a relação de Antonieta com sua família, que se resume muitas vezes à ligação que manteve com sua irmã Leonor de Barros, na fundação do Curso Antonieta de Barros. Nas produções mais atuais, a relação de Antonieta com Catharina Waltrich, sua mãe, foram lembradas, entretanto, a experiência do cativo, vivenciada por Catharina e por Maria (avó de Antonieta), em Lages, não foram mencionadas. Como salientado anteriormente, e evidenciado por meio de pesquisas nos registros de batismo de Lages, Antonieta ainda teria tido mais uma irmã chamada Maria, ou carinhosamente “Maninha”, que teria continuado a viver em Lages depois da partida da mãe Catharina Waltrich, para Florianópolis. Maninha teria tido uma filha, para quem os bens de Antonieta foram doados.¹⁶⁷

A origem paterna de Antonieta é outro ponto obscuro, principalmente quando analisamos seu registro de batismo, onde aparece apenas como filha natural de Catharina Waltrich. As figuras masculinas parecem ter tido pouca influência em sua trajetória, além do silêncio sobre sua origem paterna, seu irmão Cristalino também foi uma figura pouco recordada. A própria Antonieta, quando se referia à família, enfatizava a importância de sua mãe e de sua irmã em sua trajetória de vida.

A história tradicional, juntamente com a memória oficial local, construída em torno dos acontecimentos políticos e de seus personagens, apagou parte das experiências de vida de Antonieta de Barros. Do seu passado foi ressignificado apenas o que lhe interessava. Para esta história e memória, elitista e hegemônica, não era interessante trazer à tona o passado escravista, as formações familiares através de relações consensuais, ou ainda, a possibilidade da existência de filhas ilegítimas.

Outro silêncio notado, desta vez em seus escritos, diz respeito ao fato de Antonieta não fazer referência à cor negra de sua pele, tampouco à presença de uma população negra na cidade. Sobre isso há uma única exceção, na crônica veiculada no jornal *O Estado*, no início da década de 1950 quando, já adoentada,¹⁶⁸ defendeu-se das acusações de Osvaldo Rodrigues Cabral. Em 1951, quando Irineu Bornhausen ocupou o

¹⁶⁷ Jornal *AN Capital*, 11 de julho de 2000, p.01.

¹⁶⁸ Acompanhando sua trajetória no jornal, percebemos algumas notas comunicando afastamento das atividades por motivo de problemas de saúde.

cargo de governador do Estado de Santa Catarina, o médico, jornalista, historiador e na época deputado estadual, Osvaldo Rodrigues Cabral, acusou Antonieta, no plenário da Assembleia Legislativa de, por meio dos jornais, “fazer intriga barata de senzala”.¹⁶⁹ Nesta época, Antonieta já não ocupava mais o cargo de deputada, mas continuava escrevendo assiduamente, manifestando todo o seu desagrado à política de Irineu Bornhausen.¹⁷⁰ De imediato, Antonieta respondeu às críticas:

Intriga barata de senzala

(palavras do Deputado Osvaldo R. Cabral, ao comentar o nosso editorial de domingo passado, na Assembléia Legislativa)

Tencionávamos, hoje, continuar as nossas considerações despreziosas, à cerca da fala governamental ao Legislativo, no Capítulo referente a Educação. Todavia, porque o nobre Deputado nos apanhou as idéias esfarrapadas (segundo expressão sua) e as levou para a Assembléia, tivemos de alterar os nossos propósitos. E, pelo respeito que nos merecem os leitores amigos, aqui estamos, repisando o mesmo terreno, para nos esclarecer a atitude, em face da afirmativa do Deputado.

Não conhecemos, na intriga, o discurso com que o irritado e nobre deputado da posição nos castigou a incrível ousadia de achar injusto os conceitos com que o Governo aponta o Magistério ao Estado e ao país.

Da peça – monumental e admirável, por certo, como são todos os trabalhos do ilustrado tribuno e historiador – apenas nos contaram a frase final e conceitos depreciativos sobre os nossos pobres Farrapos.

A frase é a que epigrafa estas linhas.

Rimos. É tudo tão pueril, que achamos graça. E, pensamento distante, perguntamos aos amigos: Mas onde foi isto? Na Alemanha de Hitler, ou nos Estados Unidos?

Discordar das nossas considerações é direito de toda gente e, principalmente, dos que militam, na situação, embora haja certos fatos, cuja cristalinidade e transparência impõem silêncio, para evitar que sejam mais focados. Este é o caso da situação desoladora do ensino público, de que trata a Mensagem. Por que desce o Deputado a apanhar as nossas idéias esfarrapadas? Qual foi o nosso crime? O de ter dito pela Imprensa o que se comenta à boca pequena? Fomos nós, por acaso, que criamos aquela afirmativa chocante de que a situação do ensino público é desoladora? Não

(...) Onde a intriga? Não existiu. Não é do nosso feitio essa modalidade de comportamento. Somos leais. Leal e agradecida. Sempre fomos. E é uma das características dos negros.

Fizemos do Magistério o nosso caminho, e agimos sempre respeitando a professora que não morreu em nós, ainda, graças a Deus. Como, pois, descer à intriga?

(...) Compreendemos que a delicada sensibilidade do nobre Deputado nada tenha sofrido diante daquela frase. Sua Excelência, para a felicidade de todos quantos são arianos – apesar de portador de um Diploma de jornalista – não milita no ensino público. Dizemos felicidade porque, à sua Excelência, falta uma das qualidades de professor: não distinguir raças, nem castas, nem classes (...).¹⁷¹

¹⁶⁹ Jornal *O Estado*, 05 de junho de 1951, p.01.

¹⁷⁰ Irineu Bornhausen era natural de Itajaí e iniciou sua carreira na política municipal na mesma cidade. Em 1945, foi um dos líderes da União Democrática Nacional – UDN, no Estado de Santa Catarina. Como um dos principais representantes da política estadual, defendeu na capital os interesses da elite política do Vale do Itajaí.

¹⁷¹ Jornal *O Estado*, 05 de junho de 1951, p.01. (grifos do autor).

Os enunciados intriga e senzala no discurso do deputado correlacionam-se em uma clara alusão à condição racial de Antonieta, na tentativa de desqualificar sua fala. O mesmo ocorreu quando Cabral mencionou os termos ideias esfarrapadas, uma clara alusão ao título da coluna de Antonieta. De forma direta, Cabral lembrou a ligação de Antonieta com o cativo, experiência vivenciada por sua mãe e sua avó, ao mesmo tempo remeteu os leitores à memória de um passado escravista vivenciado por todo o país, em que a submissão do negro era imposta por seus senhores por diferentes estratégias. Possivelmente, a alusão ao cativo tenha sido uma estratégia articulada por Cabral para calar Antonieta, lembrando-a de que aquele lugar de onde fala não poderia ser ocupado por ela. O que não está dito é que, desde edições anteriores, Antonieta vinha travando uma luta contra o grupo liderado pelo governador Irineu Bornhausen do qual Cabral fazia parte. Ao contrário do que afirmou, suas críticas não eram desprezíveis, elas tinham um alvo e uma intenção.

Em resposta, Antonieta assumiu a posição e condição racial de mulher negra e, ao mesmo tempo, universalizou seu discurso, respondendo em nome de todos os negros, evocando uma qualidade importante: a gratidão e a lealdade. Enfatizou que esta era uma característica dos negros, ser leal e agradecido, neste momento Antonieta preocupa-se em não. Uma memória recente, sobre a experiência do cativo vivenciada por parte de sua família, pode ter sido evocada indiretamente por Antonieta como resposta.

Na história sobre a escravidão no Brasil, e principalmente em algumas produções mais recentes, as atitudes e os destinos de ex-escravos, quando libertados foram analisadas. Alguns destes, mesmo depois de libertos, permaneceram nas antigas propriedades como trabalhadores assalariados, alguns passaram a cultivar suas pequenas roças, e outros buscaram na migração para outras fazendas e para a cidade refazer suas vidas. Certas atitudes foram interpretadas pelos antigos senhores como ingratidão ou deslealdade.¹⁷²

Na longa nota que redigiu, Antonieta aproveitou também para desqualificar Cabral e seus argumentos. Os enunciados “nobre” e “ilustre”¹⁷³ se correlacionam, sendo

¹⁷² Sobre este tema ver: FRAGA FILHO, Walter. *Encruzilhadas da liberdade: história de escravos e libertos na Bahia (1870-1910)*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2006. Cap. 7 e 8; MATTOS, Hebe Maria. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no Sudeste escravista. Brasil século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998. Cap. 10 e 14.

¹⁷³ Suas principais obras são: CABRAL, Oswaldo Rodrigues. *Santa Catarina: história – evolução*. São Paulo: Companhia Editorial Nacional, 1937; *A vitória da colonização açoriana. Cultura Política*. Revista

ditos de forma a soar pejorativos, em seguida, Antonieta completou seu intento utilizando-se da ironia, afirmando que as colocações do deputado eram pueris a ponto de causarem-lhe graça. Ao dizer para “evitar que sejam mais sufocados”, Antonieta deixou nas entrelinhas acusações de irregularidades e de perseguição. A professora aproveitava, ainda, para denunciar a atitude racista de Cabral quando, ao mencionar a Alemanha de Hitler, poderia estar aludindo ao grupo de políticos da região do Vale do Itajaí, liderados por Bornhausen.

Encontramos outra referência ao racismo sofrido por Antonieta em nota biográfica escrita por sua irmã, Leonor de Barros, na época do lançamento da segunda edição da obra *Farrapos de Idéias*:

Notas Biográficas

Por Leonor de Barros.

Maria da Ilha é o nome literário de Antonieta de Barros, a autora deste livro. De origem humilde, descendente de família pobre, a Negrinha, como a chamavam na intimidade, nasceu em Florianópolis, a 11 de julho de 1901. Educada exclusivamente por sua Mãe que lhe “fortificou o espírito”, (é a mesma Antonieta de Barros quem diz) aprendeu como o amor e dedicação ao trabalho, a perseverança na concretização de um Ideal são fatores válidos e decisivos na realização das criaturas. Queria ser professora e o foi plenamente, sendo considerada uma das melhores educadoras do seu tempo. Deus lhe deu força de vontade e sabedoria bastantes para nulificar os complexos de casta ou de cor que pudessem perturbá-la, prejudicando-lhe a ascensão. E venceu em sua própria terra. E a maldade dos medíocres não prevaleceu contra o seu extraordinário destino.

Na verdade, abriu o próprio caminho e soube cristalizar suas qualidades de educadora, dando à Santa Catarina o melhor de sua inteligência para a educação da juventude. Dela, poder-se-ia dizer que foi “operária de si mesma”. Projetou-se no seio da comunidade catarinense como professora, escritora, jornalista e política. Fundou e dirigiu até a época de sua morte o curso primário que lhe tomou o nome e que cerrou as portas, em 1964, após 42 anos de funcionamento, quando já se haviam passado doze anos do falecimento da fundadora. (...)¹⁷⁴

Foi sua irmã Leonor que rompeu o silêncio, dando visibilidade as experiências de Antonieta em relação à cor de sua pele. A partir de suas memórias, Leonor relembrou a origem humilde da família e a influência que a mãe, Catharina Waltrich, exerceu sobre a jovem Antonieta, por meio de uma “educação que lhe fortaleceu o espírito”. Percebe-se,

mensal de estudos brasileiros. Rio de Janeiro, n.7, separata, set. 1941; *Medicina, médicos e charlatões do passado*. Santa Catarina: Departamento Estadual de Estatística, 1942; *Nossa Senhora do Desterro. Notícia*. Volume 1: *Memória* Volume 2. Florianópolis: Lunardelli, 1979.

¹⁷⁴ BARROS, Leonor. Apud: ILHA, Maria da. *Farrapos de Ideias*. Notas biográficas. Imprensa Oficial do Estado de Santa Catarina. Etegraf Ltda, 1971.

em seu discurso, a tentativa de afirmação de uma imagem de mulher que se fez a si mesma, moldada pelas vicissitudes que a vida lhe impôs. O esteio para esta formação foram, muitas vezes, sua mãe, a religião e os valores morais. Segundo Leonor, com o espírito fortalecido Antonieta soube enfrentar os limites, dentre eles o preconceito racial. O termo “negrinha como a chamavam na intimidade”, foi destacado por Leonor, que, no entanto, não revelou quem a chamava dessa forma, mas deu indícios de que este tratamento dava-se na intimidade. Embora se possa interpretar como uma forma carinhosa, para nós soa como pejorativo.

Entre muitas interrogações, uma delas irrompe este capítulo. Por que Antonieta não fez de sua condição de mulher negra, uma bandeira de luta contra o preconceito de cor? Na verdade, esta foi uma das interrogações que norteou desde o princípio este estudo. Sabemos que Antonieta vivenciou algumas situações de preconceito, assim como os demais escritores negros citados neste estudo. Limites foram-lhes colocados, e quando desejaram expressar o que pensavam, tiveram que construir seu próprio espaço. Mas, poderia Antonieta falar sobre tudo? O racismo seria um assunto tolerado? O grupo político no qual ela estava inserida era comandado por filhos e netos de fazendeiros, antigos proprietários de escravos, e como estes veriam o seu posicionamento sobre este assunto? Em que medida falar sobre preconceito racial traria implicações políticas para Antonieta? Era interessante ao interventor e ao Estado Novo discutir o racismo na sociedade brasileira?

George Reid Andrews, em seu estudo sobre as relações entre negros e brancos em São Paulo, entre os anos de 1888 e 1988, apontou para as tentativas de mobilidade social articulada pelos primeiros, entre o período de 1900 a 1940. Em seu estudo, Andrews afirma ter ocorrido um crescimento econômico, perceptível principalmente no censo de 1940, ocorrido pelo aumento no número de pequenos e médios proprietários rurais (que possuíam mais de 40 por cento dos cafezais). Nas cidades, segundo Andrews,

o crescimento urbano gerou uma demanda por bens e serviços proporcionada por uma classe em expansão composta por profissionais liberais, e por milhares de negócios de pequeno e médio porte operados por operários locais. As indústrias requeriam gerentes e funcionários de escritório; o mesmo acontecia com os setores financeiros e comerciais, e também com as burocracias federal, estadual e municipal.¹⁷⁵

Com base no estudo, o autor afirmou, ainda, que as oportunidades para os negros eram mais restritas em São Paulo que no Rio de Janeiro e no Nordeste, e com a chegada

¹⁷⁵ ANDREWS, George R. *Negros e brancos em São Paulo, (1888 -1988)*. Bauru, SP: EDUSC, 1998, pp.197-198.

dos imigrantes estas se reduziram ainda mais. O autor salienta também que em São Paulo, embora o crescimento econômico nas primeiras décadas do século XX tenha possibilitado maiores oportunidades de mobilidade social, os negros continuavam bem atrás dos brancos, principalmente no que se refere aos empregos de colarinho branco, e a causa principal apontada no estudo foi a baixa escolaridade dos negros.¹⁷⁶

Paulina L. Alberto, em seu estudo sobre a atuação de intelectuais negros no século XX, chamou atenção para o fato de que, em São Paulo, um pequeno grupo de homens de cor passou a reivindicar o alargamento do sentido de cidadania. Segundo a autora, estes eram homens alfabetizados, cultos e modestamente bem empregados. Em seus clubes sociais e boletins informativos, expressavam a esperança de romper com os limites estabelecidos pelo preconceito racial persistente (até mesmo para os homens de cor da classe média). Estes exibiam respeitabilidade, educação formal e certo patriotismo, fatores que acreditavam que poderiam ajudá-los a romper com o preconceito racial. Alberto ainda aponta o papel importante da imprensa neste processo. Embora George Andrews tenha destacado em seu estudo a importância da imprensa negra na conscientização e mobilização da população negra em São Paulo, foi Paulina Alberto quem identificou uma mudança importante na categoria de representação destes, passando de homens de cor restrito a uma classe, para raça negra, termo que segundo a autora teria um sentido mais abrangente.¹⁷⁷

Como evidenciamos no início deste estudo, a educação, bem como a atividade jornalística e literária foram as alternativas escolhidas por alguns afrodescendentes na capital no início do século XX (Ildefonso Juvenal, Trajano Margarida e Leonor e Antonieta de Barros) como meio para se inserirem em uma sociedade que ainda carregava fortes traços do passado escravista. Junto à formação docente, de base intelectual humanista, ancorada nos valores morais e cristãos que Antonieta recebeu, formam um conjunto de estratégias importantes que ela destacou para alicerçar uma imagem respeitável de si. Para realizar seu intento, estudou e trabalhou, lecionou em instituições de ensino privadas e públicas, escreveu nos principais jornais e exerceu mandato de Deputada na Assembleia, espaço que até aquele momento era de domínio tradicionalmente masculino. Mas sua formação intelectual e sua trajetória pública não deixaram de estar atreladas ao mundo dos homens, visto que foram também suas relações

¹⁷⁶ Idem.

¹⁷⁷ ALBERTO, Paulina L. *Term of inclusion. Black intellectuals in twentieth-century Brazil*. The University of North Carolina: Press Chapel Hill, 2011, p.23.

com os principais homens da elite letrada e política local que lhe permitiram escrever nos principais jornais da cidade e, inclusive, candidatar-se ao cargo público para o qual foi eleita.

Em seus escritos não deixou de denunciar os limites que, nessa época, encerravam as trajetórias femininas, principalmente das mulheres pertencentes às classes populares que, para adentrar a esfera pública, dependiam do patronato e do consentimento dos homens, ainda que muitas delas se aproveitassem desse novo espaço que passaram a ocupar para advogar a ascensão social, política e econômica. Seus discursos possuem certa ambivalência, pois sabemos que, ao lutar pela educação das mulheres, não excluiu aquelas provenientes das classes populares, e era justamente nesta classe que as mulheres de cor se encontravam.

Em diferentes momentos rompeu com a invisibilidade de grupos sociais desfavorecidos, trazendo à tona os desafortunados, os infelizes, os humildes, os pequenos, dentre outros sujeitos marcados pelas vicissitudes. Escrevendo em um jornal voltado para um público das classes médias e da elite e em um período de mudanças políticas, era necessário encontrar formas sutis para falar sobre desigualdade, preconceito racial, machismo e relações paternalistas. Ao nos questionarmos se Antonieta poderia falar sobre tudo, percebemos ser a questão da cor e o preconceito racial uma interdição em seus discursos. Michel Foucault nos lembra que:

Em uma sociedade como a nossa, conhecemos, é certo, procedimentos de exclusão. O mais evidente, o mais familiar também, é a *interdição*. Sabe-se bem que não se tem o direito de dizer tudo, que não se pode falar de tudo em qualquer circunstância, que qualquer um, enfim, não pode falar de qualquer coisa.¹⁷⁸

Foucault afirma que a sexualidade e a política são regiões onde os discursos exercem de forma privilegiada “seus mais temíveis poderes, e as interdições que o atingem revelam suas ligações com o desejo e o poder”¹⁷⁹. Neste sentido, os silêncios de e sobre Antonieta, revelam interdições em seus discursos, como também naqueles produzidos acerca da memória oficial sobre ela.

A Primeira República, o governo provisório e, mais tarde, o Estado Novo embalsamaram os sonhos de uma sociedade harmônica ausente de racismo. Domingos Petrônio afirma que:

¹⁷⁸ FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Edições Loyola, 1996, p.09. (grifos do autor).

¹⁷⁹ *Ibidem*, p.10.

Com o golpe de Estado de 3 de outubro de 1930, Getúlio Vargas foi alçado ao poder no Brasil. Abriu-se uma conjuntura de polarização política. As forças políticas mobilizaram-se em duas frentes: a da esquerda e a da direita. Contudo, tanto as organizações políticas de base popular quanto os partidos das elites não incluíam em seus programas a luta a favor da população negra. Abandonados pelo sistema político tradicional e acumulando a experiência de décadas em suas associações, um grupo de “homens de cor” fundou a FNB, no dia 16 de setembro de 1931.¹⁸⁰

Jornais, Centros Cívicos, Clubes e Associações passaram a surgir em diferentes estados e regiões com o objetivo de promover a ascensão moral e material. Com a mudança no regime político em 1937, associações que reivindicavam o reconhecimento do direito à igualdade, denunciando o preconceito, como fez a Frente Negra foram sufocadas. A frente negra encerrou suas atividades um mês antes da comemoração dos cinquenta anos da abolição¹⁸¹. Neste mesmo sentido, George Andrews relata:

A imposição da ditadura de Vargas em 1937 marcou o fim de um período de intensa mobilização política na comunidade negra e também no Brasil em geral. As organizações negras não desapareceram completamente sob a ditadura; as sociedades de dança e os clubes sociais continuaram a funcionar, e o regime de Vargas estimulou ativamente o desenvolvimento das escolas de samba, embora agora sob controle estrito do Estado. As organizações cívicas também continuaram a operar, e uma delas – a Associação José do Patrocínio – teve sucesso ao solicitar ao Presidente Vargas que proibisse anúncios de emprego racialmente discriminatórios nos jornais de São Paulo.¹⁸²

É inegável que o populismo autoritário de Vargas abriu espaço para que grupos não pertencentes à elite defendessem seus interesses coletivos, porém esbarravam na política social e trabalhista do Estado Novo, que buscou estabelecer um controle mais eficiente sobre os pobres e a classe trabalhadora do país, em muitos momentos usando-os como base de apoio político. Para Andrews, “o Estado Novo não constituiu um ambiente particularmente favorável para a organização política independente e baseada na massa popular, quer na comunidade negra quer na sociedade em geral”¹⁸³.

Aos interventores estaduais coube seguir o projeto político de Vargas e, neste sentido, Antonieta preferiu silenciar-se ao discutir o preconceito racial em suas colunas. Contudo, ela não permaneceu alheia às orientações da política nacional e nem aos

¹⁸⁰ DOMINGUES, Petrônio. Um “tempo de luz”: Frente Negra Brasileira (1931-1937) e a questão da educação. *Revista Brasileira de Educação*. V.13, n.39, set./dez. 2008, p. 521.

¹⁸¹ *Idem*.

¹⁸² ANDREWS, George R. *Negros e brancos em São Paulo, (1888 -1988)*...p.283.

¹⁸³ *Ibidem*, p. 284.

problemas sociais, dentre os quais a educação figurava entre os primeiros. A imprensa foi o principal meio utilizado por Antonieta para chegar a homens e mulheres de diferentes classes sociais, os jornais foram importante estratégia engendrada tanto por ela, como por outras mulheres, que buscavam adentrar na cena pública. Muitas conquistaram um espaço público nos jornais, na literatura, à frente de organizações civis e até mesmo na política, a maioria delas defendia a inclusão das mulheres no processo de mudança reivindicando um maior acesso à educação, o direito ao voto e a equiparação salarial. Foi nesse sentido que encontramos algumas mulheres dividindo com Antonieta o mesmo espaço no jornal *República*. Entretanto, como veremos mais adiante, este fato não significou uma aproximação entre pensamentos e posicionamentos políticos frente às mudanças sociais, pelo contrário, evidenciou um dissenso no interior dos discursos e dos posicionamentos políticos destas mulheres.

CAPÍTULO II

JORNAL REPÚBLICA, UM ESPAÇO DE LUTA E CONSTRUÇÃO DE SENTIDOS.

Não será a tristeza do deserto presente que nos roube as perspectivas dum futuro melhor.

Antonieta de Barros
Jornal República, 13 de março de 1932.

Ao longo deste capítulo, buscamos analisar os diferentes usos do jornal *República* como veículo importante na construção de novos sentidos durante a formação de uma nova conjuntura política nacional e regional a partir da Revolução de 30. Neste trilhar,

analisamos a atuação de Antonieta de Barros como cronista do mesmo jornal durante esta nova conjuntura política, na qual ela esteve inserida e que definiu não somente os rumos políticos do Estado, durante a década de 30, como também algumas de suas escolhas e caminhos trilhados por ela.

2.1 Imprensa e Política.

Começamos nossa análise nos questionando sobre qual o papel político reservado ao Estado de Santa Catarina durante os anos de 1930 (a partir da instalação do governo provisório de Vargas), a 1937, ano marcado por um novo golpe político e a instauração do Estado Novo? Neste intervalo, quais foram os rumos definidos para a política local, e como se deu a participação nesse processo de intelectuais e políticos? Neste ínterim, não podemos ignorar os confrontos entre diferentes facções das elites políticas regionais pela afirmação de seus projetos de dominação, como parte importante dessa nova conjuntura. Tomamos o cuidado de distanciarmos-nos de uma narrativa factual com base nos grandes acontecimentos, buscando concentrar nossa análise na construção das redes e das relações de poder e na tradição autoritária do Estado brasileiro.

Na tentativa de estabelecer uma política de reciprocidade com o governo central, o jornal *República* exerceu papel fundamental.¹⁸⁴ O *República* era então, se não a principal folha a circular na capital, pelo menos uma das mais importantes. Inicialmente, o jornal esteve ligado ao Partido Republicano, sua redação e oficina localizavam-se na área central de Florianópolis, na Rua Jerônimo Coelho, nº15, como consta no lado superior, à esquerda, na 2ª página. Sua circulação ultrapassava os limites da capital, fazendo-se presente também entre as principais cidades do Estado, principalmente naquelas onde o Partido Republicano constituiu diretórios.

Inicialmente, apresentava-se ao público leitor como um “órgão do Partido Republicano Catharinense”. Era um jornal diário e o responsável por publicar os

¹⁸⁴ No início da década de 1930, além do jornal *República* circulavam também pela capital algumas folhas, algumas com circulação restrita somente à capital e/ou com publicações semanais, quinzenais e até mensais. Na introdução a este trabalho apresentamos as principais folhas, seus proprietários e as demais informações relevantes, ao longo deste estudo algumas delas reaparecem oferecendo subsídios para nossa discussão. Com exceção do *República* havia também o jornal *O Estado*, seu principal concorrente, com publicação diária e de circulação regional e distribuição nas principais capitais do país via correio. Contudo, nossa análise incide sobre o *República* por compreendermos que neste momento houve forte disputa por seu controle e por este trazer em sua primeira página a coluna *Farrapos de Idéias* de Antonieta de Barros, o principal objeto de estudo que norteia esta pesquisa.

expedientes do governo do Estado, que no período de 1926 a 1930 era o republicano, Adolfo Konder, sendo este sucedido por Fúlvio Coriolano Aducci, também do mesmo partido e empossado em 28 de setembro de 1930. Em meio às tensões políticas que marcaram a sucessão presidencial naquele mesmo ano, o Partido Republicano Catarinense, seguindo a orientação da comissão diretora do partido no Rio de Janeiro, apoiou a candidatura de Júlio Prestes de Albuquerque e Vital Henrique Baptista Soares, como podemos evidenciar na primeira página do jornal *República* no início daquele ano:

Partido Republicano Catharinense

Ao eleitorado Catharinense

Realizando-se a 1º de março próximo a eleição para Presidente e Vice-Presidente da República para o quadriênio de 1930 a 1934 a Comissão Directora do Partido Republicano Catharinense, em obediência ao voto solenne da Grande Convenção Nacional, reunida no Rio de Janeiro em 12 de setembro próximo findo, vem recommendar aos seus devotados correligionários para aquelles cargos respectivamente, os nomes dos egrégios brasileiros Júlio Prestes de Albuquerque e a Vital Henrique Baptista Soares.¹⁸⁵

O partido tinha em Santa Catarina, entre suas principais lideranças, os irmãos Adolpho, Victor e Marcos Konder, bem como Antônio Pereira e Oliveira, Antônio Vicente Bulcão Vianna, Lauro Marques Linhares, Edmundo Pinto da Luz, José Accácio Soares Moreira, Carlos Wendhausen, Luis Gallotti, Gil Costa, entre outros, além do próprio presidente do Estado, o recém-eleito Fúlvio Coriolano Aducci.

O *República* trazia em seu interior notícias da capital e do interior de Santa Catarina, dos demais Estados brasileiros, da Capital Federal e de países como os Estados Unidos e notícias do Continente Europeu. Tinha entre oito a dez páginas e era impresso nas dimensões aproximadas de 56 x 42 cm,¹⁸ o formato mais usual para os jornais da época.¹⁸⁶ Quanto ao seu projeto gráfico, seguia o seguinte modelo: poucas imagens (gravuras e fotografias - quando existiam, eram impressas em preto e branco), longos conteúdos textuais dispostos verticalmente, divisões internas por sessões e colunas, e títulos variados para cada matéria. Pode-se dizer que a intencionalidade presente neste formato materializa-se nas variações de suas fontes tipográficas, dentre estas o uso de letras com contornos acentuados e centralizados nas primeiras páginas, chamando a atenção do leitor para aquilo a que se desejava dar maior ênfase. Seu diretor e gerente,

¹⁸⁵ Nota publicada no jornal *República*, 31 de janeiro de 1930, p.01. (grifos do autor).

¹⁸⁶ BAHIA, Juarez. *Jornal, História e Técnica: história da imprensa brasileira*. Vol. I. 4ª Ed. Rev. São Paulo: Ática, 1990, p.132.

nesse período, era Tito Carvalho e o diretor geral, Germano Oliveira. A organização das notícias seguia a seguinte ordem: na primeira página, apresentavam-se as principais notícias da política local e estadual, bem como dos demais Estados e da Capital Federal; na página seguinte, no lado esquerdo superior, vinham os valores das assinaturas e da folha avulsa e, logo abaixo, os nomes dos responsáveis pela redação e pela administração.

Os Decretos Leis, as circulares e as notificações referentes aos expedientes do governo estadual e federal dividiam-se entre a primeira e a segunda página e, nesta última, encontravam-se as convocações dos partidos para as reuniões e eleições, como também os anúncios em geral do próprio Partido Republicano Catarinense. Em seguida, a coluna Vida Social, composta por notas rápidas sobre os aniversariantes, os enlaces matrimoniais, a visita de algum político à Capital Federal, bem como a chegada à cidade dos políticos locais provenientes desta. Em seguida as notas fúnebres, velórios, enterros e missas de 7º dia. Nas páginas seguintes, apareciam os ganhadores das loterias, os anúncios dos escritórios de advocacia, dos consultórios médicos e dos odontológicos e os anúncios de uma série de produtos variados como água mineral, gasosas, tônicos, xaropes, elixires, etc. Em seguida, a programação dos cinemas, que pela quantidade e regularidade, supomos ser nesse momento a grande novidade. Nessa mesma página, destaca-se ainda a programação dos teatros, dos clubes 12 de Agosto e Lira Tênis, com seus tradicionais bailes, reuniões comemorativas e jantares. A mesma página ainda trazia as corridas de cavalo e as disputas entre os clubes de regatas da Ilha - espaços burgueses frequentados pela elite local - finalizava-se com os anúncios publicitários do comércio local e das principais cidades que divulgavam seus produtos e serviços.

Após a Revolução, em outubro de 1930, algumas pequenas variações foram introduzidas em seu *layout* e a mais importante foi a subtração – logo abaixo do nome do jornal – da designação “órgão do Partido Republicano Catharinense”. Nesse momento, o *República* passou para o poder do Partido Liberal, que empregou a estratégia anterior, desta feita, fazendo desse jornal seu principal veículo de propaganda, ainda que isso não estivesse claramente estampado em suas páginas.

Em 1931, o jornal *República* passou a ostentar os dizeres, na primeira página, que se tratava de “Diário Matutino. Publica o Expediente do governo do Estado”. Como já afirmado, a grosso modo, a partir de então, o *República* manteve a mesma base e divisão de organização editorial, a mesma quantidade de páginas e dimensões anteriores. Mas algumas novidades foram introduzidas. A primeira delas refere-se à nova equipe editorial. Seu diretor passou a ser Nereu Ramos e seu gerente administrativo, Ataliba Neves. O

corpo de redatores passou a ser formado por Maura Senna Pereira, Antenor de Moraes, Baptista Pereira e Barreiros Filho. Os dois últimos, juntamente com Oswaldo Mello, pertenciam também à Aliança Liberal.

Nas edições anteriores à mudança de proprietário, e conseqüentemente de partido político, o *layout* do *República* seguia um modelo mais simples e direto, e os valores das assinaturas apareciam apenas na segunda página, mas o ano e o número da edição eram estampados na primeira, padrão seguido por muitos jornais da época.

Entretanto, um olhar mais atento sobre as edições do jornal *República* nos levou a perceber que, com a mudança de proprietário, a partir de 1931, ocorreram alterações também no seu *layout*, com a renovação na sua linguagem e na disposição das informações sobre o jornal na primeira página. Para efeito de comparação, as imagens 21 e 22 ostentam detalhes da primeira página do *República*, no início de 1930, quando o jornal ainda estava alinhado ao Partido Republicano Catarinense.



Imagem 21. Detalhe do Jornal República (Partido Republicano).

Na imagem 21, em destaque (com o recurso gráfico como o emprego de letras maiores) a manchete de capa, trazendo as notícias sobre a sucessão presidencial, com a escolha entre Júlio Prestes e Vital Soares em disputa com Getúlio Vargas para a presidência, um quadro com resultados parciais da eleição no Estado era apresentado ao

lado direito, onde a vitória de Júlio Prestes já era anunciada como certa. Na imagem 22 é possível observar, ao lado direito, o número da edição – 1.217, nem sempre fiel a uma ordem, pois em meio ao clima conturbado das mudanças, algumas edições repetiram o mesmo número por dias seguidos, logo abaixo uma notícia sobre as estratégias de ocupação da capital, lançadas pelos revolucionários, e a tentativa de Fúlvio Aducci de manter a ordem.

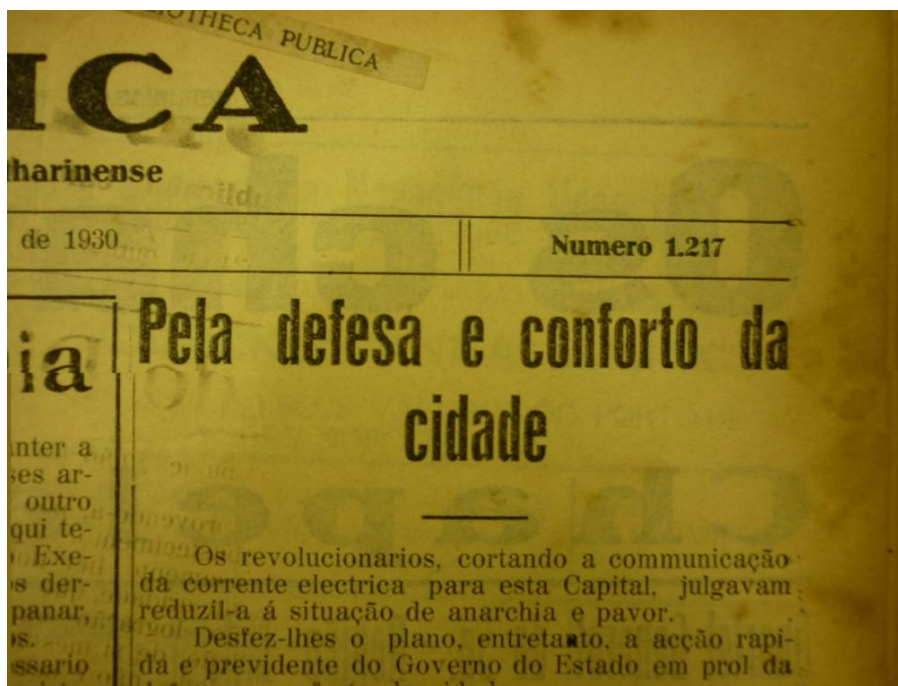


Imagem 22. Detalhe do Jornal República (Partido Republicano)



Imagem 23. Detalhe do Jornal República (Partido Liberal)

A imagem 23 apresenta a primeira página do mesmo jornal, em 1931, logo após a mudança política e de proprietário. Interessante observar que a ruptura com a gestão anterior aparece logo na nova numeração, grafada no alto à esquerda, que ostenta o Anno 1, rompendo com a sequência numérica anterior. Se, no exemplar de 1930, a referência ao partido era feita de forma direta, pois abaixo do nome do jornal aparecia grafado “Orgam do Partido Republicano Catharinense”, sob a nova direção, somente o nome de Nereu Ramos é grafado no lado esquerdo da folha como diretor. Esta é a única referência, indireta, ao Partido Liberal, visto que Nereu era o presidente do partido. Logo abaixo do nome do jornal, aparecem os valores das assinaturas anual, semestral e mensal, para a capital e fora dela, além do valor da folha avulsa, indicando que esta era vendida nas ruas e em alguns estabelecimentos privados.

Pode-se também observar, na Imagem 24, outras mudanças significativas quanto à distribuição e à apresentação das notícias, que buscavam imprimir uma imagem mais moderna ao jornal.



Imagem 24. Detalhe do Jornal República (Partido Liberal)

Nas demais páginas, a nova direção manteve o mesmo escopo, noticiando os falecimentos, enlacs matrimoniais, aniversários e notas de homenagens. Quanto aos anúncios publicitários, estes também mantiveram o formato anterior, iniciando com os ganhadores das loterias, seguido de uma série de anúncios variados ligados ao comércio e à prestação de serviços, finalizando com informações sobre a venda de passagens e os horários de chegada e saída dos paquetes rumo aos portos de Porto Alegre, Pelotas e Rio Grande.

Pôde-se perceber também que, entre uma e outra administração houve diversificação quanto aos anúncios publicitários. Esta diversificação, que abrangeu os produtos, os serviços e os lugares anunciados, ocorreu ao longo da década de 30 e ofereceu a possibilidade de penetrarmos no cotidiano da cidade de Florianópolis neste período. O crescimento dos anúncios relacionados a novos espaços, produtos e serviços apontam também para as transformações nos interesses e nos gostos de uma elite local. Como já salientado, o cinema parecia ser a grande novidade, dada a quantidade e variedade na programação que o jornal passou a ostentar. Os anúncios dos espaços tradicionalmente frequentados pela elite local, como os clubes; as confeitarias, como a do Chiquinho; os bares e os restaurantes, como o Miramar, demarcam os novos espaços de sociabilidade deste grupo. As casas comerciais concentravam-se na região central da

cidade, próximas à Praça XV de novembro. Sobre o comércio local neste período e suas características, Carlos Humberto Corrêa afirmou que,

o centro comercial da cidade, localizado na zona sul, é cortado pela praça principal, de onde se estende para Leste e Oeste, abrangendo as quatro primeiras quadras das três primeiras ruas paralelas à linha da costa. O “shopping center”, centro de compras incrivelmente modesto, desenvolve-se entre as ruas Felipe Schmidt, Conselheiro Mafra, Trajano e Deodoro, abrangendo menos de cinco quadras, das quais apenas três são exclusivamente comerciais.¹⁸⁷

Como já salientamos anteriormente, na década de 30, a cidade passava por um processo de reformas e intervenções urbanas de fundo sanitarista, iniciadas nas décadas anteriores por Gustavo Richard, Vidal Ramos e Hercílio Luz e que se estendeu por quase toda primeira metade do século XX, durante a administração de Nereu Ramos. Entretanto, isso não representou um consequente crescimento econômico da cidade. A atividade comercial e industrial na capital era tímida, o que gerava uma pequena arrecadação de impostos. A decadência das atividades portuárias, espaço que movimentou a economia desde o século XIX e que havia sido a principal fonte de renda da capital, perdurou por toda a primeira metade do século XX. O dinheiro para as reformas urbanas provinha de empréstimos bancários e verbas públicas, o que acarretava rupturas no processo, causadas por falências dos bancos que emprestavam dinheiro ao governo, por quebras de contratos e mudanças na direção das estatais. Um exemplo foi a própria construção da Ponte Hercílio Luz, símbolo de prosperidade durante o governo de Hercílio Luz. Carolina Soares de Almeida relata:

Para a construção da ponte, o Governo Estadual tomou de empréstimo, inicialmente, além da arrecadação tributária estadual, 5 milhões de dólares do grupo financeiro estadunidense *Imbrie & Co* que entrou em falência logo depois. Dessa forma, um novo empréstimo de mesmo valor foi assinado com outra empresa, *Halsey Stuart & Co*, também dos Estados Unidos. Além disso, as reformas urbanas das primeiras décadas do século XX contaram com convênios, como o existente com Fundação Rockefeller.¹⁸⁸

Ainda sobre a procedência dos recursos para as obras públicas, Roselane Neckel comenta:

Embora, no início do século XX, a capital estivesse em pleno declínio econômico, o mesmo não ocorria com as demais áreas do estado de Santa

¹⁸⁷ CORRÊA, Carlos Humberto P. *História de Florianópolis - ilustrada*. 3ª edição. Florianópolis: Insular, 2005, p.319.

¹⁸⁸ ALMEIDA, Carolina Soares. *Final da década de XX em Florianópolis: a construção do Miramar e a urbanização da cidade*. Revista Catarinense em História. Florianópolis, UFSC, v. 1, nº1, 2008, pp.22-29. (grifos do autor).

Catarina. A indústria, o comércio e a agricultura, principalmente do Vale do Itajaí, estavam em plena expansão. Desta forma, Florianópolis acabou por ser beneficiada, como capital do estado, pelo crescimento econômico das demais áreas.¹⁸⁹

Foi acompanhando a movimentação política nacional, em torno da criação da Aliança Nacional que, no Estado de Santa Catarina, a família Ramos e os demais políticos ligados a ela fundaram, em 1931 em Florianópolis, o Partido Liberal Catarinense, formado por Nereu Ramos, Aristiliano Ramos, Henrique Rupp Júnior, Donato Mello, Ernesto Lacombe, José Eugenio Müller, Eduardo Castilhos França, Zulmiro Soncini, Altamiro Guimarães, Antenor de Moraes, Olívio Amorim, Aderbal Ramos da Silva, entre outros.¹⁹⁰ As disputas entre o Partido Republicano Catharinense e a Aliança Liberal (depois pelo Partido Liberal Catharinense) tornaram-se mais evidentes com a Revolução de 1930 e com a ocupação da ilha capital pelas tropas revolucionárias, lideradas pelo general Ptolomeu de Assis Brasil. O episódio gerou embates envolvendo as tropas do 14º Batalhão de Caçadores de Florianópolis, os Fuzileiros Navais e a Força Pública da capital, contra as tropas revolucionárias. A ilha foi tomada em 25 de outubro, após o anúncio da deposição do presidente Washington Luiz e do governador recém-eleito, Fúlvio Coriolano Aducci.¹⁹¹ Nesse momento, Nereu Ramos, bem como seus apoiadores, o jornalista Oswaldo Mello, o empresário, advogado e jornalista Henrique Rupp Júnior, o advogado e jornalista João Neves da Fontoura e o industrial e também jornalista Ernesto Lacombe, aglutinaram-se em torno das tropas revolucionárias. Na intenção de expressar publicamente seu apoio à Revolução, eles discursaram abertamente ao lado do general Ptolomeu de Assis Brasil, na sacada do Palácio do Governo. Em comum entre estes homens estavam a política e a atividade jornalística. Excetuando Nereu Ramos¹⁹² e Henrique Rupp Júnior, os demais eram todos naturais do Rio Grande

¹⁸⁹ NEKEL, Roselane. *A República em Santa Catarina. Modernidade e exclusão*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2003, p.56.

¹⁹⁰ O Partido Liberal Catarinense foi criado em fevereiro de 1931. Sua organização se deveu a Vidal Ramos, Nereu Ramos e Henrique Rupp Júnior. O partido foi criado após a Revolução de 30 e, em sua trajetória, apoiou as ações de Getúlio Vargas, tendo sido extinto em 1937, com o Golpe do Estado Novo.

¹⁹¹ O historiador Carlos Humberto Corrêa relata ainda que houve bombardeio à cidade atingindo algumas residências da área central. Há relatos de fuga dos moradores para o interior da Ilha, bem como de escassez de alimentos. Ver: CORRÊA, Carlos Humberto P. *História de Florianópolis - Ilustrada*. 3ª ed. Florianópolis: Insular, 2005. PIAZZA, Walter Fernando. *Santa Catarina: sua história*. Florianópolis: Ed. da UFSC/Editora Lunardelli, 1983, pp.311-312.

¹⁹² Mesmo tendo nascido em Lages, Nereu fez o curso de Humanidades no colégio Conceição na cidade de São Leopoldo, no Rio Grande do Sul, mantendo já neste uma estreita relação de sociabilidade com estudantes e políticos gaúchos, mais tarde bacharelou-se em Direito pela Faculdade de Direito de São Paulo.

do Sul e, ao longo das décadas de 20 e 30, estreitaram suas ligações com os membros da família Ramos e com Getúlio Vargas, representando de forma autoritária a força política do recém-fundado Partido Liberal Catharinense, destituindo seus adversários políticos dos cargos públicos e nomeando, para os mesmos, figuras de suas confianças.

Passados quase seis meses desde a vitória das tropas revolucionárias, em nota publicada na edição de 18 de março de 1931, intitulada “O Partido Liberal Catharinense e a Legião de Outubro”, o diretório do Partido Liberal Catharinense enviou moção de apoio às decisões do novo regime, bem como pedindo instruções ao político gaúcho Oswaldo Aranha para iniciar, no Estado, o trabalho de organização da Legião aos moldes da fundada em Minas.¹⁹³ “Em fevereiro de 1931, telegramas circulares são enviados aos líderes políticos e chefes locais em todo o Estado, de maneira a não deixar dúvida que suas lealdades são requeridas”.¹⁹⁴ A nota publicada no *República* confirmava o apoio do Partido Liberal Catharinense ao movimento mas, ao mesmo tempo, apontava para as rivalidades existentes no interior da Legião entre as lideranças regionais, a do mineiro Francisco Campos e o gaúcho Oswaldo Aranha¹⁹⁵.

A Legião de Outubro, fundada em Minas Gerais, transformou-se em estratégia para que Francisco Campos, por meio dela, buscasse o apoio necessário para a construção de uma base política própria e para isso procurou se

identificar com os setores mais radicais do novo regime, e a partir daí construir sua própria base de sustentação em Minas Gerais, que independesse da velha e ainda intocada estrutura de apoio do Partido Republicano Mineiro. Isso era formulado em termos de uma ideologia que afirmava a necessidade de criar um governo forte, dotado de uma ideologia que afirmava a necessidade de criar um governo forte, dotado de uma ideologia social bem definida, e que pudesse se livrar do peso morto de uma política oligárquica tradicional sem, no entanto, cair no que ele considerava serem as ilusões ultrapassadas da democracia liberal.¹⁹⁶

¹⁹³ Nota publicada no jornal *República*, 18 de março de 1931, p.01.

¹⁹⁴ SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena Maria B; COSTA, Vanda Maria Ribeiro. *Tempos de Capanema*. São Paulo: Paz e Terra: Fundação Getúlio Vargas, 2000, p.57.

¹⁹⁵ Oswaldo Aranha, gaúcho de Alegrete, RS, foi um dos articuladores da Aliança Liberal. Ao lado de Getúlio Vargas, logo após a Revolução de 30, chegou a ter seu nome cogitado para o governo de Minas Gerais, entretanto, foi Olegário Maciel o eleito para ocupar o cargo, tendo Gustavo Capanema como seu oficial de gabinete. Oswaldo Aranha assumiu então o cargo de Ministro da Justiça por um curto período e mais tarde o da Fazenda. Nessa mesma época envolveu-se com políticos mineiros, descontentes com os rumos da política estadual, com o apoio do próprio Vargas, Aranha deu um golpe em 1931, com a intenção de afastar Olegário Maciel do governo, mas não obteve êxito em sua ação. Maciel manteve-se no cargo até sua morte em 1933, sendo sucedido por Gustavo Capanema. Quanto a Aranha, em 1934, assumiu o cargo de Embaixador nos EUA. FGV. CPDOC Escola de Ciências Sociais. http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/biografias/gustavo_capanema. Acessado em 15/02/2014.

¹⁹⁶ SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena Maria B; COSTA, Vanda Maria Ribeiro. *Tempos de Capanema...*, p.53.

O embate político estava assentado sobre a construção, ou melhor, a imposição de uma forma autoritária de um novo governo, forte e dotado de uma ideologia que legitimava seu autoritarismo e sua necessidade em oposição a uma estrutura, vista pelos políticos pertencentes a setores mais radicais como ultrapassada e, que ao longo da Primeira República se transformou nas bases do governo oligárquico. Tal base encontrava-se em desacordo com os rumos do novo governo após 30. Contudo,

esta estratégia, ao ser traduzida para a realidade da política brasileira e suas bases de sustentação em Minas Gerais, tinha duas conseqüências. Uma era a necessidade de enfrentar a política tradicional do estado, e substituí-la por uma estrutura política própria, cujo principal instrumento seria a Legião de Outubro. A outra era a de envolver a Igreja Católica como fonte de inspiração ideológica e legitimação política para a nova ordem que se buscava estabelecer. A similaridade entre este projeto e os regimes fascistas e totalitários que começavam a se instalar na Europa nessa época não é, por certo, casual.¹⁹⁷

Em Minas Gerais, Estado na Revolução de 30 prestou apoio fundamental a Vargas, a estratégia política escolhida por Francisco Campos foi a de buscar uma aproximação com os representantes da religião católica o que permitiu, a Campos, continuar seguindo pela via autoritária, centralizadora e conservadora.

Diversamente dos exemplos alemão e italiano, no entanto, o projeto de Francisco Campos buscava uma vinculação com a Igreja Católica que só seria tentada mais tarde em Portugal e, principalmente, na Espanha. Além disto, e apesar da Legião de Outubro, os esforços de substituir as bases tradicionais de poder oligárquico não conseguiram chegar nunca às formas de mobilização radical que eram a marca registrada do nazifascismo nascente.¹⁹⁸

Nos primeiros anos que sucederam a mudança de regime, o governo do Estado estava sob a intervenção do general Ptolomeu de Assis Brasil, gaúcho de São Gabriel, que se manteve no poder até 1932. Assis Brasil foi sucedido por seu irmão, Rui Zorbaran. A ruptura da predominância gaúcha ocorreu com a indicação de Manuel Pedro da Silveira, civil e político catarinense do norte do Estado, que assumiu interinamente por menos de seis meses, até a indicação, em 1933, de Aristiliano Laureano Ramos, que se manteve no poder até o início de 1935.

Manuel Pedro da Silveira possuía estreita relação com a família Ramos, era ligado ao Partido Liberal e chegou a ser, no início da década de 30, após a Revolução, secretário

¹⁹⁷ *Ibidem*, p.54.

¹⁹⁸ *Idem*.

do Interior e da Justiça. A tomada do poder pelos militares não agradou às lideranças políticas da capital. Tanto Assis Brasil, quanto seu irmão Zorbaran, enfrentaram críticas de aliados e opositores, inclusive da própria família Ramos, cujos membros, após fundarem a Aliança Liberal e apoiarem a Revolução de 30, colocaram-se na condição de privilegiados na sucessão ao poder, o que não ocorreu de imediato.

Também as relações de poder no interior da família Ramos nem sempre foram harmoniosas. A força do sobrenome não escondeu nem evitou as tensões e os conflitos familiares. Aristiliano era primo de Nereu Ramos e em muitos momentos, foi seu principal opositor. Na eleição indireta a governador de 1935, em disputa com Aristiliano pelo governo do Estado, Nereu saiu vitorioso. Sua conquista exigiu um esforço de negociação que o fez buscar acordos entre seus opositores, com o objetivo de completar o número de 18 votos necessários para sua eleição. A eleição de Nereu ocorreu de forma tensa, os membros do Partido Liberal Catharinense tiveram que se exilar no Quartel do 14º Batalhão de Caçadores, na região central da cidade, de onde só saíram no dia da votação, escoltados para a Assembleia Legislativa.¹⁹⁹ A vitória de Nereu elevou ainda mais a tensão com seu primo. A natureza violenta, autoritária e antidemocrática das políticas nos Estados durante a Primeira República é discutida por Maria Efigênia Lage de Resende:

Nos estados dominados por oligarquia constituída de uma única família ou naqueles em que ocorrem lutas armadas entre facções oligárquicas pela hegemonia no estado, a violência é maior. Citam-se no primeiro caso Goiás, Mato Grosso, Amazonas, entre outros, e no segundo caso, Paraná, Santa Catarina, Bahia e Piauí, por exemplo.²⁰⁰

Cynthia Machado Campos chama atenção para um aspecto importante sobre a produção historiográfica nacional, quando se refere a pressuposta “ausência” de participação de outros setores da sociedade nas mudanças políticas:

O pressuposto da ausência de participação de diferentes setores da sociedade nos processos de mudança, aliados ao da falta de embates ou projetos políticos de grupos sociais antagonônicos, em uma determinada historiografia que trata Brasil, tende a deslocar a atenção dos historiadores para um suposto sujeito

¹⁹⁹ CORRÊA, Carlos Humberto P. *História de Florianópolis - Ilustrada*. 3ª ed. Florianópolis: Insular, 2005, pp.317-318.

²⁰⁰ RESENDE, Maria Efigênia Lage de. O processo político na Primeira República e o liberalismo oligárquico. FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. In: *O Brasil Republicano. O tempo do liberalismo excludente. Da proclamação da República à Revolução de 1930*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p.97.

histórico que aparece como o único capaz de ocupar o “vazio de poder” deixado pela falta de ação das classes sociais: o estado.²⁰¹

A historiadora estende a mesma crítica à produção historiográfica referente a Santa Catarina. Em seu estudo, Cynthia Campos aborda a política de Nereu Ramos, que ao longo das décadas de 30 e 40 criou um número significativo de instituições, com o objetivo de disciplinar as classes populares. A autora também evidencia, o processo de resistência elaborado pelas classes populares à política de institucionalização e disciplinarização de Ramos para o Estado:

Essa ausência de movimentos sociais e de conflitos entre grupos ou segmentos da sociedade, de confrontos entre projetos de dominação e práticas de resistência, manifesta-se também como uma tendência na reduzida bibliografia que trata da questão em Santa Catarina, nos anos de 1930, não se diferenciando das abordagens produzidas nacionalmente.

O confronto entre diversas facções das elites regionais pela afirmação dos seus projetos de dominação também não é uma preocupação dessa historiografia. As lutas travadas entre seguimentos dominantes para conseguir legitimar, junto à sociedade e ao Estado, suas propostas modernizadoras para Santa Catarina tendem a ser tratadas como “política de clientela”, ou “articulação de candidaturas”. Desta forma, a “fraqueza” da oposição, na Primeira República, e a “falta de profundidade” da contestação que teria levado às divisões políticas que resultaram na formação da Aliança Liberal em Santa Catarina não teriam, conforme essas interpretações, mudado muito a “composição da elite política estadual”.²⁰²

A chegada dos Ramos ao poder representou, na política estadual, a ruptura com um processo dominado anteriormente pela oligarquia republicana, aglutinado sob os auspícios do ex-governador Hercílio Pedro da Luz, liderança que conduziu a política estadual em diferentes momentos entre o final do século XIX (quando foi chefe da Comissão de Terras e governador eleito em 1894), e no início do XX (quando foi deputado federal, senador e novamente governador do Estado).

²⁰¹ CHAUI, Marilena; FRANCO, Maria Silvia de Carvalho. *Ideologia e mobilização popular*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978, p.20-23. *Apud*: CAMPOS, Cynthia Machado. *Santa Catarina, 1930: da degenerescência à regeneração*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2008, pp.30-32.

²⁰² CAMPOS, Cynthia Machado. *Santa Catarina, 1930: da degenerescência à regeneração...*, 2008, pp.31-32.

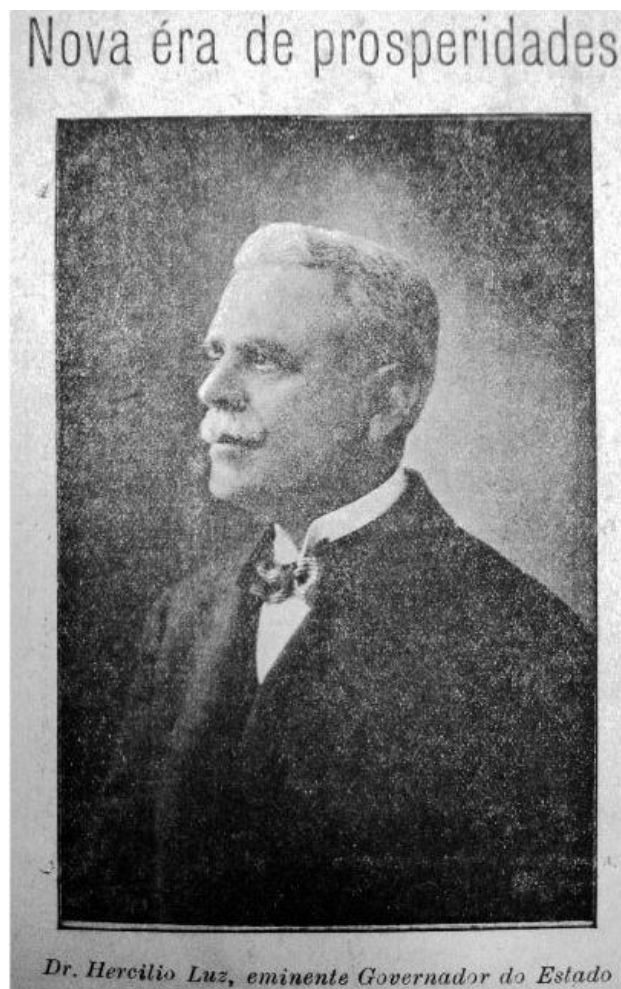


Imagem 25. Retrato de Hercílio Pedro da Luz. ²⁰³

A morte de Hercílio Luz em 1924 abriu espaço para que as lideranças políticas do Estado entrassem novamente em disputa pelo poder. Sua imagem também foi atrelada a um período de mudanças e prosperidade para Santa Catarina, na capital o símbolo maior dessa fase foi a construção da Ponte Hercílio Luz, obra que viabilizou durante décadas a ligação entre a Ilha capital e o continente.²⁰⁴ O retrato de Hercílio Luz (Imagem 25), fotografado a meio-corpo, ostenta o olhar firme e altivo do homem público.

No entanto, a vitória dos Ramos nesse processo não representou a ruptura com a forma de poder oligárquico, mas sim, a entrada em cena de um grupo formado por fazendeiros latifundiários oriundos da região serrana, e por profissionais liberais como médicos, engenheiros, advogados, professores e jornalistas, aglutinados em torno da figura do Coronel Vidal Ramos e seu filho Nereu Ramos. Ainda sobre a formação das oligarquias, Maria Efigênia Lage de Resende afirma:

²⁰³ Retrato do governador Hercílio Luz. Foto reproduzida no jornal *O Estado*, 01 de janeiro de 1919, p.01.

²⁰⁴ Hercílio Luz também investiu em obras de saneamento na região central da capital.

A Guarda Nacional, instituição imperial, fundada na Regência, funciona como uma espécie de forma paramilitar de elite. O posto supremo, o de coronel, é atribuído aos homens de grande fortuna e, melhor ainda, se são ilustrados, os oficiais provêm de famílias abastadas e os soldados de estratos sociais mais baixos. No entanto, mesmo esses últimos devem comprovar um padrão de renda mínimo. Cabe aos coronéis da Guarda cuidar do aparelho do corpo paramilitar sob suas ordens, fazer o recrutamento e a convocá-lo quando necessário.²⁰⁵

O papel político da figura do coronel foi reforçado com o federalismo implantado no Brasil em substituição ao centralismo do Império. O primeiro conferiu aos Estados poderes que se distribuíram em níveis estaduais e federais às oligarquias, e em nível municipal, aos coronéis.²⁰⁶ Na imagem 26, o coronel Vidal Ramos é retratado como uma das figuras políticas mais importantes do Estado e o responsável pela primeira reforma na educação, idealizada em colaboração com Orestes Guimarães em 1911. Na imagem a meio-corpo, o olhar profundo do retratado comunica, simboliza e representa a autoridade do político Lageano.²⁰⁷

²⁰⁵ RESENDE, Maria Efigênia Lage de. O processo político na Primeira República e o liberalismo oligárquico. FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. In: *O Brasil Republicano. O tempo do liberalismo excludente. Da proclamação da República à Revolução de 1930*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p.94.

²⁰⁶ *Ibidem*, p.93.

²⁰⁷ BORGES, Maria Eliza Linhares. *História & Fotografia...*, p.37.

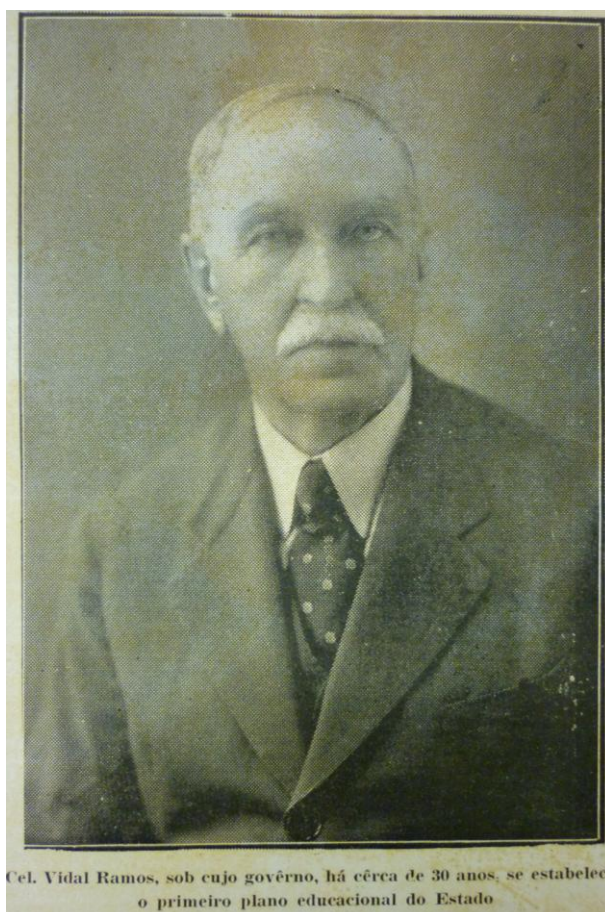


Imagem 26. Retrato de Vidal Ramos.²⁰⁸

Vidal Ramos²⁰⁹ (Imagem 26), que governou Santa Catarina entre os anos de 1902 a 1905 e depois de 1910 a 1914, foi nesse período um dos principais representantes do antigo Partido Republicano no Estado, um dos mais importantes políticos da região serrana e progenitor de uma grande família composta principalmente por homens, que ocuparam por décadas os cargos mais relevantes na política estadual. Natural de uma região chamada de Coxilha Rica, pertencente à cidade de Lages, era descendente de tradicional família de latifundiários, proprietários de terras e escravos, que acumularam riqueza e prestígio político desde o século XIX.²¹⁰ A importância de sua figura e de sua representação política pôde ser percebido quando, logo depois de deflagrada a Revolução,

²⁰⁸ Educação Popular. *Movimento do ano letivo de 1935*. Departamento de Educação. Estado de Santa Catarina, 1936.

²⁰⁹ Vidal José de Oliveira Ramos Júnior era natural de Lages, SC, e casado com Teresa Fiúza Ramos, teve 14 filhos, dentre estes Nereu Ramos, Celso Ramos e Mauro de Oliveira Ramos, os dois últimos exerceram os cargos de governador do Estado e Prefeito de Florianópolis, respectivamente. A vasta família Ramos construiu sua trajetória entrelaçada com o poder público ocupando em diferentes momentos espaços nas diferentes esferas do poder.

²¹⁰ Sobre a trajetória da família Ramos ver obra: FILHO, Celso Ramos. *Coxilha Rica: a genealogia da família Ramos*. Florianópolis: Editora Insular, 2002.

presta-se uma homenagem pelo jornal *República* à sua figura. No texto, as relações entre Vidal Ramos e a política rio-grandense foram lembradas:

Ainda ha pouco, quando este formidável movimento de opinião que foi a campanha liberal, levou a todos os cantos da terra brasileira o entusiasmo e o gosto pela grande batalha de civismo que se ia ferir – foi a sua voz uma das primeiras que se ergueram no Estado, para marcar o nosso logar ao lado do Rio Grande do Sul, ao qual sempre estivemos estreitamente ligados pelas tradições, pelos costumes e pelas glórias e revezes que juntos temos mantido e soffrido.²¹¹

A nota, ao prestar uma homenagem ao aniversário do político lageano, utiliza-se da oportunidade para também estabelecer uma ligação entre sua trajetória de vida e o desenrolar dos acontecimentos políticos na época. Da mesma forma, buscou passar uma ideia de continuidade ao se referir às glórias e revezes do passado, como também de um destino compartilhado pelos dois Estados na luta por espaço na política nacional. Nota-se que uma dessas referências ao passado pode ser atribuída à Revolução Federalista, quando os dois Estados (ou parte destes) lutaram unidos. A mesma mensagem reafirma ainda a ideia de continuidade com antigas práticas de governo e não de ruptura, pois a chegada de Vargas ao poder representava também a defesa dos interesses de lideranças políticas da região sul do Brasil.

Em pesquisas pelas várias edições do *República* na década de 30, entre as disputas políticas e anúncios publicitários que denunciavam os gostos e costumes da elite local, percebe-se a pouca presença das classes populares em suas páginas. Entretanto, não podemos afirmar sobre sua completa ausência, pois seus vestígios podem ser encontrados nos discretos anúncios sobre as festas populares, quase sempre religiosas, e nos blocos de carnaval. Contudo, nota-se sua incômoda presença nos projetos e preocupações dos governantes. Nas tentativas de legitimar seus projetos hegemônicos de urbanização e saneamento de áreas habitadas pelas classes populares, estas foram estigmatizadas pelo discurso médico higienista como portadoras de variadas patologias e, pelo discurso de civilização e progresso como perigosas e violentas.

As classes populares surgiam e desapareciam das preocupações dos governantes, e assim dos jornais, ao gosto do poder público. Em campanhas como as Cruzadas pela Educação, novamente ressurgiram como principais focos de ignorância e do analfabetismo. Foi com este sentido que as classes populares adentraram nos discursos de Antonieta de Barros, que fez da educação o principal mote em seus discursos.

²¹¹ Nota publicada no jornal *República*, 26 do outubro de 1930, p.01.

2.2. Antonieta de Barros e a construção de seu público leitor.

Que lugar ocupavam os escritos de Antonieta de Barros naquela sociedade? Quem eram seus interlocutores? Como, por meio dos jornais, intencionou construir sua própria imagem de mulher respeitável? Os jornais, em especial seus escritos, chegaram a se constituir como parte central de um projeto alternativo de luta por mobilidade social?

O espaço ocupado por Antonieta, por um longo período, foi a primeira página dos jornais *República* e, mais tarde, *O Estado* na capital, sendo sua coluna inserida entre as principais notícias políticas e só em raros momentos encontramos esta impressa na segunda página. Este fato nos fez acreditar que seu discurso possa ter sido ferramenta ideológica importante para aqueles jornais, e que os mesmos deveriam ser procurados pelo público leitor. Neste sentido, seus escritos, em forma de crônicas, ocupavam um lugar importante naquela sociedade. O lugar de onde Antonieta falava era um espaço majoritariamente masculino, inserida em um meio de disputa pelo poder, posicionando-se ao lado da família Ramos. Acreditamos que sua adiantada inserção nas letras, participando de atividades literárias, escrevendo nos jornais da capital desde o final da década de 20 (período que aventamos ser o início de sua atividade como colaboradora) e mobilizando-se por meio de associações em defesa da educação, contribuiu para a construção de uma imagem positiva, fazendo com que seus escritos adquirissem importância e, possibilitando a ela estabelecer certa familiaridade com um público leitor.

Como já afirmado anteriormente, os jornais nos quais Antonieta escreveu por mais tempo e com maior frequência foram adquiridos e mantidos por membros da família Ramos. No jornal *República*, dentre seus interlocutores, aqueles com quem Antonieta buscou construir uma interação, estavam também as mulheres. As reivindicações a favor da ampliação da educação para as mulheres revelaram suas intenções em estabelecer um diálogo com as mesmas, principalmente com aquelas pertencentes às classes populares. Para estas, as reivindicações de Antonieta a favor da educação vinham acompanhadas de um discurso que correlacionava educação, luta pela sobrevivência e mobilidade social. Ao mesmo tempo, ao fazer estas reivindicações, criticava os limites sociais de bases machistas, culturalmente construídos e naturalizados. Suas críticas também se destinavam à morosidade do governo estadual (em promover mudanças nas instituições de ensino), e aos políticos adversários.

Por diversas vezes, sua postura contrária ao movimento feminista foi manifestada nos jornais. O movimento, durante a década de 30, vinha em um processo crescente e difuso, principalmente no Brasil e com representantes em diferentes regiões do país. A abertura de jornais e revistas femininas, a publicação de livros, a produção de peças teatrais e a criação de organizações representativas, simbolizaram o engajamento de mulheres das classes médias na luta pela reivindicação de seus direitos (voto, educação, trabalho e equiparação salarial). Uma luta iniciada, segundo Maria Lígia Prado e Stella S. Franco, no século XIX, primeiramente por meio de uma produção literária de biografia sobre mulheres célebres e brasileiras ilustres, passando pela articulação de estratégias que permitissem a estas mulheres conviver com as convenções sociais, mas sem abandonar por completo o posicionamento político até a organização de movimento feminismo sufragista.²¹²

As críticas de Antonieta ao movimento feminista pareciam direcionar-se à figura de Maura de Senna Pereira, representante da revista *Brasil Feminino* em Santa Catarina, e que mantinha contato com a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, a FBPF, de Bertha Lutz. A postura conservadora e moralista de Antonieta revelava-se em suas críticas ao movimento e às atitudes libertárias das mulheres que dele participavam. Por meio da imagem de mulher respeitável, construída ao longo dos anos, Antonieta buscava distanciar-se das feministas, buscando construir uma interlocução com mulheres que também não se identificavam com o movimento, dentre estas, mulheres das classes populares e da elite conservadora.

Desde o início, Antonieta publicou aos domingos, na primeira página do *República*. Sua coluna foi inserida entre as principais notícias, sobre a política nacional, regional e local, e sua crônica sempre esteve abrigada sob a coluna *Farrapos de Idéias* e assinada como Maria da Ilha. Localizamos apenas uma crônica em que não foi assinada com o pseudônimo e sim como Antonieta de Barros, marcando sua inserção na folha e deixando claro o seu posicionamento político a favor do novo regime inaugurado com a Revolução de 30. Cada vez mais, Antonieta passou a ser definida pela discussão política, pela defesa da educação e pelas reflexões filosóficas sobre as mudanças sociais. Mesmo definindo-se contrária ao movimento feminista, não deixou de reivindicar um maior acesso das mulheres à educação como forma de atingir a mobilidade social.

²¹² PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria. *Nova História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Editora Contexto, 2012, pp.194-214.

Nos jornais fez uso de três títulos para nominar suas colunas, *Do meu Canto*, *Farrapos de Idéias*, e *Falando aos Moços*. Os temas tratados nas duas primeiras eram os mesmos, pois a mesma crônica podia ser encontrada em colunas, dias e jornais diferentes. A coluna *Do meu canto* pode ser encontrada nas páginas do *A Semana*, folha publicada semanalmente (às quintas-feiras), variando entre 5 a 8 páginas e trazendo notícias da política local, estadual e nacional. Nesta coluna Antonieta assinava como Maria da Ilha, e no *A Pátria*, assinava como Antonieta de Barros. Este se intitulava como diário vespertino e independente, tinha como diretor e redator principal João Bayer Filho e, como gerentes, Armando Ferraz e José Duarte Magalhães.²¹³ No *Folha Acadêmica*, publicação mensal de 5 páginas, pertencente ao Centro Acadêmico Dr. José Boiteux e à Faculdade de Direito de Santa Catarina, foi encontrada pela primeira vez em, 1º de agosto de 1929, a coluna *Farrapos de Idéias*, assinada por Maria da Ilha. A folha noticiava os acontecimentos que julgava mais relevantes sobre a cidade e o Estado, bem como as atividades do centro acadêmico²¹⁴. Havia ainda crônicas de jornalistas e espaço para os poetas locais. Concluímos que *Do meu Canto* e *Farrapos de Idéias* foram as mais utilizadas, sendo a última denominação mais empregada por Antonieta de Barros para caracterizar sua coluna.

Falando aos Moços foi uma coluna publicada por Antonieta de Barros no jornal *O Idealista*, órgão oficial do grêmio cultural Antonieta de Barros, do Instituto de Educação da capital na década de 40, quando esta lecionou e dirigiu a instituição. Por esta publicação mensal, Antonieta direcionava seus discursos aos alunos e alunas do instituto.

Ao nos questionarmos sobre as escolhas dos nomes de suas colunas e de seus possíveis sentidos, deparamo-nos com múltiplas possibilidades interpretativas, seus títulos sugerem variadas interpretações e a desenvolvida por este estudo é apenas mais uma delas.

Em *Do meu Canto*, a jornalista sugere a impressão de que observava os fatos de um lugar afastado, isolado, seguro, insinuando certa imparcialidade em suas reflexões. Entretanto, ao mesmo tempo, parece também expressar um sentimento de solidão, de isolamento e, neste sentido, levantamos aqui a hipótese de que o título tenha vindo de um sentimento de exclusão, de descrédito ou até mesmo de desconfiança sobre seu trabalho.

²¹³ Quanto à periodicidade das publicações, consideramos diárias também aquelas que circulavam de segunda a sábado. Com exceção das folhas maiores, a exemplo do *República*, as demais não circulavam aos domingos.

²¹⁴ Neste período o diretor e gerente era Ney Luz e tinha como redatores Carlos Büchele Júnior e Waldyr Grizard.

De qualquer forma, era deste lugar imaginário que saíam suas reflexões filosóficas, sua crítica social e a defesa a favor de suas bandeiras de luta.

Como já afirmado, pela frequência em que aparece nas páginas dos jornais, *Farrapos de Idéias* foi a principal coluna e a que permaneceu por mais tempo. Mesmo após o encerramento das atividades do jornal *República* a coluna reapareceu com o mesmo título no jornal *O Estado*, a partir da segunda metade da década de 40.

Na dedicatória de sua obra, que foi intitulada com o mesmo nome de sua coluna, Antonieta afirmou que seus farrapos são frutos dela mesma, do seu pensar, e “foram feitos para que tivessem a vida breve, diminuta, exígua e quase despercebida de cada número de jornal”. Percebe-se aqui uma “ingênu” modéstia, pois suas colunas traziam reflexões e debates de um teor político e ideológico intenso. Antonieta declarou que o título representava a reunião de ideias, concepções e reflexões muito particulares, colocadas de forma “desinteressada” em uma primeira página de jornal. O próprio termo farrapo, sinônimo de trapo, roto, frangalhos, etc., passava a impressão de algo sem muita importância, sem valor. Talvez essa fosse a intenção inicial de Antonieta, uma tática para fisgar a atenção de seus interlocutores.

Sobre a escolha do nome *Maria da Ilha*, pseudônimo que assinava seus escritos, nada encontramos da autora a esse respeito. Apoiada no contexto histórico, em seus valores cristãos, verbalizados em diferentes momentos em seus escritos, e no *lugar* que ocupava, cogitamos as possíveis motivações para a escolha. Sabemos que Antonieta expressava sua religiosidade publicamente e em muitos momentos fez destes valores o seu fiel da balança. A escolha pode ter sido motivada por esses valores, Maria, mãe de Jesus, representa uma figura única e singular, mas, ao mesmo tempo abrangente, comum, nome de muitas mulheres, tanto da elite como das classes populares, e foi também o nome de sua avó. Portanto, poderia ser qualquer mulher, mas teria que ser da Ilha, a mulher que conhece as vicissitudes do viver cercada pelo mar, *livre* e ao mesmo tempo *presa*, uma mulher insular.

As poucos, fosse do seu *Canto* ou de seus *Farrapos*, ou ainda *Falando aos Moços*, Antonieta se construiu como figura respeitável no meio jornalístico, educacional e político, e fez dos jornais também uma porta de entrada para a inserção na esfera pública, viabilizando sua mobilidade social.

Antonieta viveu toda a sua vida em Florianópolis, era uma mulher do espaço urbano, o sentimento de urbanidade em muitos momentos se fez presente em sua escrita, suas crônicas tratavam de temas ligados a vida urbana. A Imagem 27 retrata parcialmente

a região central de Florianópolis, onde podemos observar à direita a Praça XV de Novembro e à esquerda, os prédios das agências dos Bancos do Comércio e do Brasil; ao fundo, a torre da igreja matriz e o palácio do governo (com a bandeira hasteada). O ângulo escolhido pelo fotógrafo privilegia um conjunto de prédios públicos e o trânsito de pessoas e automóveis passa a impressão de um centro nervoso de uma cidade moderna. Este pequeno recorte da cidade não tem a intenção de representá-la na sua totalidade, mas apenas inserir o leitor no universo citadino de Antonieta.



Imagem 27. Vista parcial da Praça XV de Novembro, em 1940.²¹⁵

As imagens, muitas delas sem origem definida, revelam um pouco sobre a relação íntima de homens e mulheres com o mar, era por ele que tudo chegava à ilha. Mesmo após a construção da ponte Hercílio Luz, esta relação manteve-se ainda intensa durante a primeira metade do século XX. O transporte de mercadorias era feito por pequenas embarcações (vê-se o porto na região central, em frente ao mercado público). Os barcos ancoravam nos trapiches, alguns deles tradicionais pontos de abastecimento (muitos destas áreas que hoje são bairros, antes já foram freguesias).

Na Imagem 28, vemos o movimento do comércio junto ao mercado municipal, dele participam homens, jovens, crianças e algumas mulheres, a preocupação do fotógrafo parece ter sido o de captar o comércio/trabalho.

²¹⁵ Acervo histórico e imagético do IHGB/SC.



Imagem 28. Mercado público municipal, início da década de 1930 (lado sul).²¹⁶

O transporte terrestre de mercadorias era feito pelas estradas, muitas de chão batido e esburacadas, por meio de carroças, carros de bois e no lombo de cavalos, e por vezes via automóvel.

Na Imagem 29, observa-se novamente a predominância masculina no espaço público, alguns homens observam a cena distraídos, outros posam com as mãos na cintura ou nos bolsos para o fotógrafo. Mais uma vez, a preocupação de quem está registrando a cena parece ser a de registrar o trabalho, lembrando que, “cada indivíduo define não apenas o que merece ser registrado, mas também sob que ângulo as ações sociais de seus cotidianos devem ser imortalizadas.”²¹⁷

²¹⁶ Acervo histórico e imagético do IHGB/SC.

²¹⁷ BORGES, Maria Eliza Linhares. *História & fotografia*. 2ª edição. Belo Horizonte: Autêntica, 2008, p.30.



Imagem 29. Mercado público municipal, início do século XX.²¹⁸

Neste momento, ao evidenciar os vestígios da população afrodescendente exercendo variadas funções no espaço urbano, como carregadores, carroceiros, vendedores ambulantes, trabalhadores das obras públicas, etc., rompemos o silêncio imposto pela História hegemônica que apagava essa presença.



Imagem 30. Trabalhadores próximos ao Largo da Alfândega, década de 1940.²¹⁹

²¹⁸ Acervo histórico e imagético do IHGB/SC.

²¹⁹ <http://floripendio.blogspot.com.br/2010/05/florianopolis-antigo.html>. Acessado em 10/11/2014.

Para muitos desses homens e mulheres, o mar representava, e ainda representa, a sobrevivência. Para estes, a relação de intimidade homem/mar foi construída a duras penas, a luta pela sobrevivência engendrou pela experiência, um saber próprio da lida com o mar, daqueles que já enfrentaram o naufrágio, o frio, as tempestades e até a morte.



Imagem 31. Estaleiro Arataca, década de 40.²²⁰

²²⁰ *Idem.*



Imagem 32. Trapiche na região do bairro Praia de Fora (atual Beira Mar Norte).²²¹

As vicissitudes e as intempéries refinaram a relação homem e natureza, mostrando ao primeiro a necessidade da obediência ao tempo e a uma lógica que não era a do homem.



Imagem 33. Competição de remo, Baía Sul, década de 50.²²²

Para outros, o mar era também desafio, mas tomado como lazer, como deleite sem pressa, ou ainda como inspiração. Foi dentro deste recorte espacial, de uma cidade

²²¹ *Idem.*

²²² *Idem.*

insular, que concentramos nossas análises sobre a construção de um público leitor, tomando como referência a cidade de Florianópolis.²²³

Ao analisarmos o Recenseamento Geral, de 1940, na categoria instrução, entre uma população de 46.771 encontramos os seguintes dados:

Tabela I

Sabem ler e escrever

Faixa etária em anos:	Homens	%	Mulheres	%
0 aos 09	782		777	
10 aos 19	4.164		4.290	
20 aos 29	2.709		2.789	
30 aos 39	1.864		1.717	
40 aos 49	1.400		1.151	
50 aos 59	766		682	
60 aos 69	369		415	
70 aos 79	135		178	
80 anos a +	27		43	
Total	12.218	100	12.042	100

Fonte: IBGE. Censo demográfico. Recenseamento geral de 1940.

Na primeira tabela, nas faixas etárias entre 10 a 19 anos, percebe-se o número significativo daqueles que se declararam saber ler e escrever, que, nessa faixa, são favoráveis às mulheres. Entretanto, a partir da faixa etária entre 40 a 59 anos, estes índices se invertem com a diferença ficando a favor dos homens. Em ambos os sexos, na medida em que a idade dos declarantes aumentava, o número daqueles que se declararam saber ler e escrever diminuía.

Na segunda tabela, percebe-se que, entre a faixa etária de 0 a 9 anos, o número daqueles que não sabiam ler nem escrever era alto, sendo as mulheres mais aptas com uma pequena margem de diferença. Já na faixa etária dos 20 aos 49, o número de mulheres que não sabiam ler e nem escrever aumentou significativamente, sendo esta a faixa de maior produtividade.²²⁴

²²³ A cidade de Florianópolis estende-se até a parte continental, porém, em nossa análise discutimos os índices populacionais referentes apenas à Capital.

²²⁴ A faixa etária dos 0 aos 9 anos correspondia, na verdade, segundo o censo, à instrução dos 5 aos 9 anos. IBGE. Censo demográfico. Recenseamento geral de 1940, p.98.

Tabela II

Não sabem ler nem escrever

Faixa etária em anos:	Homens	%	Mulheres	%
0 aos 09	2.092		1.996	
10 aos 19	1.079		1.179	
20 aos 29	949		1.580	
30 aos 39	877		1.411	
40 aos 49	857		1.301	
50 aos 59	629		969	
60 aos 69	349		594	
70 aos 79	111		256	
80 anos a +	33		104	
Total	6.980	100	9.391	100

Fonte: IBGE. Censo demográfico. Recenseamento geral de 1940.

As tabelas I e II também apontam para o fato de que a geração mais jovens, (do 0 aos 09 anos), em ambos os sexos, teve menor acesso à educação. Outra questão importante diz respeito ao público leitor dos jornais. Somente na *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros*, organizada pelo IBGE, há algumas informações sobre as suas tiragens na capital. Entre o final da década de 40 e início de 50, os jornais locais atingiram as seguintes tiragens:

Tabela III

Tiragens dos jornais de Florianópolis

Nome do jornal	Tiragem	%
O Estado	5.000	
A Gazeta	5.000	
Diário oficial do Estado	2.200	
Diário da Tarde	2.000	
Total	14.200	100

Fonte: IBGE. *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros*, p.130.

Para um público alfabetizado de aproximadamente 24.260 sujeitos, entre homens e mulheres, segundo o Recenseamento Geral, de 1940, excluindo-se a primeira faixa etária da **Tabela I**, por se tratar de um público muito mais jovem, que dificilmente teria o hábito de ler os jornais, chega-se a aproximadamente 18.618 indivíduos, um número acima da soma das tiragens dos principais jornais de Florianópolis. Entretanto, vale ressaltar algumas questões importantes, a primeira delas é a de que esses jornais atendiam também a outras cidades do Estado. Dentre eles, o *Diário Oficial* tinha uma função mais

específica, que era atender aos órgãos públicos e às empresas de todo o Estado. Infelizmente, pela falta de dados mais completos sobre as tiragens dos demais jornais, com circulação mais restrita à capital, abre-se uma lacuna no que se refere ao número aproximado de jornais circulando na capital.

Outra questão importante diz respeito ao público leitor. Dentre os jornais referidos na **Tabela III**, interessa-nos especialmente *O Estado*, onde Antonieta de Barros escreveu, a partir da segunda metade da década de 40 e início de 50, e o público que poderia atingir. Neste sentido, é necessário também levarmos em conta as diferentes formas de leitura, como por exemplo, a coletiva. O mesmo exemplar poderia ser lido por mais de uma pessoa, visto que muitos deles ficavam disponíveis em espaços públicos, a exemplo das confeitarias, cafés, bares, e barbearias, que eram muitos de seus anunciantes, e nas bibliotecas e repartições públicas.

Quanto às questões relacionadas à alfabetização, à leitura e à escrita, Magda Soares aponta para questões importantes, afirmando que,

do ponto de vista individual, o aprender a ler e escrever – *alfabetizar-se*, deixar de ser *analfabeto*, tornar-se *alfabetizado*, adquirir a “tecnologia” do saber ler e escrever e envolver-se nas práticas sociais de leitura e de escrita – tem conseqüências sobre o indivíduo, e altera seu *estado* ou *condição* em aspectos sociais, psíquicos, culturais, políticos, cognitivos, lingüísticos e até mesmo econômicos;²²⁵

A autora afirma que, ao longo das décadas, ocorreram mudanças na maneira de considerar o significado do acesso à leitura e à escrita em nosso país – “da mera aquisição da ‘tecnologia’ do ler e do escrever à inserção nas práticas sociais de leitura e escrita de que resultou o aparecimento do termo letramento ao lado do termo alfabetização”.²²⁶ A autora aponta, ainda, uma questão importante quanto à qualidade e à capacidade de compreensão do conteúdo escrito. Sua reflexão nos levou a relativizar os indicados oferecidos pelo censo de 1940, pois,

durante muito tempo, considerava-se analfabeto o indivíduo incapaz de escrever o próprio nome; nas últimas décadas, é a resposta à pergunta ‘sabe ler e escrever um bilhete simples?’ que define se o indivíduo é analfabeto ou alfabetizado. Ou seja: da verificação de apenas a habilidade de codificar o

²²⁵ SOARES, Magda. *Letramento: um tema em três gêneros*. 2ª edição. Belo Horizonte: Autêntica, 2001, p.18. (grifos do autor).

²²⁶ *Ibidem*, p.21.

próprio nome passou-se à verificação da capacidade de usar a leitura e a escrita para uma prática social (ler ou escrever um ‘bilhete simples’).²²⁷

Em sua análise, a autora explicita a diferença entre alfabetização e letramento:

A avaliação do nível de letramento e não apenas da presença ou não da capacidade de escrever ou ler (o índice de alfabetização) é o que se faz em países desenvolvidos, em que a escolaridade básica é *realmente* obrigatória e *realmente* universal, e se presume, pois, que toda a população terá adquirido a capacidade de ler e escrever.²²⁸

As pesquisas sobre alfabetização, segundo Soares, são aquelas que se voltam para o número de crianças que a escola consegue levar à aprendizagem da leitura e da escrita, nas séries iniciais. Já as pesquisas que buscam identificar os usos e as práticas sociais da leitura e da escrita, em determinado grupo social, são pesquisas sobre letramento. E foi esta última possibilidade que passamos a considerar em nossa análise, pois o indivíduo pode ser considerado letrado se vive em um meio em que a leitura e a escrita têm presença forte, se passa a se interessar por ouvir a leitura de jornais feita por alfabetizados, se recebe cartas que outros leem para ele, ou se dita cartas para que um alfabetizado a escreva e até mesmo se pede para ler avisos fixados. De certa forma, esse sujeito é letrado, porque faz uso da escrita e se envolve em práticas sociais de leitura e de escrita.²²⁹

2.3 A atuação de Antonieta de Barros pelas páginas do *República*.

Se até então a esfera política esteve sob o domínio majoritariamente masculino, a atividade jornalística ofereceu a algumas mulheres a possibilidade de adentrarem-se na esfera pública. Como já afirmado, em meados da década de 1920, Antonieta participou de um pequeno, mas polêmico círculo literário formado por jovens que, como ela, buscavam a inserção social por meio da literatura. Naquele momento, Antonieta já escrevia em pequenas folhas de circulação local e regional. Entretanto, sua maior atuação na imprensa ocorreu a partir da década de 30 no jornal *República*.

²²⁷ *Idem*.

²²⁸ *Ibidem*, p.22. (grifos do autor).

²²⁹ *Ibidem*, p.24.

Foi a partir de setembro de 1931, que sua coluna *Farrapos de Idéias* aparece pela primeira vez no *República*.²³⁰ Desde a Revolução de 30, passando pela chegada ao poder da família Ramos ao encerramento do jornal em 1937, Antonieta escreveu assiduamente no *República*. Por meio de sua coluna, Antonieta abordou temas variados, discutindo desde o sentido de civilização e progresso, aos rumos que a sociedade ocidental tomava naquele momento.

Entretanto, foram os temas educação e trabalho que expressivamente nortearam seus escritos. Em muitos momentos, também usou destes temas para atacar seus opositores. Seus escritos revelam, além de seu posicionamento político e ideológico, aspectos de sua subjetividade, como sua religiosidade, os valores humanistas que nortearam-lhe a trajetória, bem como suas concepções sobre educação. Foram estas concepções, forjadas pelo rigor de uma formação tradicional e por sua experiência como professora, que lhe ofereceram a base para seu engajamento na luta pela educação e pela ampliação dos direitos das mulheres.

Ao reinserir os escritos de Antonieta em sua conjuntura histórica, preocupamo-nos em identificar pontos-chave nestes, bem como as referências usadas, a linguagem empregada, as dimensões ressaltadas e os argumentos que usou para legitimar seus discursos. A forma como se projeta e se dirige ao público leitor também constituiu aspecto importante para nossa análise. Perceber as ambiguidades, as tensões e os contrassensos nos escritos de Antonieta de Barros, foi tão importante quanto perceber as rupturas e as diferentes temporalidades neles presentes.

Um de seus raros textos, publicado no *República*, que não integrou sua coluna *Farrapos de Idéias*, e nem foi assinado, como de costume, com o pseudônimo de Maria da Ilha, mas sim com seu próprio nome, revelava seu posicionamento político em relação à Revolução de 30. Ao assumir publicamente sua autoria, Antonieta tornava público o seu posicionamento político a favor dos insurretos e expunha claramente seu apoio a Vargas e ao novo regime como também aos novos rumos que a política estadual tomava naquele momento. A coluna estampava os seguintes dizeres:

Faz hoje um ano a República Nova
Com o alvorecer de 24 de outubro de 1930, devia surgir, no horizonte da pátria brasileira, o sol esplendente da vitória dos ideais populares.
Um povo não é: grande pela sua expressão numérica, nem pela extensão territorial que ocupa, mas pelo seu civismo, pelas suas conquistas

²³⁰ Vale lembrar que as coleções do jornal *República* que se encontram na Biblioteca Pública de Florianópolis não estão completas, faltando alguns poucos exemplares referentes ao ano de 1930.

espirituais, pelos ideais que lhe norteiam os destinos, pelo poder da sua vontade, orientada, sempre, para horizontes mais largos.

O Brasileiro tem dado ao mundo provas incontestáveis do seu valor.

Não é esta a nossa primeira arrancada cívica.

Vinte-e-quatro de outubro é a repetição de quinze de novembro, como este o foi de sete de abril.

Foi a um ano que um frêmito de civismo, percorrendo, de norte a sul, o país, o despertou, para a grande reivindicação.

Deve-se ao verbo e a pena incandescentes dos idealistas dum pátria melhor, a mais completa e soberba das realizações a derrota do regime, que já não satisfazia à mentalidade do Brasil novo e altaneiro.

Creio no poder da força bruta, da força armada, mas creio, também, no poder indiscutível e maravilhoso da fôrça mental.

A vitória de vinte-e-quatro nada mais é que a concretização dos ritmos e anseios anímicos que, dispersos até então, se reuniram e potenciaram, enquanto a alma brasileira esteve aflita, genuflexa, palpitante, diante dos destinos da nacionalidade.

O triunfo de vinte-e-quatro, em que a Razão venceu à Força, e à Prepotência, é a consubstanciação, a transfiguração, em realidade palpável, do desejo de milhões e milhões de almas.

E, porque assim é:

Brasileiros! No primeiro marco da nova fase vital do Brasil, confraternizemo-nos, e, agora e sempre, sem ódios nem ressentimentos, elevemos, coesos, aos céos, o coração pelo ideal comum – tornar a mais linda das nações, na mais feliz das Pátrias!

Antonieta de Barros²³¹

A transcrição da coluna na íntegra justifica-se por esta apontar os posicionamentos político e ideológico de Antonieta de Barros no início de sua trajetória no *República*. Se um pseudônimo assegura a quem escreve uma forma de manter sua identidade em segredo, sua atitude em “mostrar-se” pode ser interpretada como um ato de coragem. Antonieta assumiu naquele momento a filiação ideológica a um grupo e a disposição em participar dos rumos, nem sempre claros, que a política estadual tomava sob uma nova conjuntura nacional. Mas, ao refletirmos sobre os conteúdos ideológicos presentes em seus discursos, observamos mudanças em alguns destes posicionamentos, bem como o recrudescimento de outros.

A jornalista iniciou a coluna afirmando que a grandeza de um povo reside no civismo, nas conquistas espirituais, nos ideais que norteiam seus destinos e sua vontade. Datas simbólicas e marcos de nossa História Nacional foram também evocados como forma de legitimar e atribuir sentidos ao discurso. Comparou o 24 de outubro de 1930 ao 15 de novembro de 1889 e ao 7 de abril (aqui acreditamos ser um equívoco, possivelmente sua intenção era se referir ao 7 de setembro de 1822), e estabeleceu uma correlação entre povo e a noção de civismo. Em sintonia com o desejo de mudança,

²³¹ Nota publicada no jornal *República* 24 de outubro de 1931, p.01. (grifos do autor).

principalmente o de ruptura com a forma de governo da Primeira República, a Revolução de 30 abriu uma nova possibilidade para um determinado grupo do qual Antonieta também fazia parte, de intervir nos rumos da política local.

Foi a partir da nova conjuntura, instaurada com a Revolução de 30, que Antonieta enfatiza e amplifica o fim de um regime que já não mais correspondia às expectativas. Mas quais expectativas? Possivelmente as expectativas do grupo no qual ela mesma estava inserida. Antonieta atribuiu a vitória da Revolução ao verbo e à pena dos idealistas, ou seja, aqueles que em nome dos ideais coletivos apoiaram as mudanças, mas sem esquecer-se de seus próprios interesses. Ao empregar o termo Ideal em seu discurso, anula o sentido autoritário e violento da Revolução. Para marcar a mudança política, era necessária a ruptura com o passado, mesmo que esta ruptura estivesse apenas materializada em seus discursos. Ao final de seu texto, segue afirmando crer no poder da força mental, da razão, como capaz de vencer a força, e convidou à confraternização, sem ódios e ressentimentos em nome de um ideal comum – a pátria. Contudo, Antonieta não foi a única mulher articulista nos jornais da capital.²³² Outras, geralmente professoras, buscaram conciliar a profissão com a atividade jornalística. Neste sentido, buscamos destacar a presença destas mulheres, em especial, Delminda Silveira e Maura de Senna Pereira, percebendo por meio de seus escritos, como poemas em versos, bem como de notícias e entrevistas, nos quais a pauta girava em torno do movimento feminista, a tentativa de construção de uma nova imagem de mulher.

2.4. Outras também escrevem.

A associação de mulheres, em geral professoras, em atuação em jornais e revistas, bem como em atividades literárias, pode ser presenciada em diferentes regiões do Brasil desde a primeira metade do século XIX. Possivelmente, Antonieta tenha sido a primeira mulher negra a escrever nos jornais da capital, no início do século XX. Nos jornais pesquisados, encontramos com frequência poesias e crônicas escritas por Delminda Silveira e Maura de Senna Pereira, respectivamente. Questionamo-nos se haveria

²³² Ao consultar a literatura local percebemos a presença de mulheres atuando como professoras, escritoras, bem como jornalistas na Capital como em outras cidades do interior do Estado desde a segunda metade do século XIX.

características comuns entre essas escritoras. Se suas trajetórias se cruzaram e em quais momentos.

Delminda Silveira nasceu em Desterro (Florianópolis), a 16 de outubro de 1854. Foi professora de português e francês no Colégio Coração de Jesus, uma das principais instituições de ensino da capital. Delminda escreveu para vários jornais locais, no início, usando o pseudônimo de Brasília Silva, mais tarde, passou a usar o próprio nome. Escreveu também no *República*, por longo período e na companhia de outras mulheres. Publicou as obras *Lises e Martírio*, *Cancioneiro*, *Passos Dolorosos e Indeléveis Versos*.²³³ Solteira e sem filhos, Delminda faleceu em 12 de março de 1932.

Outra figura feminina importante para a imprensa foi Maura de Senna Pereira. Esta também nasceu em Florianópolis, a 10 de março de 1904 e faleceu no dia 21 de janeiro de 1991. No início da década de 20, Maura e Antonieta chegaram a dividir alguns espaços, foram alunas da Escola Normal Catarinense e integraram o Centro Catarinense de Letras. Segundo Luciane Fontão, Maura e Antonieta militaram pela Liga do Magistério, chegando a compor uma das gestões da entidade, a primeira ocupando o cargo de diretora e a segunda de secretária.

Nas páginas do jornal *República*, onde Maura foi também colunista, e responsável pelo caderno *Domingo Literário*, percebe-se certa tensão entre ambas. Na edição do *República* de 18 de outubro de 1931, uma semana antes de Antonieta dar início à sua trajetória nas páginas da folha, Maura publicou o conto *Negrinha*, de Monteiro Lobato, extraído da obra do mesmo autor publicada em 1920.²³⁴ O fato de Maura ter publicado o conto dias antes da entrada de Antonieta no corpo de redatores da folha leva a várias interpretações, uma delas, a de provocação, atitude de mau gosto, visto que as memórias de um passado escravista ainda se fazia presente naquela sociedade.

A partir desse momento, o que se vê nas páginas seguintes traduz uma disputa velada por espaço, passando primeiramente pelas bandeiras de luta que cada uma defendia. Maura, por meio do movimento feminista e como uma das redatoras da revista *Brasil Feminino* publicava com frequência notícias sobre o movimento e entrevistas com

²³³ Ver também: http://www.catalogodeescritoras.ufsc.br/catalogo/delminda_vida.html acessado em: 15/06/2013.

²³⁴ Luciane Fontão também fez referência ao fato em seu estudo: FONTÃO, Luciene. *Nos passos de Antonieta. Escrever uma vida*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Literatura. Centro de Comunicação e Expressão. UFSC. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2010.

mulheres militantes pela causa feminina, desta forma, afirmava-se como uma das principais representantes deste movimento na capital e no estado.²³⁵

Na edição de 14 de agosto de 1932, a matéria, intitulada A mulher americana conquista terreno palmo a palmo, apresentava a entrevista que Maura realizou com a poetisa chilena, Alice Lardé de Venturino. Ao discutir sobre o papel das poetisas naquele país, Alice destacou a importância de se pensar a atividade destas mulheres para além da poesia, valorizando a atividade delas em inúmeras ocupações como educadoras, cientistas, romancistas, romancistas, romancistas, escultoras, pintoras e humanistas. Chamava atenção para a necessidade de homens e mulheres caminharem juntos por outros terrenos, como a ciência. O que se buscava evidenciar era o papel político dessas mulheres na sociedade.

Um pouco antes, na edição do *República* do dia 17 de janeiro de 1932, na seção *Domingo Literário* Maura publicou uma edição especial intitulada Poetisas Brasileiras, com a colaboração de algumas escritoras de diferentes regiões, dentre as quais Delminda Silveira, de Santa Catarina; Gilca Machado, do Rio de Janeiro; Alzira Freitas, do Rio Grande do Sul; Palmira Wanderley, do Rio Grande do Norte; Ida Souto Uchoa, de Pernambuco e Ide Blumenschein, de São Paulo. As temáticas dos poemas publicados giraram em torno do amor, da saudade, da vida, da morte e da natureza.

Delminda Silveira e Maura de Senna Pereira chegaram a ocupar cadeiras na Academia Catarinense de Letras. A primeira foi convidada somente em 1931, aos 77 anos de idade, quando já possuía um número significativo de obras publicadas, além de inúmeras contribuições na imprensa.²³⁶ A segunda, conforme nota publicada no *República*, em 25 de novembro de 1930, tomou posse em “sessão solenne de 29 do corrente, que se realizará às 20 horas, na Assembléia Legislativa, para a posse da senhorita Maura de Senna Pereira”.²³⁷ Mesmo publicando crônicas nos jornais, nenhum escrito de Antonieta foi encontrado vinculado ao *caderno literário* e, mesmo tendo publicado o livro *Farrapos de Idéias* em 1937, que reunia suas crônicas jornalísticas, Antonieta não chegou a fazer parte da Academia em Florianópolis. Não sabemos nem se chegou a receber convite. Anos mais tarde, Antonieta foi homenageada e fez parte da Academia de Letras do município Biguaçu, vizinho a Florianópolis.

²³⁵ Maura de Senna Pereira compunha a redação da revista ao lado de Júlia Lopes de Almeida, Adelaide de Castro Alves Guimarães, Ana Amélia de Queiroz Carneiro de Mendonça e Maria Eugênia Celso. *Jornal República* de 21 de fevereiro de 1932, p.03.

²³⁶ Aos 77 anos por volta de 1931.

²³⁷ *Jornal República*, de 25 de novembro de 1930, p.02.

Apesar de terem a mesma formação profissional, de cultivarem o gosto pela Literatura e de terem dividido os mesmos espaços, escrevendo muitas vezes para os mesmos jornais, isso não significou que essas três mulheres tenham dividido também o mesmo ideário, fato este que se pode observar analisando seus discursos. Nestes, observa-se a construção de diferentes representações sobre a mulher e o feminino.

Na literatura local, Delminda se insere num grupo conhecido como românticos tardios, ao lado de Duarte Paranhos Schutel, Júlia da Costa, Horácio Nunes, João Silveira de Souza, entre outros. Escrevia poemas que versavam sobre temas como a fé, a caridade, o amor, a saudade, a pátria, a mulher/mãe, figura sagrada, como se pode observar em dois de seus poemas, o primeiro publicado no jornal *O Elegante* e o segundo no *A Pátria*:

Entre botões de rosas desbrochantes
Ellas vão-se, ellas vem de(ilegível)
D'auroras e doçura embriagadas
Ao sol abrindo as azas palpitantes

Sobre a relva acintilam diamantes
Rubis, topázios, verdes esmeraldas,
E as borboletas vôm fascinadas
De flôr em flor, ligeiras, inconstantes.
Assim, no peito, a rubra flôr humana
Abre da esperança que a engana
Aos sonhos de dulcíssima illusão

Mas como as borboletas irrisadas
Vão se também as illusões douradas
Espinhos só restando do coração!

Indeléveis²³⁸

No próprio lar a vi, meiga, singela,
Pelos filhinhos ternos rodeada,
Lembrava a Virgem Mãe immaculada
No santuario de gentil capella.

Oh! nunca eu vira da Madona bella
Copia mais pura e fiel esculpturada,
Nem, jamais, sobre altar, emmoldurada
De diamantes, em preciosa tela.
Louras crianças de rosadas faces,
Celestes cherubins ledos, vivaces,
Lhe davam beijos, lhe atiravam flores.

E ella sorria o céu azul fitando,
N'esse sorriso que, a divinizando,
Fáz da mulher o anjo dos amores.

Mãe²³⁹

Em Delminda, a ruptura com os padrões normativos vigentes pôde ser percebida muito mais em suas atitudes, do que propriamente no conteúdo de seus escritos. Nestes, a mulher assume papel de mãe, virgem imaculada, exemplo de meiguice e docilidade, representações tanto do comportamento quanto do modelo idealizado de mulher. É verdade que sua escrita, fartamente divulgada nos jornais locais, entre o final do século XIX e o início do XX, deu importante visibilidade à mulher. Delminda representava uma figura feminina respeitável em uma sociedade conservadora, servindo de inspiração e modelo para outras mulheres de seu tempo e além dele.

²³⁸ Jornal *O elegante*, 15 de abril de 1923, p. 01.

²³⁹ Jornal *A Pátria*, 19 de fevereiro de 1931, p.02.

Maura de Senna Pereira contribuiu ativamente na imprensa local com a escrita de crônicas e poesias, algumas delas veiculadas no *República*, onde publicou por mais tempo. Maura também publicou para os jornais *O Atalaia*, *O Elegante*, e a *Folha Nova*, entre outros. Em seus artigos, estão presentes a militância pela causa feminista e pelas temáticas que giravam em torno do trabalho feminino, da educação das mulheres e de um tema polêmico na época, o divórcio.²⁴⁰ Este último, uma experiência vivenciada por Maura, que ao divorciar-se não encontrou mais espaço na sociedade local e passou a viver os últimos anos de vida no Rio de Janeiro. Maura de Senna Pereira assumiu uma postura mais progressista frente à luta das mulheres e buscou fugir da tríade mulher-esposa-mãe, moldada pelos valores da moral católica.²⁴¹

Já Antonieta de Barros, em suas crônicas, mostrava uma preocupação maior com as questões do cotidiano, escrevendo sobre temas diversos, mas em especial sobre a mulher e a educação. Seus textos tinham forte apelo moral, refletiam seu papel de educadora. Sua escrita era refinada e fundamentada nos valores humanistas. Enquanto nos escritos de Maura de Senna Pereira, a bandeira feminista estava bem definida, em Antonieta ela parece um tanto quanto confusa, pois ela manifestava um feminismo ambíguo e por vezes contraditório.

Ainda em nossas pesquisas no jornal *República*, encontramos um número significativo de matérias em que os temas eram ora o movimento feminista, ora questões ligadas ao tema, a exemplo da matéria publicada na primeira página intitulada O feminismo na Roma Antiga. Nesta, percebe-se a tentativa de desmistificar o papel de, submissão das mulheres na antiguidade, comparando as atitudes de certas figuras femininas à luta das mulheres por seus direitos no século XX. Buscava-se também, construir um sentido de continuidade no processo de luta das mulheres. A valorização do papel social de figuras femininas foi uma das táticas elaborada por mulheres escritoras no sentido de buscar reivindicar o papel da mulher na história.

O feminismo, que provoca atualmente na Europa tantas discussões e críticas, pró e contra, não constitui absolutamente idéia nova. Já Aristhóphanes, em uma das suas comédias, apresenta Prassagora, que, num diálogo com seu

²⁴⁰ Observamos que em um determinado momento, nas edições do *República* do ano de 1933, Maura acrescentou o sobrenome Lamotte, acreditamos que este era seu nome de casada, preferiu não omitir sua condição civil. No ano seguinte seu nome desapareceu das páginas do *República*, provavelmente pela sua partida para o Estado do Rio Grande do Sul com seu marido.

²⁴¹ Com seu primeiro marido, mudou-se para o Rio Grande do Sul onde viveu por quase uma década. Após divorciar-se, no início da década de 1940, partiu para o Rio de Janeiro, onde viveu boa parte de sua vida ao lado do seu segundo marido, o escritor e professor Almeida Cousin.

marido, expõe o seu programa ultra-radical de governo feminino. O poeta grego teve em vista combater, com a formidável arma do ridículo, as exagerações da demagogia ateniense, na qual as mulheres tinham importante papel. (...).

É hoje um juízo inteiramente eliminado o que fazia crer, outr'ora, que nos períodos áureos da antiga Roma, a mulher vivia em condições de inferioridade. (...)

Recordemos a ação exercida por Venturia mãe de Coriolano; por Cornélia, mães dos Grachos; por Sempronia cúmplice de Catilina, o conspirador. A essa enumeração poderiam ser acrescentados dois outros nomes: o de Lúcia, mulher e inspiradora do imperador Augusto, e o de Agripina, que durante algum tempo dominou o filho, Nero.²⁴²

A matéria havia sido publicada também no *Jornal do Comércio* no Rio de Janeiro e foi reproduzida na primeira página do *República*. Outra nota publicada no *República* e intitulada de, O Papel Feminino, afirmava que:

A importante missão social da mulher parece desdobrar-se em nossos tempos, a medida que a sociedade vai se civilizando.

De antiga vencida pelos caprichos do senhor, passa hoje a usufruir as regalias em igual nível do homem. Após essa primeira vitória que se deve ao cristianismo, começa ela a desempenhar funções sociais e políticas. (...)

Mas é nos próprios cargos públicos, comerciais, administrativos e parlamentares que o feminismo está conquistando terreno.

A mesma nota foi publicada na primeira página do *República* e foi assinada simplesmente por *M.M.* Parece não ter sido a reprodução de uma matéria publicada em outros jornais, o que nos levou a especular se estas seriam as iniciais do nome do possível autor ou autora, ou uma estratégia utilizada por autores já conhecidos do público. O fato é que a atitude indica certa preocupação em expor-se à opinião pública. Para nós, chamou-nos atenção o interesse e a abertura dada pelo jornal para a discussão sobre o tema.

Um aspecto interessante que pode ser notado é a heterogeneidade na escrita destas mulheres, em termos de linguagem e identidade feminina. Heloísa Buarque de Hollanda acena para uma questão importante ao se questionar se “existe uma linguagem feminina?” Segundo a autora, a pergunta vem,

geralmente marcada por um desejo de valorizar e potencializar o “lugar obscuro” onde se origina e mesmo se constrói esta linguagem que se oporia às leis implacáveis da racionalidade masculina ocidental. Por outro lado, as diferenças e marcas próprias das formas e dos temas recorrentes na “escrita feminina” são, em sua maioria, facilmente verificáveis num exame da produção literária artística. É inegável que os discursos marginalizados das mulheres (assim como dos diversos grupos “excluídos” ou “silenciados”), no momento

²⁴² Jornal *República*, 04 de setembro de 1932, p.01.

em que desenvolvem suas “sensibilidades experimentais” e definem espaços alternativos ou possíveis de expressão, tendem a produzir um *contradiscorso*, cujo potencial subversivo não é desprezível e merece ser explorado. Contudo, as noções de “linguagem feminina” ou mesmo de “identidade feminina”, enquanto construções sociais, exigem a avaliação das condições particulares e dos contextos sociais e históricos em que foram estruturadas.²⁴³

O estudo por nós desenvolvido não buscou analisar as possibilidades de construção de uma escrita feminina, mesmo porque, compartilhamos do pensamento de Hollanda quanto à necessidade de um estudo mais aprofundado sobre as condições sociais e históricas em que essa escrita foi elaborada. Também desconfiamos desta escrita feminina, produzida de um lugar obscuro, e com base em uma suposta essência feminina, pelo risco de incorrer em uma leitura reducionista, em que as experiências destas mulheres estariam representadas como um corpo ausente, preferimos apostar muito mais na verve de seu *contradiscorso*.

A presença de mulheres escrevendo assiduamente para jornais e revistas de educação é fato inegável. Entretanto, não encontramos no período pesquisado o que se poderia chamar de uma imprensa feminina, ou seja, jornais ou revistas de propriedade de mulheres, ou ainda, que as tivessem como diretoras, redatoras chefes ou gerentes administrativas. Ainda segundo Hollanda:

A importância da imprensa feminina do século XIX na formação de uma literatura e de um ensaísmo femininos vem sendo reconhecida pelos estudos da área e constitui uma forte tendência da pesquisa sobre a mulher na literatura.²⁴⁴

A autora evidencia ainda que, diante de portas fechadas e da resistência masculina, algumas mulheres em diferentes Estados fundaram seus próprios jornais e Academias Femininas de Letras.²⁴⁵ Em Florianópolis, como vimos anteriormente, as primeiras tentativas de inserção dessas mulheres no pequeno universo das letras locais foram bloqueadas pelo machismo e pelo preconceito racial. Para se inserir, buscaram meios alternativos como a colaboração na criação de um espaço que também as acolhesse, através da associação com outros escritores, políticos e intelectuais. A desigualdade no campo intelectual entre homens e mulheres foi tema recorrente nas crônicas de Antonieta, em sua crítica este atraso era justificado pelas relações

²⁴³HOLLANDA, Heloisa Buarque de. Os estudos sobre mulher e literatura no Brasil: uma primeira avaliação. In: COSTA, Albertina; BRUSCHINI, Cristina. *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992, p.59. (grifos do autor).

²⁴⁴*Ibidem*, pp.69-71.

²⁴⁵*Idem*.

paternalistas e machistas, como pelos poucos investimentos, por parte dos governantes, na educação das mulheres, como veremos mais adiante.

CAPÍTULO III

O LUGAR DAS MULHERES

3.1. As reivindicações a favor da educação das mulheres.

Entre os anos de 1932 a 1935, observamos nas páginas do jornal *República* um aumento significativo nas discussões em torno da educação. Em sua coluna Antonieta de Barros bradava a favor da educação, em especial para as mulheres. No âmbito nacional as discussões em torno de um “novo” modelo educacional passaram a ganhar maior ênfase a partir da introdução das propostas educacionais idealizadas pelo movimento Escola Nova. Tais propostas apresentavam-se pela via de um discurso renovador para a educação brasileira,

na constituição de um discurso renovador da escola brasileira, a “Escola Nova” produziu enunciados que, desenhando alterações no modelo escolar, desqualificava aspectos da forma e a cultura em voga nas escolas, aglutinadas em torno do termo “tradicional”.²⁴⁶

A novidade, entretanto, escondia em seu interior ideias requeitadas através de materiais e modelos ressignificados.²⁴⁷ Diana Gonçalves Vidal destaca algumas das principais preocupações do modelo escolanovista,

a escola renovada pretendia a incorporação de toda a população infantil. Serviria de base à disseminação de valores e normas sociais em sintonia com os apelos da nova sociedade moderna, constituída a partir dos preceitos do trabalho produtivo e eficiente, da velocidade das transformações, da interiorização de normas de comportamentos otimizados em termos de tempos e movimentos e da valorização da perspectiva da psicologia experimental na compreensão “científica” do humano, tomado na dimensão individual.²⁴⁸

Identificamos algumas destas preocupações nos discursos de Antonieta sobre educação, principalmente no que se referem à educação infantil. Estas serão evidenciadas no capítulo IV deste estudo. Contudo, algumas das preocupações do modelo escolanovista também podem ser encontradas nos discursos de Antonieta referentes à

²⁴⁶ VIDA, Diana Gonçalves. Escola Nova e processo educativo. In: LOPES, Eliana Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes; VEIGA, Cynthia Greive. *500 anos de educação no Brasil*. 5ª edição. Belo Horizonte: Autêntica, 2011, p.497.

²⁴⁷ *Idem.*

²⁴⁸ *Ibidem*, p.498.

educação feminina. A crença na evolução da sociedade por meio da educação era definição marcante sobre o papel da educação, em seu pensamento. A crença de que a educação serviria de base para a disseminação de valores e normas sociais em sintonia com os apelos da nova sociedade moderna, pode ser identificada como uma preocupação ancorada no novo modelo de Educação difundido pela Escola Nova. Os preceitos referentes à importância do trabalho produtivo e da ampliação da educação feminina para a sua inserção no mercado de trabalho, foram enfaticamente defendidos em seus discursos.

Foi neste sentido que Antonieta passou a discutir, em consonância com o significado do termo civilização, a participação das mulheres no processo de mudança social, questionando-se sobre qual o lugar ocupado historicamente por elas:

*A criação do homem. A sua primazia na existência. Snra. CIVILIZAÇÃO.
Os factos, séculos a dentro, confirmando o trabalho divino.*

Quando Deus fez o mundo, achou, depois de muito trabalhar devia rematar sua obra dum modo mais elevado, soberbo, grandioso. Foi, então que fez o homem, “a sua imagem e semelhança”; Era a perfeição magna da sua obra divina, contudo não era o fim.

Depois do homem, para amenizar-lhe a existência no Paraíso (donde se reduz a vida é, na sua essência, fastidiosa, visto que, até no Eden, havia possibilidade da criatura enfadar-se) Deus criou a mulher, isto é, uma costela de Adão corporificada.

Assim rezam as noticias sôbre o monumental trabalho do Grande Arquitecto. Ao homem, portanto, é impossível negar-se, coube a primazia na existência, mas, de modo nenhum, a exclusividade.

Depois de Adão, veio a Eva.

Rolaram séculos e séculos e, pêla fôrça do direito, ou pêlo direito da fôrça, Adão tem sido o monopolizador da soberania na vida.

Mas...Civilização, senhora acatadíssima e respeitável, depois de muita cousa interessante, pôs, no cartaz, a nivelação dos direitos de Adão e Eva (uma espécie de Democracia) e a descoberta de inteligência feminina.

Dáí para cá, entre a barulhada do Jazz e Cia., Eva, numa guerra surda, mas perseverante, invade, em todos os pontos, os domínios masculinos e procura derrubar o poderio de Adão.

Roma e Cartago...

Grande tem sido a grita de um lado, e não menor o avanço do outro. Todavia, analisando os factos, chega-se á conclusão de que, dentro da vida, os ciclos se sucedem, inevitável e ininterruptamente.

E, se nada é novo sôbre a terra, o cartaz de Mme. Civilização indica apenas, a repetição, quando á ordem, do trabalho divino: até agora, a exclusividade; dagora em diante, tão somente, a primazia.

Maria da Ilha²⁴⁹

Sua discussão está assentada sobre a oposição entre masculino e feminino, Antonieta aponta para a primazia masculina, o homem é o dominador, e o princípio desta

²⁴⁹ Jornal *República*, 12 de setembro de 1931, p.01. (grifos do autor).

dominação está em Gêneses. Ainda segundo Antonieta, a supremacia masculina foi construída ao longo de um processo histórico que não reconheceu a participação feminina. Com refinada ironia, Antonieta discorda do sentido religioso que coloca o homem como criação perfeita, pelo fato de representar a imagem e semelhança de Deus, e a mulher apenas como um complemento ou distração para os momentos de tédio. Contudo, o texto da escritura sagrada afirma que o homem foi criado à imagem e semelhança de Deus, a partir do momento em que se utiliza da palavra homem categoria universal, o que não implicaria dizer que a mulher também era uma criatura perfeita. O mesmo discurso ainda afirma que a mulher teria nascido a partir da *costela de Adão*, estabelecendo desde o princípio uma relação hierárquica sustentada pela noção de inferioridade e dependência. A jornalista, em seu discurso, percebeu esta contradição.

Antonieta questionou ainda se haveria lugar para as mulheres no processo civilizatório do qual fazia parte, também, o discurso de Democracia. Para Antonieta, a civilização senhora acatadíssima e respeitável, embora feminina, carregava um falso discurso de inclusão das mulheres pela via democrática. Ela percebeu que o discurso de civilização e progresso científico, o mesmo que descobriu que a capacidade intelectual/inteligência das mulheres, não era suficientemente forte para romper com o machismo e o patriarcalismo, visto que estes discursos eram escritos por homens, e na sua maioria, estavam carregados de preconceitos. Assim sendo, a civilização não apresentava nada de novo, repetindo-se a luta das mulheres em ciclos. A desconfiança sobre os valores civilizatórios reaparece em diferentes momentos nos seus discursos. Vale lembrar que o contexto social era marcado pelas reivindicações femininas por educação, pelo direito de votar e de ser eleita, pelo trabalho remunerado e pela equiparação dos salários.

A crônica de Antonieta talvez tenha sido uma tentativa de demonstrar a seu público leitor que o governo provisório de Vargas, até aquele momento, nenhuma mudança havia promovido em favor das mulheres, ou ainda, chamar a atenção destas para o momento favorável às mudanças.

Na coluna de 06 de março de 1932, Antonieta apontava para a desigualdade existente no plano intelectual entre homens e mulheres, o que para ela seria consequência do atraso educacional e da falta de oportunidades oferecidas a elas.

Com a pressa com que o tempo passa, a Civilização avança e a Humanidade não melhora. Os escritores modernos, com exceções muito raras, mergulham a pena no lamaçal em que essa mesma humanidade se debate, para

lhes traçarem o perfil, e trazendo a luz, em letra de forma, toda a hediondez encontrada. Visam procurar na própria fonte do mal, o remédio para a sua destruição. Muitos porém, quase a totalidade, o fazem, sem a alta arte precisa, pois não procuram *vestir a verdade com o manto diáfano da fantasia*.

Assim, apesar de nobilíssimo o objetivo, nem sempre é ele alcançado, dado que esses trabalhos, muitas vezes caem em mãos de criaturas inexperientes, espíritos incapazes dum pouco de lógica, deixando-se arrastar pelas ideias arrojadas, pelas frases de efeito.

Não combatemos o progresso, mas o método, o excesso com que fazem. Se a inteligência é o mais lindo dos dotes divinos, por que emprega-la tão mal? A educação intelectual dos povos encontra no livro a sua mais poderosa força. Dai a responsabilidade do autor para com as coletividades, visto que nem todos conseguem fazer digestão da leitura: muitos se envenenam.²⁵⁰

A crônica inicia fazendo uma crítica aos escritores *modernos* e não sabemos se Antonieta se referia a uma produção regional, nacional ou mesmo estrangeira. Neste momento a produção literária brasileira era marcada pelas obras dos escritores modernistas, alguns destes artistas, durante a década de 30, influenciaram os rumos da produção cultural durante o governo de Vargas²⁵¹. Ainda na mesma coluna, Antonieta faz uma alusão à obra *A Relíquia*, de Eça de Queiroz, romancista português da segunda metade do século XIX. Como veremos mais adiante, referências a escritores Românticos, Realistas e Pré-modernos, bem como aos clássicos da Literatura Universal, pontuaram suas reflexões. Notamos, pela frequência deste tipo de citação que a jornalista demonstrou certa preferência por escritores e filósofos da segunda metade do século XIX, principalmente aqueles que se dedicaram a uma reflexão crítica sobre o discurso de civilização e progresso.

São os próprios homens que depois riem da falta de cultura e do pieguismo da quase totalidade das mulheres. Tudo é natural, é o reflexo da falta de comedimento, com que escrevem os artifícios da ideia.

A literatura, chamada feminina é escassa, escassíssima.

E além de minguada, ainda vem repleta de pieguismos, pieguices, e virgem, completamente virgem de ideias. Literatura para convalescente. Diante disto, fica-se obrigada a ler baboseiras, ou ler pieguices, ou fazer, como aquele sujeito do Camilo – se não me engano: abster-se de uma leitura e comer batatas, para o embrutecimento completo do espírito. Não cabe, pois, á Mulher a responsabilidade do seu fraquismo desenvolvimento cultural, mas a quem a fechou na muralha de preconceitos e lhes escreveu livros, quando as ideias, propriamente ditas, dormiam. Enfronhando-se nesta leitura ôca, fatalmente, conseqüentemente, logicamente, formarão o espírito à *sua imagem e semelhança*.²⁵²

²⁵⁰ Jornal *República*, 06 de março de 1932, p.01. (grifos do autor).

²⁵¹ BOSI, Alfredo. *História concisa da literatura brasileira*. 42 edição. São Paulo: Cultrix, 1994, p.383.

²⁵² Jornal *República*, 06 de março de 1932, p.01. (grifos do autor).

Para ela, a desigualdade existente no plano intelectual, entre homens e mulheres era justificada pela falta de investimentos na educação feminina, o que levava estas a produzirem uma literatura para convalescente²⁵³, justificando assim a fraca produção literária feminina. Nunca é demais lembrarmos que quem definia o que poderia ser chamado de Literatura, ou seja, o seu valor estético, o seu cânone, eram os próprios homens, daí resultaram alguns limites à produção de muitas escritoras. Ainda no mesma crônica Antonieta se referia à cultura erudita, mas nem sempre esta foi sua bandeira, pois chegou a defender, em outros momentos também, a cultura de massa.

Os enunciados, Cultura, Ideias e Literatura se correlacionam em seu discurso, conferindo a esse um sentido relacionado diretamente à educação. Para ela, o déficit no desenvolvimento intelectual das mulheres era causado pelas dificuldades de acesso à educação. Novamente percebe-se que, em algumas partes, o texto foi impresso com grifos diferentes (a primeira letra maiúscula, o recurso do negrito e do itálico) possivelmente uma tentativa de chamar a atenção do leitor para o que desejava dar ênfase. O diálogo com a Literatura portuguesa reaparece com a referência a *Camilo*.²⁵⁴

Pela lógica machista e excludente, esperava-se que a mulher fosse comedida, moderada, prudente, calma na maneira de se portar, ficando de fora das discussões acaloradas, dos questionamentos, dos confrontos de ideias e principalmente dos espaços públicos. As mudanças sociais (no âmbito da política e da economia) caberiam aos homens promover, no discurso machista, aos homens era atribuída a capacidade do pensamento lógico e racional e de produzir maravilhas para o desenvolvimento e progresso da civilização.

As conquistas, o progresso, tudo quanto procura fugir ao que a Rotina solidificou, sofre, agora e sempre, ataque impiedoso das pedradas infelizes dos maus. (...).

Assim, não é absurdo que tudo quanto satisfez as criaturas do passado e chegou a dar-lhes o máximo de felicidade, dentro da infinita relatividade da vida, não satisfaça as criaturas do presente. A vida tem de ser isto mesmo. E para que haja progresso, é preciso que haja incontentabilidade. Só os irracionais e os domesticados são, no panorama vital, os eternamente contentes e conformados. (...).

²⁵³ O termo literatura para convalescente parece ser uma referência à obra de João Marques de Carvalho, escritor paraense do final do século XIX, com um estilo que pelo visto não agradavam à jornalista.

²⁵⁴ Romancista, cronista e crítico literário português, Camilo Ferreira Botelho Castelo Branco, do final do século XIX.

As rupturas causadas no que chamou de rotina, ou seja, as tensões presentes no cotidiano, provocadas pelas tentativas feitas pelas mulheres em romper os limites da vida doméstica, levou Antonieta a falar aos descontentes, segundo ela, aqueles que lutavam pela permanência de suas regalias e a manutenção dos costumes machistas.

Acorde-nos, então à mente a pergunta que deve existir em todo o cérebro feminino, neste momento:

Que seremos nós, as Mulheres? Irracionais ou domesticados?

Porque esta questão de inteligência e aptidões femininas, ora em foco, se resume, digamos de passagem, em classificar a Mulher entre as criaturas superiores ou entre irracionais. Se ela é um ser superior, tem o direito líquido de agir, pensar, trabalhar, ser indivíduo. Se não é superior, que se contente em viver à sombra, na cômoda, mas degradante situação de parasita, pois que a decantada maternidade é missão e não profissão.²⁵⁵

Na base do discurso, estava novamente a capacidade intelectual feminina, Antonieta questionava se as mulheres seriam irracionais por serem desprovidas de intelecto, ou foram domesticadas para serem donas de casa? Neste segmento é possível identificar certa polaridade existente na relação homem e mulher. Andréa Lisly Gonçalves afirma que esta polaridade remonta às concepções das diferenças entre os sexos. A partir destas diferenças eram definidos os papéis sociais atribuídos a ambos. A autora evidencia que esta polaridade vem desde a Antiguidade clássica.

Assim, Platão e Aristóteles não hesitaram em estabelecer a desigualdade da mulher como “um fato da natureza que deveria obedecer a um fim qualquer” e justificavam a inferioridade feminina com a mesma desenvoltura com que se referiam à sujeição do escravo.²⁵⁶

Gonçalves afirma, ainda, que este mesmo pensamento pode ser observado em Espinosa no século XVII e que passará por certa inflexão somente no pensamento iluminista. Na obra *Emílio ou Da Educação*, de Rousseau, esta hierarquia estabelecida pelas diferenças entre os sexos ainda pode ser notada.²⁵⁷ O discurso de Antonieta revela, além da discriminação sofrida pelas mulheres, uma hibridação nas concepções correntes sobre a mulher neste período. Tal concepção era fruto da mescla entre o pensamento racional científico, o discurso médico e a permanência de estruturas resistentes que

²⁵⁵ Jornal *República*, 15 de abril de 1934, p.01.

²⁵⁶ GONÇALVES, Andréa Lisly. *História & gênero*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006, p.48.

²⁵⁷ ROUSSEAU, Jean-Jaques. *Emílio ou Da Educação*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1992; BANDINTER, Elisabete. *Um amor conquistado: o mito do amor materno*. [http://www.redeblh.fiocruz.br/media/livrodigital%20\(pdf\)%20\(rev\).pdf](http://www.redeblh.fiocruz.br/media/livrodigital%20(pdf)%20(rev).pdf). Acessado em 10/08/2014.

evidenciavam as disputas entre os espaços público/homem, e o privado/mulher (no qual na essência estavam também os valores morais e paternalistas). Mesmo evidenciando esta mescla, percebemos, por meio do discurso que se sobressaem as diferenças estabelecidas pelo biológico, representadas por uma suposta inferioridade racional das mulheres. Logo, acreditamos que o discurso de Antonieta tenha sido direcionado aos homens que, para ela, seriam os responsáveis por esta hierarquização e àqueles que, por ocuparem os cargos públicos administrativos, poderiam promover as mudanças. Neste sentido, Antonieta percebe que a diferença entre os sexos não é a causa do problema, e sim, o acesso limitado das mulheres à educação.

Entretanto não podemos ignorar que, no início da década de 30, percebe-se pelos jornais uma intensificação dos debates em torno da importância do trabalho, e a mulher representava uma importante força laboral para o novo governo.

Segundo Susan Besse, nesse momento, há na sociedade brasileira uma discussão em torno das justificativas para o emprego feminino. Para a autora, com base em pesquisa encomendada pelo Ministério do Trabalho, os homens empregadores do comércio tornaram-se defensores do emprego feminino nessa área pois, para eles, as mulheres eram mais eficientes, não fumavam, eram mais pacientes, toleravam a rotina e concentravam-se no trabalho por períodos mais longos. No entanto, os conservadores deploravam a ideia de mulheres de todas as classes ingressarem na força de trabalho e excetuavam as de classe média, pois estas acabavam por negligenciar os cuidados com a casa e os filhos. Assim, se para a economia e para as mulheres em particular, o trabalho feminino era positivo, para a sociedade, de uma forma geral, trazia alguns problemas, dentre eles:

O ingresso das mulheres da classe média na força de trabalho ameaçava o modelo de família burguesa, a qual exigia uma divisão sexual do trabalho. E a presença continuada das mulheres pobres na força de trabalho – especialmente em cargos que as afastavam fisicamente da esfera doméstica – tornava-se mais problemática. Numa era de crescimento industrial, os empregadores e o Estado preocupavam-se com a saúde física e a socialização “apropriada” de crianças (futuros trabalhadores) cujas mães passavam o dia nas fábricas. Numa era de conflito social, a ausência das mulheres no lar era um obstáculo aos novos esforços para promover a organização “apropriada” e com a estabilidade da família da classe operária.²⁵⁸

Como defensora da Revolução de 30 e do governo provisório, Antonieta também aderiu ao discurso de Vargas, de que as funções do lar não eram reconhecidas como trabalho. Mulheres que se dedicavam apenas aos afazeres domésticos eram representadas

²⁵⁸ BESSE, Susan K. *Modernizando a Desigualdade: Reestruturação da Ideologia de Gênero no Brasil, 1914-1940*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999, p.145.

nos discursos de Antonieta como parasitas improdutivas que viviam à sombra dos maridos. Ao mesmo tempo, achava que ser mãe era missão da mulher, reforçando o papel da maternidade ainda como a sua principal função. Ao afirmar que a maternidade era uma missão para as mulheres, Antonieta acabava corroborando com a teoria defendida pelo discurso médico de que a anatomia feminina era quem definia o seu destino, e que as diferenças sexuais seriam determinantes na constituição da identidade do feminino e masculino.²⁵⁹

A defesa das bandeiras do trabalho, da educação e da igualdade de direitos, principalmente na equiparação dos salários entre homens e mulheres, fez com que parecesse, em alguns momentos, que Antonieta nutrisse pelo movimento feminista certa simpatia, principalmente quando se tratava dos direitos mais elementares, evidentemente aqueles que não se chocavam com os costumes e valores morais. No entanto se mostrava conservadora quanto às atitudes que simbolizavam posturas libertárias de rupturas e enfrentamento dos papéis normativos.

Não somos feministas, se se entende por feminismo a aspiração política, cigarro à boca, etc. Daí não nos poderem julgar despeitadas.

A Mulher teve, até a pouco, as regalias de bibelô caro, de qualquer coisa quebradiça e de alto preço, para a qual todos tinham olhares, sorrisos, gestos e atitudes protetorais.

É isso que está agonizante e querem reviver. Foi a esse ridículo que roubaram a Mulher. Não discutimos direitos. Apontamos necessidades, a cousa única que tem poderes discricionários sobre todos os seres. Se a evolução mental do nosso povo não aceita ainda a Mulher, como indivíduo, não lhe pode negar a necessidade, que tem todo vivente, o de comer.

Os irracionais trabalham, lutam para a conquista do seu alimento. E a Mulher? (Porque tudo não se resume no vestido, como erroneamente, se pensa). Inferior aos próprios irracionais, doméstica e domesticada, se contentará, eternamente, em constituir a mais sacrificada metade do gênero humano?²⁶⁰

Em seu discurso, apela para a necessidade da sobrevivência como estratégia para inserção das mulheres no mundo do trabalho. Indicava para os limites que vinham sendo rompidos pelas mulheres, ao mesmo tempo em que afirmava que uma imagem de mulher bibelô e as atitudes protetoriais vêm agonizando, mas, reconhece que a mulher ainda não é aceita como indivíduo. Antonieta reconhecia que, mesmo com as mudanças ocorridas no âmbito da política nacional, no início da década de 30, e com a conquista do direito ao voto pelas mulheres, isso não implicou de imediato no reconhecimento destas enquanto

²⁵⁹ ANDRÉA, Lisly Gonçalves. *História & gênero...*, p.46.

²⁶⁰ *Jornal República*, 15 de abril de 1934, p.01.

indivíduos. O próprio movimento feminista reconhecia que era necessário um conjunto de mudanças que perpassassem desde a equiparação salarial, mudanças no código civil à ampliação da educação feminina.

Em crônica publicada dois anos antes, em julho de 1932, Antonieta demonstrou seu apoio à luta pelos direitos políticos, defendida pelo movimento.

As feministas brasileiras estão vencendo a última etapa, na campanha por que tanto se bateram: a conquista dos direitos políticos. Não encontramos, na concessão do voto à Mulher, nada mais que uma interpretação certa à letra da nossa Constituição de 91.

E, se esse triunfo não nos deixou indiferente, sem sermos feministas, foi por ter ele sido alcançado pela força do direito.²⁶¹

Podemos notar certas ambiguidades no pensamento de Antonieta, como neste seguimento, onde mesmo sustentando posição contrária a postura do movimento, não se manteve indiferente às conquistas, reconheceu a importância da inclusão das mulheres no processo eleitoral. Porém, ao afirmar ser este direito uma concessão (do governo de Getúlio Vargas), minimizava a importância da luta das feministas neste processo. Para ela, mesmo que tardio, foi um direito alcançado pela força do direito e estendido a todas as mulheres, feministas ou não. A Constituição de 1891, elaborada pelos militares logo após o fim do Império, deixara de fora do processo eleitoral as mulheres, os analfabetos, os mendigos e militares de baixa patente. Mesmo com a retomada do poder pelos civis, a constituição vigorou ao longo da Primeira República. Neste período, a construção do processo de cidadania no Brasil, supostamente iniciado com a Proclamação da República e a instauração do novo regime, inspirado nos valores republicanos e democráticos, deixou de fora um número significativo da população brasileira.

A Reforma no Código Eleitoral, com o Decreto-Lei nº 21.076 de fevereiro de 1932, por Getúlio Vargas, estendeu o direito de votar e ser eleita às mulheres. Por meio deste, passava a ser eleitor o cidadão maior de 21 anos e sem distinção de sexo. Contudo seu caráter elitista continuou mantendo os limites aos sujeitos analfabetos, aos que viviam em estado de extrema pobreza, aos mendigos, e aos praças de pré, soldados que pertenciam à mais baixa hierarquia do serviço militar, excetuando, porém, os aspirantes a oficiais e os alunos das escolas militares de ensino superior. Mesmo assim, uma significativa parcela da população brasileira composta por analfabetos, fossem eles mulheres ou homens, continuou sem o direito de votar e ser votada.

²⁶¹ Jornal *República*, 17 de julho de 1932, p.01.

Sobre a exígua participação das mulheres na vida pública, em coluna publicada em setembro de 1933, Antonieta justifica-a pela falta de independência das mulheres, novamente, a relação entre direito e educação se entrelaçaram em um discurso construído em sintonia com o código eleitoral:

Há, por todo esse Brasil, horizonte sem fim, em perspectiva, diante das capacidades femininas.

A Mulher avança, a passos rápidos, na conquista de todos os direitos, embora a sua pretensão à política representasse um fragoroso fracasso de estréia.

Foi o começo e todo começo é árido. A evolução natural dos povos tinha que derrubar e arrastar, diante de si, a muralha gigantesca das convenções que espíritos amantes do tradicionalismo que riam a viva força conservar.

Na derrota feminina nas eleições para a Constituinte, não vimos, como disse grande escritor patricio, a maldade das mulheres para com as mulheres, mas, simplesmente, o que tínhamos – a falta de independência moral em que, sempre, se acorrentou o sexo fraco.

Os frutos da Rotina não se despedaçam com simples golpes de audácia. São precisas marteladas infinitas, dissabores sem conta, para que se vislumbre um raio de luz, em tão imensa treva.²⁶²

Embora o texto da coluna não faça referência explícita à citada eleição, desde o final do século XIX e início do XX, em diferentes regiões do país, as mulheres buscaram inserir-se na vida pública por meio da política, procurando romper os limites a elas impostos pelas convenções tradicionais, paternalistas e machistas. Tais iniciativas foram tolhidas pelo preconceito, porém seu discurso parece preparar seu público leitor para as eleições de 34.

Logo após ser eleita e assumir o cargo de deputada estadual, Antonieta deixou de escrever em sua coluna. Durante o Governo Constitucional de Vargas, de 1935 a 1937, exerceu o cargo de deputada estadual e passou a ser notícia nas páginas do *República*, e notas curtas sobre sua atuação na Assembleia eram constantemente publicadas. Com o golpe do Estado Novo, em 1937, e a implantação da censura à imprensa, o *República* também fechou suas portas. Com o fechamento do Congresso Nacional, bem como das Assembleias estaduais, por ordem de Getúlio Vargas, Antonieta perdeu seus direitos políticos. Afastada da vida pública pela via da política, passou a se dedicar exclusivamente à educação e, neste período, manteve o funcionamento de sua escola, como também deu continuidade à sua carreira de professora, lecionando em importantes escolas da capital. Seu retorno à política ocorreu apenas no final da década de 40, quando sob uma nova conjuntura política voltou a exercer o cargo de deputada e a escrever para o jornal *O Estado*.

²⁶² Jornal *República*, 03 de setembro de 1933, p.01.

Ao estabelecer um diálogo entre os escritos de Antonieta e o movimento feminista, percebemos aproximações e afastamentos entre os seus discursos e as reivindicações de mulheres que encabeçaram o movimento a partir do século XIX. Joana Maria Pedro afirma, com base nos estudos de Clare Hermmings:

O feminismo, como movimento social visível, tem vivido algumas “ondas”. O feminismo de “primeira onda” teria se desenvolvido no final do século XIX e centrado na reivindicação dos direitos políticos - como o de votar e ser eleita -, nos direitos sociais e econômicos – como o de trabalho remunerado, estudo, propriedade, herança. O feminismo chamado de “segunda onda” surgiu depois da Segunda Guerra Mundial, e deu prioridade às lutas pelo direito ao corpo, ao prazer, e contra o patriarcado – entendido como o poder dos homens na subordinação das mulheres. Naquele momento, uma das palavras de ordem era: “o privado é político”.²⁶³

Em seus discursos, Antonieta sustentou durante longo período o apoio às reivindicações que podem ser atribuídas à primeira onda do movimento feminista. O direito à educação para as mulheres e a ampliação na formação educacional destas visando às demais áreas além do magistério, bem como o reconhecimento do trabalho feminino e a equiparação salarial que configuraram bandeiras de lutas importantes, demonstrando certa sintonia com o movimento. Sintonia esta que pode ser evidenciada na coluna de 16 de agosto de 1932, intitulada As crianças da minha terra. Na epígrafe que abre seu discurso, Antonieta lançou mão do pensamento de Maria Lacerda de Moura: “Viver é transformar o coração numa ânfora enorme e despejar perfumes de amor por toda a parte onde respire uma criatura”.

A preocupação máxima dos idealistas, daqueles que, fugindo à onda volumosa de materialização, na qual a Humanidade naufraga, colocam a existência em esperas mais elevadas, é a FRATERNIDADE. Não esta fraternidade caricata, em que os homens não se devoram, por lhes faltar oportunidade; em que se abraçam e se armam, ao mesmo tempo, sempre à espera dum imprevisto, mas a fraternidade oriunda do conhecimento recíproco dos povos; mas a fraternidade baseada na estima, fruto desse conhecimento; mas a fraternidade escudada no ímã poderoso da inteligência.²⁶⁴

Ao fazer alusão a Maria Lacerda de Moura, uma das figuras femininas mais representativas do movimento feminista no Brasil, Antonieta despertou-nos algumas inquietações. Maria Lacerda de Moura revelava uma postura libertária nada convencional para uma mulher em sua época, principalmente quando comparada aos valores

²⁶³ PEDRO, Joana Maria. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. *Revista História*. São Paulo, v.24, N.1, 2005, p.79

²⁶⁴ *Jornal República*, 16 de agosto de 1932. (grifos do autor).

defendidos por Antonieta. Sobre a postura libertária da feminista mineira, Margareth Rago afirma:

Maria Lacerda de Moura defendia o “amor diversão”, a “amizade amorosa” e o “amor plural” como momentos da educação do homem e da mulher necessários para poderem conquistar a “possibilidade de amar”. No entanto, apesar de suas reflexões sofisticadas no terreno amoroso, nada indica que tenha praticado o “amor livre”.²⁶⁵

O fato de Antonieta nunca ter se casado, nem ter tido filhos e de ter se dedicado a uma carreira pública, sugere em suas atitudes e escolhas certo desejo de independência. Embora admirasse Maria Lacerda de Moura, Antonieta escolheu pautar suas atitudes pelas regras do bom comportamento normativo, desejado a todas as mulheres. Sua inserção ousada na esfera política era abrandada através de sua dedicação à educação, na sala de aula como professora e na Assembleia como deputada. O posicionamento político de Maria Lacerda de Moura, anarquista, contrária à dominação do regime fascista e da igreja, talvez fosse a característica que mais distanciava o pensamento destas duas mulheres contemporâneas.

Meses antes, Antonieta de Barros havia feito uma longa reflexão sobre Maria Lacerda de Moura:

Não sei que escritor diz que, a criatura, para concretizar o fim a que se destina moralmente, deve conceber a vida como uma roseira, cujas flores se acham, sempre, acima – de sua cabeça e fora do alcance de seus braços. Na verdade só assim se poderá ascender.

E a vida deve ser, tem de ser, para a sua finalidade integral, uma escalada para a Perfeição. Viver fora do objetivo de colher as flores morais que um simples impulso de braço não deve ser suficiente para alcançar é conduzir-se fora da espécie humana.

Entre os espíritos femininos conscientes do seu idealismo elevado, fora da orbita comum, encontra-se, inegavelmente, a Sra. Maria Lacerda de Moura. Esta senhora é, na verdade, como, com acerto, já foi julgada *um fenômeno mental na literatura feminina brasileira*. Não pode deixar de constituir um fenômeno a sua fuga à tradicional literatura feminina, a literatura de ficção, essa literatura romântica à Delly, para embrenhar-se nos sérios e delicados problemas sociais.²⁶⁶

No início, a jornalista catarinense faz coro ao reconhecimento da importância literária de Maria Lacerda, como figura pública de mulher preocupada com as questões sociais de seu tempo. Também foi aludido por Antonieta, de forma arguta, o engajamento de Maria Lacerda de Moura ao movimento Rosa Cruz. Ao se referir à literatura romântica

²⁶⁵ RAGO, Margareth. Entre o anarquismo e o feminismo: Maria Lacerda de Moura e Luce Fabbri. In: *Verve Revista*. Núcleo de Sociabilidade Libertária Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da PUCS, Abril de 2012, p.07. <http://www.nu-sol.org/agora/pdf/margarethrago.pdf> Acessado em 16/08/2014.

²⁶⁶ Jornal *República*, 10 de abril de 1932, 01. (grifos do autor).

à Delly parecia querer evidenciar a ruptura que neste momento já havia ocorrido entre Maria e o grupo liderado por Bertha Lutz.

(...) Sente-se lhe a alma, no próprio pensamento, livre sem peias, sem medir conveniências, sem temer borrascas, sem o desejo destruidor de satisfazer à *tout Le monde*.

E, quando as borrascas se desencadeiam, convicta de que “o entendimento retém a ira, e a glória é passar sobre a transgressão” (Prov.19.11), a nobre escritora, aos seus presentes e futuros insultadores, *retribui-lhe as injúrias, com o silêncio bom de uma piedade imensa, tão alta, que não quer humilhar*.

Se são admiráveis as ideias deste talento excepcional, muito mais admirável é a coragem, o destemor, a ousadia de rebelde com que as diz, o desassombro com que focaliza tudo quanto lhe parecemão (parecerão) torto, apodrecido, embora seja a sua voz, a única voz, *uma voz isolada*, dentre o grande número dos que conhecem as ruínas do edifício carcomido da nossa civilização, mas que, apegados ao comodismo, ao egoísmo demolidor, se deixam ficar de braços cruzados e mentes fechadas.²⁶⁷

Novamente podemos perceber em Antonieta certo encantamento pela atitude libertária de Maria Lacerda de Moura, ao referenciar de forma elogiosa a atitude rebelde, despreocupada, livre e sem pretensões de escrever para satisfazer a todos, uma alusão direta aos críticos.

Maria Lacerda de Moura não é o que, na acepção vulgar do termo, se chama uma feminista. O seu ideal paira mais alto, porquanto no seu lindo sonho de liberdade, deseja a reabilitação integral *do imenso rebanho dos domesticados*. Lendo-a, embora não se lhe esposem as idéias, embora não se lhe comunquem dos pensamentos, é impossível não admirar a individualidade com que escreve, a sua serenidade diante das borrascas, desencadeadas pela sua pena rebelde, (como a de 1928, cujos ecos ultrapassam as fronteiras); é impossível não admirar, mais ainda, o alto objetivo que a anima, num infinito anseio e profundo “esfôrço para mais Harmonia e mais Amor”.²⁶⁸

Ao final, Antonieta reforça sua crítica ao movimento feminista e, embora encantada com Maria Lacerda de Moura, afirma não comungar de seus pensamentos. A força do conservadorismo e a preocupação em manter a imagem de mulher respeitável e obediente aos valores morais e cristãos não permitiram à Antonieta de Barros comungar dos mesmos ideais, pelo menos não publicamente, evidenciando mais uma vez certa ambiguidade em seu pensamento.

Em crônica publicada em 13 de maio de 1932, mostrava novamente sua descrença de que as benesses do progresso poderiam chegar até as mulheres.

²⁶⁷ *Idem.* (grifos do autor).

²⁶⁸ *Idem.*

Não será a tristeza do deserto presente que nos roube as perspectivas dum futuro melhor. A creatura, ainda que cética, tem de apegar-se inevitavelmente, ao deslumbramento sedutor dum progresso verdadeiro, onde as conquistas da inteligência não se degenerem, em armas de destruição, de aniquilamento; onde os homens enfim, se reconheçam fraternalmente.

Quando será chegada esta Canãa feiticeira? Quem poderá precisar a época? Talvez cedo, talvez tarde. Será, contudo, quando houver bastante cultura e sólida independência entre as mulheres para que se considerem indivíduos. Só então, cremos existir uma civilização melhor.²⁶⁹

Reivindicava que as mulheres fossem efetivamente contempladas pelas benesses de uma nova terra prometida, utilizando-se novamente de um símbolo da religiosidade judaico-cristã, Canãa, a Terra Prometida, possivelmente uma alusão à obra de Graça Aranha. Em seu discurso, a jornalista estabelece uma relação entre um tempo presente, comparando-o a um deserto de possibilidades, a um futuro melhor, lugar da expectativa. Aos céticos restava apegar-se à esperança de um progresso verdadeiro mas, seria esse progresso instituído pelo novo regime político inaugurado por Vargas? Os termos cultura, progresso e independência reaparecem correlacionados em seu discurso, mas para ela, enquanto a mulher não ocupar o lugar de indivíduo nessa sociedade, a civilização ocidental ainda não terá evoluído. Ainda na mesma coluna afirmava que:

Não somos feministas.

E, se dizemos entre mulheres, é tão somente por serem elas que, no lar e na escola, lançam as pedras básicas, o alicerce moral do indivíduo futuro.

São elas que amalgamam o caráter informe, modelam, ajeitam, retocam, infiltrando-lhe no espírito crédulo, dócil, dúctil e cândido, as leis morais e sociais que, indelévels, ai ficarão e pelas quais se dirigirá o homem, quando a evolução natural o atirar no mar encapelado da sociedade.²⁷⁰

Ao mesmo tempo em que se declarava não ser feminista, projetava-se como representante autorizada a falar em nome das mulheres que, supostamente, não se identificavam com o movimento. Ainda no mesmo segmento, depositava sobre a mulher a função de educadora, seja no espaço privado da casa onde, segundo ela, são construídos os alicerces morais do indivíduo, ou no espaço público da escola. Percebe-se uma continuidade e não uma ruptura com a representação da figura da mulher/mãe/professora, aquela que seria sempre a responsável pela educação da criança, como se este fosse o destino natural da mulher.

²⁶⁹ Jornal *República*, 13 de maio de 1932, p.01.

²⁷⁰ Jornal *República*, 13 de março de 1932, p.01.

Em outro trecho da mesma crônica afirmava que “Tem feito muito a Mulher, levada pela sensibilidade natural, por este quid divino que empresta às mães o dom da intuição”.²⁷¹ Novamente estabelece uma aproximação entre mulher e a natureza, corroborando com as antigas concepções que naturalizavam o papel da mulher como um ser que dependia muito mais da intuição, do instinto, do que do conhecimento racional, ou ainda do divino, místico. Ainda na mesma coluna, advogava sobre a importância da elevação cultural da mulher, reconhecia a desigualdade entre os sexos e atribuía uma parcela da responsabilidade do fato inclusive às próprias mulheres:

A alma feminina se tem deixado estagnar, por milhares de anos, numa inércia criminosa. Enclausurada por preconceitos odiosos, destinada a uma ignorância ímpar, resignando-se santamente, candidamente, ao deus Destino e a sua congênere Fatalidade, a Mulher tem sido, de verdade, a mais sacrificada metade do gênero humano. Tutelada tradicional, irresponsável pelos seus atos, boneca-bibelot de todos os tempos, não possui firmeza bastante, para transmitir aos educandos, sentimentos que lhe dêem o conhecimento pleno de todas as angústias, e possíveis casos, frutos do egoísmo humano, que o amor a Humanidade, manda abater sem vacilação, abater sempre, até o triunfo integral, o qual não é do que dispõe de mais força, mas do que melhor sabe terçar as armas.²⁷²

Ao apontar para os preconceitos e denunciar as bases, patriarcais e machistas sobre a qual a sociedade estava assentada, Antonieta construiu uma representação de vítima para a mulher, ao passo em que também concebeu sua representação sobre o homem que, para ela, era egoísta, machista, patriarcal, soberano na vontade e o principal limitador na luta das mulheres pela igualdade. Acreditava que era a partir de um ideário machista que estereótipos foram historicamente construídos sobre as mulheres. Embora desejasse defendê-las, em muitos momentos acabou por reforçar estes estereótipos.

Ao militar pela educação das mulheres, os limites de seu acesso a uma formação superior também foram temas importantes em sua coluna. Tais limites ocorriam, segundo ela, pelo fato destes serem espaços masculinos e elitizados, fundados por governos anteriores. Disso decorria um claro limite ao acesso à educação pelas mulheres, bem como por sujeitos oriundos das classes populares. Segundo ela:

Não se pode negar Sta. Catarina tem progredido quanto ao ensino superior. O Instituto Politécnico, com seus cursos de engenharia e farmácia, já

²⁷¹ *Idem.*

²⁷² *Idem.*

reconhecidos pelo Governo Federal, e com outros que, também, esperam sê-lo, e a Faculdade de Direito, há pouco fundada, atestam aquela nossa afirmativa.

Há, contudo, uma grande lacuna na matéria de ensino: onde a Mulher possa conquistar os preparatórios, bilhete de ingresso para os estudos superiores. O elemento feminino vê assim fechados, diante de si, todos os grandes horizontes²⁷³

Um dos redutos apontados por Antonieta era o Instituto Politécnico inaugurado em 1917, oferecendo os cursos:

Instituto Polytechnico

Amanhã funcionam as seguintes aulas:

Curso de Agrimensura – Algebra e Geometria.

Curso de Odontologia – Prothese, Clinica dentaria, Matéria Médica.

Curso de Pharmacia - Pharmacologia

Curso de Commercio – Geographia Commercial e Inglez.

Curso de Preparatorios – Escripção Mercantil e Portuguez.²⁷⁴

Sua primeira sede funcionou em um sobrado alugado pertencente ao Liceu de Artes e Ofícios, na Rua João Pinto nº 41, no centro da cidade, também endereço de outras instituições de ensino. Posteriormente, na década de 20, buscando atender a um público maior, foi transferido para uma sede própria construída na Avenida Hercílio Luz, nº 47, onde funcionou até a sua extinção em 1935.²⁷⁵

²⁷³ Jornal *República*, 12 de junho de 1932, p.01.

²⁷⁴ Jornal *República*, 10 de outubro de 1920, p.04.

²⁷⁵ Sua criação se deu através de Lei nº 1.169 em 1917 durante o governo de Felipe Schmidt. Sobre este assunto ver: VIEIRA, Amazile de Hollanda. *O Instituto Polytechnico no contexto sócio-cultural de Florianópolis*. Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-Graduação em História, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2002.



Imagem 34. Detalhe do jornal República. Sede do Instituto Politécnico.²⁷⁶

Instituto Polytechnico

—

CURSO DE PREPARATORIOS
Sabatinas de Dezembro 1920

1º lugar: Theodoro Ligoki, media gr. 5,2; 2º lugar: Erwino Swarowski, media gr. 4,8; 3º lugar: Celso Moura, media gr. 4,6; 4º lugar: Armando Cuneo, media gr. 3,6; 5º lugar: Protogenes Duarte Silva, media gr. 3,5; 6º lugar: Turgens Hubbe, media gr. 3,1; 7º lugar: Celso Souza, media gr. 2,8; 7º lugar: Christaldo de Araujo, media gr. 2,8; 7º lugar: Oscar Vieira, media gr. 2,8; 8º lugar: Miguel Andrada, media gr. 2,6; 9º lugar: Arary Campos, media gr. 1,6;

Não fez sabbatina por se ter matriculado no Curso depois do principio das sabbatinas: d. Carmen Cribari.

Não fizeram sabbatinas por se acharem ausentes de Florianopolis: Carlos Krieger, Roberto Marquardt, Gabino Motta, João Medeiros.

Florianopolis, 3 de Janeiro de 1921.
 O Director do Curso
Dr. Armando A. Knaught

Imagem 35. Detalhe do Jornal República, publicação do resultado das sabatinas.²⁷⁷

²⁷⁶ Jornal *República*, 13 de março de 1921, p.03.

²⁷⁷ Jornal *República*, 06 de janeiro de 1921, p.03.

Em recorte extraído do jornal *República*, na década de 20 é expressiva a presença masculina entre os alunos relacionados. A única mulher inscrita para as sabatinas não pôde fazê-la por sua matrícula ter excedido o prazo. É notável a ausência das mulheres neste espaço, seja na condição de alunas, como na condição de professoras. A diretoria da instituição era ocupada por figuras como Augusto Fausto de Souza, Joaquim David Ferreira Lima, Heráclito Carneiro Ribeiro, e José Arthur Boiteux. O quadro de diretores e professores era formado por nomes da elite local. Homens que além de profissionais liberais como médicos, dentistas, advogados e homens de letras, ocuparam também outros espaços, sempre em funções ligadas à vida pública, seja na política, nos jornais ou na educação em diferentes momentos.

No início da década de 20 as reivindicações em torno da educação feminina já vinham sendo reclamadas.

Instituto Polytechnico

A solene entrega de diplomas à turma de dactylographas.

O DISCURSO DA ORADORA DA TURMA DE 1920

O oferecimento de bouquets.

VÁRIAS NOTAS

Estampamos abaixo o bellissimo discurso que a graciosa senhorita Thereza di Concilio, oradora da turma, pronunciou por ocasião da entrega de diplomas às turmas de dactylographas na noite de 14 do corrente:

Exmo. Sr. Representante do Sr. Dr. Governador do Estado.

Sr. Director.

Snrs. Lentos.

Dedicados Collegas.

Senhores.

A recepção do diploma que neste instante nos confere o *Instituto Polytechnico* de Santa Catharina tem um duplo valor e uma dupla significação.

Um duplo valor, porque não é só a existência de um estabelecimento educativo que honra a nossa terra pelo seu feitio utilitário e grandioso, que ele vem atestar, como também uma demonstração da nossa dedicação; uma dupla significação porque, é o primeiro diploma que esse Instituto confere aos seus alunos e mais porque ele é conferido a representante: do sexo frágil.

Um duplo valor, porque não dizê-lo ainda? – porque esse pergaminho a nós conferido é a eloquente prova de que a mulher em Santa Catharina não é um despercebimento complexo da vida e das coisas.

O movimento social operado na Europa, na América e noutros departamentos do mundo, exemplifica o nosso trabalho – não deixa de ser seguida dessa outra parte do Oceano, com o prescrutamento que ele merece de nossa parte e de nosso esforço.

A alma da mulher do Brasil, já se avantajava, pois, num plano luminoso de acção e de discernimento. Comprehendemos – queremos dizer com isso, que o nosso papel social no mundo deve acompanhar a evolução do planeta.

Se a mulher é a companheira do homem e o acompanha em todas as necessidades da existência e esta se amplia num plano de acção cada vez igual e forte e mais carecedor da argucia intelectual, porque será que a mulher não procura tornar-se digna dessa evolução, ao lado do homem, em beneficio próprio ou do seu paiz? Foi esse o pensamento que nos encaminhou para a casa

de instrução que presidis e illustraes, foi essa a nossa reflexão determinadora.
(...).²⁷⁸

A datilógrafa recém-formada iniciou seu discurso enfatizando a importância daquela instituição de ensino, porém, com o cuidado em não deixar que a sua importância ofuscasse o esforço e a dedicação das mulheres, que segundo ela, de forma irônica, representavam o sexo frágil. A oradora buscou estabelecer uma relação entre a conquista representada pela educação, pelo desenvolvimento intelectual e o processo de conscientização da mulher e de seu papel social, como companheira ao lado do homem. De uma forma sutil, deixou transparecer, sugestivamente, sua reivindicação de equidade entre homens e mulheres. A sintonia com as mudanças ocorridas em outros países quanto à inserção das mulheres no mundo do trabalho e a ampliação do acesso à educação foram também explicitadas, aproveitando a presença das autoridades, dirigiu-lhes seu discurso.

Para algumas mulheres, as expectativas quanto a formação profissional não giravam apenas em torno do magistério, desejavam romper o limite do Ensino Normal, reivindicando a possibilidade do ingresso no Ensino Superior. Em sua coluna no *República*, em junho de 1932, Antonieta afirmava:

O excelente Ginásio que possuímos, não permite as Mulheres, a assistência das aulas. Daí o recurso dos professores particulares, o que exige um grande dispêndio e dá margem a que só as favorecidas da fortuna consigam ou possam conseguir a aquisição dos preparatórios. Esta lacuna, portanto, é uma grande barreira ao processo cultural das nossas conterrâneas. O máximo de ilustração oficial, proporcionadas às Mulheres, em Sta. Catarina, está restrito a um curso de normalista e nada mais. Fora disso, enquanto não despertarem as criaturas de boa vontade, numa obra conscienciosa e perfeita, todos os outros sonhos, todos os outros desejos de cultura titulada, por parte da maioria das catarinenses, não passarão de vã quimera, desfeito ao vento impiedoso da realidade, como bolhas de sabão.²⁷⁹

Um ano depois voltava e confirmava:

Enquanto as moças dos outros Estados conseguem, facilmente, todos os seus desejos relativos à instrução, as catarinenses são enclausuradas dentro da pequena cultura dum Curso Normal que não lhe dá mais regalias senão a de serem professoras. Os preparatórios ginasiais tornaram-se, hoje, a chave para o ingresso em todos os estabelecimentos superiores de cultura artística ou não. As moças catarinenses, a não ser as que dispuserem de grandes recursos financeiros, estão impossibilitadas de se aparelharem para as grandes conquistas. O nosso Ginásio não permite que o sexo fraco frequente as aulas.²⁸⁰

²⁷⁸ Jornal *República*, 17 de dezembro de 1920, pp.02-03. (grifos do autor).

²⁷⁹ Jornal *República*, 12 de junho de 1932, p.01.

²⁸⁰ Jornal *República*, 03 de setembro de 1933, p.01.

Há, de forma evidente, um limite de classe apontado por Antonieta, mas além deste, percebe-se um limite ideológico e cultural ao acesso da mulher à educação superior. O patriarcalismo, o conservadorismo de alguns costumes colaboraram para reter as mulheres no espaço privado do lar por mais tempo, enquanto que os espaços de formação superior mantinham-se majoritariamente masculinos. Com uma formação limitada ao Ensino Normal, para aquelas que conseguiam chegar até este, as possibilidades de mobilidade social eram também limitadas. Entretanto, as reivindicações e as conquistas dos trabalhadores, bem como a política paternalista de Vargas, durante seu o governo provisório, transpareceram e deram novo tom aos escritos de Antonieta, como podemos observar adiante.

3.2. Trabalho, igualdade e mobilidade social.

A crônica de Antonieta publicada em 22 de maio de 1932 trouxe boa notícia às mulheres.

Os jornais nos dão a nova alviçareira de que o Governo acaba de assinar o decreto regularizador do trabalho feminino.

Enfim. Já era tempo.

Foi preciso que o Brasil idealista se levantasse num movimento cataclismo, para que a mulher indivíduo tivesse, em lei, a garantia do seu esforço.

Não queremos saber se essa medida faz parte básica dos programas comunistas, como nos dizem os telegramas.

Para nós, ela se acha dentro do mais são e mais nobre princípio de equidade.²⁸¹

A notícia da regularização do trabalho feminino assinado por Getúlio Vargas foi recebida por Antonieta de forma positiva. Ela reconheceu sua importância, bem como criticou o atraso em sua regulamentação, porém, atribuiu a conquista a um Brasil idealista. O termo idealista já havia sido empregado pela jornalista em outros escritos, a exemplo do discurso em que saudou a Revolução de 30. Mas quem são os idealistas e qual o sentido do termo em seu discurso? Os enunciados não deixam claro o seu sentido, ou a quem se referia: a primeira vez em que foi usado serviu de fundamento para a justificativa da mudança no regime político, dando a entender que os idealistas eram aqueles descontentes com a política da Primeira República, e que agiram em nome dos

²⁸¹ Jornal *República*, 22 de maio de 1932, p.01.

ideais coletivos. De certa forma, Antonieta anulou o sentido autoritário e violento da Revolução.

Ao empregar novamente os enunciados Brasil idealista, Antonieta relacionou a mudança ao sentido de coletividade (a massa), anulando a importância da participação do movimento feminista e das demais mulheres, feministas ou não, neste processo. Na mesma coluna, a menção a telegramas recebidos nos ofereceu indícios sobre a preocupação de alguns indivíduos ou setores, de uma possível aproximação entre as lutas das mulheres trabalhadoras e o ideário comunista. Ela segue comentando:

*Se o trabalho é o mesmo, por que se depreciar o esforço feminino, ou explorá-lo, pagando menos?
O império das circunstâncias da vida de hoje não permite que na classe proletária e na média, mesmo, as mulheres desempenhem, tão somente, o cômodo papel de donas de casa, ou de mãe de família.²⁸²*

Neste segmento, a mulher é percebida como um sujeito social atuante, com direitos e deveres, reclamando para elas a igualdade de direitos. A diferença de classe não passou despercebida, defendendo tanto as mulheres oriundas do proletariado, bem como as da classe média, oferecendo indicativo de quem poderia ser seu público leitor e eleitor. Recusava às mulheres aquilo que chamou “de cômodo papel de donas de casa e mães”. Além de enfatizar a participação dessas como agentes sociais, diante das vicissitudes da vida cotidiana, procurou romper o limite do espaço privado.

Há tempos no Brasil, as mulheres lançaram-se ou foram lançadas pelas vicissitudes da vida ao mundo do trabalho, principalmente ao universo do trabalho informal. Atividades como lavadeiras, domésticas, cozinheiras, quituteiras, entre tantas outras, eram executadas por mulheres das classes populares. A essas mulheres, pertenciam há muito tempo os espaços públicos das ruas, vielas, praças e largos, bem como o saber de circular por estes espaços demarcando seus territórios. Também foram estas mulheres as responsáveis por um emaranhado de atividades que contribuía para a economia local e para a sobrevivência, estivessem elas na condição de escravas, forras ou livres. As relações de trabalho neste universo eram marcadas por tensões e conflitos, fossem com o fisco, com outras mulheres de diferentes classes sociais ou condição, ou ainda com os patrões. Encontrar os rastros dessas mulheres na documentação requer um esforço do historiador no sentido do “esmiuçar das práticas de sobrevivência, que se configuram como fontes de resistência, intercalando-se como táticas e subterfúgios

²⁸² *Idem.* (grifos do autor).

possíveis em um cotidiano improvisado, sempre em processo de ser re-inventado”.²⁸³ Foi o que buscou fazer Joana Maria Pedro ao estudar as imagens de mulheres produzidas pela documentação institucional e pelos jornais de Desterro/Florianópolis no final do século XIX e início do XX.

A presença de mulheres das camadas populares nas ruas do centro urbano de Desterro/Florianópolis, no final do século XIX e início do XX, improvisando inúmeras formas de sobreviver, foi mal suportada pela elite local, que pressupunha a restrição das mulheres na esfera íntima familiar como referência principal das famílias distintas.

Através de inúmeras práticas, os representantes do poder público tentaram impedir a livre circulação dessas mulheres, no bojo de uma política que visava retirar das áreas centrais os “inconvenientes”, que desabonavam a imagem de cidade “limpa” e “civilizada” que pretendiam construir.²⁸⁴

Caminho semelhante seguiu Paulino de Jesus Francisco Cardoso que, por meio de vasta documentação arquivística, empreendeu sofisticada abordagem teórica, buscando dar visibilidade às populações de origem africana nas ruas de Desterro/Florianópolis.

Quando se mergulha no cotidiano de Desterro através das miríades de fontes fragmentadas e dispersas por um sem número de documentos arquivísticos, o que mais nos chama a atenção é a grande presença da população de origem africana nos officios e pelas ruas da cidade. Eles estão nas casas de negócios, quitandas do mercado, curtumes e olarias. Parecem estar envolvidos com tudo aquilo que dá urbanidade, conforto e qualidade de vida aos habitantes do povoado luso-brasileiro.²⁸⁵

Os estudos mais recentes, que abordam as relações de trabalho no pós-abolição, possivelmente venham apontar novas perspectivas sobre as formas de sobrevivência engendradas pelas mulheres. O que se sabe sobre essas mulheres que habitavam a Ilha, pelos registros da literatura local e na imprensa, é que se dedicavam também a outras atividades como o trabalho nos engenhos de farinha, nas olarias, como empregadas domésticas e lavadeiras, como também o de costureiras, fosse este último ofício executado em pequenas oficinas nos fundos da própria casa, ou ainda, em pequenas fabriquetas.

Ao assumir uma postura de enfretamento das desigualdades nas relações de trabalho entre homens e mulheres, Antonieta denunciou uma antiga prática, que

²⁸³ DIAS, Maria Odila Leite da. Hermenêutica do cotidiano. In: Revista *Projeto História*. São Paulo, nº17, Nov/1998, p.228.

²⁸⁴ PEDRO, Joana Maria. *Mulheres honestas e mulheres faladas. Uma questão de classe*. 2ª edição, editora Da UFSC: Florianópolis, 1998, p.115.

²⁸⁵ CARDOSO, Paulino de Jesus Francisco. *Negros em Desterro: experiências de populações africanas em Florianópolis na segunda metade do século XIX*. Itajaí, UDESC, Editora Casa Aberta, pp.100-101.

representava os valores machistas e conservadores dos professores da capital em relação ao trabalho feminino. A desvalorização do trabalho feminino pode ser justificada pela perspectiva de quem o concebia apenas como um complemento da renda familiar, e não como forma de sobrevivência e um importante espaço de trabalho, conquistado pelas mulheres via profissionalização.

Aqui, em o nosso Estado, nós tivemos, até pouco depois do Congresso dos Professores, reunidos nesta Cidade, em 1927, esta iniquidade gritante, revoltante, no magistério estadual.

Os professores, não sei por graça de que santo, tinham vencimentos maiores do que as professoras!

A trabalho igual, a esforço igual, as prerrogativas do sexo facultavam um salário desigual!²⁸⁶

Cecília Vieira do Nascimento, ao discutir sobre a feminização do magistério aponta para algumas questões importantes, uma delas seria o afastamento dos homens da função de professor devido à baixa remuneração. Os estudos analisados por Cecília concentram-se na região sudeste (São Paulo e Minas Gerais, em períodos distintos), e indicam um aumento gradual de mulheres ingressando na carreira de professoras, levando a uma feminização do magistério. Entretanto, Cecília Vieira do Nascimento discorda destes estudos, para ela,

Nas décadas finais do século XIX, progressivamente, à medida que um número significativo de mulheres passou a ocupar-se da função, os homens passaram a destinar-se a outras ocupações, o que não corresponde a dizer que abandonaram o magistério.²⁸⁷

Ainda na mesma crônica publicada por Antonieta, evidencia-se, além da prática machista e discriminatória, a presença masculina no exercício do magistério, bem como disputas no interior deste espaço na capital. Encontramos também muitos casos de professores que ocupavam, paralelamente à atividade de lecionar, outros cargos públicos.

Em muitos de seus discursos, evidenciamos a defesa de Antonieta aos professores da rede pública, em especial aos professores do ensino primário, categoria à qual também pertencia. Pela frequência com que encontramos os enunciados educação e trabalho em seus escritos, percebemos a necessidade em analisá-los.

²⁸⁶ Jornal *República*, 22 de maio de 1932, p.01.

²⁸⁷ NASCIMENTO, Cecília Vieira do. *Caminhos da Docência. Trajetórias de mulheres professoras em Sabará - Minas Gerais 1830-1904*. (Tese de Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação. Belo Horizonte: UFMG, 2011, p.63.

Na crônica de 22 de maio de 1932, Antonieta denunciava a falta de conscientização e organização dos professores:

Quem por segundos somente, se tem posto à margem da vida, para melhor compreendê-la, há de sorrir do triunfo, do reclame da civilização, pois que os homens permanecem os mesmos, girando em torno de um egoísmo desmedido, duma egolatria profunda...

Todavia, nem tudo está perdido.

Não é que estejamos a ensaiar uma nova semana da bôa vontade, mas por que isto nos indica o gesto simpático dos Professores Primários do Espírito Santo, pensando em despertar os colegas catarinenses.

Surge et ambula! Levanta-se e caminha! Acorda e trabalha! Deixa de ser tu para ser nós! e estende-nos a mão amiga que a nossa aqui a espera!

Lindo gesto fraternal!

Na verdade, nem tudo está perdido...

Na primeira parte de seu discurso Antonieta acusa um sentido de desesperança calcado no egoísmo e na egolatria dos homens, do qual o fruto é o individualismo. Neste segmento os homens, num sentido universal, eram os próprios responsáveis pelo desacordo que reinava, um indicativo da existência de tensões e conflitos no interior da classe. Ao mesmo tempo, reconstrói as esperanças ao indicar um caminho possível, através do despertar para a coletividade em torno de ideais outrora ambicionados.

As intencionalidades na crônica de Antonieta podem ser compreendidas de forma mais clara quando colocadas na perspectiva temporal e espacial. A crônica foi publicada alguns meses depois da entrada em vigor do Decreto nº 19.770 que estabeleceu novas normas para o funcionamento dos sindicatos e a pouco mais de um ano da criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. Quando destaca a importância da coletividade em oposição ao individualismo deixava claro o seu apoio à política trabalhista de Vargas.

O governo pós-30, em seus primeiros anos, iniciou um processo estrutural-administrativo visando ao controle dos trabalhadores.

A lei de sindicalização de 1931 vinha transformar e ao mesmo tempo concorrer com o padrão de associações até então existente no movimento operário. Consagrando o princípio de unidade e definindo o sindicato como órgão consultivo e de colaboração com o poder público, o decreto trazia as associações operárias para a órbita do Estado.²⁸⁸

²⁸⁸ GOMES, Ângela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. 3ª edição. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005, p.163.

Ainda na mesma crônica, Antonieta evoca como exemplo sua experiência a frente da Liga do Magistério.

Recordemos:

Foi em 1925 que Santa Catarina teve fundada a sua Liga do Magistério. Era uma tentativa, concretizando os sonhos de três idealistas, não experimentadas, ainda, na aridez da vida.

A mocidade tem desses arremessos.

A nós nos parece, porém, melhor fôra abafar no fundo da memória estas idéias, quando se tem em desfavor, a idade, o tempo e o meio.

Lançamos o nosso apelo.

Queríamos a aproximação da classe, quebrar o insulamento em que vive o professor, quer na capital, nas cidades, ou nos rincões extremos do Estado, onde o chama o dever.

E dêsse intercâmbio, desse conagraçamento do professorado, sob uma só bandeira, nós, as idealistas, esperávamos um infinito de frutos lindos.

Surgiu a Liga, mas pouco tempo de vida teve.

Falta de elementos? Não. De bôa vontade? De persistência? Talvez.

Os idealistas arquitetos de sonhos, são os eternamente decepcionados, mal compreendidos e muitas vezes, escarnecidos.

De tudo nos ficou uma amarga desilusão e mais um cadáver de ideal, na estrada poeirenta e tortuosa....

Revedo estes fatos, e embora apreciando, entusiasmaticamente, o gesto dos professores espírito-santenses, ficamos a pensar se valeria a pena recomençar o sonho e, o que é mais difícil, se, entre nós, haverá mesmo, ouvidos capazes de ouvir não estrelas, mas a voz fraterna e conselheira dos patricios capixabas.²⁸⁹

No ano em que ajudou a fundar a Liga, Antonieta já era professora, lecionava em uma pequena escola primária fundada por sua família, mas ainda não havia adentrado no ensino público. Este fato foi também evidenciado em outro discurso, quando Antonieta justificou a sua ausência do ensino público pela falta de uma alcunha que lhe abrisse as portas. O curto período de existência da Liga estava também relacionado à conjuntura política, que no momento não lhe foi favorável. A jornalista correlaciona três fatores importantes para o malogro de sua iniciativa, a idade, o tempo e o meio.

Antonieta era jovem e ainda não havia entrado na vida pública, dominada principalmente por homens e pelas disputas de poder. Em 1925, o governador do Estado era Antônio Vicente Bulcão Vianna, que assumiu logo após o falecimento de Hercílio Luz. Vianna foi sucedido no ano seguinte por Adolpho Konder. As rivalidades e as disputas políticas existentes entre as famílias Konder e Ramos, as relações de sociabilidade de Antonieta e de sua família com esta última denunciou sua aproximação ao grupo liderado pelos Ramos, que naquele momento era opositor aos Konder. Este fato pode ter contribuído no surgimento de um meio desfavorável para a criação da Liga.

²⁸⁹ Jornal *República*, 22 de maio de 1932, p.01.

Soma-se a este o fato de que os jornais em Florianópolis, durante a década de 20, publicavam notícias sobre a agitação dos trabalhadores, anarquistas e socialistas, no Brasil e no mundo. Antonieta vivenciou em sua juventude este período, marcado pelas reivindicações e tentativas de organização dos trabalhadores. Uma destas tentativas de organização foi a criação de Ligas contra a carestia, pelo barateamento da vida, por moradia e em defesa dos consumidores. Uma sequência de greves, protestos e comícios agitou as ruas, no Rio de Janeiro e em São Paulo. A abertura de um número significativo de jornais anarquistas contribuiu para a promoção dos seus ideários e para a mobilização popular dos trabalhadores.

O período foi marcado por ganhos e perdas, bem como por forte repressão do Estado aos trabalhadores e àqueles envolvidos em organizações e associações trabalhistas.²⁹⁰ Por estes motivos, talvez tanto o meio, como o clima político, não fossem favoráveis às jovens normalistas idealistas e à criação da Liga. A mesma crônica buscou indicar, dentre outras coisas, uma tomada de consciência por parte dos professores capixabas.

Sobre questões envolvendo o associativismo docente, o estudo de Eliana de Oliveira aponta para um processo iniciado a partir da segunda metade do século XIX e início do XX, em Minas Gerais. Apoiada no estudo de Heloísa Villela, sobre a imprensa pedagógica e a constituição da profissão docente no século XIX, Oliveira argumenta que

por volta da década de 70 do século XIX, houve na Corte e em algumas províncias 'indícios de formas de organização que poderíamos identificar como exemplos de um momento de tomada de consciência do corpo docente enquanto categoria profissional.²⁹¹

Oliveira comunga da mesma perspectiva da autora, e a endossa com subsídios apontados por outras pesquisas, como a de Alessandra Schueler, que também analisou a presença dos professores na imprensa pedagógica no Rio de Janeiro, entre as décadas de 1870 e 1880, afirmando que,

os mestres das escolas primárias da corte participaram ativamente no processo de constituição da profissão docente, fazendo-se professores por meio da discussão pública e da produção coletiva de identidades profissionais.²⁹²

²⁹⁰ GOMES, Ângela de Castro. *A invenção do trabalhismo...*, p.130.

²⁹¹ VILLELA; Apud: OLIVEIRA, Eliana de. *O processo de produção da profissão docente: profissionalização, prática pedagógica e associativismo dos professores públicos primários de Minas Gerais 1871-1911*. (Dissertação de Mestrado em Educação) Programa de Pós-Graduação em Educação. Belo Horizonte: UFMG, p.107.

²⁹² SCHUELER; Apud: OLIVEIRA, Eliana de. *O processo de produção da profissão docente...*, p.107.

Seguem nesta mesma direção os trabalhos de Denise Bárbara Catani, que buscou discutir o processo de associativismo docente em São Paulo, através da *Revista do Ensino* e da Associação Beneficente do Professorado Público de São Paulo, entidade responsável pela publicação do periódico, e de Daniel Lemos, que analisou o movimento de associativismo docente entre os professores públicos primários da Corte Imperial. Lemos utiliza-se de cartas e abaixo-assinados de professores enviados ao Inspetor Geral, com a descrição das dificuldades encontradas pelos docentes no exercício da profissão, além de notícias publicadas em jornais e revistas. Dentre os principais problemas que dificultavam o desenvolvimento do trabalho pelos professores, o autor cita a falta de espaço apropriado para as aulas, falta de material didático e pedagógico, baixos salários dos docentes, condições insalubres das escolas, entre outros.²⁹³

Eliana de Oliveira afirma ainda que, sobre Minas Gerais, as fontes investigadas por ela também apontaram para as difíceis condições de trabalho, resultando em variados problemas como “conflitos envolvendo professores, gestores do ensino e comunidade local, abandono de cadeira devido às perseguições políticas, absenteísmo docente ou até mesmo o adoecimento do professorado.”²⁹⁴ Ambos os trabalhos, guardadas as suas especificidades, partem de um mesmo propósito, o de problematizar uma possível organização dos professores a partir do associativismo docente, na luta por melhorias nas condições de trabalho e para a profissionalização da prática pedagógica.

Infelizmente, pela falta de documentação e por sua efemeridade, não podemos afirmar com certeza que a Liga do Magistério tenha sido uma tentativa de organização associativa, no sentido de promover as reivindicações dos professores por melhores condições de trabalho. O que podemos afirmar é que esta surgiu em um momento de organização dos trabalhadores de diferentes áreas, em associações e organizações trabalhistas. Ainda sobre esta, nos jornais pesquisados na década de 30, período em que Antonieta iniciou sua atividade no *República*, nada foi encontrado além da coluna de 1932. Entretanto, a Liga parece não ter sido sua primeira tentativa de engajamento na causa da educação. Na edição do *República*, de 10 de outubro de 1920, uma discreta nota publicada na 4ª página, anunciava a criação do Centro Cívico das Normalistas.

²⁹³ OLIVEIRA, Eliana de. *O processo de produção da profissão docente...*, pp.108-109.

²⁹⁴ *Idem.*

As senhoritas normalistas fundaram um Centro Cívico que tem por fim solemnizar as grandes datas da Pátria. A sua Directoria ficou assim composta: Presidente, Antonieta de Barros; Vice Presidente, Maria Medeiros. Secretária, Laura Caminha; Oradora official, Cidália Moreira. Ao sympathico Grêmio desejamos muitos triumphos.²⁹⁵

Nota-se que o principal objetivo do Centro era dar visibilidade às datas nacionais comemorativas, sua orientação era conservadora, positivista e patriótica, parecia não possuir um caráter de organização trabalhista. Contudo Antonieta esteve presente, tanto no Centro Cívico quanto na Liga do Magistério, estes talvez tenham sido projetos alternativos de que tenha lançado mão na tentativa de promover sua mobilidade social e inserção na esfera pública. Ambas as iniciativas parece terem tido vida curta, pois nas edições seguintes, nada mais foi encontrado.

Seu engajamento pela educação não se restringiu apenas à década de 30. Com o fim do Estado Novo em 1945, uma nova conjuntura política nacional se estabeleceu reconfigurando as relações de poder nos Estados. Neste processo, acomodações, rearranjos e dissidências marcaram a política das oligarquias regionais. Em Santa Catarina, o fim do governo autoritário de Vargas não ocasionou mudanças imediatas, pois a criação do PSD - Partido Social Democrático, por Nereu Ramos, passou a abrigar sob a nova sigla os integrantes do antigo PL. A direção do “novo partido” continuou nas mãos da família Ramos, que ditava os interesses e a política partidária a serem defendidos. Do lado oposto, estavam os políticos ligados ao antigo Partido Republicano Catarinense, e agora aglutinados sob a União Democrática Nacional, a UDN, liderados por Adolpho Konder, Aristiliano Ramos, Henrique Rupp Júnior, Afonso Wanderley Júnior, João Bayer Filho, Oswaldo Rodrigues Cabral, dentre outros.

Em 1947, Aderbal Ramos da Silva²⁹⁶ elegeu-se para governador do Estado e Antonieta retornou a deputada estadual, ambos filiados ao PSD - Partido Social Democrático. Entre os anos 1948 e 1950, Antonieta esteve à frente da Comissão de Educação e Cultura da Assembleia, eleita pela segunda vez, buscou regulamentar os cargos nos quadros do magistério público estadual.

Ao encerrar seu 2º mandato como deputada estadual, em 1951, Antonieta retornou a sua coluna *Farrapos de Idéias*, no jornal *O Estado*, onde permaneceu escrevendo

²⁹⁵ Jornal *República*, 10 de outubro de 1920, p.04.

²⁹⁶ Alegando problemas de saúde, Aderbal manteve-se pouco tempo no cargo, sendo substituído por José Boabaid, presidente da Assembleia Legislativa pertencente ao PSD.

assiduamente até março de 1952, data de sua morte.²⁹⁷ Em seus discursos, a educação continuou sendo seu mote, mas a partir de 1951, o tom das reivindicações a favor da educação e dos professores aparece permeado por um conteúdo político partidário preocupado muito mais em atacar a política udenista, que propriamente a defesa de direitos e garantias adquiridas pelo governo anterior.

Na vida das democracias, de quando em vez, partidos e homens chegam ao entardecer. Mas, se têm um destino de luz a cumprir, dentro da vida dos povos, fazem do surgir do amanhã, uma nova aurora, cheia de força e beleza, início de novas lutas e novas conquistas, para o bem comum.

O crepúsculo das legislaturas em 1950, a que o PSD assistiu de luto, por ter tido sob a sua bandeira de homens bravos três míseros suicidas morais, fez o adversário acreditar numa verdadeira e fatal agonia.

Eufóricos, subiram ao Poder, que transformaram em verdugo. E a onda de vingança espalhou-se, dentro do Estado. Espelhando-se no exemplo que vinha de cima, chefes maltratam subordinados, para força-los aos pedidos de demissão.

E, neste ambiente de intranquilidade, gerado por uma política de ódio que o Poder se desrespeita, não respeitando os direitos dos cidadãos, chegamos às primeiras lutas num campo aberto: as eleições para a MESA da Assembléia. O resultado deve ter sido um solavanco bastante forte, para acordar os sonhadores, mas não cremos, para arrebatá-los da sua maldade consciente.

Nós não agonizávamos, a realidade aí está.

Voltamos, com a consciência de quem não pode estacionar, porque tem um destino de luz a cumprir, na vida da nossa santa terra. Os trabalhadores que hoje se reiniciam na Assembleia, com a instalação da segunda legislatura, encontram-nos, na oposição, mas numa oposição que será digna, porque cumprirá, com fidelidade, o papel fiscalizador, dentro das democracias.²⁹⁸

Na crônica publicada em 15 de abril de 1951, faz-se presente o desabafo ressentido pela derrota sofrida pelo PSD e que levou o líder da UDN, Irineu Bornhausen, ao governo do Estado. A mudança no poder foi marcada por severas críticas, perseguições políticas e exonerações.²⁹⁹

Durante o tempo em que esteve à frente da Comissão de Educação e Cultura da Assembleia, Antonieta preocupou-se em criar e regulamentar os cargos de Diretor de Grupo Escolar e Inspetor Escolar, além das mudanças nos conteúdos da Escola Profissional Feminina. O acesso aos cargos seria agora via concurso, em que, o mérito seria decisivo, devendo-se levar em conta a formação profissional (titulação e experiência) e a nota da prova escrita de conhecimento pedagógico e administrativo. A

²⁹⁷ Antonieta de Barros faleceu em 28 de março de 1952, aos 50 anos de idade.

²⁹⁸ Jornal *O Estado*, 15 de abril de 1951, p.01.

²⁹⁹ Jornal *O Estado*, 13 de março de 1951, p.01.

estabilidade garantida por lei daria uma maior independência às decisões tomadas por estes profissionais, afastando o assédio moral proveniente das relações clientelistas.

Na crônica publicada em 11 de março de 1951, Antonieta fundamentava sua crítica sobre a máxima de Epícteto, “Cada qual, livremente, faz o seu preço, alto ou baixo, e ninguém vale senão o que se faz valer. Taxa-te, pois, livre ou escravo. Isto depende de ti”. Sobre esta máxima, tencionou longa reflexão acerca do sentido da dignidade humana. Valores como amor ao próximo, fraternidade, compaixão que, para Antonieta alicerçam a base dos princípios divinos, são questionados a partir de sua leitura a contrapelo das relações humanas. Antonieta buscou revelar as tensões existentes entre um discurso humanista e cristão e a lógica individualista e egoísta que, para ela, regulavam as relações. A jornalista fez uso do pensamento de Epícteto para despertar a consciência do valor do trabalho, bem como para iniciar um longo debate político que tomou conta de sua coluna, ao longo daquele ano. Seus discursos alternavam-se entre a defesa da educação, da classe dos professores, das regulamentações criadas e defendidas por ela, quando à frente da Comissão de Educação e Cultura, e os ataques a seus opositores.

A dignidade do Magistério se elevará, quando a consciência social prestigiar o seu valor. Ingenieros.

Há um princípio de moral cristã que ordena: NÃO MATARÁS.

Passando pela vida, um infinito de criaturas caminha de mãos limpas do sangue do próximo. É o respeito ao preceito cristão, no sentido material. Todavia, nem só de matéria sucumbe. Nem só o corpo é susceptível de sofrer o ataque e morrer. Matam-se esperanças, matam-se sonhos, matam-se ideais. E, nem, por não haver sangue, deixa de haver crime e crime inominável.

Os criminosos destes crimes que a sociedade não pune, são as criaturas, cuja segura de coração não lhes dá a felicidade de, sem cálculo, impulsivamente, estender as mãos aos que as solicitam, e cuja alma não se abre num sorriso de benção que se concretiza numa palavra de gratidão e respeito, para os que trabalham, lutam e constroem. (...).

Vocalizamos, aqui, há dias, um infinito de conceitos lindos, elevados e justos, que andam na boca de toda gente alfabetada ou não, a respeito da Escola e do Professor, o que significa dizer magistério.

Aqueles conceitos, sem favor, podemos dizer sem falsa modéstia, o Magistério barriga verde os merece. Para que não os merecesse, não poderíamos crer na Santa Catarina de hoje, nem confiar na Santa Catarina de amanhã.

Se o Magistério catarinense não fosse um magistério escol, rivalizando-se com os melhores do país, tudo seria destroço entre nós. Os povos só se engrandecem, quando tem mestres capazes. (...) ³⁰⁰

³⁰⁰ Jornal *O Estado*, 29 de abril de 1951, p.01. (grifos do autor).

Mesmo fora da Assembleia, não se distanciou do debate político, apoiada no pensamento de Ingenieros, discorre longa reflexão sobre a morte em vida, causada pela indiferença. A morte da esperança, dos sonhos e dos ideais pelos quais lutou e acreditou.

Nestes nossos maravilhosos tempos de Paz e Harmonia pregadas e concretizadas, li, numa das folhas da terra, a notícia da anulação do Concurso de Ingresso e Remoção ao Magistério. Dentro de mim, uma névoa de tristeza e mágoa foi crescendo, crescendo e se adensando, até dominar, por completo, todo o meu mundo interior. Era a simpatia devida à professora que, ainda não morreu em mim, aos colegas, cujo caminho um decreto governamental fechou. Não discutimos o acerto ou o erro da medida. Da legalidade ou ilegalidade do ato só poderá falar a JUSTIÇA, que talvez, por ter os olhos vedados, conhece melhor os direitos humanos.

Não discuto o fato, pela cruza. O que me aterrou e entristeceu, foram as consequências psíquicas deste soco brutal do Destino, na alma inexperiente dos jovens professores; foi pensar nos momentos amargos de desalento, na aridez do desencanto, por que acabava de passar um punhado de moços, quando tentavam concretizar um sonho lindo, acalentado, carinhosamente, durante sete longos anos.³⁰¹

Ao afirmar “à professora que, ainda não morreu em mim”, evidencia sua trajetória de luta pela educação. Mesmo já aposentada do cargo de professora e diretora em 1951, Antonieta manteve-se (com um estado de saúde delicado e agravado pelo diabetes), viva no debate político que empreendeu nas páginas do jornal *O Estado*, nos últimos anos de sua vida. Em seus escritos são notórias as suas reivindicações a favor de melhorias nas condições de trabalho e nos salários, bem como suas preocupações em relação ao futuro da profissionalização da prática pedagógica notada na referência a nevoa de tristeza que dominou seu “mundo interior”. Porém, também são notórias as suas críticas à política de Irineu Bornhausen, bem como a defesa a Nereu Ramos, que naquele momento havia sido eleito como deputado federal.

De uma forma geral, o conteúdo político e ideológico defendido por Antonieta em seus escritos era conservador. Em muitos momentos foi propagandista dos ideários da política de Nereu Ramos e de Getúlio Vargas, e por este motivo compactuou com a forma autoritária do regime político, primeiro durante o governo provisório e mais tarde no Estado Novo. Como professora e jornalista, contribuiu de forma direta para a implantação e defesa do modelo educacional instituído por Getúlio Vargas. Seu atrelamento aos Ramos a impediu de propor mudanças mais profundas que pudessem levar a rupturas com a ordem vigente.

³⁰¹ Jornal *O Estado*, 13 de março de 1951, p.01.

3.3. A publicação de seus *Farrapos de Ideias*.

O ano de 1937 não foi marcado apenas pelo golpe de Vargas, foi também o ano em que Antonieta publicou seu único livro, intitulado *Farrapos de Idéias*, obra que carregava o mesmo título de sua coluna e que reuniu uma série de textos publicados no *República*. Em seu livro, além de reflexões filosóficas sobre a época encontram-se vestígios de lembranças da infância e dos amigos. Em muitos momentos, o tom dramático, desiludido e de denúncia social tomou conta de sua escrita, como podemos observar no trecho da crônica intitulada de Indiferentes:

À margem da vida, que é luta, trabalho, conquista, existem os indiferentes.

Vencidos? Não. Desencantados.

As terríveis soalheiras dos desenganos emurcheçeram-lhes, crestaram-lhes os sonhos; os desejos de conquista foram destruídos pela inexplicável fôrça do Desconhecido. Com o tempo, na sua marcha veloz, passam os sorrisos escarninhos da existência, transformada, aos poucos, num infinito de ilusões em farrapos. E a alma, insensivelmente, como que amedrontada, entrincheirou-se nesta barreira de desencantos, fechando-se aos anelos que agitam os homens e lhes dão a única razão de ser da vida.

Os desencantados ... Farrapos de seres, abandonados, voluntariamente, aos solavancos da sorte ... Falta-lhes o quid divino, existente em cada indivíduo, para a criação dos soberbos mundos interiores, para a arquitetura maravilhosa dos castelos no ar, donde muitas vezes, surgem as grandes realizações. E indiferentes ficam à margem da vida, que é luta, trabalho, conquista.³⁰²

Antonieta evidenciou a existência de sujeitos que vivem à margem da vida, desencantados, desprovidos de sonhos e de esperança, derrotados pelos desenganos e marcados pela desilusão tornaram-se indiferentes à própria vida. Eles seriam invisíveis para a sociedade, ignorados pelo tempo e pelas mudanças. Mas afinal, quem seriam estes sujeitos? Seria a população negra da cidade, invisibilizada pelos projetos hegemônicos? Antonieta não deixa claro sobre quem esta falando, mas nos oferece indícios de que se referia a população mais pobre e carente, negligenciada pelo poder publico, e dentre estes estavam também os negros.

Os enunciados - desencantados; terríveis soalheiras; desenganos; crestaram-lhes os sonhos; inexplicável força do desconhecido; marcha do tempo; sorrisos escarninhos; ilusões; farrapos; alma entrincheirada; desencantos; anelos; castelos no ar; mundos; interiores - compõem um quadro que expressa sentimentos como desesperança, amargura

³⁰² Jornal *República*, 15 de novembro de 1931, p.01.

e tristeza. Ao mesmo tempo, seu discurso sugere um mergulho no mundo interior, representado como lugar dos sonhos, refúgio da alma, percebe-se a tentativa de negação da matéria em nome do espiritual na busca de um significado mais profundo para a vida. A renda proveniente da venda dos exemplares foi destinada à Sociedade de Assistência aos Lázaros.



Imagem 36. Capa do livro *Farrapos de Idéias*.³⁰³

A capa da obra (Imagem 36), assinada por Agostinho Malinverni Filho, artista plástico da cidade de Lages, deixou transparecer aspectos de sua religiosidade. A figura de Jesus Cristo curando e perdoadando os pecados de um homem supostamente cego ou doente, expressa o sentido maior de seus sentimentos e crenças, ou seja, a aceitação de Cristo como salvador e a evolução do homem também pela via dos valores cristãos. O gesto de doar sua renda para o leprosário reforça o sentido de doação e benevolência presente em seus escritos. Entretanto, não podemos esquecer que este também foi um período marcado pela política assistencialista do interventor do Estado Nereu Ramos, por meio da edificação de um conjunto de instituições de assistência aos desvalidos, colocou em prática seu projeto de controle da população.

A caridade e o trabalho voluntário de dedicação ao próximo foram temas que tomaram conta de algumas dos escritos de Antonieta. Ao demonstrar preocupação com os

³⁰³ Obra pertencente ao acervo da Academia de Letras de Biguaçu. Santa Catarina. Dentre as obras de Malinverni estão também pinturas retratando políticos e membros de famílias tradicionais de Lages.

doentes e desafortunados, a jornalista reforça a ideia de que o papel da mulher seria o do cuidado com próximo, visto que destas ações participavam essencialmente mulheres. Todavia Susan Besse aponta que esta poderia ser uma alternativa elaborada pelas mulheres para se inserirem na vida pública. Quanto aos diversos significados que as ações caritativas podiam adquirir para mulheres de diferentes classes sociais, Besse nos lembra que,

as organizações femininas de caridade se proliferaram e prosperaram a partir do final da década de 1910. As mulheres de classe média e alta aderiam animadamente às fileiras cada vez maiores de voluntárias, pois a participação lhes oferecia tanto um meio de ingressar na corrente predominante da vida pública quanto uma válvula de escape para seus talentos e energias.³⁰⁴

A caridade, a militância pela educação e os valores morais e cristãos sempre sendo evidenciados em seus discursos, contribuíram para a construção de uma imagem de mulher respeitável, o que ajudou Antonieta a romper os limites impostos a ela, mulher negra e letrada. No quarto capítulo buscamos explorar melhor esta questão, associada a uma análise sobre a atuação de Antonieta em outros espaços educacionais e as mudanças em seus discursos.

CAPÍTULO IV

DIFERENTES DISCURSOS PARA DIFERENTES ESPAÇOS

A educação foi sem dúvida o principal tema dos discursos de Antonieta. A partir desta simples constatação, perguntamo-nos: qual tipo de educação Antonieta advogou para aquela sociedade em geral, e em especial para as mulheres? Como uma intelectual, que apoiara a Revolução de 30, chegou a contribuir, posteriormente, para a construção de um modelo educacional para o Estado? Em seus discursos, quais preocupações políticas e sociais caracterizaram suas concepções sobre educação?

Atenta aos debates em torno da educação, Antonieta de Barros compartilhava da crença, bastante difundida, de que a educação poderia moldar o ser humano e que, por

³⁰⁴ BESSE, Susan K. *Modernizando a desigualdade. Reestruturação da Ideologia de Gênero no Brasil 1914-1940*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999, p.169.

meio dela, a sociedade evoluiria. No capítulo anterior, acompanhamos a transformação dessa crença em discursos a favor da educação feminina e pela inserção social das mulheres em novos espaços que possibilitariam a elas maiores oportunidades de mobilidade social.

Entre as décadas de 30 e 40, Antonieta de Barros lecionou nas principais escolas da capital (foi Lente substituta de Língua Portuguesa na Escola Normal Catarinense em 1931 e efetivada em 1934; professora da Escola Complementar anexa ao Grupo Escola Lauro Müller, em 1933). Lecionou também em uma escola privada, o Colégio Coração de Jesus, instituição de caráter confessional. Neste colégio, foi a responsável pelas disciplinas de Língua Portuguesa e Psicologia entre os anos de 1937 a 1945. Antonieta também lecionou, na década de 40, no Instituto de Educação, onde posteriormente exerceu o cargo de diretora, nomeada por Nereu Ramos em meados da década de 40. A professora também teve um papel importante na definição de um modelo educacional para a Escola Profissional Feminina, onde não chegou a lecionar, mas participou, enquanto deputada integrante da Comissão de Educação e Cultura da Assembleia Legislativa, das reformas nos conteúdos ensinados pela instituição.³⁰⁵

Antonieta lecionou para públicos diferentes em instituições de ensino com modelos pedagógicos e conteúdos ideológicos distintos. Destarte, buscamos, por meio destes modelos e dos discursos de Antonieta, perceber a construção de papéis sociais para as mulheres. Discursos e modelos foram construídos em consonância com o projeto político defendido pelo governo Vargas. É necessário atentarmos para o fato de que há diferentes discursos porque há diferentes sujeitos a serem moldados, e interesses a serem correspondidos. Então, responder às questões: 1) para quem se fala?; 2) o que se fala? e 3) de onde se fala? – tornou-se tarefa mais complexa. As mudanças nos enunciados dos discursos de Antonieta levaram-nos a discutir seu posicionamento político, e as propostas de tais modelos pedagógicos.

Na análise das fontes, evidenciamos as preocupações com a instauração de uma ordem cívica nacional, a formação de professoras por intermédio de um processo de escolarização conservador e elitizado, mantenedor dos valores tradicionais e dos interesses da elite local, visando à formação de mulheres missionárias da educação ou donas de casa (mães de família). Já na documentação encontrada sobre a Escola Feminina, percebemos as tentativas de formação de mulheres trabalhadoras dóceis e

³⁰⁵ Esse fato ocorreu em 1948, durante seu segundo mandato, quando retornou como primeira suplente, desta vez filiada ao Partido Social Democrata – PDS.

submissas, através do aprendizado de funções ditas femininas e que não levavam a uma efetiva emancipação dessas mulheres provenientes das classes populares. A propagação de um conteúdo ideológico racionalizador do corpo da mulher e da criança e seu caráter eugenista, também foram salientados nas análises do modelo educacional implantado pelo Instituto de Educação da capital na década de 40.

As estratégias utilizadas pelas instituições e pelo governo para difundir tais modelos e minar as possíveis resistências dessas mulheres foram, desde discursos de formaturas e palestras, matérias publicadas nos jornais organizados pelos grêmios estudantis, como também a produção de revistas sobre educação. Estas últimas eram produzidas pelas instituições de ensino, com a participação de alunos e professores. Por meio dos discursos de professores, intelectuais locais, nacionais e estrangeiros, bem como dos alunos e alunas, pôde-se identificar vestígios de modelos educacionais que, em síntese, uniam o pensamento científico e social, e por vezes o religioso, aos interesses de governantes. Vale lembrar que tais modelos foram construídos frente às mudanças culturais e sociais de uma determinada época. Marta Maria Chagas de Carvalho contribui significativamente para a compreensão dessas relações entre instituições educacionais e a produção e circulação de seus saberes pedagógicos:

Trazer à cena *modelos pedagógicos* contrastantes é operação que se inscreve no campo discursivo das proposições da já velha nova história cultural francesa. Nesse campo, falar em modelos é falar de um objeto cultural que é produto de práticas sociais determinadas e que, em sua materialidade, é dispositivo de modelação de práticas. Levar em conta a *materialidade* de um objeto cultural é atentar para as marcas de produção, circulação e usos nele inscritos como dispositivos de produção de sentido; é, assim, procedimento que não pode dispensar o cuidado com o que Michel de Certeau chama de *sentidos das formas*, analisando a configuração material do objeto como *forma produtora de sentido*. O que, no limite, significa que analisar um objeto cultural implica considerá-lo um *modelo*, nele discernindo as marcas inscritas em sua configuração material como dispositivos de modelização dos usos que prescreve.³⁰⁶

Dentre essas publicações dedicamos especial atenção a alguns exemplares encontrados das revistas, *Pétalas* – produzidas pelo Colégio Coração de Jesus –, e *Estudos Educacionais* – de responsabilidade do Instituto de Educação, responsável também pela publicação do jornal *O Idealista*. Escolhemos discutir esses materiais pelo fato de apresentarem escritos diversos, de autoria de alunos e professores dessas

³⁰⁶ CARVALHO, Marta Maria Chagas de; PINTASSILGO, Joaquim. (Org.). *Modelos culturais, saberes pedagógicos, instituições educacionais. Portugal e Brasil, História Conectadas*. São Paulo: Edusp, 2011, pp. 191-192. (grifos do autor).

instituições. Incluímos ainda nesta análise os decretos e as indicações para alterações do conteúdo curricular da Escola Profissional Feminina da capital, bem como as crônicas de Antonieta e as notícias publicadas no jornal *República*. Foi pelas crônicas que iniciamos nossa análise.

4.1 Afinando os discursos

Como já salientado no primeiro capítulo deste estudo, a formação educacional de Antonieta de Barros ocorreu nas primeiras décadas do século XX. Seu ingresso na Escola Normal e sua formação como normalista aconteceram posteriormente à reforma educacional de Vidal Ramos, o que corresponde a dizer que suas concepções sobre educação foram construídas tendo por base os discursos sobre os métodos e saberes que perpassaram as reformas educacionais nessas primeiras décadas, bem como suas experiências e as agitações em prol da educação. Sobre esse período, Schwartzman, Bomeny e Costa, afirmam:

Dada a quase inexistência de um sistema organizado de educação pública no país, havia desde a década de 1920 um amplo espaço para um movimento nacional em prol da educação, onde as eventuais diferenças de orientação não tivessem tanta relevância quanto os esforços, de uma forma ou outra, de levar a educação ao povo. A Associação Brasileira de Educação, fundada em 1924 por Heitor Lira, tinha como principal função trazer à baila a questão educacional pela realização de conferências nacionais, publicações de revistas e cursos de diversos tipos.³⁰⁷

O envolvimento de Antonieta na criação do Centro Cívico das Normalistas e da Liga do Magistério, e sua atuação no Centro Cívico e Recreativo José Boiteux (onde lecionava voluntariamente em turmas noturnas de alfabetização de adultos), demonstram o seu engajamento em prol deste movimento pela educação. Ainda segundo os autores, ao longo da década de 30, nas discussões sobre o melhor modelo de educação, “diferenças de opinião iriam se cristalizando, até a polarização que finalmente se estabelece entre os representantes do chamado Movimento da Escola Nova e a Igreja Católica”.³⁰⁸

A polarização apontada pelos autores pode ser percebida também nos discursos de Antonieta, porém de uma forma bastante interessante. A partir das mudanças na conjuntura política entre os anos de 1930 a 1934 notamos, em seus discursos

³⁰⁷ SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena Maria B; COSTA, Vanda Maria Ribeiro. *Tempos de Capanema*. São Paulo: Paz e Terra, FGV, 2000, p.70.

³⁰⁸ *Idem*.

(principalmente a partir de 34), a preocupação com a educação das massas, uma inquietação que na verdade não era somente sua, nem tão pouco iniciada nessa época.

Já no fim do século XIX, muitas das mudanças afirmadas como novidades pelo “escolanovismo” nos anos 20 povoavam o imaginário da escola e eram reproduzidas, como prescrição, nos textos dos relatórios de inspetores e nos preceitos legais: a centralidade da criança nas relações de aprendizagem, o respeito às normas higiênicas na disciplinarização do corpo do aluno e de seus gestos, a cientificidade da escolarização de saberes e fazeres sociais e a exaltação do ato de observar, de intuir, na construção do conhecimento do aluno.³⁰⁹

Após o esgotamento do modelo escolar paulista, que serviu de base para as reformas educacionais promovidas por diversos Estados no Brasil, dentre estes Santa Catarina, nas duas primeiras décadas do século XX, entrou em cena um novo modelo pedagógico.

É então que um novo modelo pedagógico começa a circular, operando uma transformação sutil nas representações das práticas escolares e pondo em cena uma nova percepção dos corpos infantis e do potencial educativo de novas modalidades de organização do tempo e do espaço escolar. No novo discurso pedagógico que começa a circular no país é produzido um novo cânone a regular as práticas escolares e são as novas ciências da educação que são chamadas a dizer a verdade sobre a criança e sua educação.³¹⁰

Em seus discursos sobre a educação, percebemos aproximações entre as reivindicações de Antonieta pela educação das massas e os discursos em defesa de um modelo educacional que correspondesse às necessidades da nova sociedade moderna. É nesse momento que podemos perceber, com maior clareza, a adesão de Antonieta às ideias do Movimento da Escola Nova. Sobre o movimento e sua orientação ideológica, Diana Gonçalves Vidal afirma:

A escola renovada pretendia a incorporação de toda a população infantil. Serviria de base à disseminação de valores e normas sociais em sintonia com os apelos da nova sociedade moderna, constituída a partir dos preceitos do trabalho produtivo e eficiente, da velocidade das transformações, da interiorização de normas de comportamentos otimizados em termos de tempos e movimentos e da valorização da perspectiva da psicologia experimental na compreensão “científica” do humano, tomado na dimensão individual.³¹¹

³⁰⁹ VIDAL, Diana Gonçalves. Escola nova e processo educativo. In: LOPES, Eliana Marta T.; FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VEIGA, Cynthia Greive. *500 anos de educação no Brasil...*, p.497.

³¹⁰ CARVALHO, Marta Maria Chagas de; PINTASSILGO, Joaquim. (Org.). *Modelos culturais, saberes pedagógicos, instituições educacionais...*, pp.194-195.

³¹¹ VIDAL, Diana Gonçalves. Escola Nova e processo educativo. In: LOPES, Eliana Marta T.; FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VEIGA, Cynthia Greive. *500 anos de educação no Brasil*. 5ª edição. Belo Horizonte: Autêntica, 2011, p.498.

Embora já lecionasse em sua própria escola, foi a partir da mudança na administração política local que Antonieta passou a se inserir também nas escolas públicas, conhecendo melhor esta outra realidade e endossando seu discurso militante.³¹² Através dessa experiência, foi construindo, enquanto docente, suas concepções sobre a educação que, em muitos momentos, moldaram-se à nova ordem política vigente. Em alguns momentos, a postura combativa esboçada por Antonieta de Barros em sua coluna foi, em outros, intercalada e suavizada pelas perspectivas de crença nos valores humanistas como o amor, a paz, a caridade, a ética, a humildade e a dignidade do ser humano. Antonieta mostrava-se fiel à crença de que o homem e a sociedade poderiam evoluir por meio da educação, e que esta seria a peça fundamental para a transformação da sociedade.

Os valores humanistas, morais e cristãos que permeiam sua concepção particular sobre educação foram construídos por meio da leitura de obras como a dos padres jesuítas Antônio Vieira e José de Anchieta, dos livros dos Salmos, de Jó e dos Provérbios, bem como do filósofo e pedagogo argentino José Ingenieros, entre outros intelectuais que influenciaram diretamente sua forma de pensar a sociedade e o seu tempo, expressando uma postura filosófica e religiosa. Acreditamos que, embora particular, e fruto de suas experiências, suas concepções sobre educação não estavam desassociadas das discussões que suscitaram no Brasil nas décadas de 20, 30 e 40.

No contexto político local, passado o impacto inicial da tomada do poder pelos insurretos de 30, o interventor Assis Brasil empreendeu uma série de medidas que compreendiam desde a desapropriação de imóveis e terras, à liberação de verbas para a construção de novas escolas, como também para a ampliação das já existentes. Observamos um número considerável de doações de terrenos e imóveis ao Estado, o que acreditamos sejam transferências feitas em negociações para o pagamento de dívidas e impostos atrasados de seus proprietários ao governo. À frente da administração do Estado enquanto interventor, Assis Brasil trabalhou com afinco, tentando marcar a ruptura com o regime político anterior, simbolizado como um período de retrocesso. A imprensa foi o instrumento usado por ele para demonstrar a retomada das atividades cotidianas e da normalidade na capital e no Estado. No jornal *República*, de 26 de outubro de 1930, rapidamente ele publicou nota buscando tranquilizar a população:

³¹² Vale lembrar que Antonieta somente começou a lecionar nas escolas particulares da capital após 1935, quando já havia consolidado o seu nome na esfera pública.

Ao povo Catharinense

– Incumbido, por ordem superior, de assumir o Governo Civil e Militar do Estado de Santa Catharina, venho assegurar, perante o nobre povo catharinense, os propósitos e os fins superiores da Revolução, realizada para que se cumpram integralmente os altos princípios em que ella se plasmou, cresceu e desabrochou victoriosamente.

O grande espectáculo que assistires, desta nacional arrancada patriótica não terá termo senão com a mais perfeita coroação do Direito enthonzado pela Força.

Para que a liberdade alçasse o seu perfil heróico foi mister que o sangue generoso fluísse, como um Mar Vermelho, rasgando-se à nossa travessia das margens do captiveiro político, onde dominavam pharaós caprichosos, para as ribas da mais nobre libertação.

Dessa liberdade Santa Catharina gozará plenamente.

Descanse a grande família catharinense: a sua honra, a sua tranqüilidade, a sua dignidade, os seus lares, os seus chefes não conhecerão as durezas cruéis com que a guerra civil ensangüenta as populações desarmada e se mancha nos crimes das vinganças mesquinhas.³¹³

Quanto ao reordenamento das escolas, com o objetivo de produzir um efetivo atendimento à população, boa parte passou a oferecer cursos noturnos, tornando o aparelho educacional mais eficiente – um primeiro passo para uma política mais ampla, que objetivava a disciplinarização, a preparação para o trabalho e a nacionalização dos imigrantes.

As escolas situadas em localidades que não ofereciam um número de alunos suficiente para o preenchimento de todas as vagas eram fechadas e suas atividades transferidas para localidades próximas. Mas o que saltou aos olhos em nossa pesquisa, nos decretos, foi o número elevado de desdobramentos como, por exemplo, a transformação de escolas que, se antes atendiam somente meninos, passaram também a atender meninas, mudando para a categoria de escolas mistas. Tal fato abre possibilidades para reflexões futuras sobre a participação das mulheres no processo educacional, seja na condição de alunas ou de professoras.

As mudanças na educação foram levadas adiante pelos sucessores de Assis Brasil, os interventores Major Rui Zobaran (irmão de Assis Brasil) e Aristiliano Ramos. Durante a atuação deste último, notamos, em decretos expedidos, sua preocupação com a nacionalização do ensino em regiões de colonização germânica, inquietação que já havia despontado durante a administração de seu tio, Vidal Ramos. Percebemos, pela documentação, que as mudanças na educação catarinense, guardadas as suas peculiaridades, buscavam acompanhar as discussões no âmbito nacional.

³¹³ Jornal *República*, 26 de outubro de 1930, p.01.

Para Schwartzman, Bomeny e Costa, as discussões em torno da elaboração de um modelo nacional de educação revelaram uma arena de embates ideológicos e de disputas de poder. Componentes ideológicos distintos, defendidos por grupos antagônicos, nortearam os rumos da educação pública no país, que ora buscava uma orientação laica e técnica, ora humanística, cuja relevância estava justamente na crença em sua capacidade de moldar os sujeitos.

Havia os que preferiam a educação humanística sobre a técnica; os que defendiam o ensino universal contra os que preferiam escolas distintas para cada setor da sociedade; os que se preocupavam com o conteúdo ético e ideológico do ensino contra os que favoreciam o ensino agnóstico e leigo. Havia os defensores da escola pública e os guardiões da iniciativa privada; os que punham toda ênfase na formação das elites e os que davam prioridade à educação popular.³¹⁴

Embora defendesse uma pedagogia moderna, as concepções educacionais de Antonieta evidenciam seu posicionamento conservador favorável a um modelo educacional que comportasse valores éticos e morais, bem como humanista e cristão. O sentido de educação, apregoado por Antonieta, exigia do professor dedicação e doação ao exercício pedagógico. O conhecimento formal era necessário, mas igualmente importante era a postura deste profissional, que deveria pautar-se nos valores morais e cristãos. Acreditamos que esta postura, defendida e compartilhada por Antonieta, fosse aquela condizente com o papel desejado para as mulheres professoras de sua época. De certa forma, entende-se sua crítica ao movimento feminista. Antonieta apresentava uma postura conservadora que, por vezes, permitia a ela reproduzir valores machistas.

Mas Antonieta também era defensora do ensino público e universal, pois militava pela ampliação do número de escolas e pelo acesso das classes populares a estas. Como vimos no capítulo anterior, denunciou as desigualdades existentes entre homens e mulheres no acesso à educação, defendendo a entrada das mulheres em outras áreas de formação profissional, além do magistério. Entretanto, mais adiante, veremos algumas mudanças nesses discursos, principalmente a partir de 1937, com o Estado Novo.

Ainda no início da década de 30, a correlação entre cultura, educação, trabalho e os valores morais e cristãos passaram a dar o tom a seus discursos.

Nem só de pão vive o homem

³¹⁴ SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena Maria B; COSTA, Vanda Maria Ribeiro. *Tempos de Capanema...*, p.69.

Na vida e para a vida, não é bastante o Trabalho. As criaturas, a quem assiste o direito e o dever intangíveis do trabalho, necessitam, para viver, no sentido humano da palavra, de cultura.

Não basta a alfabetização.

É preciso que se torne acessível, a tôdas as criaturas, a escalada deslumbradora. O trabalho é fartura, que a cultura ensina a compreender; é alegria, que a cultura espiritualiza; é prece que a cultura bendiz e santifica.

Nesse segmento, a cronista utiliza-se de um trecho do livro de São Lucas (o evangelista), no qual o pão representa o material, ou seja, o dinheiro que possibilita o sustento do corpo. A princípio o foco de sua crônica parece ser a cultura, mas, na verdade, a cultura representa uma estratégia, uma espécie de blefe articulado por Antonieta, cujo objetivo era por em debate a importância do trabalho, pois, segunda a cronista, é ele que representa a fartura, a alegria e a prece. A cultura seria o meio, ou instrumento pelo qual se ensinaria a compreender a importância do trabalho. Neste momento, o discurso de Antonieta aproxima-se da política trabalhista que o governo de Getúlio Vargas buscava implantar. O sentido de cultura ao qual a cronista se referia, era o de cultura de massa, difundido pelo rádio, cinema, propaganda e pelo próprio modelo educacional que o governo buscava implantar para as massas.

Sem cultura não se consegue a independência moral apanágio de todos os que são genuinamente livres, senhores da sua consciência, conhecedores do seu valor, integralizados na sua individualidade; a independência moral, que transforma pigmeus em gigantes, e dá aos homens, força, para enfrentar os mais sérios obstáculos, quando se sentem escudados pêle razão e pelo direito; a independência moral, que leva as criaturas a agirem individualmente, conscientemente, embora se quebrem todos os elos, e contra eles chovam as censuras da Rotina, cujos preconceitos foram abandonados, e as apontem como iconoclastas impenitentes.³¹⁵

Ainda na mesma crônica, nota-se com melhor clareza sua intenção de apoio ao governo, principalmente quando afirma que “não basta apenas alfabetizar”, indicando que era preciso ir além do ensinamento das primeiras letras e que a educação pode se dar por outras vias, como os meios de comunicação de massa. Ao finalizar com o trecho “integralizados na sua individualidade” deixava claro sua tentativa de transmitir a importância do sentido de coletividade.

Um povo é grande não só pelo seu espírito trabalhador, mas também, principalmente, pela sua cultura.

Daí a necessidade de se chegar às massas, a possibilidade de irem além da alfabetização, que é muito, mas não é tudo.

Daí a necessidade de se tornar acessível ao que não tem ouro sonante, mas o ouro que não se compra, – o da inteligência – uma cultura superior.

³¹⁵ Jornal *República*, 14 de maio de 1933, p.01.

E, dessa cultura das massas, onde, então, se estabelecerá a única aristocracia possível – a do espírito – esperamos que surjam pátrias maiores, por uma Humanidade melhor.³¹⁶

Por meio do enunciado povo, reforçava, em seu discurso, o sentido de coletividade, do qual teoricamente estavam representadas, em pé de igualdade, todas as classes. O que movia as preocupações e os interesses pela alfabetização das massas era a apreensão, por parte de intelectuais e políticos, quanto ao crescimento destas e a necessidade de arregimentá-las sob um único ideário. Esta foi, por exemplo, a preocupação de Francisco Campos (que ocupou a pasta de ministro da educação até o final de 32). Para Schwartzman, Bomeny e Costa:

O pressuposto fundamental que orienta a análise de Francisco Campos é o de que vivemos em um Estado de massas e, conseqüentemente, os mecanismos de integração política utilizados pelo liberalismo, a que ele denomina integração política intelectual (via parlamento), não se adaptam mais a essa nova configuração. O mundo moderno é um mundo onde o que predomina é a cultura de massa, que acaba gerando a mentalidade de massa, uma nova forma de integração que se origina nos mecanismos de contágio via ampliação e difusão dos meios de comunicação.³¹⁷

O sentido de cultura alardeado e defendido pelos propagandistas do governo Vargas, dentre estes Antonieta, principalmente durante o Estado Novo, é a cultura de massa, legitimada pelo discurso de modernidade e progresso, de combate ao atraso associado ao regime político anterior, pois, neste momento, “cultura e propaganda política se misturam”.³¹⁸ A integração seria mediada pela criação de uma ideologia unificadora, antiliberal e centralizadora. Ainda no mesmo segmento, aparecem outros enunciados como pátria e massa. Nessa segunda parte, Antonieta substitui a palavra povo por massa, sendo esta última o foco de suas preocupações. Para a jornalista, é nas massas que se podem encontrar aqueles desprovidos de ouro/dinheiro, mas que possuem capacidades/inteligência de assimilarem os valores que somente a cultura de massa poderia inculcar ao homem.

Em muitos momentos em seus discursos, Getúlio Vargas recorreu ao apelo cristão, utilizando-se de trechos de livros sagrados, como por exemplo, o livro de Jó, de

³¹⁶ Jornal *República*, 14 de maio de 1933, p.01.

³¹⁷ SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena Maria B; COSTA, Vanda Maria Ribeiro. *Tempos de Capanema...*, pp. 80-81.

³¹⁸ CAPELATO, Maria Helena. O Estado Novo: o que trouxe de novo? In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O Brasil Republicano. O tempo do nacional-estatismo – do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*. Vol.2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p.125.

Lucas, dentre outros.³¹⁹ Acreditamos que esta tenha sido uma estratégia populista utilizada também por políticos e intelectuais que apoiaram Vargas, na tentativa de aproximarem-se das massas.

4.2 A educação das massas em tempos de incertezas.

A educação das massas passou a ser, nesse momento, uma das tônicas defendidas pelo governo de Vargas e de seus aliados. As reformas educacionais desse período buscaram viabilizar, de forma autoritária, um maior controle sobre a população, buscando criar, em nome de um sentimento nacional/identitário, novos comportamentos e sentimentos. Ainda segundo Schwartzman, Bomeny e Costa:

No projeto político de construção do Estado Novo há um lugar de destaque para a pedagogia que deveria ter como meta primordial a juventude. Ao Estado caberia a responsabilidade de tutelar a juventude, modelando seu pensamento, ajustando-a ao novo ambiente político, preparando-a, enfim, para convivência a ser estimulada no Estado totalitário. Era indispensável, para que este plano fosse bem-sucedido, que houvesse símbolos a serem difundidos e cultuados, mitos a serem exaltados e proclamados, rituais a serem cumpridos. A Igreja Católica, se devidamente mobilizada, poderia proporcionar esses conteúdos, símbolos e rituais a partir da religiosidade latente da população brasileira.³²⁰

Foi a partir desse desejo que decorreram as preocupações com a elaboração de uma pedagogia apropriada para se atingir as massas, sendo a leitura e a alfabetização (seja na escola ou nos movimentos e cruzadas) um dos meios, além do rádio, do cinema e da propaganda. O convencimento de representantes da Igreja Católica a apoiarem o novo governo dependia da definição de questões mais amplas, dentre elas o controle da educação e o combate ao seu caráter laico. Os confrontos entre Igreja e Estado tornaram-se ainda mais intensos por ocasião das críticas da instituição católica ao governo de Vargas.

Destarte, interessa-nos nesse momento, em diálogo com as mudanças na conjuntura política nacional, perceber as articulações entre as concepções sobre educação de Antonieta, e as mudanças estabelecidas por Vargas para a educação. Vale lembrar que a cronista e professora circulou por instituições de ensino com propostas educacionais

³¹⁹ Seus discursos podem ser localizados em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/getulio-vargas/discursos-1>. Acessado em 11/10/2014.

³²⁰ SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena Maria B; COSTA, Vanda Maria Ribeiro. *Tempos de Capanema...*, pp.83-84.

distintas, o que nos levou a observar variações, ambiguidades e acomodações em seus discursos frente à política educacional de Vargas.

Alguns homens públicos, dentre estes políticos e intelectuais, vislumbraram, na aproximação entre Igreja e Estado, uma forma de viabilizar seus projetos, como foi o caso de Francisco Campos que, em Minas, ao articular a construção de um projeto político, buscou afastar-se dos moldes nazifascista, aproximando-se das lideranças católicas em busca de apoio político. Este apoio teria um preço: 1) a abertura de maior espaço para a atuação da Igreja Católica no novo plano educacional do governo de Vargas; 2) a inclusão do ensino religioso; e 3) maior autonomia na escolha dos conteúdos a serem ensinados. Estas foram as moedas de troca pelo apoio.

Em Santa Catarina, seria exagero afirmar que Nereu Ramos também tivesse estratégia semelhante (pelo menos na magnitude idealizada por Campos) como forma de viabilizar o apoio necessário para o desenvolvimento de seus projetos. Mas não podemos negar que, nesse período, sua presença, como a de outras autoridades, nas cerimônias de formatura das alunas do Colégio Coração de Jesus, sinalizava certa conciliação entre seu governo e a Igreja. Em seu discurso de formatura, como paraninfo da turma de 1940, salientou reiteradamente a importância da fé e da confiança na missão atribuída às novas gerações de “transformar Santa Catarina em terra cada vez melhor e mais feliz”.³²¹

Em outros momentos, como o 1º de maio de 1938, Nereu Ramos discursou aos operários em frente à Catedral Metropolitana de Florianópolis, ocasião em que buscou estabelecer relação entre fé, trabalho e nacionalidade contra o que ele chamou de materialismo contemporâneo, ideologia alheia ao clima brasileiro, que desorienta e conturba os espíritos.³²² A tentativa, por parte do Estado, de consolidar um projeto totalitário via discursos, datas e lugares simbólicos, foi vislumbrada por Eliana de Freitas Dutra como estratégia ardilosa ocultada nos discursos patrióticos e antirrevolucionários que intencionavam a preservação da ordem e da estabilidade,

(...) brotou-nos a percepção de que o seu vigamento se realizava em cima de quatro pilares discursivos e estratégicos básicos: anticomunismo/revolução, trabalho, pátria e moral. Para eles convergia toda a discussão acompanhada na documentação. A partir desses quatro pilares, espalhou-se pelo todo social um conjunto de práticas, normas e valores que confluíram para a preservação da ordem e da estabilidade social; para o controle das diferenças sociais; para o enquadramento do mundo do trabalho; para a racionalização do poder,

³²¹ RAMOS, Nereu. *Discursos*. Florianópolis: gráfica oficial do Estado de Santa Catarina, 1943, p.171.

³²² *Ibidem*, p.12.

unificando numa perspectiva totalitária empresários, integralistas, Igreja, parlamentares, chefes de governo, burocracia estatal, intelectuais, imprensa.³²³

Em mensagem intitulada Educação Popular – Movimento do Ano Letivo de 1935, apresentada na Assembleia, Nereu Ramos chamou a atenção para a importância do Ensino Religioso.

Tendo como imprescindível a religião na formação moral do homem e considerando a escola leiga como incompatível com o sentimento cristão do nosso povo baixei, na conformidade da Constituição da República, o seguinte decreto, que regulamenta o ensino religioso nos estabelecimentos de ensino público do Estado.

Decreto nº 64 de 9 de agosto de 1935

Considerando que a Constituição da República em seu artigo 153, prescreve que o ensino religioso será de frequência facultativa e ministrado de acordo com os princípios da confissão religiosa do aluno, manifestada pelos pais ou responsáveis, e constituirá matéria dos horários, nas escolas públicas primárias, secundárias, profissionais e normais.

Art. 1 – O ensino religioso de frequência facultativa e ministrado sem ônus para o Estado é nos termos da Constituição da República, considerado parte integrante do ensino público nos estabelecimentos oficiais de instrução, primária, secundária, profissional e normal.³²⁴

O ensino religioso era facultativo e destinado aos estabelecimentos de ensino público. A obrigatoriedade decretada por lei estabelecia que os governadores dos Estados tivessem que se comprometer com as mudanças impostas pelo novo regime. Entretanto, sendo o ensino religioso parte integrante do ensino público, recaía sobre ele a responsabilidade de construir e reforçar os valores da Igreja Católica, mas acima de tudo, de corroborar com a construção de uma identidade nacional.

Ao ocupar o lugar de religião oficial para o Estado brasileiro, a Igreja Católica, ao mesmo tempo, não só não reconhecia as demais práticas religiosas – como a religiosidade praticada pelos descendentes de africanos – como colaborava com o governo no sentido de observar as restrições no uso da língua alemã nas práticas protestantes em áreas de colonização estrangeira espalhadas pelo Brasil. A imposição de uma religião e língua oficial a esses grupos não pode ser interpretada como um processo tranquilo e harmonioso. As resistências tomaram diferentes formas, como evidenciamos no capítulo V deste estudo.

Às vésperas do natal do ano de 1933, Antonieta escreveu uma mensagem em que as palavras Humanidade, Fé e Amor correlacionaram-se através de uma reflexão filosófica e religiosa sobre os destinos da humanidade:

³²³ DUTRA, Eliana de Freitas. *O ardil totalitário. Imaginário político no Brasil dos anos de 1930*. 2ª edição. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2012, p.25.

³²⁴ Acervo de obras raras da Biblioteca Central da UFSC. Educação Popular. *Movimento do ano letivo de 1935*. Departamento de Educação. Estado de Santa Catarina, Imprensa Oficial. Florianópolis, 1935, p.53.

Há mil novecentos e trinta e três anos, a Humanidade gravita ante o nome, as leis, os sonhos, as promessas feiticeiras do máximo pregador do Amor – Cristo. Podem os céticos, aqueles a quem foi negada a preciosa bem aventurança da Fé, discutir-lhe a personalidade divina; podem negá-lo, como Deus, mas o que não é possível desconhecer é o seu lindo e sentimental trabalho, procurando dar aos homens a noção da finalidade da vida – uma escalada, embora dolorida e difícil, em busca de algo mais perfeito e durador.

E os seus gestos, reflexos da sua palavra sábia e amorosa, revelaram aos homens de todas as épocas, a convicção da sua doutrina, onde o Amor é o princípio, a causa, e o fim.³²⁵

Como vimos anteriormente, Antonieta sempre propagou os valores morais e cristãos em seus discursos, mas, nesse momento, sua reflexão vai além de suas convicções religiosas, tornando-se também política, pois, desde o início da década de 30, um movimento de renovação da doutrina católica buscou barrar o avanço das discussões favoráveis à ciência, à razão e, principalmente, ao materialismo. A igreja buscava encontrar seu espaço no novo governo por meio da atuação e do apoio de figuras públicas como Jackson de Figueiredo, jornalista, professor e advogado, e de Alceu Amoroso Lima (Tristão de Ataíde), professor, crítico literário e liderança religiosa importante.

Inicialmente a Igreja Católica manteve-se contrária à Revolução de 30. Representantes seus e do governo buscaram encontrar uma forma em que ambos os interesses se acomodassem, o que foi encontrado com a aprovação do decreto que facultava o ensino religioso nas escolas públicas.³²⁶ Embora não faça referência direta ao movimento, Antonieta de Barros foi partidária e defensora de ideais semelhantes aos de Alceu Amoroso Lima, líder do movimento católico em Minas. Para Alceu era possível estabelecer uma ordem social com base nos valores morais, éticos e cristãos, mas, de acordo com os princípios da filosofia racional, posicionou-se contrário ao uso da força em detrimento da razão. Nas colunas de Antonieta evidenciamos, além de sua militância pelos valores morais e cristãos, a defesa dos valores éticos, da necessidade de evolução e de aperfeiçoamento do homem por meio da educação, e a condenação aos conflitos e ao uso da força. Neste sentido, desdobrava-se em elogios à Cruzada pela Educação das massas:

O analfabetismo, entre nós, tem sido uma das preocupações dos que olham, com um pouco de carinho, para a grande pátria.

A Cruzada Nacional de Educação, recém-fundada na Capital Federal, tem o alto objetivo da destruição da negrejante calamidade.

³²⁵ Jornal *República*, de 24 de dezembro de 1933, p.01.

³²⁶ SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena Maria B; COSTA, Vanda Maria Ribeiro. *Tempos de Capanema...*, pp.72-74.

É uma obra altruística e de infinita elevação moral. Tanto mais elevada quanto a Cruzada não se propõe, exclusivamente, a fazer conhecer a maravilha do alfabeto, mas a dar também aos futuros cidadãos, noções de educação moral e cívica. Ouvindo o grito de guerra a um mal, que é, ao mesmo tempo, uma vergonha, ficamos a pensar se, simultaneamente, não se deveriam sanear os cérebros cultos, mas doentios que proliferam por esses Brasis em fora. Os que formam espíritos, os que orientam povos, por meio da palavra escrita, os cérebros produtores de livros e de jornais, gosando de grande influencia na formação da mentalidade das massas, tem enorme responsabilidade por esse seu mister.³²⁷

Ainda sobre as massas e seu poder, a jornalista já chamava a atenção, no final da década de 20, para essa força ainda pouco conhecida e temerosa: a multidão.

A multidão é, sempre, um ser acéfalo. Age, levada pela onda de entusiasmo, ou de ódio, de alegria, cujo movimento tem princípio numa voz que, sempre, encontra eco. E essa voz actua, reperente e se transmite e domina a multidão, como se cada indivíduo fosse o elo duma grande cadeia, junto da qual houvesse passado uma centelha.³²⁸

A preocupação com as massas, seu poder e seu controle, passou a permear os seus discursos desde o final da década de 20, intensificando-se na década seguinte. Em época de crise econômica, de ascensão de governos populistas e autoritários e das tentativas de mobilização das massas, Antonieta parecia antecipar-se aos fatos que marcaram a conjuntura política nacional e internacional nas décadas de 30 e 40,

Todo o sentimento humano, quando transmitido ao povo, com a voz do coração, invade-lhe a alma, como vento em casa de janelas escancaradas. Reunidos pela curiosidade, os homens se agitam ao sabor das falas dos que vibram por um sentimento qualquer, e se tornam água dum mesmo mar, raios oriundos de um só foco, iluminando ou destruindo, segundo as vibrações do foco, donde emanam. E essas falas eletrizantes, possuídas de um entusiasmo gritante e comunicativo, arrastam e fazem-nas espoucar em gargalhadas ou em vaias, bater palmas ou atirar pedradas. E cada um desses homens, capaz de se tornar incendiário, capaz dos maiores absurdos, é, isolado, um ser pacato que teme as mais das vezes, um gesto desabrido, uma palavra menos polida.³²⁹

Ainda no âmbito internacional, a crise do pensamento liberal (agravado com a quebra da bolsa em 1929, afetando a economia em uma escala mundial), abria espaço para a ascensão dos regimes totalitários como o nazismo, o fascismo, o salazarismo, o franquismo na Europa, e o populismo na América. “O sucesso das experiências italiana e

³²⁷ Jornal *República*, 26 de junho de 1932, p.01.

³²⁸ Jornal *Folha Acadêmica*, 1º de agosto de 1929.

³²⁹ *Idem*.

alemã serviu de inspiração para reformas políticas que ocorreram em alguns países latino-americanos: Brasil e Argentina especialmente”.³³⁰

Um pouco antes, na década de 20, o crescimento dos movimentos sociais estimulados pela Revolução Russa “assombraram setores das elites intelectuais e políticas brasileiras”.³³¹ Estes, na medida em que solidificavam suas bases, passaram a influenciar com seu conteúdo ideológico na construção de uma nova configuração política, conquistando a admiração de alguns setores e a antipatia de outros. Seus discursos sedutores buscavam justamente a mobilização voluntária das massas em torno de modelos políticos autoritários. Sobre a natureza do movimento totalitário, Hannah Arendt esclarece:

Os movimentos totalitários são organizações maciças de indivíduos atomizados e isolados. Distinguem-se dos outros partidos e movimentos pela existência de lealdade total, irrestrita, incondicional e inalterável de cada membro individual. Essa exigência é feita pelos líderes dos movimentos totalitários, mesmo antes de tomarem o poder e decorre da alegação, já contida em sua ideologia, de que a organização abrangerá, no devido tempo, toda a humanidade.³³²

No Brasil, algumas organizações civis/militares, surgidas ao longo da década de 30, abarcaram diferentes correntes ideológicas,³³³ dentre estas, a Legião de Outubro, pensada por um grupo do qual faziam parte políticos mineiros e gaúchos. A Legião foi a alternativa pensada com a intenção de arregimentar forças para a consolidação do novo projeto político, e de assegurar o poder conquistado com a Revolução de 30. Schwartzman, Bomeny e Costa a definem da seguinte forma:

Organizações de mobilização social no estilo da Legião de Outubro têm algumas características bem definidas. Elas não são, simplesmente, organizações governamentais, já que a participação em seus quadros é aparentemente voluntária, e o grau de envolvimento das pessoas é muito maior do que o de simples burocratas ou cidadãos no cumprimento de suas atividades rotineiras. Elas não são, no entanto, organizações da sociedade civil, já que dependem, no mínimo, da anuência de pessoas dotadas de poder político e da proximidade com a estrutura militar da sociedade civil.³³⁴

³³⁰ CAPELATO, Maria Helena. O Estado Novo: o que trouxe de novo? In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O Brasil Republicano...*, p.109.

³³¹ *Ibidem*, p.110.

³³² ARENDT, Hannah. *As Origens do totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p. 373.

³³³ Referimo-nos à Ação Integralista em 1932, ainda sob o governo provisório de Vargas e a Aliança Nacional Libertadora, em 1935, período em que Vargas havia sido eleito – movimentos distintos que surgiram sob diferentes conjunturas e de bases ideológicas opostas.

³³⁴ SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena Maria B; COSTA, Vanda Maria Ribeiro. *Tempos de Capanema...*, p.56.

No entanto, faz-se necessário algumas ressalvas, no caso do Brasil, Vargas compartilhava alguns traços com o fascismo europeu, como por exemplo, a ênfase no poder Executivo personificado numa única liderança, a representação de interesses de grupos e classes sociais num arranjo corporativo, isto é, sob a forma de uma política de colaboração entre patrões e empregados tutelada pelo Estado, além da crença na capacidade técnica posta a serviço da eficiência do governo. Desta foram, não se tratava de um regime fascista, e menos ainda da reprodução de um modelo fascista europeu, sua natureza era outra, era autoritária, modernizante e pragmática.

Quanto a mobilização social, não estamos afirmando que houve uma adesão alienada das massas a esses movimentos, apenas estamos evidenciando o projeto político que se queria implantar. Tal projeto ambicionava a mobilização das massas e o controle destas, fosse através da atuação de organizações ou da educação.

Nesse mesmo período, nos escritos de Antonieta, pode-se notar ainda um sentimento de descrença e de desconfiança em relação às benesses que o discurso de civilização e progresso apresentava. De certa forma, essa também era uma estratégia para fortalecer a crítica ao pensamento liberal. Em sua coluna de 20 de janeiro de 1932, que trazia o texto intitulado: “Civilização e o avesso de Tudo nos une e nada nos separa”, o tema civilização e a crítica a seus pressupostos foram a tônica de sua discussão.

À marcha evolutiva dos povos e das sociedades, dá-se o nome de civilização. Procurando adaptar-se aos códigos e às leis em que ela enfeixa os costumes, os homens vivem em atitudes postiças, como manequins da grande comédia, compenetrados do enorme valor que lhes dá o diploma de civilizados. Todavia, no fundo, são os mesmos de todos os tempos.³³⁵

Mais uma vez Antonieta expressava todo o seu desagrado com a civilização, sua crítica tinha por base os valores humanistas, sempre presentes em suas reflexões. Para ela, civilização representava o lugar das falsas atitudes, da hipocrisia e do egoísmo, exigindo do sujeito um esforço para manter as aparências.

Na tentativa de compreender um pouco mais sobre o tema civilização, percebemos a necessidade de recorreremos ao estudo do sociólogo alemão Norbert Elias. Sobre o tema, o pensador estabeleceu relação direta entre a formação da sociedade ocidental e os sentidos da palavra civilização em algumas culturas. Elias afirma que a sociedade ocidental passou por um processo civilizador iniciado na Europa por volta dos séculos XIV e XV, estendendo-se por toda a Modernidade. O autor discute ainda os

³³⁵ Jornal *República*, 26 de janeiro de 1932, p.01.

diferentes sentidos do termo civilização para ingleses, franceses e alemães. Em suma, para ele,

(...) o conceito expressa a consciência que o Ocidente tem de si mesmo. Poderíamos até dizer: a consciência nacional. Ele resume tudo em que a sociedade ocidental dos últimos dois ou três séculos se julga superior a sociedades mais antigas ou a sociedades contemporâneas “mais primitivas”. Com essa palavra, a sociedade ocidental procura descrever o que lhe constitui o caráter especial e aquilo de que se orgulha: o nível de *sua* tecnologia, a natureza de *suas* maneiras, o desenvolvimento de *sua* cultura científica ou visão do mundo, e muito mais.³³⁶

Ao compararmos a discussão elaborada por Elias a crônica de Antonieta, percebemos que a jornalista aproxima-se do sentido empregado ao termo pelo sociólogo alemão, quando este associa o sentido de civilização ao de desenvolvimento e superioridade. Do mesmo discurso de civilização, segundo o sociólogo alemão, faziam parte também os ideários do progresso e do desenvolvimento científico, identificado por Antonieta como marcha evolutiva.

Um outro aspecto importante nesse processo foi discutido pelo pensador alemão. Por meio da análise do comportamento psicológico (psicogênese), Elias apreendeu o processo de mudança em que sujeitos moldam-se de acordo com as transformações sociais. A introjeção de valores e novos comportamentos, como o autocontrole (a contenção dos instintos) e, principalmente, a supressão dos desejos, eram preços a serem pagos pela civilidade. Tal modelo de comportamento expandiu-se para outras regiões e, em muitas delas, passou a ser considerado sinônimo de boa educação/civilidade. Ocorre que o sujeito civilizado é também aquele que carrega consigo a civilidade, e neste sentido, como afirma Antonieta, procura “adaptar-se aos códigos e às leis em que ela enfeixa os costumes; os homens vivem em atitudes postiças, como manequins da grande comédia (...)” Tanto Antonieta quanto Elias percebem as atitudes postiças e a superficialidade do discurso de civilização.

A capacidade belicosa do discurso de progresso e desenvolvimento científico foi reiteradamente ressaltada por Antonieta que, do seu canto, denunciava as ambiguidades de tal discurso. Vale lembrar que Antonieta vivenciou, até o início da década de 30, mesmo que à distância, os conflitos armados pelas disputas de terras na região do Contestado, a Primeira Guerra Mundial, a Revolução Russa, as Revoltas Tenentistas que pipocaram em diferentes Estados do Brasil e, de perto, as reverberações da Revolução de

³³⁶ Sobre essa discussão ver: ELIAS, Norbert. *O processo civilizador*. Capítulo 1: Da sociogênese dos conceitos da ‘civilização’ e ‘cultura’. Vol. I. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994, p. 23. (grifos do autor).

30. Esta atmosfera de desconfiança e insegurança, que envolvia a conjuntura política nacional e local, no início dos primeiros anos do governo provisório de Vargas, transparecia em seus escritos. Ainda na mesma coluna, encontramos outros vestígios de seu sentimento de desconfiança e desesperança:

Que o diga o carinho requintado com que aperfeiçoam os instrumentos de destruição, para, quando chegar esse futuro incerto, mas esperado sempre, se devorarem mutuamente...

Os povos se agitam, sob uma atmosfera de desconfiança, como se houvesse eternamente pronta, armada uma fogueira, à espera da fagulha, capaz de acendê-la. Apesar de toda a ilustração; apesar de vivermos no século, chamado das luzes, os homens continuam a descreer das lindas utopias, próprias para os compêndios de creança, tais como as decantadas solidariedade e fraternidade humana.

Apesar de toda ilustração; apesar de vivermos no século, chamado das luzes, os homens continuam a descreer das lindas utopias, próprias para os compêndios de criança, tais como as decantadas solidariedades e fraternidade humanas. O Universo, socialmente falando, é regido por um único princípio:

“Nada nos une e tudo no separa.”

E o sonhador inexperiente, sondando, por segundos, o infinito de maldade que a civilização, apesar de tudo, tem trazido e conservado, sob a sua proteção valiosa, abisma-se perplexo e indeciso, indagando a sua profunda incompreensão, se esta deusa a que os homens se apegam, e em nome de quem pontificam, do alto do seu trono, não passa de um título pomposo, mascarador de todas as maluqueiras e maluquices duma época.³³⁷

Mas a quem interessaria tal discurso? Quais os possíveis usos políticos que Antonieta poderia estar fazendo dele? Novamente, observamos que há nesse momento, nas páginas do *República*, um ataque aos valores pregados pelo discurso de civilização e de progresso, visto como ilusório por pregar um sentido universal. Já a crítica ao pensamento liberal manifestava-se por meio do ataque ao individualismo. Nos discursos de Antonieta, o individualismo é sinônimo de egoísmo, e o termo ganha ainda mais sentido quando colocado em contraposição ao de coletividade e fraternidade. O próprio título da coluna “Civilização e o avesso de Tudo nos une e nada nos separa” – que era uma frase dita pelo presidente argentino Roque Saens Peña, no início do século XX, quando o país buscava a unidade e a manutenção das boas relações diplomáticas com o Brasil – já evidencia o apelo feito por Antonieta à coletividade e à unidade.

Os valores morais e cristãos defendidos por Antonieta reforçavam suas críticas à modernidade, à civilização, ao progresso e, principalmente, ao individualismo. Seu discurso corrobora para o entendimento de que essa sociedade, principalmente a partir do final do século XIX, passou a estimar muito mais os valores ditos individuais, em detrimento dos coletivos. Ao enfatizar esta perspectiva de leitura do social, a cronista

³³⁷ Jornal *República*, 26 de janeiro de 1932, p.01.

aludia à necessidade de novos valores como a fraternidade, a coletividade e a unidade, valores estes que também passaram a ser cada vez mais enfatizados pelo governo, ao longo das décadas de 30 e 40, preocupado que estava em mobilizar as massas em torno de seus projetos.

Na crônica de 14 de fevereiro de 1932, publicada na segunda página do *República*,³³⁸ Antonieta reverbera novamente sobre as mudanças, desta vez no cotidiano da cidade. Em suas reflexões, certo sentimento de nostalgia dividia espaço com suas preocupações com o futuro (lugar de esperança e alegria, bem como de incerteza), o passado (em alguns momentos era sinônimo de atraso, em outros assumia um sentido positivo e nostálgico) e o presente (era representado como o lugar da ação, da realização por meio do trabalho, e da luta contra as desigualdades). Na maioria das vezes, o horizonte de expectativas de Antonieta era fechado, como podemos observar no repertório de queixas baseadas na relação entre passado/futuro, experiências e expectativas.³³⁹

A alma popular. A luz elétrica e as serenatas. Cartas sem fisionomias.

Os costumes, verdadeiramente nacionais, a essência, o quid característico do individualismo duma nação encontram-se entre o povo.

A alma popular guarda, carinhosamente, tudo quanto individualiza e distingue as nacionalidades.

Conservadora, sem ser rebelde, ela, como que fugindo, instintivamente, às cópias estrangeiras, constituiu-se a depositária de costumes e tradições, que o progresso, a marcha triunfal dos hábitos importados abafa, entre os que não são povo.

Progressos materiais há, no entanto, que, insensivelmente, roubam o encanto dos costumes populares.

A' Claridade romântica da lua, diante da qual era nula a luz fraca dum lampeão a querosene, os Romeus costumavam, nesta nossa ilha, encantar as Julietas a maviosidade do...

Acorda, oh! Minha bela! ou simplesmente, os menos audaciosos, com uma música, muito doce, lembrando, talvez, a entrada do Paraíso de Dante.

E a vizinhança, meio desperta, olhos semi cerrados, ouvidos atentos, tinha palavras de louvor, e desejos de pedir bis, quando morriam os últimos acordes.

A luz elétrica, embora fraca, como é a nossa, fez morrer a ternura, o encanto existente nas serenatas.

Há qualquer cousa de cômico na atitude dos cantores noturnos, depois que um excesso de claridade quebrou a doçura mágica do luar.³⁴⁰

Em um mesmo discurso, correlacionou três temas latentes naquele período, a identidade nacional, a modernidade e o progresso. As características referentes ao

³³⁸ Fato raro, pois sua coluna dominical sempre era publicada na primeira página da folha. Ao observarmos aquela edição, não notamos nada de excepcional em sua primeira página, apenas assuntos comumente tratados e nenhuma grande notícia.

³³⁹ KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado. Contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto, Editora da PUCRIO, 2006, pp.305-327.

³⁴⁰ Jornal *República*, 14 de fevereiro de 1932, p.02. (grifos do autor).

primeiro tema, segundo Antonieta, poderiam ser encontradas nos costumes do povo e representavam a essência da nacionalidade do povo brasileiro.

Esse é o momento em que, no Brasil, as discussões sobre a identidade nacional tomam uma proporção política e social até então nunca assumida. Desde o fim do século XIX e as primeiras décadas do século XX, essa era uma questão fulcral para os intelectuais brasileiros que, a partir dos anos 20, romperam com o isolamento causado pela decepção com a República, colocando-se a serviço do Estado com o propósito missionário de restauração da nação. A reaproximação desses intelectuais acompanhou um movimento global, através da defesa do nacionalismo, da modernização cultural, do ressurgimento católico e do combate ao pensamento liberal.³⁴¹ Podemos inserir ainda, nesse bojo, a peleia contra o comunismo. A Semana de 22 foi um momento fundador e contribuiu para a difusão do conteúdo reformador. “Uma modernidade ideológica e irônica, portanto, que mescla o cosmopolita e o nacional, mas que representa, sobretudo, uma opção pelo nacional”.³⁴² Nesse turbilhão de ideias, intelectuais como Alberto Torres e Oliveira Viana intensificaram o combate ao pensamento liberal.

A pressão antiliberal, por sua vez, acompanhou a difusão dos diversos nacionalismos. O liberalismo daí em diante, também seria tido como produto importado, inadaptável ao solo brasileiro. Foi ao liberalismo que Alberto Torres atribuiu o fato de que, no Brasil, a política fosse “de alto a baixo, um mecanismo alheio à sociedade, perturbador da sua ordem, contrário ao seu progresso”.³⁴³

Oliveira Viana, que se tornou um dos mais “notáveis teóricos da organização autoritária, assim se expressou: Os elementos liberais [...] inspiram-se em teorias e ideias exóticas e refletem as campanhas políticas que agitam então o cenário europeu e o americano”.³⁴⁴ Antonieta parece compartilhar desta perspectiva, pois condena as cópias estrangeiras, a modernidade e o progresso material, elementos que, segundo ela, seriam os responsáveis por roubar o encanto dos costumes populares. Ao final da crônica na qual critica o tempo, por exemplo, compreendemos que a sua percepção da temporalidade é linear e evolutiva.

Para além de seu discurso nacionalista, as mudanças ocasionadas pelo progresso, simbolizado pela máquina de escrever e pela luz elétrica, representavam, nos escritos de

³⁴¹ PÉCAUT, Daniel. *Os intelectuais e a política no Brasil. Entre o povo e a nação*. São Paulo: Editora Ática, 1990, p.24.

³⁴² *Ibidem*, p.27.

³⁴³ TORRES, *apud*; PÉCAULT, Daniel. *Os intelectuais e a política no Brasil...*, p.28.

³⁴⁴ VIANNA, *apud*; PÉCAULT.

Antonieta, uma evolução que instituía um preço: a morte da individualidade, dos costumes e até mesmo do romantismo. Nas reflexões de Hannah Arendt, a autora analisa a ruptura entre o passado e a época moderna fundamentando sua análise em três momentos importante na história política do ocidente: 1) em 1776, a ruptura entre as Colônias Americanas do Norte e a Inglaterra; 2) em 1789, a Revolução Francesa e a ruptura com o absolutismo; 3) em 1956, as manifestações estudantis em Bucareste, contrárias à dominação da antiga União Soviética. A autora afirma ainda que a crise no mundo atual é basicamente de natureza política, e que a ruptura com a tradição reflete a incapacidade dos homens de exercerem essa atividade política, o que produz certa alienação do mundo e conduz a uma situação em que “o homem, onde quer que vá, encontra apenas a si mesmo”.³⁴⁵ Esta relação fica mais clara no prefácio de sua obra, quando Arendt fala da existência de um tesouro que, entretanto, foi-nos deixado sem testamento.

O testamento, dizendo ao herdeiro o que será seu de direito, lega posses do passado para o futuro. Sem testamento ou, resolvendo a metáfora, sem tradição – que seleccione e nomeie, que transmita e preserve, que indique onde se encontram os tesouros e qual o seu valor – parece não haver nenhuma continuidade consciente no tempo, e portanto, humanamente falando, nem passado nem futuro, mas tão-somente a sempiterna mudança do mundo e o ciclo biológico das criaturas que nele vivem.³⁴⁶

Ainda em sua crônica, Antonieta utilizava-se de trechos de obras da literatura universal buscando encontrar, quem sabe, um fio condutor que desse sentido a seu pensamento.

Houve, já, quem dissesse serem as cartas – pedaços d’alma.
Eu, de mim, quero crer nada mais são que instantâneos, codaquizados de surpresa, pela indiscrição da sinceridade.
Assim, as cartas teem fisionomias. Vitaliza-as a sensibilidade de quem as escreveu.
Esta vitalidade, porém, depois que o homem, na sua alta compreensão da pressa com que a vida passa, querendo vencer o tempo, creou a máquina de escrever, dissiminou-se, tomou a feição de esfinge.
Que é da grata sensação de receber umas linhas e procurar ler, através dos caracteres, os impulsos anímicos que as produziram?
É impossível reconhecer, sob a mascarização da letra de forma, a sinceridade de qualquer sentimento, quando a alma investigadora não se satisfaz com o sentido das palavras procura ir além...
O progresso que abrevia o tempo, dando-lhe a ilusão de uma vida, roubou-nos a possibilidade única de convivemos, seguramente, ou com maior segurança, com a alma dos que nos escrevem, através dums simples sinais, denunciadores

³⁴⁵ AREND, Hannah. *Entre o passado e o futuro*. 5ª edição e 2ª reimpressão. São Paulo: Editora Perspectiva, 2003, p.125.

³⁴⁶ AREND, Hannah. Prefácio: A quebra entre passado e futuro. In: *Entre o passado e o futuro...*, pp.28-42.

do seu estado psíquico, porquanto, de amor ou ódio, pêsames ou parabéns, anônima ou não, as cartas tem o mesmo semblante impenetrável, imutável, inalterável na dissimulação da letra de fôrma.³⁴⁷

Em suas críticas à modernidade, não deixou de observar qual seria o lugar que a mulher ocuparia nesse processo. Em seus escritos, buscou também questionar o lugar social que a mulher ocupava e percebeu que a inclusão da mulher em uma sociedade moderna somente seria possível através da educação. Sua própria experiência como mulher negra, proveniente das classes populares e que buscou inserir-se naquela sociedade por meio da carreira de professora, ofereceu a ela subsídios para essa reflexão.

Como afirmamos no início deste capítulo, Antonieta percebeu que a educação era um instrumento importante para romper os limites e alcançar a mobilidade social. Neste sentido, buscamos perceber mudanças e permanências nos discursos da cronista e professora mediante os diferentes espaços de formação educacional que passou a frequentar a partir de 1937.

4.3. Coração de Jesus e Revista *Pétalas* – Preparando candidatas para os “Bons Partidos”.

O Colégio Coração de Jesus, instituição confessional católica destinada principalmente à educação feminina, tinha como principal função a formação de mulheres dentro dos valores normativos que as classificavam como mulheres honradas e de bem.³⁴⁸ A educação tinha por base os valores morais e cristãos, o que parecia estar em consonância com os desejos da elite local. Nesse espaço, a formação da mulher para a carreira de professora era secundária, pois a principal preocupação da instituição era oferecer uma sólida formação, calcada nos princípios morais rigorosos, em que a função de mãe zelosa vinha antes da carreira de professora, e a família antes da escola. Neste sentido, a instituição pautava-se na imagem de uma mulher idealizada, construída como o modelo de mulher desejado a partir dos valores culturais.

A instituição educacional era a responsável pela publicação da revista *Pétalas*. Por meio desta revista buscamos discutir a construção dessa mulher, mãe e professora. Em

³⁴⁷ Jornal *República*, 14 de fevereiro de 1932, p.02.

³⁴⁸ No período no qual a pesquisa situa-se, essa instituição recebia apenas meninas. Atualmente a mesma continua sendo uma das mais importantes instituições de ensino do estado e é destinada à educação de um público de ambos os sexos.

suas páginas, encontramos escritos diversos produzidos pelas próprias alunas. Através desses escritos, buscamos compreender valores e normas que pautavam o comportamento feminino. A historiadora Maria Teresa Santos Cunha, em seu estudo sobre a construção de representações sociais do “ser professora” – presentes nos discursos de formatura das alunas do Curso Normal do Colégio Coração de Jesus, entre os anos de 1945 e 1960 – observou:

“Pétalas” era o nome de uma revista escolar, criada em 1933, como um periódico semestral das alunas do Colégio Coração de Jesus, em Florianópolis\Santa Catarina e “*sob a responsabilidade da Irmã Diretora, expressão solenemente grafada na primeira página desde o número inicial até o número 39, que agrupam os anos de 1960-1961*”.³⁴⁹

Sobre a escolha do título Pétalas, que dá nome e sentido à revista, Cunha comenta:

A Revista tinha como objetivo, declarado pela própria Irmã Benwarda, diretora do Colégio à época de sua fundação, “*depor uma pétala de alegria nos corações de minhas alunas e ex-alunas*” (...) para que “*prossigam no trilho sacrossanto do cumprimento do dever*” (...) para *desempenhar fielmente o papel proeminente da mulher cristã e educadora*” (Pétalas 1, 1933).³⁵⁰

Em suas páginas, encontramos discursos que buscaram enaltecer, em diferentes momentos, as figuras políticas, os símbolos nacionais (como a bandeira) e a datas cívicas (o descobrimento do Brasil, o 7 de setembro e o 15 de novembro). O caráter positivista e nacionalista de seu modelo pedagógico pôde ainda ser notado nas exaltações aos heróis nacionais e às batalhas. A percepção de tais conteúdos, no qual ainda podemos inserir o moral e o religioso, levou-nos a concentrar nossas análises nos exemplares impressos entre os anos de 1937 e 1945, período em que Antonieta de Barros lecionou nessa instituição, e que Nereu Ramos esteve à frente do governo como interventor nomeado por Vargas. Buscamos, através das preocupações educacionais explicitadas, dos conselhos e das orientações às alunas e ex-alunas, perceber qual o modelo educacional vigente nessa instituição. Buscamos perceber também, por meio dos discursos das alunas e das autoridades, uma possível sintonia entre a instituição e o governo.

³⁴⁹ CUNHA, Maria Teresa Santos. “Centelhas de Idealismo. O ‘ser professora’ nos discursos de formatura do Curso Normal: A voz das oradoras”. Florianópolis, 1945-1960. In: SCHEIBE, Leda; DAROS, Maria das Dores. (Orgs). *Formação de professores em Santa Catarina*. Centro de Ciências da Educação. Núcleo de Publicações – NUP, 2002, p.72.

³⁵⁰ *Ibidem*, p.72. (grifos do autor).

Os discursos analisados explicitam desde as preocupações com o cultivo das virtudes e dos bons costumes, até a ênfase na formação da mulher-professora. Os valores morais e católicos formavam a base de uma educação a ser oferecida à criança desde o lar. A imagem exteriorizada da mulher educada nesses princípios deveria ser aquela que correspondesse à ponderação, à delicadeza, ao recato e ao decoro.



Imagem 37 – Alunas posando para fotografia, ano de 1939

Os gestos ponderados, o sorriso discreto, como forma de simpatia, e o decoro (demonstrado nas roupas, nas saias longas abaixo dos joelhos e nas camisas brancas de mangas longas e abotoadas até o pescoço, bem como a postura corporal) materializam a imagem da mulher respeitável e civilizada, ideal para os padrões burgueses. A ênfase na importância dos valores morais escondia a preocupação com a preservação da honra da família. As décadas de 20 e 30 foram marcadas pela mobilização das mulheres em prol de causas variadas (participação em movimentos feministas e operários, ingresso em associações caritativas e em Ligas em defesa dos valores cristãos), inseridas no discurso de modernização e progresso da sociedade. O fato é que essas mulheres foram conquistando direitos e novos espaços, fossem estes a fábrica, o comércio ou as escolas.

Em sua análise sobre a honra e as interpretações conflitantes sobre este tema, e exatamente em um momento em que a moralidade era peça fundamental para a construção da modernidade e da nação, Sueann Caulfield afirma: “Depois de instaurar o Estado Novo, Vargas iniciou um esforço sem precedentes com o suposto objetivo de zelar pela moral pública e pelos valores da família, vinculando-os explicitamente à honra

nacional”.³⁵¹ Ainda segundo a autora, para as autoridades religiosas, políticas e profissionais, assim como para a elite, a honra familiar era a base da família e esta, a base da nação. As mudanças socioculturais ocorridas entre o final do século XIX e o início do XX, “havia modificado de forma irreversível as concepções tanto popular como jurídica sobre as relações de gênero e a família”. Mudanças que, segundo Caulfield, tomaram forma concreta na redefinição de família, honra e crimes sexuais nas leis brasileiras no Estado Novo.³⁵²

Joana Maria Pedro, em pesquisa sobre o tema em Desterro, Florianópolis, no final do século XIX, evidencia os novos papéis femininos na formação das elites locais, ao mesmo tempo em que denuncia as estratégias políticas com que essas elites enfrentavam os obstáculos na transição do Império para a República. Joana coloca no centro do debate as relações sociais, as formas de sobrevivência, táticas e estratégias de organização familiar e de trabalho das elites e das classes populares durante o processo de urbanização da capital. A autora deu visibilidade às experiências de mulheres das classes populares, ao mesmo tempo em que discutiu o conteúdo ideológico presente nas imagens estereotipadas dessas mulheres, revelando os discursos machistas e misóginos nas páginas dos jornais daquela cidade.

(...) papéis prescritos, as imagens idealizadas, que principalmente através dos jornais, eram veiculados, encontravam resistência nas formas costumeiras de sobrevivência das camadas populares; e, até mesmo entre as classes médias e a elite, muitas dessas imagens não eram seguidas.³⁵³

O modelo desejado nem sempre era seguido por todas as mulheres, até mesmo por aquelas pertencentes às classes média e elite, como lembra-nos Joana Maria Pedro. Fugir à norma, ceder aos desejos, ou ainda, agir pelo impulso, foram atitudes que marcaram a trajetória de vida de muitas mulheres, independentemente de sua condição social.

Além dos valores morais, o objetivo da educação e seu papel social eram constantemente ressaltados nos discursos das alunas nas páginas da revista *Pétalas*.

A educação é a matriz universal da felicidade humana
Para entrar a falar sobre este pensamento de Rui Barbosa,
Necessário se tornar a dizer algo sobre a educação, em si.

³⁵¹ CAULFIELD, Sueann. *Em defesa da honra. Moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro (1918-1940)*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2000, p.27.

³⁵² *Idem*.

³⁵³ PEDRO, Joana Maria. *Mulheres honestas, mulheres faladas: uma questão de classe*. Florianópolis: Editora da UFSC, 1998, p.122.

Dupanloup diz que educar é formar o homem inteligente e bom. É preparar o homem completo para a vida, desenvolvendo-lhe as inclinações boas e fazendo desaparecer as más.

Como sabemos o homem é um ser social, vive em sociedade, precisa, portanto, imprimir no seu caráter sentimentos nobres, para poder viver em harmonia com todos.

Precisa ter a inteligência da vida que lhe facultará a possibilidade de adaptação. Segundo Pestalozzi, não basta ao indivíduo só aprender a verdade, mas, também o querer, o poder do que é reto.³⁵⁴

A educação é a grande responsável por moldar e civilizar os sujeitos, apesar da dualidade intrínseca a ela: a educação tinha um duplo sentido, pois educar era preparar o homem para a vida em sociedade e, ao mesmo tempo, despertar nele a capacidade de adaptação às vicissitudes. Seu caráter regenerador e humanista fundamentava-se nos valores da doutrina cristã de Dupanloup e Pestalozzi, para quem educação era sinônimo de doação. Esses valores foram ressaltados na fala da aluna Déspina Spirides.

A garantia da formação e do culto aos valores cívicos e patrióticos era assegurada pela participação dessas mulheres em desfiles e homenagens em datas simbólicas, como o 7 de setembro, o descobrimento do Brasil e o dia da bandeira.

Cinquentenário da República

Foi em 15 de novembro de 1889...

O Brasil, que vinha sendo minado pelas ideias liberais de seus filhos, recebeu sem grande espanto, quase que imperceptivelmente, a notícia de que fora anulado o seu regime governamental.

Dessa epopeia se comemorará em poucos dias, o “cinquentenário”.

A República brasileira foi proclamada, ao contrário de todas as demais nações, sem derramamento de sangue.

Deodoro da Fonseca, com o golpe decisivo de 15 de novembro, derruía um trono e proclamava o regime dos direitos e da liberdade, vingando assim a esteira de mártires que fora a nossa história, desde 1710, o 2º reinado. (...).

O culto à família, tradição das mais belas na terra de Santa Cruz, é, sem dúvida, fator preponderante para a unidade nacional. (...).³⁵⁵

Por meio de uma narrativa factual e elogiosa, evidencia-se a importância da data, e a ação autoritária dos militares é legitimada pelo fato de não ter havido derramamento de sangue, nem conflito armado. A República foi dada, anulando qualquer possibilidade de participação popular. Ao mesmo tempo em que sugere a vitória do pensamento liberal, fala também em golpe. Em seu discurso, entrelaçam-se dois fatos importantes: a Guerra dos Mascates, em 1701, e a Proclamação, em 1889, contrapondo os sentidos de

³⁵⁴ Revista *Pétalas*, junho de 1939, p.06. (grifos do autor).

³⁵⁵ Revista *Pétalas*, dezembro de 1939, p.07.

exploração (possivelmente uma referência à presença portuguesa), e de liberdade (com seu sentido alicerçado nos ideais republicanos).



Imagem 38 – Alunas em diferentes atividades, ano de 1939.

Os registros fotográficos intercalavam as manifestações patrióticas, os passeios, as excursões, bem como os atos religiosos, desde os mais simples aos de grande pompa.



Imagem 39 – Comemoração do Jubileu do Antístite, ano de 1939.

O edifício dessa instituição de ensino, próxima ao centro da cidade, nas décadas de 30 e 40, era monumental e simbolizava a materialização da tradição e dos costumes sustentados pela elite local. A educação oferecida neste espaço às mulheres reforçava os valores defendidos pelo Estado Novo.

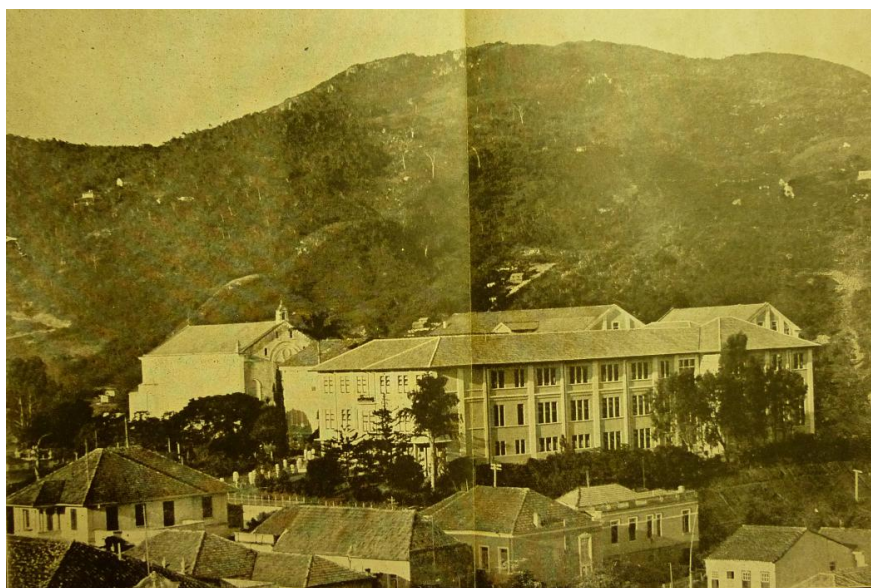


Imagem 40 – Detalhe da vista parcial externa do colégio, ano de 1939.

Construção imponente e que se destaca entre os demais edifícios na paisagem. Esse espaço impressionava (e ainda impressiona), tanto pelo seu estilo, como pela sua organização, exercendo certo fetiche sobre quem o visitava, o frequentava ou apenas o observava por entre seus muros e portões.

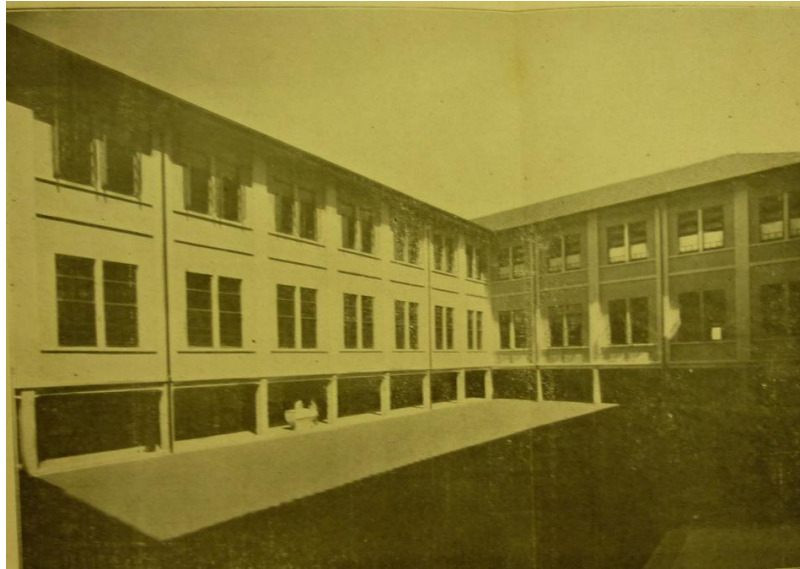


Imagem 41 – Detalhe do pátio interno do colégio, ano de 1936.

RISOS E FLORES

Para nós que começávamos o curso normal primário, muitas eram as novidades este ano. Pela primeira vez tivemos permissão de usar saia de tirantes e a blusinha branca de que tanto gostamos.

Ao chegarmos à aula no dia de S. José inexplicável foi a nossa alegria ao sabermos que no Colégio íamos assistir a uma sessão cinematográfica. Só ao lembrarmo-nos de que no Colégio há cinema e falado, não cabíamos em nós de contentes.

Apreciamos muito as aulas de educação física, que tínhamos as terças feiras e sábados num grande salão onde há trapézios, bastões e alteres. A professora, a boa d. Francelina, é de uma paciência imensa, ensina jogos muito bonitos. O jogo serve para tornar as pessoas mais fortes. Alguns jogos são excelentes para divertimento e para desenvolver os músculos.³⁵⁶

Nesse segmento, extraído da edição de *Pétalas* de 1938, uma das alunas do primeiro ano normal primário faz um recorte de seu cotidiano no colégio, no qual observamos o rigor das normas, a presença de um meio de comunicação e educação importante para a época, o cinema, a preocupação com o corpo presente na importância dada aos exercícios e atividades esportivas – vestígios do discurso eugenista que tomou as páginas das revistas de educação entre as décadas de 30 e 40. A escrita foi construída na forma de um relato, e quem escreveu colocou-se como participante, dando pouca ênfase aos seus sentimentos e impressões, preocupando-se em produzir uma escrita imparcial e elogiosa, na qual o “nós” predominou sobre o “eu”.

Havia pouco espaço para o eu não somente na fala, mas também nos lugares, pois a singularidade e a privacidade não estavam entre as preocupações.

³⁵⁶ Revista *Pétalas*, dezembro de 1938, p.20.



Imagem 42 – Detalhe de uma imagem de um dos quartos, ano de 1939.

Muitas das alunas eram internas e oriundas de cidades mais distantes da capital, como Tubarão, Criciúma, São Francisco, Jaraguá, Caçador, São Bento, etc. O Colégio também recebia estudantes em sistema de externato, em sua maioria oriundas da própria capital.

Com camas enfileiradas lado a lado, a privacidade neste espaço era garantida apenas pelas cortinas, e o controle sobre o corpo era feito pelas próprias alunas. Caulfield esclarece-nos sobre as interpretações dadas ao sentido de liberdade, principalmente no que se refere ao comportamento normativo desejado para as mulheres:

A participação das mulheres no lazer público era mais problemática. Algumas jovens aparentemente não sabiam que frequentar bailes, cinemas, festas de carnaval, passear de bonde ou sair de automóvel com amigas ou amigos, estando desacompanhadas, eram indícios de liberdade excessiva, o que colocava em questão a moralidade da família e a própria virgindade.³⁵⁷

Podem-se observar as desigualdades nas relações entre masculino e feminino a partir de uma simples atividade cotidiana, como pegar um bonde. Sobre essas mulheres recaía a vigilância constante, a obrigação com o autocontrole sobre seus próprios desejos (para a preservação da honra e da virgindade) e a obediência aos costumes e valores morais, ou seja, os padrões normativos impostos a essas mulheres eram construídos sobre seu oposto, o homem. Ao homem era permitido usufruir da liberdade e da sexualidade, e os valores morais que pautavam sua conduta eram outros. As tentativas de dominação masculina sobre a mulher eram legitimadas pelo preconceito machista, como também pelas instâncias religiosas, institucionais e legais. Sobre esse homem também recaíam

³⁵⁷ CAULFIELD, Sueann. *Em defesa da honra. Moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro (1918-1940)*..., p.234.

construções sociais que também lhe atribuíam papéis como o de macho viril, o conquistador (que atribuíram a muitos a fama de Dom Juan), e o de provedor.

Além dos conselhos dados pelas irmãs de caridade, ao final de cada edição da revista, uma coluna intitulada Noticiário divulgava os noivados, os enlaces matrimoniais e o nascimento dos filhos de suas ex-alunas, uma estratégia ambivalente utilizada pela instituição no sentido de estimular o respeito aos valores morais e a continuidade do modelo de família católica e burguesa. Os casamentos dos homens, membros da elite local e/ou do Estado, com ex-alunas da instituição, era fato corriqueiro.

Segundo Maria Teresa Santos Cunha, as formaturas constituíam verdadeiro acontecimento, algumas chegando a ser transmitidas pelo rádio. Na cerimônia de colação de grau, no ano de 1939, Antonieta foi a Parainfa e, em seu discurso, evidenciou o compromisso cívico da mulher:

Minhas jovens irmãs.

O diploma que acabais de receber, abre-vos as portas para o sacerdócio mais delicado e mais belo, dentro da vida para a vida, onde palpita a parte divina da criatura, porque também plasma, também constrói, também transubstancia, também anima.

Neste conversar convosco, não quero lembrar-vos os deveres cívicos de Missionárias da Educação, dentro do Brasil. E não quero, porque fazê-lo seria desconhecer-vos, crendo na inciência da vossa responsabilidade, na ausência do vosso poder inteligente e adaptação, e na desassimilação integral de tudo quanto vistes, ouvistes, sentistes, e aprendestes, neste vosso Colégio, formosa e ridente colmeia de brasilidade.

Em tempos de nacionalismo exacerbado, a professora reafirma, em seu discurso, que o papel cívico da mulher era o de educar, ao mesmo tempo em que o magistério assume o sentido de missão, de “sacerdócio delicado, belo e divino”. Para Antonieta, a mulher era a figura portadora da graça, do saber, da bondade, do zelo e da modéstia. A formação moral do homem dependia da educação dada por ela no Lar e na Escola, e sua importância social reside no fato de ser ela quem educa.

O catecismo cívico não é o que se decora, mas o que se pratica, mas o que as ações escrevem, mas o que as criaturas vivem.

E eu não sei de mais bela maneira de demonstrar civismo, não sei de manifestação maior de amor a um país, nem de mais perfeita integração numa pátria, do que a de tomar-se de cuidados pelo seu futuro, preparando-lhes os filhos e dando-lhes a graça do saber e da bondade, numa educação completa, onde se burilam todas as facetas, com a arte e o zelo de quem não trabalha para enlevo próprio. (...).

Disse que vos espera o mais belo e mais delicado dos sacerdócios, a mais sublime das missões. Em verdade. A mulher, na fraqueza com que a reveste a tradição, é, queiram ou não queiram, a força máxima, dentro da vida, porque educa. Dela depende a valentia anímica dos povos e a formosura moral das

criaturas. No Lar e na Escola, é, sempre, a artífice cuidadosa do futuro. E as sociedades são reflexos do seu coração.³⁵⁸

Falando do interior de uma instituição religiosa e para filhas da elite branca local, Antonieta buscou reforçar os valores que o modelo educacional daquela instituição propunha. Depositava sobre a figura da mulher a responsabilidade por uma nação que se almejava construir, o vir a se de uma sociedade que buscava se modernizar sem abrir mão de certos costumes e tradições. O catecismo cívico, ao qual se referiu, parece ser uma clara alusão à obra *Catecismo Cívico do Brasil Novo*, lançado em 1937. Destarte, aproximava os valores de uma elite conservadora e tradicional aos interesses do governo. Em outro discurso de formatura, desta vez em 1943, Antonieta afirmava:

Grande é a responsabilidade social que cabe à “mais sacrificada metade do gênero humano”, dentro da vida.

Habitamo-nos a ouvir chamar de fraco o sexo feminino. Mas, se atentarmos na insuficiência e, daí, a responsabilidade da mulher na vida dos povos, ficaremos a pensar onde irá ela buscar forças, para realizar obra tão alentada.

Dizem-na uma costela de Adão humanificada. E, nisto, ainda, há ideia de dependência, de fraqueza.

Os fatos, no entanto, estão a mostrar-nos que a Mulher, pela sua destinação, dentro da vida, é o alicerce social da Humanidade.

Dela depende que se elevem ou se rebaixem as criaturas; por ela, alcançam-se os píncaros da educação perfeita ou rasteja-se, indefinidamente nas planícies, onde os horizontes se acanham e as almas, pela monotonia ambiente, não tem a felicidade cor-de-rosa dos sonhos.

E chamam-na de fraca. Tendo tantas responsabilidades e obra tão magnífica a realizar, como pode ser fraca a mulher?³⁵⁹

Sobre os propósitos desse modelo educacional, Susan Besse esclarece-nos que, “Enquanto as mulheres (inclusive as educadoras) continuassem a encarar a própria educação como preparatórios do casamento e da maternidade, a função desta como força socializadora era mais significativa do que seu papel como força libertadora”.³⁶⁰

Poucas mudanças na tônica de seu discurso podem ser observadas em 1943. A mulher continuava a ser definida tendo como referência o homem, da mesma forma em que para o Estado, seu papel social era definido pelo sexo, pela importância da preservação da família e da nação. Contudo buscamos discutir outros papéis atribuídos às mulheres a partir de outros discursos e espaços de formação, dentre eles a escola profissional feminina.

³⁵⁸ Discurso proferido por Antonieta de Barros, por ocasião da colação de grau das alunas-mestras de 1939. Revista *Pétalas*, dezembro de 1939, pp.27-29.

³⁵⁹ Revista *Estudos Educacionais*, junho de 1946, p.45.

³⁶⁰ BESSE, Susan. *Modernizando a Desigualdade: Reestruturação da Ideologia de gênero no Brasil...*, p.124.

4.4. Escola Profissional Feminina: uma educação para o trabalho

Sobre o ensino profissional feminino, a mensagem de Nereu Ramos apresentada à Assembleia Legislativa em 16 de julho de 1936, expunha:

De ensino profissional só possui o Estado a Escola Profissional Feminina, criada pelo decreto nº 713 de 05 de janeiro de 1935, com os cursos de côrte e costura, flores e chapéus.

Teve a matrícula inicial de 230, que, ao fim do ano, desceu a 160, devido ao fato de muitas alunas se retirarem tão logo recebem as primeiras lições de côrte e costura.

A deficiente organização desse estabelecimento não há permitido que produza os resultados visados.

Pela lei nº 43, de 27 de janeiro findo, foi criado o curso de bordados e destacado os de flores e os de chapéus.

Julgo inadiável a criação dos cursos de desenho e de dactilografia e taquigrafia. A inexistência do primeiro, sobretudo, é de todo injustificável em escola profissional.

As cadeiras devem ser preenchidas invariavelmente por concurso e o exame de português deve ser fundamental.

Deixo aqui o meu apelo a Assembleia Legislativa para que habilite o governo com os elementos imprescindíveis à organização do ensino profissional, especialmente o agrícola. É assunto que deve ser enfrentado quanto antes e sem medir sacrifício.

Covem que ainda este ano seja contratado um técnico para lhe traçar as diretrizes.³⁶¹

A Escola Profissional Feminina foi criada em 1935 por Nereu Ramos. Na fala do interventor, é possível perceber que seu modelo pedagógico buscou dar ênfase a uma formação voltada exclusivamente para os trabalhos manuais. Não podemos afirmar com certeza se essa formação atendia apenas às mulheres provenientes das classes populares, mas podemos afirmar que a escola oferecia uma formação para ofícios tradicionalmente qualificados como femininos, como corte e costura, bordado, produção de flores artesanais para ornamentação e de chapéus. O pedido de inclusão dos cursos de datilografia e taquigrafia, embora acenasse para um tipo de atividade profissional exercitada pela mulher fora do lar, ainda assim caracterizava-se como um ofício feminino, pois se esperava de uma secretária a organização do escritório, a atenção, o zelo e a subordinação. Com o incêndio da Assembleia Legislativa, em 1956, grande parte

³⁶¹ Educação Popular. *Movimento do ano letivo de 1935*. Departamento de Educação. Estado de Santa Catarina, 1936, pp.44-45.

da documentação sobre o período se perdeu, inclusive a que normatizava o funcionamento da Escola Profissional Feminina.



Imagem 43 – Escola Profissional Feminina. ³⁶²

A educação feminina priorizava a formação da mulher para o lar e, nos processos de escolarização profissionalizante, era possível evidenciar que a missão oficial da mulher incidia no espaço privado, e mesmo quando precisava encontrar formas de sobrevivência, os ofícios eram pensados em sintonia com os afazeres domésticos.

Jailson Alves dos Santos afirma que a preocupação com uma educação profissional está presente no Brasil desde os tempos da Colônia. Segundo ele, ela surge das corporações de ofícios, cujo acesso era vetado aos negros, mulatos, mouros e judeus. Ainda segundo o autor:

Na realidade, ao dificultar, ou mesmo quase interditar, o acesso de negros e mulatos, as Corporações de Ofícios no Brasil, incorporavam a processo discriminatório que permeava a sociedade brasileira da época. De forma explícita, a discriminação se dava a partir das normas rígidas de ingresso e, de modo implícito, a distinção se dava em função do ensino oferecido, na medida em que eram exercidos pelos homens livres. ³⁶³

Há, segundo o autor, de forma subjetiva, o embranquecimento de certos ofícios na medida em que homens brancos e livres procuravam preservar para si algumas atividades

³⁶² *Idem.*

³⁶³ SANTOS, Jailson Alves. A trajetória da educação profissional. In: LOPES, Eliane Marta T.; FARIA FILHO, Luciano Mendes; VEIGA, Cynthia Greive. *500 anos de educação no Brasil*. 5ª edição. Belo Horizonte: Autêntica, 2011, p.206.

manuais.³⁶⁴ Na sua longa trajetória, o ensino profissional passou por mudanças, assim como o próprio país (em relação às formas de governo). Contudo o que permaneceu foram as distinções entre o trabalho manual e o intelectual. Tanto o ensino profissional, quanto os ofícios manuais continuaram permeados por forte conteúdo discriminatório.



Imagem 44 – Escola Profissional Feminina.³⁶⁵

Ainda em seu discurso, Nereu Ramos apontou para a deficiência quanto à organização do estabelecimento e para uma queda entre o número de alunas matriculadas e o número final de profissionais que concluíam os cursos. Salientou ainda que o abandono da escola pelas alunas ocorria principalmente após o término do curso de corte e costura. Este fato levou-nos a ventilar sobre as condições socioeconômicas dessas mulheres, reforçando nossas suspeitas de que elas possivelmente eram oriundas das classes populares, bem como sobre as mudanças na conjuntura econômica entre as décadas de 30 e 40. Susan Besse afirma que “A pressão crescente para consumir restringia os orçamentos familiares, e as altas taxas de inflação corroíam os recursos monetários das famílias”. Segue, nesse mesmo sentido, a afirmação de Maria Helena Capelato para quem, com a quebra da bolsa em 1929, a situação econômica brasileira,

³⁶⁴ *Idem.*

³⁶⁵ Educação Popular. *Movimento do ano letivo de 1935*. Departamento de Educação. Estado de Santa Catarina, 1936, pp.44-45.

que já enfrentava dificuldades, tornou-se ainda pior.³⁶⁶ Encontramos – nos escritos de Antonieta desse período – referências constantes à crise econômica, bem como suas reivindicações a favor da educação como forma de garantir a sobrevivência e o acesso das mulheres ao mundo do trabalho.

Diferentemente de outras cidades do Estado – onde já havia um processo de industrialização estabelecido desde o final do século XIX e início do século XX (a exemplo das cidades de Joinville e Blumenau), com a presença de um número significativo de imigrantes europeus entre seus trabalhadores –, a capital Florianópolis tinha sua economia local baseada no comércio, na produção advinda das fábricas de pequeno e médio porte, na produção agrícola dos pequenos produtores rurais do interior e dos arredores da ilha (voltada para o abastecimento e consumo interno) e no transporte marítimo. Neste contexto, a Escola de Artífices e a Escola Profissional Feminina preocupavam-se em preparar uma mão de obra especializada para atender a essas demandas, além daquelas advindas dos setores públicos e do comércio no que se refere à prestação de serviços.

A saída das alunas logo após concluírem o curso de corte e costura parece ser um indicativo de que o ofício de costureira representava um importante meio de sobrevivência para elas. Porém, também oferece indicativos do papel atribuído às mulheres, ou seja, se a preocupação era oferecer oportunidades de garantia da própria sobrevivência e de suas famílias, os trabalhos manuais acima listados também ofereciam às mulheres a possibilidade de dedicarem-se, ao mesmo tempo, aos afazeres da casa.

Faz-se importante considerar que a hierarquia das classes sociais através do ensino está presente no Brasil desde os tempos da Colônia. O modelo pedagógico pensado em 1935 para a Escola Profissional Feminina passou por mudanças na medida em que se alteravam as conjunturas política e econômica nacional.

No ano de 1948, Antonieta compunha a Comissão de Educação e Cultura, e uma das funções da comissão era propor alterações no modelo educacional vigente, além de criar novos cursos e cargos administrativos, encaminhando suas indicações para a análise e aprovação pelos demais deputados. Dentre as indicações pesquisadas, encontramos a de nº66, datada de 30 de agosto de 1948, na qual Antonieta pedia que fosse estabelecida “nova orientação à Escola Profissional Feminina”, incluindo, em seu currículo, uma

³⁶⁶ CAPELATO, Maria Helena. O Estado Novo: o que trouxe de novo?... p.114.

proposta de formação geral. No entanto, o principal objetivo da escola ainda era mantido, conforme evidência no artigo 1º:

A Escola Profissional Feminina tem por fim a formação de artífices mediante a aquisição de conhecimentos técnico-profissionais, baseada numa cultura propedêutica capaz de possibilitar a exata compreensão social das profissões.
³⁶⁷

Contudo evidenciamos que o pedido de Nereu Ramos pela inclusão dos cursos de datilografia, desenho e de estenografia (técnica semelhante ao de taquigrafia) foram atendidos e mantidos em 1948:

Art. 2º – Haverá na Escola Profissional Feminina, com a duração de dois anos, os seguintes cursos:

I Técnico-profissional, com secções de:

- a) Corte e confecções;
- b) Bordados e renda;
- c) Flores;
- d) Chapéus e artes aplicadas;
- e) Secretária (Stenografia, dactilografia e correspondência comercial);
- f) Pintura;
- g) Educação doméstica (arte culinária e arte doméstica).

As noções sobre cultura geral eram atendidas pelas cadeiras:

II Cultura geral, com as cadeiras de:

- a) Português;
- b) Aritmética;
- c) História do Brasil;
- d) Geografia do Brasil e do Estado;
- e) Noções de Ciências;
- f) Desenho.

A inclusão dessas disciplinas veio suprir, segundo Antonieta, uma deficiência na formação das mulheres, já que muitas delas, ao se matricularem, possuíam apenas o ensino primário, o que reforça e torna compreensível as suas reivindicações nas páginas do *República*, a favor da educação para as mulheres na década de 30. Em entrevista concedida ao jornal *O Estado* em 1948, Antonieta afirmou:

Sugerimos a criação de novas sessões profissionais e de um curso de Cultura Geral. Sempre me preocupei com este aspecto da Escola Profissional. Nem todas as alunas são diplomadas. Eu entendo que nenhum profissional pode ser completo, se não tiver os conhecimentos básicos indispensáveis para a vida. Além disso, a Mulher precisa destes conhecimentos, por causa da sua função social de educadora, pela própria destinação. Entre os cursos que sugerimos,

³⁶⁷ Lei nº 235 de 10/12/1948. Estado de Santa Catarina. *Legislação*. Imprensa Oficial do Estado. Florianópolis, 1948, p. 107.

está o de Educação Doméstica, que tornamos obrigatório a todas as alunas, e de que faz parte um curso de Cultura Especializada. Este curso formará donas de casa e possibilitará, com eficiência, a profissão de governantes.³⁶⁸

Na mesma entrevista, a professora e deputada falou ainda sobre a construção de um novo prédio, “temos fé que concretize a construção de um prédio, como o Departamento, e nós, os do Instituto, sonhamos e sentimos ser preciso, e aonde, o conforto para Mestre e alunos, venha casar-se com todo o rigor das exigências da Moderna Pedagogia”.³⁶⁹

III Cultura especializada, com as cadeiras de:

- a) Higiene;
- b) Puericultura;
- c) Economia doméstica e contabilidade doméstica;
- d) Educação social.

Os artigos 3º e 4º da lei dispõem sobre a obrigatoriedade da frequência a esses cursos:

Art.3º – O curso de Cultura Geral será obrigatório para as alunas que só tiverem o curso primário.

Art.4º – O curso de Educação Doméstica, bem como de Cultura Especializada, serão obrigatórios a todas as alunas e visarão à formação de donas de casa.³⁷⁰

No entanto, o conservadorismo presente no currículo na década de 30 ainda se manteve na formação dessas mulheres, em 40. O modelo educacional dessas instituições preocupava-se em formar donas de casa e mães de família. Além de uma orientação preparatória para o casamento e para a maternidade, a educação profissional desse período mostrava:

A dualidade do sistema educacional brasileiro – no qual o ensino primário normal e profissional era desvinculado da universidade e do ensino secundário preparatório para a universidade – funcionava para manter as hierarquias de gênero, bem como as de classe.³⁷¹

Entretanto, a ênfase em uma formação pautada nos valores apregoados pela Pedagogia Moderna pôde ser evidenciada em um novo espaço criado para simbolizar a

³⁶⁸ Entrevista concedida ao jornal *O Estado*, em 11 de setembro de 1948.

³⁶⁹ O prédio ao qual se referia parece ser o que futuramente vai abrigar o novo Instituto de Educação, renomeado, na década de 60, como Instituto Estadual de Educação, construído na região do antigo Campo do Manejo, atual Av. Mauro Ramos. Sua construção foi decretada em 1947, através do Decreto nº 3.779, ocupando uma área de 17.880 m² ficando pronta somente em 1969. <http://www.iee.sed.sc.gov.br/> página acessada em 10/09/2014.

³⁷⁰ Lei nº 235 de 10/12/1948. Estado de Santa Catarina. *Legislação*. Imprensa Oficial do Estado. Florianópolis, 1948, p. 107.

³⁷¹ BESSE, Susan. *Modernizando a Desigualdade: Reestruturação da Ideologia de gênero no Brasil, 1914-1940*. São Paulo: Edusp, 1999, p.128.

modernização na formação dos professores e professoras no Estado: o Instituto de Educação da capital. Sobre este instituto dedicamos especial atenção em nossa análise.

4.5. O Instituto de Educação da capital.

Os institutos de educação constituíram-se, a partir da segunda metade da década de 30, em locais destinados à formação dos professores. Em Santa Catarina, foram criadas 02 unidades, uma na cidade de Lages, no planalto serrano, e outra em Florianópolis. A Reforma de 08 de janeiro de 1935 transformou as Escolas Normais em Institutos com a reorganização do ensino no Estado. Conhecida também como Reforma Trindade, esta reforma foi efetivada pelo Diretor de Instrução Pública do Estado de Santa Catarina, Luiz Bezerra da Trindade. No relatório apresentado à Assembleia Legislativa em 1936, Nereu Ramos deu indícios sobre as preocupações que norteavam a educação naquele momento.

O Decreto de 713, de 05 de janeiro de 1935, transformou a Diretoria de Instrução em Departamento de Educação e teve sobretudo em mira o aperfeiçoamento do professorado, elevando-lhe o nível de cultura e desenvolvendo-lhe as aptidões pedagógicas.

Pela reforma, que obedeceu a orientação traçada pelo VI Congresso de Educação realizado em Fortaleza em 1934, ficou incumbido da formação do magistério, o Instituto de Educação, o qual se desdobra em escola normal primária, secundária e superior vocacional.

A primeira compreende um curso de três anos com o programa das duas primeiras séries do Colégio Pedro Segundo, além do conhecimento de Pedagogia e Psicologia. A secundária, também em curso de três anos, corresponde as três últimas séries daquele estabelecimento. A escola vocacional visa o aperfeiçoamento pedagógico dos que sentem vocação para o magistério.

Junto ao Instituto funciona o Grupo escolar Dias Velho, onde se puseram em prática os métodos da escola ativa e onde se ministram aulas experimentais aos magistrandos.

Esse estabelecimento, graças sobretudo ao seu escolhido professorado, vai realizando efetivamente a sua missão.³⁷²

O novo modelo educacional catarinense foi pensado em consonância com os interesses da política nacional, que cada vez mais buscava centralizar a educação e “modelá-la” aos interesses econômicos. Nesse momento a Sociologia influenciará diretamente na construção de novos métodos de educar, encontrando na política do Estado Novo, terreno propício para a legitimação de seus saberes.

³⁷² Educação Popular. *Movimento do ano letivo de 1935*. Departamento de Educação. Estado de Santa Catarina, 1936, p.45.



Imagem 45 – Instituto de Educação.

Maria das Dores Daros afirma que em Santa Catarina, nas décadas de 30 e 40, havia sintonia com as discussões feitas em âmbito nacional, sobre qual modelo educacional adotar para o Estado. Daros afirma, ainda, que existiam laços estreitos entre os professores do Instituto de Educação e os intelectuais que tiveram atuação destacada na institucionalização das ciências sociais no Brasil, como Lourenço Filho, Fernando Azevedo, Roger Bastide e Donald Pierson.³⁷³

Essas modificações foram evidenciadas também, a partir de pesquisas das coleções de Decretos, Resoluções e Portarias dos anos de 1936 e 1937, nas quais observamos mudanças na legislação educacional do Estado. Dentre as mudanças, estava a criação de um programa provisório instituído pelo decreto-lei nº 217 para as Escolas Normais Superiores, que buscou promover algumas alterações no quadro de disciplinas das escolas normais, enquanto aguardava-se a elaboração do Plano Nacional de Educação, ficando estabelecido que:

ESCOLA NORMAL SUPERIOR VOCACIONAL
PROGRAMAS PROVISÓRIOS
Psicologia Educacional

³⁷³ DAROS, Maria das Dores. “A Sociologia na Formação dos Professores Catarinenses nos anos de 1930 e 1940”. In: SCHEIBE, Leda; DAROS, Maria das Dores. (Orgs). *Formação de professores em Santa Catarina*. Centro de Ciências da Educação. NUP. Núcleo de Publicações. 2000, p.36.

1º ANO

Introdução ao Estudo da Psicologia Educacional

1 – Linhas gerais da História da Psicologia Educacional:

- a) período anterior ao evolucionismo;
- b) período do evolucionismo;
- c) período posterior ao evolucionismo.

2 – O empirismo em Psicologia e suas conseqüências em Psicologia Educacional:

- a) John Locke;
- b) Os racionalistas;
- c) A disciplina formal.

3 – O empirismo em Psicologia e o trabalho de Pestalozzi:

- a) Os empíricos;
- b) O método indutivo.³⁷⁴

Ao professor era oferecida uma formação de base empirista, como as leituras do inglês John Locke e do suíço Johann Heinrich Pestalozzi, que corroboram para uma formação humanista a partir da observação de experiências e de habilidades naturais da criança. Nesta perspectiva, enfatiza-se a formação do caráter com base nos valores cívicos e morais. Para Pestalozzi, o ato pedagógico de educar iniciava-se em casa, sendo o lar o espaço onde, segundo o pensador, também ocorrem as primeiras deformações, já que o pai e a mãe exercem função fundamental na formação educacional da criança, embora a mãe seja a principal educadora. Pestalozzi considerava a escola como uma instituição fundamental para a formação do sujeito e elemento primordial na organização da sociedade. Estes também eram os fundamentos da educação para Antonietta – o lar e a escola, e entre estes dois espaços estava a mulher como professora. Os conteúdos oferecidos aos futuros professores buscavam fornecer-lhes um conhecimento mais aprofundado dos aspectos comportamentais das crianças.

No item 6, destaca-se a preocupação em compreender os comportamentos humanos, com a inclusão de temas como o experimentalismo, corrente de pensamento que também influenciou nas formulações pedagógicas desse período.

6 – O experimentalismo em Psicologia e suas conseqüências em Psicologia Educacional:

- a) Período anterior a Wundt;
- b) Wundt;
- c) Cattell.

³⁷⁴ Coleção de Decretos, Resoluções e Portarias de 1937, p. 17.

A ênfase no estudo da psicologia deu o tom às preocupações educacionais, buscando, nos estudos do psicólogo norte americano Raymond Cattell, e do médico alemão Maximilian Wilhelm Wundt, a base teórica que fundamentaria o ato de educar. A preocupação maior estava em fornecer ao professor um maior conhecimento sobre o comportamento e a personalidade da criança.

O ambiente no qual a criança estava inserida tornou-se também uma preocupação, sendo entendido como um fator importante na sua formação. Tal preocupação levou a adicionar no programa os estudos com base nas teorias do Evolucionismo e o Associacionismo, correntes inspiradas na filosofia empirista e preocupadas em compreender as contribuições do ambiente na formação dos hábitos e comportamentos. Sobre este tema, o programa incluiu as leituras do filósofo e pedagogo alemão Johann Friedrich Herbart, bem como as de autores como Alexander Bain, John Mill, Thomas Brown, Stanley Hall, John Dewey e Edward Thorndike. As obras desses autores compunham o programa de leituras obrigatórias na disciplina, cuja ênfase era dada a conteúdos como: ética, dever, direito, moral individual, social e doméstica.

Contudo evidenciamos que, a partir da década de 40, os decretos e conteúdos publicados na revista *Estudos Educacionais* do Instituto de Educação da capital, continham preocupações e orientações pedagógicas que passaram a girar em torno de conhecimentos trazidos da Sociologia, abordando questões sociais contemporâneas, dentre as quais o ajustamento social dos indivíduos, as relações familiares, o divórcio e o feminismo.³⁷⁵ As questões ligadas à família e ao comportamento social ganharam maior ênfase. O divórcio e o feminismo passaram a ser apontados como um dos problemas sociais responsáveis pela desagregação da família, justamente em um período em que o movimento feminista buscava a ampliação dos direitos das mulheres.

As transformações no processo educacional no Estado levaram também à criação de novos cargos para as escolas primárias. Este foi o momento em que se refletiu sobre uma regulamentação para as carreiras e para os salários, tanto de professores quanto dos demais profissionais inseridos nessa estrutura. Foram estabelecidos os valores dos vencimentos para os professores de todas as classes, diretores e auxiliares, como também os vencimentos para os demais funcionários das escolas, como serventes e zeladores. As gratificações também fizeram parte do repertório de mudanças.

³⁷⁵ Coleção de Decretos, Resoluções e Portarias de 1937, p.17.

O decreto-lei nº 295, de 04 de fevereiro de 1939, estabeleceu os critérios de nomeação dos diretores, auxiliares de diretores e empregados de grupos escolares e definiu as funções dos professores normalistas, seus vencimentos e gratificações.

Art. 1º– Os diretores de Grupo Escolar serão nomeados dentre os professores normalistas, com dois anos, pelo menos, de efetivo exercício de regência de classe ou escola no Estado, ou por auxiliar de diretor, com um ano, no mínimo de efetivo exercício deste cargo.

§ 1º– Os diretores de Grupo Escolar serão sempre nomeados em caráter interino, podendo ser efetivados após um ano de exercício no cargo, por proposta motivada do Departamento de Educação.

Art. 4º – São de quinhentos mil réis (500\$000) mensais os vencimentos do diretor de grupo escolar.

Art. 11º – São considerados professores normalistas, para quaisquer efeitos decorrentes deste decreto-lei ou de outras disposições legais:

- a) os diplomados pelo Instituto de Educação do Estado ou pela antiga Escola Normal Catarinense;
- b) os diplomados por cursos a esses equivalentes, deste ou de outros Estados, quer oficiais, quer equiparados;
- c) os ginasianos aprovados em exame de psicologia e pedagogia, nos termos da lei que rege o assunto.³⁷⁶

Os Grupos Escolares eram classificados por categorias, 1ª, 2ª, 3ª e 4ª, e esta hierarquia determinava os valores dos vencimentos salariais e das gratificações de professores e diretores, sendo que da 3ª à 1ª categoria os valores aumentavam gradativamente. O diretor era nomeado interinamente, ou seja, sua permanência no cargo dependeria, além do seu desempenho na função, do reconhecimento por parte do Departamento de Educação. Sendo nomeado e não eleito, ficava na dependência de suas relações com o poder.

Entretanto, foi por meio da análise dos escritos de professores, alunos e intelectuais na revista *Estudos Educacionais*, que percebemos com mais clareza o modelo educacional proposto para a formação de professores, bem como o arquétipo de sociedade almejada. A revista foi uma publicação do Curso Normal do Instituto de Educação, cuja primeira edição foi lançada em 1941, pelo diretor do Instituto, João Roberto Moreira. Em pesquisas nos acervos de obras raras da Biblioteca Pública do Estado e da Biblioteca da Universidade Federal de Santa Catarina, encontramos as edições de 1941, 1942, 1943 e 1946, havendo um hiato nas edições. A este respeito nada encontramos que justificasse o fato. A publicação foi retomada em 1946 quando Antonieta de Barros foi nomeada diretora da instituição.

³⁷⁶ Coleção de Decretos, Resoluções e Portarias de 1939, p.52.

Essas edições, juntamente com os decretos, foram um corpus documental importante no sentido de compreender os direcionamentos dados à educação pelo instituto. Em seus discursos, buscamos observar as discussões em torno dos fundamentos científicos para a formação dos professores. A ênfase em uma formação que buscava fornecer instrumentos necessários para a intervenção do professor no social norteou a preocupação de intelectuais, professores e alunos.

A influência do pensamento de Émile Durkheim sobre os intelectuais e professores pode ser notada na fala do próprio diretor, João Roberto Moreira.

A educação é um fato social e corresponde a uma necessidade social. É fato social, todos sabem, como demonstrou Durkheim, tem todas as características necessárias e suficientes para ser considerada como tal; corresponde a uma necessidade social, porque é um dos meios pelos quais a sociedade procura garantir a sua continuidade. Sendo assim, compreende-se que ela se efetue sempre com maior ou menor rendimento, por poucos e deficientes que sejam os recursos teóricos ou científicos, esclarecedores do caminho a seguir.³⁷⁷

Na edição de nº 4 de junho de 1943, foi publicada a Conferência Inaugural de Roger Bastide – professor da Universidade de São Paulo e sociólogo francês –, aos cursos do Instituto de Educação, proferida em 11 de março do mesmo ano. Neste período, Bastide visitou o Estado de Santa Catarina e suas impressões sobre a visita foram repassadas ao Presidente Getúlio Vargas e ao Interventor, Nereu Ramos.

Em suas observações, o sociólogo enfatizou dois problemas sociais: 1) um de ordem geral e que se encontra em todos os países, como a luta contra a miséria, contra as doenças, a elevação do nível de vida das classes trabalhadoras, ou seja, as mazelas e as desigualdades sociais, que desde a década de 30 figuravam como um problema de ordem social; 2) a outra frente de luta destacada pelo professor diz respeito aos problemas particulares e próprios de uma nação, ou de um continente, como as lutas de classes e a assimilação dos estrangeiros na América. Para Bastide, a solução para esses problemas viria pela mudança nos costumes, por meio da educação:

É impossível tratar de frente estes problemas, procurar os meios técnicos de os solucionar, mas as leis, por melhores que sejam, não poderão grande coisa se não forem sustentadas pelos costumes. Tal é o motivo por que não há progresso possível e duradouro sem uma transformação paralela pelo espírito, isto é, de uma educação.³⁷⁸

³⁷⁷MOREIRA, *Apud*: DAROS, Maria das Dores. *A Sociologia na Formação dos Professores Catarinenses...* p.42.

³⁷⁸Revista *Estudos Educacionais*, junho de 1943, p.03.

A educação assume a função de promover a mudança dos costumes e de moldar o espírito da criança, em quem deveria ser investida toda a atenção. Neste sentido, compreende-se também a importância dada à Psicologia Infantil e Educacional nas concepções sobre educação do período:

Infelizmente os adultos se apresentam em grande parte como seres cristalizados, prisioneiros de seus antigos hábitos, como se o fosse na túnica de Nessus, da qual ninguém se livra; por conseguinte, é mais difícil transformá-los que às crianças, virtualidades puras ainda, que certa e naturalmente possuem já um tal qual equipamento hereditário, tendências e inclinações, mas que são matérias de muito maior maleabilidade, submetida à dupla influência das coações sociais e das imitações dos exemplos dados. O Brasil de amanhã será o que forem suas crianças e dependerá em larga escalada da educação que elas tenham recebido.³⁷⁹

O papel do professor nesse processo era enfatizado por Bastide quando chamou a atenção para o fato de que era preciso “educar os educadores”, ou seja, sob a perspectiva apresentada pela Escola Nova e pelos intelectuais que defendiam uma abordagem científica pautada nos fundamentos oferecidos pelas ciências consideradas como fundamentos da educação (Sociologia, Psicologia e Biologia). O professor era peça fundamental nesse processo, uma vez que sua ação de educar possibilitava intervir no social. Para o sociólogo francês, a sociedade pede indivíduos capazes de se adaptarem às “perpétuas transformações sociais” em que qualidades e habilidades, como flexibilidade intelectual e agilidade de adaptação, eram urgentes e necessárias. Esperava-se que os sujeitos assumissem a postura de camaleões capazes de se adaptarem a tudo. O que está em jogo é a formulação de um projeto político e de educação de reformulação da ordem social, em que a criança e o professor são peças-chaves.

Para Bastide, era fundamental existir um diálogo entre a Psicologia Geral e a Educacional, a fim de compreender o comportamento infantil e de contribuir com a educação. Ainda para o sociólogo francês, o conhecimento sobre o comportamento humano se completaria com o auxílio de outras ciências, como a Biologia e a Sociologia.

O meio social surgia como fonte de preocupação para intelectuais e professores, que passaram a considerá-lo como um espaço de formação da criança e do indivíduo, influenciando seu comportamento. Para tanto, buscava-se compreender melhor o meio e as influências que este poderia exercer sobre os indivíduos; passou-se também, em uma perspectiva empírica, a se incentivar a pesquisa e o trabalho de campo, incentivando

³⁷⁹ *Idem.*

também a valorização da experiência, da observação dos fenômenos e das instituições sociais.

Dando continuidade à análise da revista *Estudos Educacionais*, nesta mesma edição, encontramos uma definição de educação feita pela aluna Maria Lygia Müller: “Como sabemos, educação é aquisição de hábitos mentais, motores e morais que são julgados úteis ao indivíduo em sua vida social, sem que sejam perigosos ou prejudiciais à sociedade”.³⁸⁰ Se a necessidade de adaptação e superação dos problemas sociais dava o tom aos discursos, a convivência harmônica e a socialização no espaço social não poderia ser deixada de fora. Um olhar mais cuidadoso sobre o comportamento e a reação do educando frente ao conhecimento era exigido desses profissionais (os impulsos e tendências dos alunos tinham que ser observados e corrigidos, pois representavam o perigo do desajustamento social). O papel da educação era promover condições para que “na vida social, os indivíduos se adaptem uns aos outros, adaptando-se também às instituições vigentes, contemporâneas”. Ainda segundo a aluna:

Quer se considere a educação do ponto de vista biológico, quer do ponto de vista psicológico ou sociológico, é, em última análise, um processo de adestramento. Explica-se: grande número de animais não necessita de exercício ou treinamento, pois começam a existir com adaptações já prontas para a vida que vão viver, de antemão previstas pelo seu sistema neuro-muscular. O mesmo não se dá com o homem, a quem cumpre adquirir hábitos e comportamentos adequados, às vezes, a situações imprevisíveis, ou pelo menos, ao que há de complexo e vertiginoso na vida social moderna.³⁸¹

Assim como os sociológicos, os fatores biológicos também começam a ser destacados e assumem papel importante na construção dos saberes sobre o comportamento e o corpo. Percebe-se uma orientação para o combate aos vícios da hereditariedade e, neste sentido, o corpo e a saúde assumem lugares importantes no debate. Na edição da revista do ano de 1946, essa preocupação tornava-se mais evidente, sendo o corpo o alvo. Artigos sobre doenças relacionadas à hereditariedade, à importância dos exames pré-nupciais, bem como aquelas adquiridas pelas relações sexuais, como a sífilis, ocuparam as páginas da edição de 1946. Nesta mesma edição, encontramos publicada a palestra proferida em 1943, por Antonieta de Barros, às alunas do Colégio Coração de Jesus, intitulada A mulher na sua mais elevada função social.

³⁸⁰ Revista *Estudos Educacionais*, junho de 1943, p.27.

³⁸¹ *Idem*.

Grande é a responsabilidade social que cabe à “mais sacrificada metade do gênero humano”, dentro da vida.

Habitamo-nos a ouvir chamar de fraco o sexo feminino. Mas, se atentarmos na insuficiência e, daí, a responsabilidade da mulher na vida dos povos, ficaremos a pensar onde irá ela buscar forças, para realizar obra tão alentada.

Dizem-na uma *costela* de Adão humanificada. E, nisto, ainda, há ideia de dependência, de fraqueza.

Os fatos, no entanto, estão a mostrar-nos que a Mulher, pela sua destinação, dentro da vida, é o alicerce social da Humanidade.

Dela depende que se elevem ou se rebaixem as criaturas; por ela, alcançam-se os píncaros da educação perfeita ou rasteja-se, indefinidamente nas planícies, onde os horizontes se acanham e as almas, pela monotonia ambiente, não tem a felicidade cor-de-rosa dos sonhos.

E chamam-na de fraca. Tendo tantas responsabilidades e obra tão magnífica a realizar, como pode ser fraca a mulher? ³⁸²

Vale lembrar que Antonieta já figurava entre o quadro de professores do Instituto, desde o início da década de 40, porém, não encontramos, nas edições anteriores da revista, escritos de sua autoria. Este fato levou-nos a cogitar se haveria discordância quanto ao modelo educacional defendido por estes intelectuais e professores, e o modelo defendido por Antonieta de Barros.

Em discurso proferido às alunas do Colégio Coração de Jesus, em 1943, e publicado em 1946, na revista *Estudos Educacionais*, não evidenciamos profundas mudanças em seu pensamento. Em sua fala, a tônica continuava sendo a mesma: a vitimização das mulheres pelo preconceito; a atribuição a elas da missão salvadora via educação; além da função de alicerce social da humanidade. Para Antonieta, esta era a destinação das mulheres.

Além da revista, o Instituto de Educação editava o jornal *O Idealista*, de responsabilidade dos alunos pertencentes ao Grêmio Estudantil Antonieta de Barros. Tanto o jornal quanto o grêmio foram fundados em 1945, ano em que Antonieta assumiu a direção do Instituto. Como figura homenageada, Antonieta publicava constantemente em uma coluna criada por ela e intitulada *Falando aos Moços*. Por trás da singeleza do título de sua coluna estava o desejo de reportar-se aos jovens estudantes, preservando o sentido de coletividade tão defendido pelo Estado Novo que, em 1945, chegou ao fim, desgastado por um conjunto de fatores, como a inflação, os baixos salários, e as insatisfações de alguns grupos políticos (publicação do Manifesto dos Mineiros).

Há, na vida das criaturas, um caminho reto que as leva ao progresso, pondo-lhes em relevo a dignidade.

Este caminho não é sempre de flores, nem de sombras, porque é de ascensão. E as escaladas são, quase sempre, custosas.

³⁸² Revista *Estudos Educacionais*, junho de 1946, p.45.

No entanto, por ele, o homem realiza-se, aprende a viver, verticalmente, e conhecer o valor real das cousas que conquista, porque, em todas, há o suor do próprio rosto.

Este caminho é o que o caminho ilumina, o que o trabalho rasga, o que o trabalho alicerça e constrói.³⁸³

Em seus discursos, continuava a difundir valores morais e cristãos, sendo o trabalho e a educação temas recorrentes nessa coluna. As reivindicações pela alfabetização acompanhavam paralelamente as discussões sobre os métodos de ensino da Pedagogia Moderna, e o Instituto de Educação da capital representava, naquele momento, o lócus privilegiado.

Agitam-se os idealistas por um Brasil mais perfeito, erguendo a bandeira da alfabetização do adulto.

E nós que fizemos do alto problema da educação, neste recanto da grande Pátria, o objetivo da nossa caminhada, ficamos a pensar nos pontos deste sonho a concretizar-se. E perguntamos a nós mesmos: bastará alfabetizar?

Parece-nos que não. Alfabetização é muito, mais não é tudo.

Dar ao individuo riquezas, sem lhe dar as possibilidades de se utilizar delas, é mais doloroso do que deixá-la na miséria.

As escolas de alfabetização do adulto não podem cingir-se ao plano minúsculo – para o agigantamento da vida – do aprender a ler e escrever. (...)

Que se dê aos nossos irmãos adultos, órfãos da mais soberba das riquezas, a chave do Tesouro, em benefício próprio e das coletividades.³⁸⁴

Mas era ainda necessário resolver o problema daqueles que o discurso da Pedagogia Moderna (apoiada na Psicologia e na Sociologia) não conseguiu disciplinar: os indesejados, os menores abandonados, os presidiários, os doentes mentais e as prostitutas. Para estes, espaços de segregação, controle e normatização das condutas foram pensados no governo de Nereu Ramos.

De certa forma, Antonieta defendeu a política educacional proposta pelo governo Vargas e colocada em prática por Nereu, advogando, com igual energia, a favor da educação das mulheres. Porém não buscou guiar-se por uma política educacional que visasse reduzir as desigualdades, como muitas vezes apregoou em seus discursos. Como evidenciamos no decorrer deste capítulo, os modelos educacionais implantados buscaram manter a hierarquia das desigualdades de gênero e classe, demonstrando que seu pensamento estava em sintonia com o projeto político de Vargas.

³⁸³ Jornal *O Idealista*, maio e junho de 1946, p.01.

³⁸⁴ Jornal *O Idealista*, maio e junho de 1947, p.01.

CAPÍTULO V
A CONSTRUÇÃO DA ORDEM

Neste capítulo, construímos nossa análise sobre o pressuposto de que Nereu Ramos fez das reformas institucionais empreendidas em seu governo, e da política de nacionalização do ensino de Vargas, meios para a consolidação de um projeto de governo preocupado com o controle dos indesejáveis, através de medidas centralizadoras e autoritárias. A criação de um conjunto de instituições, construídas na capital e nas principais cidades do Estado, garantiriam o projeto político de governo de Getúlio Vargas e a manutenção da ordem social em Santa Catarina. Além de analisarmos a criação dessas instituições, encontramos nos jornais e nas coleções de decretos – no tocante à proibição do uso da língua alemã nas escolas e nas práticas culturais dos imigrantes alemães e seus descendentes –, subsídios que confirmam nossa tese. Nesse momento Antonieta de Barros buscava legitimar (por meio dos jornais e demais escritos) as ações de Nereu Ramos.

Após eleito em 1935, Nereu Ramos procurou consolidar no poder o grupo vencedor em 1930, formado por políticos, professores e jornalistas que buscaram articular-se em torno de sua figura e das mudanças ocorridas com a chegada de Getúlio Vargas ao poder. Assim, para que este processo alcançasse êxito, era necessário que Nereu tivesse, ao seu lado, nomes de sua confiança. A partir da nova conjuntura política estabelecida após a Revolução de 30, buscamos esmiuçar o tumultuado processo eleitoral de 1935 em Florianópolis e percebemos que esse episódio foi crucial para que se definisse com clareza um grupo antagônico que, a partir de 35, estabeleceu uma acirrada disputa que se estendeu até a década de 50. Por outro lado, definiu também um grupo de apoiadores que, por meio da política, da imprensa e da educação contribuíram para que tal projeto atingisse seu êxito.

5.1. O processo eleitoral de 1935, a definição de um grupo e a eleição de Antonieta de Barros.

A eleição para governador do Estado, em 1935, agitou novamente os interesses políticos na capital, levando as lideranças políticas a disputarem internamente a indicação de seus candidatos, bem como a fazer novas alianças na intenção de encontrar o melhor nome que representasse seus interesses. O clima político no Brasil, em 1935, era de tensão e insatisfação, o que levou o governo, no início daquele ano, a aprovar a Lei de Segurança Nacional. Neste mesmo ano foi criada a Aliança Nacional Libertadora, e a

ameaça comunista materializou-se em novembro, com a Intentona Comunista. O temor em torno desta ameaça fez com que oposição (setores liberais) e aliados, unissem-se a favor da declaração do Estado de Sítio.³⁸⁵

Em Santa Catarina, no processo de sucessão dos interventores, a família Ramos encontrava-se em vantagem, pois se manteve próxima do poder devido ao apoio político prestado a Vargas e às tropas do General Assis Brasil. A chegada ao poder de Aristiliano Ramos como interventor, em 1933, fortaleceu a representação política do Partido Liberal (PL) na capital, como também nas cidades do interior, onde o PL havia conquistado representantes. Contudo, o clima envolvendo as relações entre Nereu e Aristiliano tornava-se cada vez mais inóspito, devido à rivalidade estabelecida entre ambos pela liderança do partido e pela indicação do nome de um deles como candidato ao pleito estadual. Esta rivalidade fez surgir uma cisão no interior do partido.³⁸⁶

Os acordos e desacordos na política local podem ser evidenciados por meio da leitura e análise criteriosa do jornal *República*. Desde o ano de 1930, percebem-se em suas páginas, aproximações e afastamentos entre as lideranças partidárias. Nosso olhar não se limitou apenas ao explícito, mas também, ao implícito. Por meio das notas sociais, em que se anunciavam jantares oferecidos por um partido a um determinado político, ou a publicação de notas de felicitações natalícias aos representantes da oligarquia no Estado – por meio das quais se rememoravam os laços de solidariedade e as lutas políticas – ofereceram-nos indícios sobre as relações de poder na cidade. Na produção historiográfica local, que trata desde período, também foram encontrados vestígios que nos possibilitaram compreender um pouco mais sobre as relações de poder no interior da família Ramos.³⁸⁷

Os embates políticos ocorridos na década de 20 entre Vidal Ramos e Hercílio Luz são fundamentais para se compreender o que vem depois. Como já enfatizado anteriormente, Vidal Ramos, que havia sido governador do Estado entre 1910-1914, pertencia ao mesmo partido de Hercílio Luz e, em termos de apoio, Hercílio estava mais bem acomodado no partido, sendo apoiado por lideranças políticas do norte do Estado e da região do Vale do Itajaí. Contudo Nereu Ramos, filho de Vidal Ramos, formado em

³⁸⁵ CAPELATO, Maria Helena. O Estado Novo: o que trouxe de novo? In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O Brasil Republicano...*, pp.115-116.

³⁸⁶ Aristiliano Ramos ocupou o cargo de interventor de (04/1933 a 05/1935).

³⁸⁷ Referimo-nos às obras de: CORRÊA, Carlos Humberto P. *História de Florianópolis - Ilustrada*. 3ª edição. Florianópolis: Insular, 2005; PIAZZA, Walter Fernando (Org.). *Dicionário político catarinense*. Florianópolis: Edição da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, 1994; LENZI, Carlos Alberto Silveira. *Partidos e políticos de Santa Catarina*. Florianópolis: Editora da UFSC, 1983; MEIRINHO, Jali. *A república em Santa Catarina de 1889 a 1900*. Florianópolis: Lunardelli, 1982.

direito e conhecedor da política no Estado, estava pronto para se lançar à carreira política. O enfraquecimento do partido Republicano, após a morte inesperada de Hercílio Luz, veio a fortalecer a oposição que existia no interior do partido. Em 1926, Nereu Ramos aliou-se ao Partido Democrático de São Paulo e três anos depois fundou uma nova agremiação partidária, a Aliança Liberal Catarinense. Por meio de notas convocatórias e anúncios na imprensa local, percebe-se que a agremiação, desde a sua fundação, estava ligada ao grupo político que apoiava Getúlio Vargas.

Na contramão estava o grupo de políticos republicanos liderado por Adolpho Konder, que formou importante oposição, não necessariamente a Vargas, mas sim, à família Ramos. Na busca de uma maior participação política, os republicanos liderados por Konder uniram-se na Coligação por Santa Catarina.³⁸⁸ Dos acordos no interior da coligação destacou-se o lançamento de apenas um candidato, e o nome escolhido foi o de Adolpho Konder.

O Partido Liberal já havia definido seus membros pela convenção realizada em 24 de fevereiro de 1931. Do PL eram membros Nereu Ramos, Durval Melquíades de Souza, Ernesto Lacombe, Aristiliano Ramos, José Eugenio Müller, Olívio Amorim, José Severiano Maia, Plácido Olímpio de Oliveira, Antenor Moraes, Henrique Rupp Júnior, entre outros. Percebe-se que, neste momento, os nomes de Aristiliano e Nereu estão ainda aglutinados no mesmo partido, porém, Nereu apoiava o movimento constitucionalista de São Paulo e era próximo de Armando Salles de Oliveira, interventor no Estado paulista. Já Aristiliano era quem liderava o apoio a Getúlio Vargas e, além disso, contava com a ajuda de Flores da Cunha. Como boa parte do PL também apoiava Vargas, não restou outra saída a Nereu a não ser afastar-se temporariamente da presidência do PL. Mas a disputa do pleito deu a vitória a Nereu Ramos, como podemos observar na lista publicada no *Jornal República*, na edição de 9 de abril de 1935. A primeira página da folha ostentava a seguinte matéria: “Resultado definitivo das eleições de 14 de outubro a 16 de dezembro”.³⁸⁹

³⁸⁸ A coligação era formada pelos seguintes partidos: Partido Republicano Catarinense; Reação República e Partido Evolucionista.

³⁸⁹ *Jornal República*, 09 de abril de 1934.

Deputados á Assembléa Constituinte	
Partido Liberal Catarinense	
1) Francisco de Almeida	5.714
2) Manoel Tiago de Castro	3.427
3) Oltvio Amorim	2.955
4) Aderbal Silva	2.927
5) Trindade Cruz	2.604
6) Altamiro Guimarães	2.596
7) Galloti Junior	2.440
8) Placido Olimpio	2.421
9) Pompillo Bento	2.393
10) Celso Fausto	36.123
11) Vitor Tietzmann	36.08
12) Barreiros Filho	36.107
13) Ivens de Araujo	36.100
14) Braz Limongi	36.087
15) Emilio Ritzmann	36.064
16) Roberto Oliveira	36.059
17) Antonieta de Barros	35.832

Imagem 46 – Lista dos candidatos do PL

Coligação Por Santa Catarina	
1) Alvaro Catão	35.337
2) Acacio Moreira	35.498
3) Heriberto Hulse	35.491
4) João de Oliveira	35.480
5) Severiano Maia	35.441
6) Cid Campos	35.434
7) Silvio Ferraro	35.432
8) Marcos Konder	35.429
9) Artur Costa	35.411
10) Henrique Voigt	35.409
11) Domingos Rocha	35.397
12) João Gualberto	35.393
13) Renato Barbosa	35.376
14) Agripa Faria	35.375

Imagem 47 – Lista dos candidatos da Coligação por Santa Catarina

Os deputados acima listados participaram da Assembleia Constituinte e da eleição indireta do novo governador. Dentre estes, além de Antonieta de Barros, outros nomes de confiança confirmaram seu apoio a Nereu Ramos, a exemplo de Aderbal Ramos da Silva (sobrinho de Nereu Ramos), Ivens de Araújo, Altamiro Guimarães e o professor Barreiros Filho.

Manobras políticas, como boicotes e acordos, foram empreendidas tanto por Nereu Ramos como por seu primo, Aristiliano Ramos, na tentativa de elegerem-se. O tenso processo foi marcado por acusações, ameaças, e até a retirada de alguns dos deputados constituintes, membros do Partido Liberal, para o Quartel do 14º Batalhão de Caçadores no centro da capital. A ação foi articulada por Nereu Ramos como forma de garantir sua eleição para governador, o que acabou confirmando sua vitória.

Em meio ao turbulento processo eleitoral estava Antonieta de Barros, única mulher a participar. Seu apoio a Nereu Ramos havia iniciado desde a mudança de poder ocorrida com a Revolução de 30, quando era cronista do *República*, apoiando a transformação nos rumos da política local e, posteriormente, a chegada de Nereu ao poder.

A edição de 14 de maio de 1935 do *República* trazia, em sua primeira página, a seguinte manchete: “Deputada n.1 de Santa Catarina. Asilada dois dias em um quartel, diz a constituinte Antonieta de Barros: – tive a noção exata do valor da liberdade”. Antonieta deu entrevista ao jornal carioca *A Noite*, publicada na Capital Federal e também no *República*.

Na minha vida de menina moça, empolgou-me, sempre, um sonho: trabalhar para poder descansar a minha santa mãe, que me formou o espírito e o fortificou, pelo exemplo de combatente corajosa, dentro da luta, para a conquista do pão de cada dia, e da instrução dos filhos, preocupação máxima da sua grande alma, que, há menos de um ano, repousa em Deus. (...)

Diplomada em 1921, iniciei a minha vida no magistério particular. Não digo que não me seduzisse, no começo, o magistério público. Mas, nos tempos que havia o poder “discricionário do pistolão”, como alcançaria eu, sem o intermédio da “cunha”, uma cadeira de professora? Era preciso enfrentar a vida, e eu o fiz, com grande felicidade, pode crer. Fundei um curso e entrei a dar aulas particulares. E foi aqui, neste meu trabalho, que, depois das conquistas populares de 1930, me vieram buscar, para colaborar no Magistério Público, como lente substituta de português e literatura da Escola Normal Secundária, e professora da Escola Normal Primária do Instituto de Educação da Capital.³⁹⁰

Sua eleição para a Assembleia Estadual chamou a atenção da imprensa na Capital Federal, pois Antonieta era a primeira mulher eleita no Estado de Santa Catarina, pouco tempo depois da reforma do código eleitoral promovida por Getúlio Vargas e em um momento de conquistas para o movimento feminista.³⁹¹ Na fotografia (Imagem 48) a bancada de políticos que elegeu Nereu Ramos para governador em 1935. Antonieta de Barros encontra-se sentada, próxima ao centro da imagem. Sua expressão ostenta certo desconforto. Ao seu lado, de braços cruzados, está Nereu Ramos.



Imagem. 48 – Bancada de apoio a Nereu Ramos, 1935.³⁹²

³⁹⁰ Jornal *República*, 14 de maio de 1935, p.01.

³⁹¹ A assinatura da lei de reconhecimento do trabalho feminino havia ocorrido um pouco antes.

³⁹² Acervo Histórico e imagético da ALESC. *Apud*: NUNES, Karla Leonara Dahse. *Antonieta de Barros: uma história...*, p.155.

Entretanto, nem a manchete, tampouco a entrevista, fizeram menção à sua cor. Embora tenha declarado, por diversas vezes, não ser uma feminista e sua cor nunca ter se transformado, em seus escritos, em uma bandeira de luta contra o preconceito racial, simbolicamente a presença de Antonieta de Barros no espaço da Assembleia representou uma conquista importante para as mulheres e para os descendentes de africanos. Na entrevista, Antonieta faz referência à liberdade e à importância da mãe em sua formação. Parece estabelecer de forma subjetiva uma relação entre a experiência de sua mãe Catharina (que havia sido escrava), com os momentos em que foi privada da liberdade. Possivelmente Antonieta tenha se lembrado da época do cativo, experiência vivenciada pela mãe e pela avó Maria.

Além do papel exercido por sua mãe, vimos que a educação tornou-se o principal meio para a sua mobilidade social. Ainda jovem, concluiu o curso de normalista e engajou-se na causa a favor da educação, fazendo da imprensa veículo para divulgação de seu pensamento e de apoio aos projetos do governo. Ao alegar, na entrevista, que lhe faltava cunha, ou seja, um nome que lhe abrisse as portas para o serviço público, ajudando a romper os limites sociais, justificou que sua experiência como professora foi somente reconhecida depois de 1930, pois foi em 32 que passou a ocupar o cargo de lente de português e literatura, substituindo Barreiros Filho, seu antigo professor na Escola Normal. Antonieta atribuiu suas conquistas ao próprio esforço, valorizando sua trajetória e construindo uma imagem positiva e respeitável de si.

A significação da vitória

A vitória obtida era a que eu desejava. E nenhum de nós se consideraria triunfante, se não tivesse o epílogo que teve esta luta de sete meses de eleição. Ela representa a consolidação da obra reconstrutora iniciada em 30. Quem conhece a individualidade de Nereu Ramos, nesta hora, tem a consciência “posta em sossego”, por que da sua inteligência e do seu civismo, Santa Catarina pode esperar, para o seu progresso e sua felicidade.³⁹³

A orientação na Assembléia

O P.L apresentou-me como representante da Mulher Catarinense – continua – Sobre os ombros, tenho, pois, o trabalho da defesa dos interesses da parte fraca do nosso eleitorado. Por isso, na Assembléia serei porta-voz das suas aspirações e a advogada dos seus direitos. Empolga-me, ainda, a questão social e a minha classe, a do professorado, que me merece a maior atenção.³⁹⁴

Afirmou que a eleição de Nereu Ramos para governador foi a consolidação de um processo de reconstrução iniciado em 1930, e que Nereu era o nome mais indicado para dar continuidade ao processo. O termo reconstrução atribuía a esses políticos eleitos a

³⁹³ Jornal *República*, 14 de maio de 1935, p.01.

³⁹⁴ *Idem*.

missão de conduzir o Estado e o país à mudança. Antonieta destaca a ruptura com o modelo político anterior e, ao enfatizar a ruptura em muitos momentos de seus escritos, o país assume a imagem de um território esfacelado, carente de orientação e que necessitava de uma intervenção urgente para o estabelecimento da ordem.

Para ela, sua conquista representou uma vitória pessoal e a ruptura com os limites sociais. Primeira mulher eleita para deputada estadual, na primeira eleição em que as mulheres também puderam votar. Ainda na mesma entrevista, afirmou engajar-se em uma dupla missão, ou seja, a função de representante da mulher – grupo considerado como a parte fraca de nosso eleitorado –, e na defesa do professorado, categoria à qual ela também pertencia. Reconheceu a pouca participação feminina no processo eleitoral colocando-se como tutora dos interesses das mulheres. Entretanto, naquele momento, Antonieta não participava, ou estava envolvida, com nenhuma associação ou organização que lhe permitisse ouvir as reivindicações das mulheres. A representante da mulher catarinense era uma mulher negra, descendente dos africanos que, em um tempo não muito distante do seu, foram escravizados naquela mesma cidade.

Em seu discurso de posse na Assembleia, Antonieta tomou como tema a educação e afirmou:

“A educação representa, na vida dos povos civilizados, a base de todas as conquistas elevadas”.

Há, snr. Presidente na vida dos povos civilizados, um direito que corre paralelo ao direito e ao dever do trabalho – é o direito da instrução. E este direito que é de todos, tem sido, entre nós, até os nossos dias, infelizmente, em geral, o privilégio de alguns, aqueles a quem a fortuna sorri, daqueles que possuem a felicidade monetária.

A verdade desta minha afirmação é visível e palpável aos que se detiverem um instante sobre este ponto da vida da nossa coletividade. (...)

Mas, dizia eu, snr Presidente, que, apesar da instrução ser um direito de todos, criaturas há que a desejam e não conseguem possuí-la, criaturas há que os fados dotaram com alma e corpo de condor e lhes negaram as asas num sorriso escarninho. E essas criaturas snr. Presidente se encontram no seio das massas populares que nós representamos e para quem, no presente, elaboramos uma Carta Magna. Não se concebe dentro da evolução contemporânea estes desperdícios de inteligências e aptidões. (...) Eu tenho, snr. Presidente, que o direito de educação é tão sagrado nas experiências das criaturas, como o próprio direito de viver.³⁹⁵

Neste segmento, percebemos a aproximação entre suas preocupações e os objetivos da Reforma Trindade. Ao afirmar que a educação é um direito que corre paralelo ao direito e ao dever do trabalho, Antonieta indicava que suas preocupações

³⁹⁵ Jornal *República*, 23 de junho de 1935, p.01.

giravam em torno da construção de um modelo educacional que estivesse em sintonia com o trabalho. Ao mesmo tempo, defendia a necessidade da inserção do Brasil na ordem econômica, ao dizer que não se concebem mais na evolução contemporânea estes desperdícios de inteligência e aptidão. Ao estabelecermos um diálogo entre o discurso de posse de Antonieta, e as mudanças sociais em seu período, Ana Paola Sganderla e Diana C. de Carvalho afirmam que, nas primeiras décadas do século XX:

A urbanização e a industrialização eram processos recentes e exigiam a formação de um homem mais adequado ao mundo moderno. A atuação de uma intelectualidade influente nesse período, seja por meio da atuação em associações profissionais, da participação em cargos do Estado, e a produção de conhecimentos teóricos e técnicos na área de educação foram elementos que caracterizaram o que chamamos neste artigo da constituição do campo educacional brasileiro, que se instituía com diferentes projetos educacionais que disputavam a hegemonia na cena pública brasileira.³⁹⁶

No mesmo pronunciamento, Antonieta não deixou de chamar a atenção para a desigualdade existente no sistema educacional. Segundo ela, o sistema foi construído para privilegiar aqueles a quem a fortuna sorri, e que possuem a felicidade monetária. O termo desigualdade possuía um duplo sentido, pois não apontava apenas para as disparidades econômicas, mas, como já visto anteriormente, apontava também para as desigualdades no acesso à educação entre homens e mulheres.

5.2 A política institucional disciplinadora e assistencialista de Nereu Ramos

Após ser eleito governador, Nereu Ramos passou a ser o responsável por colocar em prática um plano de governo para o Estado alinhado aos interesses do governo central. Dentre suas principais medidas estão a política de nacionalização e as reformas no ensino, como também as mudanças aspiradas pela elite local, que desejava por fim à falta de controle sobre a população mais pobre, como os operários, as prostitutas, os criminosos, os vadios e as crianças que perambulavam pelo centro das cidades. A saída pensada pelo governo foi a criação de instituições de isolamento, tanto na capital como em diversas cidades no Estado, entre as décadas de 30 e 40.

³⁹⁶ CARVALHO, Diana Carvalho de; DAROS, Maria das Dores; SGANDERLA, Ana Paola. Uma abordagem histórica da psicologia nos cursos de formação de professores: em foco os programas da disciplina em uma escola catarinense na década de 1930. In: *Revista Brasileira de Educação*. V.17, nº 51, set.-dez. 2012 p.675.

Por este motivo, neste capítulo, dirigimos nossa análise sobre um conjunto de instituições criadas em Florianópolis. Com o golpe do Estado Novo, em 1937, Nereu passou de governador eleito a Interventor Federal em Santa Catarina, mantendo-se no cargo até 1945.³⁹⁷ Durante seu governo, elaborou uma série de propostas, muitas das quais postas em prática de forma autoritária, via decreto-lei, e que revelaram seus esforços para centralizar e controlar a educação em seu governo. Sua administração foi associada a uma política de Assistência Social aos desvalidos, por meio da criação de instituições de assistência social. No capítulo anterior, salientamos a presença dos desencantados nos escritos de Antonieta de Barros, e acreditamos que, dentre esses sujeitos, estivessem também os desvalidos. Em algumas edições do jornal *República* percebe-se a presença desses desencantados nas campanhas caritativas, solicitando donativos.

Na fotografia que se segue (Imagem 49), vemos o atrelamento da imagem de Nereu Ramos à política assistencialista e aos ideais de progresso. Seu nome aparece associado à assistência social e à educação, espécie de receita para o progresso. Por muito tempo, esta imagem e memória permaneceram cristalizadas na história política do Estado.

³⁹⁷ LENZI, Carlos Alberto Silveira. *Partidos e políticos de Santa Catarina*. Florianópolis: Editora da UFSC, 1983, p.116.



Imagem 49 – Retrato de Nereu Ramos.³⁹⁸

Como interventor, construiu um conjunto de obras que tinham por objetivo garantir a assistência pública e estabelecer maior controle sobre as classes populares. Dentre as principais obras estão a Penitenciária do Estado, o Abrigo de Menores, as Colônias Santa Teresa e Sant’Ana, a Maternidade Carlos Corrêa, o Hospital Nereu Ramos e o Departamento de Saúde Pública, que substituiu a antiga Diretoria de Higiene do Estado. Outros aspectos de sua administração foram as intervenções nas vias urbanas da capital, abrindo amplas avenidas, a exemplo da Rio Branco e Mauro Ramos.³⁹⁹

Cynthia Machado Campos, em estudo sobre as tentativas de controle e normatização das condutas em Santa Catarina, entre os anos de 1930 a 1945, aponta para a emergência de instituições regeneradoras de ordem educativo-assistencialistas, dentre as quais o Abrigo e o Juizado de Menores, o Hospital Psiquiátrico Colônia Sant’Anna, o Leprosário Santa Tereza e a Penitenciária Estadual, situados na capital e em municípios

³⁹⁸ Educação Popular. *Movimento do ano letivo de 1935*. Departamento de Educação. Estado de Santa Catarina, 1936, p.40.

³⁹⁹ A Lei nº 138, de 14 de novembro de 1936, criada pelo Departamento Nacional de Saúde tinha como objetivo promover a reorganização da saúde pública nos estados. LAZZARIS, Milana Cristina. *As políticas de saúde e as intervenções no espaço urbano: Florianópolis, 1930-1945*. Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade. Centro Tecnológico, UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina: Florianópolis, 2009, p.40.

próximos. Segundo Campos, esta foi a forma encontrada pelo Estado de se fazer presente na sociedade:

O investimento assistencialista efetivou-se a partir de políticas que tiveram um caráter normatizante, que atingiram amplamente Santa Catarina. No espaço urbano, sobretudo nas vias públicas das cidades, o assistencialismo buscou soluções para o “problema social” causado pela infância abandonada, pela vadiagem, loucura e prostituição. Nos recintos privados e reservados se traduziu num investimento na família, na penitenciária, nos hospitais, nas escolas, nas casas para menores.⁴⁰⁰

A autora afirma ainda que isolar para disciplinar foi a estratégia usada pela administração, na tentativa de criar uma sociedade mais moderna:

A modernidade evidenciada em meio às transformações operadas na sociedade catarinense com a instalação ou reformulação de instituições como hospitais, manicômio e prisão traduziu-se em nova maneira de imprimir tratamento ao doente, ao louco, ao pobre, ao criminoso. O novo tratamento passou pela generalização e aperfeiçoamento da prática do internamento, razão pela qual o governo Nereu Ramos fez seus poderes incidirem em instituições de isolamentos.⁴⁰¹

Como afirmamos anteriormente, tais ações institucionais também podem ser observadas para além da capital, ampliando suas ações para as principais cidades do Estado, como Joinville, Tubarão, Blumenau, Lages, Canoinhas, Itajaí e Laguna.

Para estender o controle sanitário a toda a sociedade, o Serviço de Saúde Pública de Santa Catarina foi reorganizado em 1936, com a transformação da antiga Diretoria de Higiene em Departamento de Saúde Pública. Esse Departamento passou a manter a centralização administrativa de Centros ou Postos constituídos entre os anos de 1937 e 1940, localizados nas principais cidades de Santa Catarina.⁴⁰²

O estudo de Campos aponta também para a perspectiva de que tais mudanças assumiram ações muito mais amplas, extrapolando o âmbito educacional. A autora afirma que foram elaboradas estratégias institucionais e centralizadas para o controle, normatização e disciplinarização daqueles sujeitos que o Estado e as elites nomearam como os indesejáveis. Para ela:

A reestruturação do espaço físico penitenciário vinculou-se à preocupação em dotar a instituição de organização e aparelhamento técnico necessário à

⁴⁰⁰ CAMPOS, Cynthia Machado. *Santa Catarina, 1930: da degeneração à regeneração*. Florianópolis: Ed. da UFSC. 2008, pp.105-106.

⁴⁰¹ *Ibidem*, p.122.

⁴⁰² *Ibidem*, p.106.

promoção de intervenções regeneradoras, não só sobre o presidiário, mas também sobre sua família, conforme discurso do diretor da Penitenciária da Pedra Branca em 1940.⁴⁰³

Na imagem 50, a Penitenciária do Estado de Santa Catarina, construída em 1930 e reformada em 1936.



Imagem 50 – Penitenciária do Estado.⁴⁰⁴

A construção ergueu-se em uma região ampla, que naquele momento era afastada da área urbanizada do centro da capital. Em seu interior, abrigava espaços como padaria, oficina de vassouras, colchoaria e marcenaria. O discurso, o conteúdo ideológico que fazia esta estrutura mover-se era baseado na prática de reeducação moral e de integração dos homens à ordem pública, reafirmando o trabalho como valor universal.

Escola de reforma onde a pena tem a elevação e exclusiva finalidade de redimir pela educação e pelo trabalho, com justiça e bondade, reajustando moral, intelectual e profissionalmente o homem delinqüente, destacado, é por certo, o papel que as penitenciárias desempenham na solução do complexo problema social.

Transformando os valores humanos que a sociedade careceu de segregar, em elementos úteis à coletividade, sem lhes desfigurar a personalidade, ao contrário, dela se prevalecendo como norma regeneradora, delicada é a missão destes institutos de reforma, que não se circunscreve somente ao penitenciário, mas se projeta através das grades, em direção à família do encarcerado, para

⁴⁰³ *Ibidem*, p.124.

⁴⁰⁴ Fonte: Acervo Casa da Memória. *Apud*: LAZZARIS, Milana Cristina. *As políticas de saúde e as intervenções no espaço urbano...*, p.32.

beneficiá-la, também, sob a forma de uma assistência moral e material, que a prisão não interrompe ou extingue.⁴⁰⁵

Na imagem 51, vemos o abrigo de menores, inaugurado em 1940 por Nereu Ramos, que buscou ampliar os “serviços de assistência à infância já iniciado em 1935, quando fora criado o juizado de menores em Florianópolis”.⁴⁰⁶



Imagem 51 – Abrigo de menores na capital.⁴⁰⁷

Inseridos nesse mesmo discurso estavam também os hospitais-cidades, espaços criados para o tratamento de doentes mentais e pacientes acometidos pela Hanseníase. As imagens 52 e 53 oferecem mais que a possibilidade da reconstituição, por meio da fotografia, de parte de uma cidade que já não existe mais (embora ainda viva na memória). É possível visualizar o sentido de isolamento proposto pela política de saúde pública de Nereu.

⁴⁰⁵ ARAÚJO, Edelvito Campelo de. *Na Penitenciária do Estado*. Florianópolis: Imprensa Oficial, 1940, p.40. *Apud*. CAMPOS, Cynthia Machado. *Santa Catarina, 1930...*, 124.

⁴⁰⁶ *Ibidem*, p.107.

⁴⁰⁷ Fonte: Acervo Casa da Memória. *Apud*: LAZZARIS, Milana Cristina. *As políticas de saúde e as intervenções no espaço urbano:...*, p.32.



Imagem 52 – Colônia Santa Teresa. ⁴⁰⁸

Construídas em regiões afastadas, o acesso a essas instituições era feito por estradas estreitas e de chão batido, de forma a afastar e segregar a população doente do centro da capital. Durante o período em que Vargas esteve no poder (mais especificamente entre os anos de 1937 e 1945), novas políticas de saúde pública foram estabelecidas para todo o território nacional, muitas delas efetivadas por seu ministro Gustavo Capanema, à frente do Ministério da Educação e Saúde Pública.

Ana Albano Amora afirma que, para o tratamento da hanseníase, foram construídos, nesse período, um número expressivo de colônias para leprosos, distribuídas de norte a sul do território brasileiro, com uma concentração maior nas regiões Norte e Nordeste.⁴⁰⁹ Ainda segundo a autora, esses espaços seguiam a concepção de que deveriam ter uma dupla função, a saber, a de cidade e a de hospital.⁴¹⁰ Em sintonia com tal política nacional, em Santa Catarina,

(...) os anos de 1940 assistiram à criação do Serviço de Assistência à Psicopatas, que lançou bases para a construção do Hospital Psiquiátrico Colônia Sant'Ana, inaugurado em 1941; do Serviço de Assistência aos Lázaros, com a instalação do Leprosário Santa Tereza.⁴¹¹

⁴⁰⁸ Fonte: Acervo do Hospital Santa Tereza. *Apud.* AMORA, Ana Albano. *O nacional e o moderno: a arquitetura e a saúde no Estado Novo nas cidades catarinenses*. Tese de Doutorado – Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional. Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano. UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro: Rio de Janeiro, 2006.

⁴⁰⁹ *Idem.*

⁴¹⁰ Vale lembrar que a preocupação com o tratamento desses pacientes já se fazia presente no Brasil desde o período colonial, dispendo desde o século XVIII de locais para acolher leprosos. Essas instituições –abrigos e hospitais – estavam a cargo principalmente das ordens religiosas. Sobre este assunto, ver: SANTOS, S. M. dos. *Pesquisa documental sobre a história da hanseníase no Brasil*. História, Ciências, Saúde. Manguinhos, vol. 10: suplemento nº1, ano. 2003, pp. 415-426.

⁴¹¹ CAMPOS, Cynthia Machado. *Santa Catarina, 1930...*, p.107.

A viabilização dessa política foi posta em prática a partir da elaboração de um plano nacional de combate à enfermidade, em 1934, tendo como base principal a construção, pelo poder público, de unidades de tratamento em determinados Estados. Como parte dessa proposta, deveriam ser criados também outros espaços, como os dispensários – para o controle de novos casos –, e os preventórios – destinados a abrigar e educar os filhos sadios dos pacientes, contando com a colaboração de instituições filantrópicas.⁴¹² Assim, a construção, manutenção e administração dessas instituições ficaram sob a responsabilidade de entidades não governamentais, como a Federação das Sociedades de Assistência aos Lázaros e Defesa contra a Lepra.⁴¹³



Imagem 53 – Vista parcial do Hospital Colônia Sant'Ana.⁴¹⁴

Inauguradas respectivamente em 1940 e 1941 pelo então presidente Getúlio Vargas e pelo interventor Nereu Ramos, as colônias Santa Teresa e Sant'Ana acolheram

⁴¹² LAZZARIS, Milana Cristina. *As políticas de saúde e as intervenções no espaço urbano:...*, p.38.

⁴¹³ Sobre os números referentes à criação desses espaços, ver: AMORA, Ana Albano. *O nacional e o moderno: a arquitetura e a saúde no Estado Novo nas cidades catarinenses*. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional. Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano. UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro: Rio de Janeiro, 2006. CAMPOS, Cynthia Machado. *Santa Catarina, 1930: da degenerescência à regeneração*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2008. LAZZARIS, Milana Cristina. *As políticas de saúde e as intervenções no espaço urbano: Florianópolis, 1930-1945*. Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade. Centro Tecnológico, UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

⁴¹⁴ Fonte: Acervo do Hospital Colônia Sant'Ana. Apud. KOERICH, Ana Maria Espindola. *Hospital Colônia Sant'Ana: Reminiscência dos trabalhadores de enfermagem (1951-1971)*. Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Enfermagem, UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina: Florianópolis, 2008, p.48.

seus pacientes em regime de confinamento. Essas instituições seguiram modelos arquitetônicos semelhantes, materializando o discurso médico da época. Os espaços foram pensados e projetados como verdadeiras cidades, o que permitiu a utilização da denominação cidades hospitais. Compostas por diferentes edificações, com formas, funções e linguagens diversificadas, foram edificadas no formato pavilhonar abrigando espaços para o desenvolvimento de diferentes atividades, as quais ocupariam boa parte do tempo de seus internos.⁴¹⁵

A construção da maternidade Carlos Corrêa, bem como de creches para os filhos dos trabalhadores, apontam para uma política de controle sobre o corpo desde a infância.



Imagem 54 – Maternidade Carlos Corrêa.⁴¹⁶

Seu caráter eugenista era justificado pelas “determinações em promover a melhoria da raça, traduziram-se em políticas voltadas para o amparo de gestantes, mães e filhos de trabalhadores”.⁴¹⁷

⁴¹⁵ AMORA, Ana Albano. *O nacional e o moderno: a arquitetura e a saúde no Estado Novo nas cidades catarinenses*. Tese de Doutorado – Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional. Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano. UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro: Rio de Janeiro, 2006.

⁴¹⁶ Fonte: Acervo IHGB/SC. *Apud*: LAZZARIS, Milana Cristina. *As políticas de saúde e as intervenções no espaço urbano: Florianópolis, 1930-1945...*, p.20.

⁴¹⁷ CAMPOS, Cynthia Machado. *Santa Catarina, 1930:...*, pp.110-111.



Imagem 55 – Vista aérea do Hospital Nereu Ramos. ⁴¹⁸

No bairro da Pedra Grande (atual bairro da Agrônômica) foi construído o Hospital Nereu Ramos, concebido e idealizado para o tratamento de doenças infectocontagiosas. Essa região, na época, era pouco habitada e possuía um relevo propício para a implantação de um equipamento hospitalar destinado ao tratamento da tuberculose e demais doenças contagiosas que exigiam isolamento. ⁴¹⁹

A construção do hospital iniciou-se no ano de 1940, e a área escolhida foi a parte mais alta do bairro, pois, segundo o discurso médico, acreditava-se que as condições climáticas eram mais favoráveis ao tratamento das doenças. Na imagem 54, observamos que sua concepção também seguiu o modelo pavilhonar, com suas unidades internas articuladas por meio de passagens cobertas e voltadas para um pátio interno e ajardinado. Este modelo de edificação permitia uma orientação em relação à setorização funcional desse espaço. Observamos que, em seu entorno, praticamente não há construções residenciais, e sim, a presença de uma grande área verde que o circunda.

⁴¹⁸ Fonte: Acervo do Hospital Nereu Ramos, imagem s/data. *Apud*: LAZZARIS, Milana Cristina. *As políticas de saúde e as intervenções no espaço urbano: Florianópolis, 1930-1945*, p.39.

⁴¹⁹ Com a expansão da área central da capital, essa região tornou-se bastante populosa e valorizada, sendo uma das principais vias de acesso ao bairro Trindade e às áreas circunvizinhas ao campus universitário da UFSC.



Imagem 56 – Fachada do Hospital Nereu Ramos.⁴²⁰

A fachada do hospital exibia um modelo arquitetônico de estilo moderno, que também pode ser observado em outras construções públicas do mesmo período na capital, o que nos levou a acreditar que poderia haver uma preocupação, por parte do governo de Nereu Ramos de consolidar, por meio de grandes obras públicas, uma imagem de modernidade ao seu governo. Essa parecia ser a tendência dos governos totalitários: demonstrar a grandiosidade e a pujança de seu poder, modelo seguido por Vargas no Rio de Janeiro.⁴²¹ A construção de um conjunto de obras públicas em Florianópolis pode, sim, estar relacionada a esse processo, contudo caracterizou também a estratégia assistencialista adotada por Nereu Ramos para o Estado.

⁴²⁰ Fonte: Acervo do Hospital Nereu Ramos, imagem s/data.

⁴²¹ CAPELATO, Maria Helena. O Estado Novo: o que trouxe de novo? In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O Brasil Republicano...*, p.129.



Imagem 57 – Departamento de Saúde Pública. ⁴²²

A saúde, a segurança e a educação, principalmente das classes populares, formavam nesse momento uma tríade de prioridades no governo de Nereu Ramos, mostrando sua sintonia com a política nacional. A criação do Departamento de Saúde Pública de Santa Catarina representa a materialização dessas preocupações em consonância com as prioridades das elites locais e do governo de Getúlio Vargas. Com a aprovação da Lei nº 378, de 13 de janeiro de 1937, foi estabelecido um sistema administrativo nacional para a educação e para a saúde.

Em 1939 foi concluída a construção do prédio do Departamento de Saúde Pública, na região central da cidade, na Rua Felipe Schmidt. A inauguração da obra contou com a presença de Getúlio Vargas e foi amplamente divulgada na imprensa. Esse espaço foi o responsável, enquanto órgão do governo estadual, por colocar em prática as orientações do Departamento Nacional de Saúde.⁴²³ Na administração local, Nereu Ramos contou com o apoio de seu irmão, Mauro Ramos, prefeito da capital entre o período de 1937 a 1940, além do apoio técnico do diretor de obras públicas, o engenheiro Udo Deeke, ambos pertencentes ao mesmo partido.

As mudanças promovidas por Nereu Ramos no campo da saúde, com a elaboração de estratégias institucionais e centralizadoras, foram também estendidas para o campo da educação, mais especificamente pela estratégia de reformas do ensino e da política de nacionalização. Neste sentido, as escolas e demais espaços representativos de

⁴²² Acervo: Casa da Memória. Florianópolis, Santa Catarina.

⁴²³ LAZZARIS, Milana Cristina. *As políticas de saúde e as intervenções no espaço urbano: Florianópolis, 1930-1945...*, p.52.

determinadas culturas, situados em áreas de colonização estrangeira, foram os alvos combatidos pelo Estado na tentativa de criar e fortalecer uma identidade nacional.

Ao assumir o governo, Nereu Ramos deu continuidade ao projeto de reforma da educação com a Reforma Trindade, a qual, pelo Decreto n. 713, de 8 de janeiro de 1935, estabeleceu a reorganização do ensino no Estado.⁴²⁴ Como já discutido anteriormente, a partir dessa reforma, as Escolas Normais passaram a se chamar Institutos de Educação, tendo como objetivo principal a formação de técnicos para o magistério em suas diferentes modalidades. Em seu cerne, estava a preocupação com a formação dos professores e dos currículos. A mudança exigia que fosse dada uma maior ênfase às ciências fontes da Educação, privilegiando disciplinas como Pedagogia, Psicologia, Sociologia, Biologia, História e a Filosofia, visto que:

Para a formação desses profissionais da educação, fazia-se necessária a ampla produção de conhecimentos teóricos e técnicos, em consonância com o projeto de renovação que se buscava para a educação a partir dos anos de 1930. Esses novos conhecimentos, por sua vez, originavam-se de ciências como a biologia, a psicologia e a sociologia, e se propunham a fornecer uma base científica para a pedagogia. Essas disciplinas, constituindo-se em suas especificidades como diferentes campos científicos produtores de ciência, firmaram seu lugar no universo pedagógico brasileiro, no decorrer das décadas de 1930 e 1940.⁴²⁵

Nesse sentido, chamamos novamente a atenção para o fato de que a Reforma Trindade não deve ser pensada como um ato isolado do governo de Nereu Ramos, mas em consonância com as mudanças na conjuntura política e social no Brasil pós-30.

O programa provisório para as Escolas Normais Superiores Vocacionais apontava para uma maior valorização das disciplinas Pedagogia e Psicologia, a partir de 1935, sendo que “o positivismo aparece, na época, como pensamento hegemônico entre os conhecimentos em jogo no campo científico da psicologia e da pedagogia”.⁴²⁶ Estas preocupações passaram a dividir espaço com o recrudescimento, nos anos de 1937 e 1938, da política de nacionalização do ensino no Estado Novo.

Nesse processo, a língua estrangeira passou a dividir as atenções do Estado. O combate ao uso de línguas estrangeiras, em especial a alemã e a italiana, vinha sendo posto em prática desde o período da administração de Vidal Ramos. O processo foi interrompido com a chegada ao poder de políticos ligados a Adolfo Konder e durante o

⁴²⁴ Luiz Bezerra Trindade foi diretor da Instrução Pública em Santa Catarina.

⁴²⁵ CARVALHO, Diana Carvalho de; DAROS, Maria das Dores; SGANDERLA, Ana Paula. Uma abordagem histórica da psicologia nos cursos de formação de professores: em foco os programas da disciplina em uma escola catarinense na década de 1930. In: *Revista Brasileira de Educação*. V.17, nº51, set-dez; 2012, p.677.

⁴²⁶ *Idem*.

período em que este também foi governador do Estado. Como já evidenciado anteriormente, a família Konder era proveniente da Alemanha, estabelecendo-se no Vale do Itajaí no final do século XIX. A extensa região do Vale do Itajaí tornou-se o principal reduto eleitoral para essa família.

O combate foi retomado pelo interventor Aristiliano Ramos, entre 1933 e 1934. Cynthia Machado Campos afirma que Aristiliano enfrentou forte hostilidade a partir de medidas como “o aumento de impostos sobre o capital investido em atividades econômicas – que veio a atingir profundamente as cidades industriais onde a maioria da população era de descendência alemã”.⁴²⁷ A insatisfação com governo de Aristiliano aumentou ainda mais a partir da obrigatoriedade do uso da língua nacional pelos alemães e seus descendentes. A divisão da cidade de Blumenau, dando origem a outros municípios, também foi um agravante, passando a ser encarado como uma represália de Aristiliano por sua derrota nas eleições, na região do Vale. Campos afirma ainda que a hostilidade ao político lageano não pode ser explicada apenas a partir da conjuntura política que ocasionou a sua derrota na região, tampouco somente pela conjuntura econômica, mas principalmente, pelo confronto de padrões de conduta e das lutas de resistência, articuladas por alemães e seus descendentes, por garantias de um espaço cultural autônomo.

Durante o Estado Novo, o interventor Nereu Ramos, para fins de controle e centralização da educação, e amparado em Lei Federal e por uma estrutura de fiscalização constituída pelo próprio Estado, passou a intervir nas escolas particulares proibindo-as de ensinar em idioma estrangeiro. Primeiramente, eram dadas instruções quanto à obrigatoriedade do ensino em língua nacional. A função de orientar e fiscalizar o cumprimento do decreto era de obrigação dos inspetores escolares, vinculados às circunscrições regionais. O decreto nº 105, de 8 de janeiro de 1936,⁴²⁸ reorganizou as circunscrições existentes e criou outras, para fins de fiscalização. A resistência, por parte dos professores das escolas particulares à imposição do Estado, levou a punições e até mesmo ao fechamento de escolas, como podemos observar no decreto nº330 de 20 de agosto de 1937:

Considerando que a escola mixta particular de Alto Baú, no município de Itajaí, regida pelo Professor Artur Grahl, filiada a “Evangelisches Pfarrant, Blumenau”, vem funcionando em franco desrespeito aos dispositivos legais,

⁴²⁷ CAMPOS, Cynthia Machado. *Santa Catarina, 1930...*, p. 92.

⁴²⁸ Coleção de Decretos, Resoluções e Portarias, de 1936, p.05.

referentes ao ensino, como já foi verificado por várias vezes pelas autoridades de ensino;

Considerando que, apesar de o Inspetor Escolar da 10ª Circunscrição fazer observações e recomendações convenientes, há ainda por parte do citado professor comprovada relutância em regularizar a sua escola, em procurando sempre desenvolver nela ação desnacionalizadora,

DECRETA:

Art. 1º – Fica fechada a escola mixta particular de Alto Baú, no município de Itajaí, regida pelo professor Artur Grahl, filiada a “Evangelisches Pfarrant, Blumenau”.⁴²⁹

A insistência no uso da língua estrangeira no processo de ensino nas escolas particulares representava, aos olhos do governo, um entrave ao projeto de nacionalização de Vargas, conduzido no Estado pelo interventor Nereu Ramos. A resistência ao projeto, por parte dos moradores das áreas de colonização europeia, pode ser percebida pelo número elevado de fechamento de escolas, notificações, punições com multas e até prisões. Entretanto, as punições ocorriam de ambos os lados, pois os nacionais, afinados com a política de nacionalização, sofreram represálias por parte dos descendentes de europeus, como podemos notar:

Considerando que a Escola Particular de Hamônia, na vila e município do mesmo nome, dirigida pelo Sr. Helmuth Heinke, vem ferindo dispositivos regulamentares, conforme tem verificado o Sr. Inspetor escolar da 13ª circunscrição;

Considerando que apesar das reiteradas recomendações, o citado educandário tem sido um entrave à obra de nacionalização, tanto que ainda agora foi exonerado um professor brasileiro, pela direção da referida Escola, somente por aplaudir atos de genuína brasilidade.

Considerando que as crianças matriculadas nesse colégio não ficarão prejudicadas, pois o Estado fará funcionar no próximo ano, o grupo Escolar Eliseu Guilherme, naquela vila, cujo prédio está em conclusão,

DECRETA:

Art. 1º – Fica proibida de funcionar a Escola Particular de Hamônia, na vila e município de Hamônia, dirigida pelo sr. Helmuth Heinke.⁴³⁰

Por todo o Estado, inúmeras escolas foram fechadas, e a região do Vale do Itajaí concentrava o maior núcleo de colonização estrangeira, sendo a mais afetada pela política de nacionalização. Ao mesmo tempo em que o Estado fechava uma escola particular, tratava logo de abrir uma escola pública em seu lugar, ou em uma região próxima, afirmando que caberia ao poder público oferecer educação por meio da escola pública. Os

⁴²⁹ Coleção de Decretos, Resoluções e Portarias, de 1937, p.71.

⁴³⁰ *Idem.*

decretos que ordenavam o fechamento das escolas justificavam sua necessidade e legalidade via um discurso apoiado no formalismo legal e burocrático do Estado. Nestes, era ressaltada a incapacidade das escolas particulares de cumprirem o estabelecido pelo decreto-lei nº 88, que fixou normas relativas ao ensino primário em escolas particulares. O mesmo decreto-lei atribuiu ao Estado a exclusiva responsabilidade pela educação escolar das crianças. O texto do decreto-lei iniciava com a seguinte afirmativa:

O Doutor Nerêu Ramos, Interventor Federal no Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição que lhe confere o art. 181 da Constituição da República. Considerando que, embora a arte, a ciência e o seu ensino sejam livres à iniciativa individual e à de associações ou pessoas coletivas, “não se pode confundir liberdade de pensamento e de ensino com a ausência de fins sociais”; Considerando que o ensino é “um instrumento em ação para garantir a continuidade da Pátria e dos conceitos cívicos e morais que nela se incorporam”.⁴³¹

Em nome dos fins sociais, afirmou que a educação é um instrumento de ação importante para garantir a continuidade da Pátria e dos conceitos cívicos e morais. Para o Estado, o papel da educação naquele momento não era o de formar cidadãos capacitados e esclarecidos, dentro da cultura da liberdade de pensamento e dos fundamentos democráticos, mas sim garantir uma educação de obediência às leis e aos valores nacionais. Este foi o compromisso dos interventores estaduais, que buscaram alinhar-se aos interesses nacionais de um governo central que cada vez mais mostrava simpatia pelo modelo autoritário e centralizador. Ainda segundo o mesmo decreto, era dever do Estado:

Consideram que, portando é dever do Estado tutelar a educação da infância e da juventude brasileira, não apenas apercebendo-as de conceitos e noções sem fisionomia moral e cívica, mas conformando-lhe o espírito no culto às tradições, à língua, aos costumes e às instituições nacionais, e na compreensão dos direitos e dos deveres do cidadão brasileiro.⁴³²

Nas entrelinhas, um problema maior se apresentava: a construção da identidade nacional. Para os estrangeiros e seus descendentes, naquele momento o que estava em disputa era o direito de manifestar seus costumes e tradições. O projeto de nacionalização de Vargas, ao mesmo tempo em que impunha os valores nacionais aos estrangeiros e seus descendentes, entrava em choque com um elemento essencial para a manutenção da unidade e da própria identidade germânica, a língua.

⁴³¹ Coleção de Decretos, Resoluções e Portarias de 1938, p.78.

⁴³² *Ibidem*, 78-79.

Cynthia Machado Campos lembra-nos que os alemães que migraram para o Sul do Brasil tomaram como base para a sua vida comunitária os princípios presentes na tradição romântica. A autora deixa mais clara a sua argumentação quando afirma:

O espírito nacional, envolvendo sentimentos de amizade, solidariedade e fraternidade, esteve nas bases do patriotismo das comunidades alemãs. Esteve também na base da organização de comunidades, da formação de pequenas associações a partir do final do século XVIII, que reforçaram tais sentimentos e valorizaram a língua como forma de cultivar costumes e tradições artístico-culturais dos grupos. A fragmentação territorial da Alemanha parece ter traduzido um tipo de configuração de sociedade que, baseada no patriotismo cultural e popular, fomentou tanto o sentimento de desenraizamento como também uma noção de identidade fortemente calcada na unidade. A noção de unidade aqui presente foi integrada sobretudo pelo idioma.⁴³³

De fato a língua está no centro da cultura alemã e resume o próprio sentido de existir para o alemão, cujo sentido define-se através da relação com o outro, com a comunidade.

(...) corre ao Estado a obrigação de resguardar e defender as novas gerações brasileiras, sem distinção de sua origem racial, de toda e qualquer influência que contrarie aquele postulado constitucional e desvirtue, tolha ou dificulte a propaganda dos sentimentos de brasilidade no espírito dos que nasceram no sólo nacional;

Considerando a necessidade de consolidar e uniformizar as disposições existentes relativas ao ensino primário privado, bem como pô-las de acôrdo com a orientação social e política do Estado Novo.⁴³⁴

O decreto-lei não escondia as intenções do Estado em promover a homogeneização, através do controle de um espaço ideológico importante, a escola.

Art. 3º – A concessão de licença depende de requerimento que especifique:

1º – o nome do estabelecimento;

2º – o local da escola, com indicação do município, cidade, vila, ou povoado, rua e número;

Art. 4º – Deverá o requerimento ser instruído com os seguintes requerimentos:

1º – prova de serem brasileiros natos os professores da língua nacional, geografia, história do Brasil, e de educação cívica e moral, em todos os cursos;

2º – prova de que o diretor, ou responsável, e os demais professores são natos, ou naturalizados;

11ª – declaração expressa do responsável, com firma reconhecida, de que o estabelecimento não será mantido, nem subvencionado por instituição ou governo estrangeiro.

Art. 5º – O Governo do Estado poderá rejeitar no todo ou em parte, as provas oferecidas, desde que as não julgue bastante, bem como, por intermédio do Departamento de Educação, determinar as investigações necessárias para averiguar a procedência, ou a veracidade, das declarações feitas.

⁴³³ CAMPOS, Cynthia Machado. *A política da língua na Era Vargas. Proibição do falar alemão e resistências no Sul do Brasil*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2006, p.35.

⁴³⁴ Coleção de Decretos, Resoluções e Portarias de 1938, p.79.

Art. 6º – Não poderá ser diretor, ou professor de estabelecimento de ensino primário ou por este responsável, pessoa que o Governo do Estado, a seu exclusivo juízo, reputar idônea, sobretudo em relação ao objetivo da propaganda dos sentimentos de brasilidade e de educação moral e cívica.⁴³⁵

O controle sobre esses espaços era feito por uma burocracia articulada pelo próprio Estado, com o objetivo de impedir qualquer influência estrangeira sobre as instituições de ensino e sobre os conteúdos ensinados em sala de aula:

Art. 7º – É obrigatório aos estabelecimentos particulares de ensino primário:
1º – dar em língua vernácula todas as aulas dos cursos pré-primário, primário e complementar, inclusive as de educação física, salvo quando se tratar do ensino de idioma estrangeiro;
2º – adotar os livros aprovados oficialmente;
3º – usar exclusivamente a língua nacional quer na respectiva escrituração, quer em tablóides, placas, cartazes, avisos, instruções ou dísticos, na parte interna ou externa do prédio escolar;
4º – confiar os cursos de jardins de infância e escolas maternais a professores brasileiros natos.⁴³⁶

Um sentimento nacionalista deveria ser construído e reforçado com práticas de culto aos símbolos da pátria, contribuindo para a construção de um imaginário.

5º – ter sempre ensaiados os hinos oficiais;
6º – homenagear aos sábados a Bandeira Nacional, conforme se pratica nos estabelecimentos oficiais, fazendo recitar a oração, que será fornecida pelo Departamento de Educação;
7º – respeitar os feriados nacionais, comemorando-os condignamente;
8º – adotar uniformes escolares, desde que seja mantido mais de um curso, ou submetê-lo, previamente, à aprovação do Departamento de Educação, que poderá determinar as modificações que julgar necessárias.⁴³⁷

Os intelectuais brasileiros, nas décadas de 20 e 30, tiveram papel importante no debate político, e a pedra de toque foi a discussão em torno de uma identidade nacional. Daniel Pécaut analisa a participação e a posição social desses intelectuais e seus interesses:

A geração dos anos 25-40 não solicitou a mão protetora do Estado: ao contrário, mostrou-se disposta a auxiliá-lo na construção da sociedade em bases racionais. Participando das funções públicas ou não, manteve uma linguagem que é a do poder. Ela proclamou, em alto e bom som, a sua vocação para elite dirigente.⁴³⁸

⁴³⁵ *Ibidem*, p. 79-80.

⁴³⁶ Coleção de Decretos, Resoluções e Portarias de 1938, p.79.

⁴³⁷ *Idem*.

⁴³⁸ PÉCAUT, Daniel. *Os intelectuais e a política no Brasil. Entre o povo e a nação*. São Paulo: Editora Ática, 1990, p.22.

Em seu estudo, Pécaut discute uma classe em particular, os intelectuais originários de famílias oligárquicas em decadência. Segundo o autor, esses intelectuais, nas primeiras décadas da República, viram-se ameaçados pelas mudanças que levaram a uma maior concorrência nas carreiras profissionais, tradicionalmente ocupadas por pessoas de seu grupo, e temiam a perda de seu status. Desta forma, romperam com o isolamento causado pela decepção com a República e passaram a buscar a aproximação com o governo pelas afinidades nos discursos e nos interesses.

Durante o governo de Getúlio Vargas a cultura passou a ser entendida como assunto de Estado, e o governo fez uso disso para se aproximar de escritores, jornalistas e artistas. Entre o ministério Capanema e o DIP abriu-se um mercado de cargos destinados a intelectuais que desejassem se inserir nos espaços privilegiados do serviço público, neste sentido, formou-se uma larga roda de convívio entre intelectuais e artistas e o núcleo decisório do governo. Ainda que alguns entre eles antagonizassem com sua produção a ordem estabelecida, uma expressiva parcela dos intelectuais brasileiros ao centro, à direita e à esquerda do espectro político aceitou demandas que lhe faziam as agências do Estado Novo.

Os apontamentos de Pécaut despertaram nossa atenção para a participação dos intelectuais da capital Florianópolis (dentre estes Antonieta de Barros) nesse período, que não chegaram a publicar grandes obras e nem pertenciam a uma elite decadente, mas eram provenientes de uma classe média letrada, formada por profissionais liberais, entre os quais professores, jornalistas, advogados, que viram na mudança de regime, em 1930, uma oportunidade de participação no debate político e, ao mesmo tempo, de inserção social. Ainda segundo Pécault:

A partir de 1915, o nacionalismo invadiu a cultura brasileira. Expandiu-se na literatura a ponto de tornar suspeita qualquer obra que parecesse manter alguma distância em relação a ele. Deu origem a associações onde os intelectuais estavam onipresentes, e cujo protótipo foi a Liga de Defesa Nacional – criada em São Paulo pelo poeta Olavo Bilac e que logo encontraria adeptos em outras cidades.⁴³⁹

Assim como nas demais capitais, em Florianópolis observou-se, pelos jornais, uma inflamada defesa dos valores patrióticos e nacionais, uma constante publicação de crônicas, contos e poemas enaltecendo a pátria, além de notícias sobre as atividades promovidas pelo Centro Cívico e outras associações. Ao se referir à participação dos intelectuais no governo pós-30, Alfredo Bosi lembra-nos que a experiência ensinou a

⁴³⁹ *Ibidem*, pp.25-26.

esses intelectuais que o velho mundo foi abolido apenas parcialmente, pois o novo governo compôs aos poucos novas relações de poder com as “oligarquias regionais, rebatizando antigas estruturas partidárias, embora acenassem com lemas patrióticos ou populares para o crescente operariado e as crescentes classes médias”.⁴⁴⁰ Entretanto, todo o esforço para se forjar e colocar em evidência uma identidade nacional, não deixava espaço para as diferenças identitárias, elaborando táticas para não serem suprimidas em nome de uma suposta homogeneização.

As disposições do decreto-lei nº 88 seguem estabelecendo ainda:

- 12º – Apresentar anualmente, ao Diretor do Departamento de Educação, o relatório dos trabalhos escolares;
- 13º – fornecer, ao Departamento de Educação e às autoridades de ensino, os dados estatísticos solicitados.⁴⁴¹

A criação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, em 1938, e sua irradiação para as capitais, possibilitou um melhor uso da estatística para um conhecimento mais amplo e um controle mais eficaz do quadro educacional do Estado. O Estado ainda estabelecia as punições para aqueles que infringissem o decreto-lei:

Art. 16º – A infração de dispositivos do presente decreto-lei corresponderão às seguintes penalidades:

- a) afastamento do diretor, ou responsável, e professores;
- b) fechamento temporário do estabelecimento;
- c) fechamento definitivo, com apreensão do material escolar e didático.

Art. 17º – O diretor, ou professor, será afastado, quando:

- 1º – não tiver ensaiados os hinos oficiais em todos os cursos, nem fizer aos alunos a explicação e a interpretação das respectivas letras;
- 2º – não fizer a escrituração escolar no idioma nacional e de acordo com o modelo oficial;
- 3º – não adotar programas oficiais para o curso primário;
- 4º – não usar a série de livros didáticos adotados pelo Departamento de Educação, para o curso primário;
- 5º – negar informações solicitadas pelas autoridades escolares, ou fornecê-las inverídicas.⁴⁴²

De todas as punições, a proibição do exercício do magistério a professores ou diretores, que descumprissem qualquer artigo previsto no decreto-lei nº88, parece ser a mais severa.

⁴⁴⁰ BOSI, Alfredo. *História concisa da Literatura Brasileira*. 42ª edição. São Paulo: Cultrix, 1994, p.384.

⁴⁴¹ Coleção de Decretos, Resoluções e Portarias de 1938, p.81.

⁴⁴² Coleção de Decretos, Resoluções e Portarias de 1938, p.83.

§ 1º – Não poderá, durante cinco anos, exercer o magistério no Estado, o diretor, responsável, ou professor afastado por qualquer dos motivos previstos neste artigo.⁴⁴³

Vale ainda ressaltar que, excetuando-se os casos de moléstia contagiosa, aplicação de castigos físicos aos alunos, e a falta de cuidado quanto à observação das regras de higiene e salubridade, todos os demais artigos visavam ao cumprimento do projeto de nacionalização do ensino. Essas normas eram fiscalizadas pela Inspetoria Geral de Escolas Particulares e Nacionalização do Ensino, criada por meio do decreto-lei nº 124. O órgão tinha a função de tornar efetivas as medidas estabelecidas pelas leis federais e pelo decreto nº88.

b) velar pelo fiel cumprimento das leis estaduais quanto à adoção dos programas, normas de ensino e educação, orientação pedagógica e eficiência dos professores nas escolas particulares, dando as necessárias instruções aos inspetores escolares e docentes.⁴⁴⁴

Estratégias foram também elaboradas pelo poder público para estabelecer um controle sobre a produção cultural, intenção que pode ser observada no decreto nº 574, que regulamentava a isenção de imposto de transmissão de propriedade. Um dos casos observados na documentação pesquisada envolveu a sociedade anônima Progresso Cultural de Blumenau, durante a incorporação da antiga Sociedade Dramático-Musical Frohsinn ao seu patrimônio. Notamos que tal decreto estabelecia algumas condições para que, de fato, ocorresse a transação:

- a) O teatro mantido pela sociedade terá o nome de um brasileiro que se tenha destacado no cultivo das letras ou das artes;
- b) Não poderão ser feitas representações cênicas senão em língua nacional, salvo por companhias estrangeiras, ou com autorização especial, para cada caso, da Secretaria da Segurança Pública;
- c) De todos os programas musicais e de canto coral deverão constar sempre em proporção correspondente à terça parte dos números do programa, musicais e cantos genuinamente brasileiros;
- d) Os programas, anúncios, dísticos, indicações, avisos, referências, distintivos ou emblemas usados pela sociedade, ou nos edifícios por elas mantidos, deverão ser escritos em língua nacional, e referir-se a assunto ou nomes brasileiros.⁴⁴⁵

⁴⁴³ *Ibidem*, p.83.

⁴⁴⁴ *Ibidem*, pp.127-128.

⁴⁴⁵ Coleção de Decretos, Resoluções e Portarias de 1938, p.05.

O artigo 2º do mesmo decreto estabelecia a punição em caso de descumprimento de qualquer item do artigo 1º acima citado. A punição para o descumprimento seria o pagamento ao Estado do valor isentado: “(...) ficará a Sociedade Beneficiária obrigada a entrar para a Fazenda do Estado com a quantia correspondente à isenção outorgada”.⁴⁴⁶

A Sociedade Dramático-Musical Frohsinn, no ano de 1935, iniciou a construção de sua sede na rua 15 de novembro, no centro da cidade de Blumenau e, enquanto a sede era construída, a Frohsinn uniu-se à Liederkrantz. Em 1939, com a intervenção do Estado e a proibição do uso de nomes estrangeiros, bem como a proibição de apresentações de peças teatrais em língua alemã, a Sociedade alterou, por ordem do governo, seu nome para Sociedade Dramático Musical Carlos Gomes. Em 1º de julho de 1939, foi inaugurado o teatro de mesmo nome.⁴⁴⁷ No *site* oficial do teatro Carlos Gomes, observa-se a estreita ligação entre as antigas sociedades culturais, a cidade e seu passado. O mesmo *site* relaciona, de forma resumida, a trajetória das sociedades culturais com o crescimento da cidade. O texto ainda atribui, como responsáveis pela criação e manutenção desses espaços, a iniciativa dos alemães e seus descendentes.

O decreto-lei nº35, de 13 de janeiro de 1938, estabelecia que ficava proibido, a partir daquela data, “o uso de nomes estrangeiros em sedes, ou núcleos de populações que se criarem, e nos estabelecimentos escolares, ou outros, que recebam auxílio, ou favor, do Estado, ou dos Municípios”.⁴⁴⁸

Art. 1º – Salvo homenagem de caráter estritamente científico, moral, ou religiosos, com prévia licença do Governo do Estado, é proibido dar nome de pessoas estrangeiras, ou usar de denominações que não sejam em língua nacional, em sedes, ou núcleos de população, que se criarem, quer por iniciativa pública, quer particular;

§1º – Estende-se a proibição aos estabelecimentos escolares, cujo funcionamento dependa de licença do Governo do Estado, ou a quaisquer outros que gozem de auxílio, ou favor do Estado ou dos Municípios;

§2º – Os estabelecimentos, das condições do parágrafo anterior, serão fechados, se escolares, e terão suspensos os auxílios e favores, se estes gozarem, desde que persistam na conservação da denominação proibida por este decreto-lei, uma vez intimados a mudá-la.⁴⁴⁹

Alguns distritos fundados a partir da segunda metade do século XIX pela Sociedade Colonizadora Hanseática, a exemplo de Hansa-Hamônia e Nova Breslau, passaram por desmembramentos e emanciparam-se de Blumenau, sendo elevados à

⁴⁴⁶ *Idem*.

⁴⁴⁷ <http://www.teatrocarlosgomes.com.br/historico.asp>. Acessado em 15 de outubro de 2013.

⁴⁴⁸ Coleção de Decretos, Resoluções e Portarias de 1938, p.19.

⁴⁴⁹ *Ibidem*, p.19.

categoria de municípios no início do século XX. Porém, a mudança não foi motivada apenas por questões administrativas e econômicas, pois esses municípios tiveram seus nomes alterados por decretos-lei, passando a se chamarem Ibirama e Getúlio Vargas, respectivamente.⁴⁵⁰

O decreto-lei nº 76, de 04 de março de 1938, preocupou-se em estabelecer os critérios da educação cívico-cultural das associações de caráter privado:

Art. 1º – As associações em geral, de caráter privado, ficam sujeitas à orientação e fiscalização do Departamento de Educação, no tocante à instrução cívica e educação física e cultural.

§ 1º – Os programas e horários de ensino serão previamente aprovados por aquele Departamento, e nele registrados os nomes dos respectivos professores ou instrutores que deverão ser brasileiros;

§ 2º – De todo o programa comemorativo de datas, ou acontecimentos nacionais, deverá ser enviado um exemplar, com antecedência de dez dias, ao inspetor escolar da respectiva circunscrição, que poderá desaprová-lo no todo, ou em parte, se não corresponder às exigências do Departamento de Educação.

Art. 2º – As associações de caráter privado ficam, no que lhes fôr aplicável, sujeitas às leis e regulamentos relativos ao ensino e educação, e, especialmente, quanto à parte referente à nacionalização.⁴⁵¹

Ao analisarmos as coleções de decretos da década de 42, observamos um recrudescimento ainda maior, por parte do poder público, sobre as punições aos sujeitos que se opuseram ao projeto de nacionalização. Acreditamos que esse tenha sido um dos efeitos da política antidemocrática do Estado Novo, como pode ser evidenciado no decreto-lei nº1305:

Considerando que a comunidade Evangélica de Blumenau, que é presidente Hermann Müller Hering, de nacionalidade alemã, cedeu prédio de sua propriedade para a instalação de um internato naquela cidade, onde são recebidos menores de 14 anos, brasileiros, sendo clandestinamente ministradas aulas, em língua alemã, por professores estrangeiros;

Considerando que o referido internato é dirigido pelo pastor Christoff Knapper, que nele também leciona, tendo como auxiliares sua irmã Maria Knapper, ambos de nacionalidade alemã, e Henrique Martins (ou Martius), de nacionalidade russa, que ali lecionou até o mês de agosto do ano próximo passado;

Considerando que a língua usual no referido internato é a alemã, não obstante serem brasileiros natos os menores ali internados;

⁴⁵⁰ Ibirama, nome de origem indígena, que, pelo decreto-lei estadual nº 941 de 31-12-1943, passou a substituir o nome Hamônia. O antigo distrito de Dalbérgia originou-se ex-povoado de Nova Breslau, que, pelo decreto-lei estadual nº 516, de 27-02-1934, estava subordinado ao município de Hamônia. Pelo decreto-lei estadual nº 7, de 16-05-1935, o distrito Daldérgia voltou a denominar-se Nova Breslau, mas, três anos depois, pelo decreto-lei nº 86, de 31-12-1938, o distrito de Nova Breslau passou a denominar-se Getúlio Vargas.

⁴⁵¹ *Ibidem*, pp.58-59.

Considerando que esses fatos foram apurados em inquérito aberto na Delegacia de Ordem Pública e Social, em virtude de representação feita pela Inspetoria de Escolas Particulares e Nacionalização do Ensino, à Secretaria do Interior e Justiça (...)

Art. 1º – É fechado e interditado o internato dirigido por Christoff Knapper e situado na Alameda Rio Branco, da cidade de Blumenau, em prédio pertencente à comunidade Evangélica daquela cidade, devendo, de acordo com o art. 16 letra e, do decreto-lei nº 88 de 31 de março de 1938, ser apreendido todo o material escolar e didático nele existente.

Art. 2º – Sem prejuízo do processo criminal, que no caso couber, aplicará a Secretaria do Interior e Justiça as multas previstas em lei a Hermann Müller Hering, Christoff e Maria Knapper e Henrique Martins (ou Martius) e aos pais ou representantes legais dos menores internados no referido pensionato, que ficarão todos sujeitos ao dispositivo do art. 17, do decreto-lei nº 301, de 24 de fevereiro de 1939, enquanto as não satisfizerem.⁴⁵²

O fechamento da escola e a apreensão do material escolar foi um procedimento frequente, desde o início das primeiras ocorrências, porém, as punições aos professores, proprietários e diretores, como também aos pais dos alunos envolvidos com o pagamento de multas, foram estabelecidas somente a partir do decreto-lei nº 301. Os artigos, 10º e 11º estabeleciam multas, sendo possível dobrá-las em caso de reincidência.

A participação de religiosos estrangeiros e de escolas particulares, filiadas a entidades religiosas, não se constituíram casos isolados, sem contar alguns reincidentes. O professor Artur Ghahl já havia sido envolvido em caso semelhante, quando dirigiu a escola mista do Alto Baú na cidade de Itajaí, fechada em 20 de agosto de 1937, pelo decreto nº 330, por ensinar em língua estrangeira, sendo acusado de ação desnacionalizadora.⁴⁵³ Outro caso semelhante foi o do Instituto Nossa Senhora do Pronto Socorro, de iniciativa da religiosa Ida Kantz (Irmã Maria José) que tentou, através da fachada de um curso religioso e de trabalhos manuais, substituir um colégio particular que, no mesmo endereço, havia funcionado e fora fechado pelo decreto-lei nº88.⁴⁵⁴ O mesmo decreto-lei, em seu artigo 11º, proibia as escolas particulares de receberem incentivos individuais de instituições e de governos estrangeiros.

Embora mais numerosos, os alemães não foram os únicos a sofrerem restrições quanto ao uso da língua e ao direito de manifestarem seus costumes e tradições. Dentre os decretos, encontramos registros de tais proibições estendidos também aos italianos e seus descendentes, como mostra o decreto nº 2.320:

Considerando que, em diligência realizada pelo delegado de policia de Caçador e pelo inspetor escolar da 3ª circunscrição, ficou apurado que, mantido pelos

⁴⁵² Coleção de Decretos, Resoluções e Portarias de 1942, p.29.

⁴⁵³ Coleção de Decretos, Resoluções e Portarias de 1937, p.71.

⁴⁵⁴ Coleção de Decretos, Resoluções e Portarias de 1940, pp.386-387.

padres Antônio Lazzari, José Beti, Novarino Brusco e Albino Doná, todos de nacionalidade italiana, funciona na sede do município de S. Luiz, município de Caçador, um curso primário clandestino, onde se acham matriculados alunos brasileiros, menores de 14 anos;

Considerando que, além de serem estrangeiros os professores do referido curso, é neste ministrado o ensino de língua italiana, segundo foi apurado naquela diligência, ocasião onde também foram apreendidos livros didáticos escritos naquele idioma e usados pelos alunos do curso;

Considerando que os alunos, do curso primário, quer do curso ginásial mantidos pelos citados professores, sendo examinados pelo referido inspetor escolar, mostraram todos ter um acento italiano, o que evidencia a prática usual deste idioma;

Considerando que a escola regida por aqueles professores, segundo ficou apurado pela autoridade escolar, não possui Bandeira Nacional, mal sabendo os alunos cantar os hinos pátrios;

Considerando que a manutenção, no território nacional, do referido estabelecimento de ensino primário, revela que os seus professores, padre Antônio Lazzari, José Beti, Novarino Brusco e Albino Doná, são elementos nocivos à segurança nacional, não se lhes podendo, portanto, confiar à educação da juventude brasileira.⁴⁵⁵

Nesse momento, há uma mudança no discurso do Estado para com os estrangeiros e seus descendentes: se antes eram considerados suspeitos, agora, nos textos dos decretos, aparecem como “nocivos à segurança nacional”. Abaixo, o decreto nº 2131, de 30 de abril de 1942, alertando para o perigo do posicionamento político desses sujeitos:

Considerando que o professor Antônio Matarazzo. Com exercício no grupo escolar “Roberto Trompowsky”, na cidade de Cruzeiro, manifestou publicamente idéias simpáticas aos países totalitários;

Considerando que, no inquérito policial instaurado pela autoridade competente, declarou que “assumia a responsabilidade das conseqüências de seu gesto, nem oculta, nem nega, a sua simpatia pelo Eixo”;

Considerando que, detido, “não negou, antes reafirmou a sua simpatia pela causa totalitária, com insolente altivez”;

Considerando ser prejudicial à educação nacional a atitude desse professor;

Considerando que o citado professor foi nomeado em 25 de janeiro de 1941.

RESOLVE:

demitir Antônio Matarazzo das funções de professor do G. E. “Roberto Trompowsky”, da cidade de Cruzeiro.⁴⁵⁶

O desenrolar do conflito na Europa, a mudança na postura política do governo brasileiro frente aos países do eixo e a entrada do Brasil no conflito, determinou mudanças mais duras em sua política interna, no que tange ao tratamento aos estrangeiros. A língua deixou de ser a única preocupação no projeto de nacionalização, passando a dividir a atenção do Estado com os conteúdos ideológicos. O perigo alemão, alardeado também pela imprensa de Santa Catarina, deu forças ao projeto de

⁴⁵⁵ Coleção de Decretos, Resoluções e Portarias de 1942, pp.102-103.

⁴⁵⁶ *Ibidem*, p.99.

nacionalização, colocando as comunidades alemãs do Sul do país sob suspeita e vigilância.

Quanto ao perigo que a política do terceiro Reich representava, Campos alerta para certo exagero propagado por alguns políticos e pela imprensa em Santa Catarina. Entre os decretos pesquisados, encontramos poucos registros de manifestações a favor do nazifascismo. Um destes registros foi encontrado entre os decretos de 1942, ano em que o Brasil declarou guerra à Alemanha e à Itália.

Considerando que, pela inspetoria de Escolas Particulares e Nacionalização do Ensino, ficou apurado que Gentil Steiner, professora particular, na cidade de Joinville, leciona em língua alemã, fora do horário escolar, violando, assim disposições expressas do decreto-lei nº 88, de 31 de março de 1938;

Considerando que, na escola mantida por aquela professora, foram apreendidos livros didáticos e de propaganda nazista em língua alemã, conforme a relação enviada pelo inspetor escolar da 6ª circunscrição;

Considerando assim, que a professora Gentil Steiner é elemento nocivo a segurança nacional, não podendo, portanto, ser-lhe confiada a educação de brasileiros.⁴⁵⁷

O combate feito pelo governo brasileiro ao uso de línguas estrangeiras nas escolas localizadas em áreas de colonização estrangeira, não se limitou apenas ao período em que Getúlio Vargas esteve no poder. Essa preocupação já havia despontado, com menor intensidade, nas primeiras décadas do século XX. Em Santa Catarina, com a chegada de Vidal Ramos ao governo, em 1910, buscou-se amparar o sistema educacional no modelo paulista, idealizado por Orestes Guimarães. Tal modelo foi colocado em prática por seu próprio idealizador, primeiro na cidade de Joinville e, mais tarde, via reforma do ensino catarinense. No foco desse modelo estavam também os imigrantes e seus descendentes nacionais, em especial, os alemães e os italianos.

Interessante observarmos o ponto de inflexão colocado por Cynthia Machado Campos quanto a reversão das avaliações positivas a respeito dos imigrantes, vistos como mão de obra de boa qualidade e elemento de civilização – momento em que o discurso era-lhe favorável, momento em que o Brasil buscava por sua Redenção de Caim.⁴⁵⁸ Na medida em que a conjuntura política externa mudou, o discurso com relação aos imigrantes também mudou: “De colaboradores necessários à economia e à sociedade, boa parte deles passa à condição de inimigos, de partícipes da ameaça externa do nazismo e

⁴⁵⁷ Coleção de Decretos, Resoluções e Portarias de 1942. Decreto nº2755, p.178.

⁴⁵⁸ Aqui fazemos uma alusão à obra de Modesto Brocos e à política de embranquecimento.

do fascismo.”⁴⁵⁹ Tão contraditória quanto a nossa trajetória de tentativas de construir uma identidade, foi também o governo de Getúlio Vargas. Capelato relata:

O governo não admitia semelhança com os regimes nazi-fascistas, procurando enfatizar a originalidade do Estado Novo. Mas compartilhava muitas das ideias postas em prática nesses regimes: legislação social, propaganda política, representação corporativista, e até mesmo o anti-semitismo se fez presente em certas esferas, sobretudo na política de imigração.⁴⁶⁰

Há muito se sabe que nem o governo provisório, ou tampouco o Estado Novo, devem ser tomados para análise como períodos homogêneos. Ainda segundo Capelato,

Mas, a mudança política produziu um redirecionamento do conceito de democracia norteada por uma concepção particular de representação política e de cidadania; a revisão do papel do Estado se complementou com a proposta inovadora do papel do líder em relação às massas e a apresentação de uma nova forma de identidade nacional: a identidade nacional coletiva.⁴⁶¹

Nesta Democracia, não havia espaço para os diversos modos de atividades, de comportamentos e de crenças, pois se silencia o conflito, persegue-se um ideal (o homogêneo) sujeitando o indivíduo às vontades do Estado, pois é ele que assinala seu grupo, seu nome e seu lugar no mundo.⁴⁶²

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Figura encantadora, mulher admirável... Estes são apenas alguns dos epítetos que, durante a pesquisa e a escrita deste estudo, ouvi de muitas pessoas pelos lugares onde passei. A trajetória de Antonieta de Barros realmente causa admiração e espanto. Como não admirar uma mulher negra, pobre, filha e neta de ex-escravas e que alcançou os objetivos a que se propôs? Projetou-se em alguns espaços públicos, até então dominados por homens, como os jornais e a Assembleia Legislativa Estadual, como também fez da educação o principal meio para atingir a ascensão social. Sua luta a favor da educação,

⁴⁵⁹ CAMPOS, Cynthia Machado. *A política da língua na Era Vargas...*, p.14.

⁴⁶⁰ CAPELATO, Maria Helena. O Estado Novo: o que trouxe de novo? In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O Brasil Republicano...* p.135.

⁴⁶¹ *Ibidem*, p.110.

⁴⁶² LEFORT, Claude. *Pensando o político. Ensaios sobre democracia, revolução e liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

principalmente a feminina, deu a ela o lugar simbólico que ocupa hoje na história e na memória oficial.

A admiração não foi o que me moveu nesta pesquisa, mas, sim – como professora e pesquisadora interessada nas experiências dos afrodescendentes – fui movida pelo interesse em descobrir os caminhos e as escolhas que Antonieta de Barros fez, ou teve que fazer, em sua trajetória de vida. O estudo intitulado “Antonieta de Barros: educação, gênero e mobilidade social em Florianópolis na primeira metade do século XX” trata disso, de escolhas que fazemos.....

No decorrer desta tese, buscamos responder à seguinte questão: quais os caminhos escolhidos por Antonieta de Barros para romper os limites sociais e culturais impostos a ela, em sua busca por ascensão social? A hipótese de que Antonieta de Barros fez escolhas que a levaram a defender os interesses da classe dominante – do grupo político ao qual pertencia – e que passou a ocupar o poder no Estado a partir da Revolução de 30, confirmou-se ao longo dos cinco capítulos aqui apresentados. Antonieta foi propagandista do projeto político do governo de Getúlio Vargas e, ao lado de Nereu Ramos, ajudou a defendê-lo e a pô-lo em prática. Entretanto, vale lembrar que Antonieta não era uma intelectual tradicional, pois não pertencia a classe que representava, ela compunha um estrato médio que se propôs a contribuir para a hegemonia de um grupo social.

Outras questões de menor vulto, mas fundamentais para a construção deste nosso trabalho, foram também respondidas como, por exemplo: – Construir uma imagem respeitável de si teria sido uma tática articulada por Antonieta? Defendemos que sim, pois, diante do forte preconceito contra a atuação das mulheres (tanto aquele de base machista, como o de cor), não lhe foram dadas alternativas que não fossem elaborar táticas para romper os limites sociais e culturais impostos a ela, na busca por ascensão social.

Para responder à hipótese colocada acima, como às demais questões elencadas, foi preciso refazer parte de sua trajetória de vida. Antonieta de Barros nasceu no primeiro ano do século XX, distante menos de duas décadas do fim da escravidão, condição que sua mãe, Catharina, e a avó, Maria, conheceram como cativas em Lages. A menina Antonieta ingressou cedo em uma escola particular em Florianópolis, neste momento sua mãe trabalhava como empregada doméstica, na casa da família do político Vidal Ramos.⁴⁶³ O político lageano foi eleito em 1886 para Deputado na Assembleia Provincial

⁴⁶³ Jornal *AN Capital*, 11 de julho de 2001, 01. Ver também: PIAZZA, Walter Fernando. *Dicionário Político Catarinense*. Florianópolis: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, 1985.

e, em 1894, para Deputado Estadual, o que nos indica que o mesmo já se encontrava na capital no final do século XIX, embora não saibamos se acompanhado de toda a família, pois já era casado com Teresa Fiúza Ramos.

Difícil datar o momento em que as relações de sociabilidade foram construídas entre Catharina, sua família e os Ramos. Acreditamos que o fato da ex-cativa Catharina, ter trabalhado como empregada doméstica, na casa dos Ramos, tenha favorecido essa aproximação, embora não descartamos a hipótese de que essas relações possam ter-se iniciado ainda em Lages, onde, até 1881, Catharina era cativa de Lourenço Waltrich, com quem a família Ramos mantinha relação de compadrio, conforme evidenciamos nos registros de batismos.

Nos registros de batismos dos filhos de Catharina, constatamos que ela já possuía uma filha em Lages. Entretanto, nos registros de batismo da Igreja Matriz da capital constatamos que Catharina batizou um segundo filho em 1897, o que confirma sua presença nessa cidade. A ex-cativa residia em modesta casa no centro de Florianópolis, na Rua Arciprestes Paiva, próxima à igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, da Igreja Matriz Nossa Senhora do Desterro e do Palácio do Governo. Não descartamos a hipótese de que Antonieta e mesmo seus irmãos possam ser frutos de relações consensuais. Por meio dos retratos observamos diferenças na tez de Antonieta, mais clara que a de sua mãe e sua irmã Leonor, este fato nos levou a aventar a possibilidade de que a cronista tenha tido por pai, um homem branco. O branqueamento em muitos momentos se revelou como tática lançada por muitas mulheres, cativa ou não, como forma de inserir seus filhos em uma sociedade hierarquizada pela cor. O esforço em manter a paternidade de Antonieta em segredo leva a muitas especulações, inclusive a de que a identidade paterna poderia estar atrelada a um nome ou a uma família importante no cenário público estadual.

Desde que ingressou na escola, aos cinco anos de idade, Antonieta só saiu ao concluir os estudos na Escola Normal, em 1921, aos 20 anos de idade. Depois, como professora, talvez nunca tenha saído da sala de aula. Desde muito jovem buscou inserir-se na vida pública, ainda em meados da década de 20, seja em sua militância pela educação no Centro Cívico das Normalistas, na Liga do Magistério, no Centro Cívico José Boiteux, além dos jornais. Também esteve presente nas atividades organizadas pelo Centro Catarinense de Letras, onde teve a companhia de outros escritores, dentre os quais

homens negros e mulheres, todos excluídos da Academia Catarinense de Letras. Neste momento Antonieta já está próxima de Nereu Ramos, pois o nome deste político, bem como o apoio público de seu pai à criação do Centro, aparecem nos jornais e entre a produção historiográfica local.

Em 1930, após a Revolução de Outubro, Antonieta passou a figurar entre os colunistas do jornal *República*, órgão que pertencia aos políticos republicanos e que, após a mudança nos rumos políticos, passou a ser propriedade de Nereu Ramos, mantendo-se a serviço do Partido Liberal (até 1937), o mesmo partido a que Antonieta se filiou para concorrer às eleições em 1934. Pelas páginas do *República* demonstrou apoio incondicional à política do Partido Liberal e de Nereu. Ao mesmo tempo, Antonieta passou a construir o seu público leitor, falando principalmente às mulheres e às classes sociais, por meio de um discurso que articulava os valores éticos, morais e cristãos aos problemas sociais, e à necessidade da mudança pelos caminhos apontados pela política do governo provisório. No centro do seu discurso estavam as questões relacionadas à educação feminina como forma de aquilhoar mobilidade social e trabalho.

Por seu esforço e pelas relações construídas, Antonieta conseguiu trilhar um caminho fechado a muitas mulheres, o da política. Antes disso, ingressou na carreira de professora primária, assim como muitas mulheres em condição igual a dela, que viram na educação a possibilidade de conquistar a ascensão social. Ao lado da irmã, fundou sua própria escola e deu aulas, como voluntária, a alunos das classes populares, embora tenha educado também os filhos da elite.

Em seus escritos, percebe-se que Antonieta mantinha-se atenta às mudanças sociais. Seus discursos apresentavam-se pontuados pelas orientações políticas do partido que se filiou e defendeu. A partir da nomeação de Nereu Ramos para interventor do Estado, manteve-se fiel à política dele e de Vargas.

Em muitos momentos, Antonieta mostrou-se contraditória e ambígua: era a favor da ampliação da educação feminina, do voto e da inserção das mulheres no mercado de trabalho; reivindicou a equiparação salarial entre homens e mulheres e denunciou o machismo e a exclusão das mulheres do ensino superior. Porém, ao mesmo tempo, posicionou-se contrária às atitudes libertárias de algumas mulheres do movimento feminista que buscavam romper com os papéis normativos, bem como, em muitos momentos, chegou a defender, por meio de seus discursos, que a missão sagrada da mulher era a escola e o lar/família.

Sua postura conservadora, (dada por sua formação tradicional, onde os rigorosos valores morais e cristãos formavam a base de seu pensamento), não lhe permitiu libertar-se do preconceito atávico. Em muitos momentos reproduziu o discurso da elite em relação às mulheres, mantendo a hierarquia social, por meio de modelos educacionais distintos: para as filhas da elite, uma educação tradicional e conservadora, mantenedora dos valores e costumes da classe, e, para as mulheres das classes populares, a educação para o trabalho.

Antonieta não reproduziu a mesma verve observada nos discursos dos jornais, em espaços como o do Colégio Coração de Jesus, e do Instituto de Educação da Capital. A educadora modulou seu discurso a um tom que agradasse tanto à elite quanto ao governo. O curioso é que, mesmo a educação para as filhas da elite pouco promovia de emancipação feminina, visto que era uma educação para a formação de professoras, mães e donas de casa instruídas. Para as mulheres das classes populares, matriculadas na Escola Profissional Feminina, garantiam-se os ofícios manuais e a instrução mínima necessária para serem exímias donas de casa e mães zelosas.

Antonieta manteve-se distante das discussões em torno da identidade nacional atrelada às questões raciais, tema que, aliás, abordou uma única vez, quando foi agredida por Oswaldo Cabral nas páginas do jornal *O Estado*. A cor e o preconceito racial não foram suas bandeiras. Naquele momento, buscava-se construir uma identidade única e homogênea e, portanto, o “diferente”, fosse descendente de africanos ou imigrante europeu, era preciso abafar, nem mesmo a via da mestiçagem, oferecida em 1933 por Gilberto Freire, foi aventada por Antonieta em seus discursos.

As reflexões filosóficas de Antonieta evidenciavam a sua desconfiança no discurso de civilização e de progresso. Com a crise do pensamento liberal, após 1929, um forte sentimento de desconfiança se abateu sobre muitos países. A ascensão de governos autoritários e centralizadores foi receita seguida por muitos países, inclusive o Brasil. Sua crença em valores humanistas, morais e religiosos, deram a ela base para a sua crítica ao individualismo. Porém a crítica não era desinteressada, mas, sim, pensada em sintonia com o projeto político do governo de Getúlio Vargas, no qual o controle das massas passava pela construção do sentido de coletividade, e não de cidadania.

Suas colunas, intituladas *Do meu Canto*, e *Farrapos de Idéias*, passam-nos a impressão de uma postura *outsiders*, de quem se colocava à distância para escrever, minimizando a sua importância ou querendo passar esta ideia, o que nos levou a perceber que, em determinados momentos, Antonieta assume o lugar de vítima em seu próprio

discurso, sobretudo quando faz referências às mulheres como a mais sacrificada metade do gênero humano, dentro da vida.

Antonieta nasceu pobre, provavelmente fruto de uma relação consensual, mas a paternidade negada não a impediu de alcançar, por outros caminhos, a ascensão social, tornando-se uma mulher de classe média, culta e educada dentro dos padrões dessa classe, com seus códigos de postura e de valores.

A memória das experiências de vida de Antonieta foi apropriada e resignificada tanto pela elite local, quanto pelos afrodescendentes. Para ambos, Antonieta representa um exemplo de mulher forte, que lutou contra a discriminação racial e o preconceito contra as mulheres, fazendo da educação a sua principal bandeira. Em sua trajetória, fez-se sozinha, pelo esforço próprio.

O interessante é que, em ambos os lados, não há questionamentos quanto ao seu posicionamento político, seu silenciamento quanto a cor, tampouco sobre o tipo de educação que advogou para as mulheres, em especial para aquelas das classes populares. Mesmo as produções mais recentes ainda continuam vendo Antonieta como uma figura mitificada, um ícone, o que impede de ver as contradições e as ambiguidades que habitam qualquer ser humano.

Ao longo deste estudo, buscamos sentir com os sentimentos de outras pessoas e tentamos compreender a trajetória de uma vida no tempo que lhe foi dado a viver. Procuramos discutir as intervenções que Antonieta protagonizou no mundo público de sua época, com os recursos de que dispunha. Evidenciamos as disposições de Antonieta em viver segundo as exigências de seu tempo e não de acordo com as do nosso tempo.

Antonieta, para nós, foi uma mulher que, vivendo em uma sociedade desigual – marcada pela discriminação racial, que hierarquizava as relações sociais, e pelo preconceito contra as mulheres, principalmente aquelas que não cultivavam as virtudes e os valores morais e cristãos – fez escolhas próprias que, naquele momento, poderiam lhe oferecer ascensão social e, assim, prover sua família, principalmente sua mãe.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBERTO, Paulina L. *Term of inclusion. Black intellectuals in twentieth-century Brazil*. The University of North Carolina: Press Chapel Hill, 2011.

ALMEIDA, Carolina Soares. *Final da década de XX em Florianópolis: a construção do Miramar e a urbanização da cidade*. Revista Catarinense em História. Florianópolis, UFSC, v. 1, nº1, 2008.

ANDREWS, George R. *Negros e brancos em São Paulo, (1888 -1988)*. Bauru, SP: EDUSC, 1998.

ARENDDT, Hannah. *As Origens do totalitarismo*. Tradução Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

_____. *Entre o passado e o futuro*. 5ª edição e 2ª reimpressão. São Paulo: Editora Perspectiva, 2003.

BAHIA, Juarez. *Jornal, História e Técnica: história da imprensa brasileira*. Vol. I. 4ª Ed. Rev. São Paulo: Ática, 1990.

BESSE, Susan K. *Modernizando a Desigualdade: Reestruturação da Ideologia de Gênero no Brasil, 1914-1940*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999.

BITTENCOURT, Vanessa Amorim. *As imagens femininas representadas no jornal Penna, Agulha e Colher 1917-1919*. (Trabalho de Conclusão de Curso em História). Centro de Ciências da Educação. Departamento de Estudos Geo-Históricos. Florianópolis: UDESC, 2005.

BORGES, Maria Eliza Linhares. *História & fotografia*. 2ª edição. Belo Horizonte Autêntica, 2008.

BOSI, Alfredo. *História concisa da literatura brasileira*. 42 edição. São Paulo: Cultrix, 1994.

CABRAL, Oswaldo Rodrigues. *Nossa Senhora do Desterro*. Notícia. Florianópolis: Lunardelli, 1979.

CABRAL, Oswaldo Rodrigues. *Santa Catarina: história – evolução*. São Paulo: Companhia Editorial Nacional, 1937.

_____. *A vitória da colonização açoriana*. *Cultura Política*. Revista mensal de estudos brasileiros. Rio de Janeiro, n.7, separata, set. 1941.

_____. *Medicina, médicos e charlatões do passado*. Santa Catarina: Departamento Estadual de Estatística, 1942.

_____. [et al.] *História de Santa Catarina*. Volumes, 1, 2, 3 e 4. Curitiba: Grafipar, 1970.

_____. *Nossa Senhora do Desterro*. Volumes 1 e 2: Notícia. Volume 2: Memória. Florianópolis: Lunardelli, 1979.

CAMPOS, Cynthia Machado. *A política da língua na Era Vargas. Proibição do falar alemão e resistências no Sul do Brasil*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2006.

_____. *Santa Catarina, 1930: da degenerescência à regeneração*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2008.

CAPELATO, Maria Helena. O Estado Novo: o que trouxe de novo? In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O Brasil Republicano. O tempo do*

nacional-estatismo – do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo. Vol.2 Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CARDOSO, Fernando Henrique. *Negros em Florianópolis: relações sociais e econômicas*. Florianópolis: Insular, 2000.

CARDOSO, Paulino de Jesus Francisco. *Negros em Desterro: experiências de populações de origem africana em Florianópolis na segunda metade do século XIX*. Itajaí: UDESC; Casa Aberta, 2008.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de; PINTASSILGO, Joaquim. (Orgs). *Modelos Culturais, saberes pedagógicos, instituições educacionais*. São Paulo: Edusp, 2011.

CAULFIELD, Sueann. *Em defesa da Honra, moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro (1918-1940)*. Campinas: Editora da Unicamp, 2000.

CERTEAU, Michel de. *A escrita da História*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

CHAUÍ, Marilena; FRANCO, Maria Silvia de Carvalho. *Ideologia e mobilização popular*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

CORREA, Humberto P. *História de Florianópolis - Ilustrada*. 3ªed. Florianópolis: Insular, 2005.

CUNHA, Maria Teresa Santos. “Centelhas de Idealismo” O “ser professora” nos discursos de formatura do Curso Normal: A voz das oradoras. Florianópolis, 1945-1960. In: SCHEIBE, Leda; DAROS, Maria das Dores Daros. (Orgs). *Formação de professores em Santa Catarina*. Centro de Ciências da Educação. Núcleo de Publicações – NUP, 2002.

DIAS, Maria Odila Leite da. Hermenêutica do cotidiano. In: *Revista Projeto História*. São Paulo, nº17, Nov/1998.

DOMINGUES, Petrônio. Um “tempo de luz”: Frente Negra Brasileira (1931-1937) e a questão da educação. *Revista Brasileira de Educação*. V.13, n.39, set./dez. 2008.

DUTRA, Eliana de Freitas. *O ardil totalitário. Imaginário político no Brasil dos anos de 1930*. 2ª edição. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2012.

ELIAS, Norbert. *O processo civilizador*. Vol. I. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

OLIVEIRA, Eliana de. *O processo de produção da profissão docente: profissionalização, prática pedagógica e associativismo dos professores públicos primários de Minas Gerais 1871-1911*. (Dissertação de Mestrado em Educação) Programa de Pós-Graduação em Educação. Belo Horizonte UFMG, 2011.

ESPÍNDOLA, Elizabete Maria. *Cruz e Sousa. Modernidade e mobilidade social nas duas últimas décadas do século XIX*. (Dissertação de Mestrado). Programa de Pós-Graduação em História. São Paulo: PUCSP, 2006.

FRAGA FILHO, Walter. *Encruzilhadas da liberdade: história de escravos e libertos na Bahia (1870-1910)*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2006.

FILHO, Celso Ramos. *Coxilha Rica: a genealogia da família Ramos*. Florianópolis: Editora Insular, 2002.

FIORI, Neide Almeida. *Aspectos da evolução do ensino público: ensino público e política de assimilação cultural no Estado de Santa Catarina nos períodos Imperial e Republicano*. 2ª edição Rev. Florianópolis: Editora da UFSC; Secretaria da Educação do Estado de Santa Catarina, 1991.

FONTÃO, Luciene. *Nos passos de Antonieta. Escrever uma vida*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Literatura. Centro de Comunicação e Expressão. UFSC. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2010.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

FURTADO, Júnia Ferreira. *Chica da Silva e o Contratador dos Diamantes: o outro lado do mito*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

GARCIA, Fábio. *Negras Pretensões. A presença de intelectuais, músicos e poetas negros nos jornais de Florianópolis e Tijucas no início do século XX*. Florianópolis: Editora Umbutu, 2005.

GRAHAM, Sandra L. *Proteção e obediência: criadas e seus patrões no Rio de Janeiro, 1860-1910*. São Paulo. Companhia das Letras, 1992.

GOMES, Ângela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. 3ª edição. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

GONÇALVES, Andréa Lisly. *História & gênero*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

HALL, Stuart. *A Identidade Cultural na Pós-modernidade*. 11ª edição. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2006.

HOLLANDA, Heloisa Buarque de. Os estudos sobre mulher e literatura no Brasil: uma primeira avaliação. In: COSTA, Albertina; BRUSCHINI, Cristina. *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992.

JÚLIO, Kelly Lislie. *Práticas educativas e sociabilidades: mulheres forras em São João Del-Rei e São José Del-Rei 1808-1841*. (Dissertação de Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Educação. Faculdade de Educação. Belo Horizonte: UFMG, 2007.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado. Contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto, Editora da PUCRIO, 2006.

LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo enxada e voto*. 4ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

MATTOS, Hebe Maria de. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista*. Brasil século XIX. 2ª edição Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

_____. *Escravidão e cidadania no Brasil Monárquico*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

MATTOSO, Kátia Maria de Q. *Bahia século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.

MEIRINHO, Jali. *República e oligarquia: subsídios para a história catarinense: 1889-1930*. Florianópolis: Insular, 1997.

NASCIMENTO, Cecília Vieira do. *Caminhos da Docência. Trajetórias de mulheres professoras em Sabará - Minas Gerais (1830-1904)*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação. UFMG Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2011.

NEKEL, Roselane. *A República em Santa Catarina. Modernidade e exclusão*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2003.

NÓBREGA, Paulo de. Escola Normal, Ciência e Nacionalidade na Primeira República. In: SCHEIBER, Leda; DAROS, Maria das Dores. (Orgs). *Formação de professores em Santa Catarina*. Núcleo de publicações – NUP. Centro de Ciências da Educação. Florianópolis, UFSC, 2002.

NUNES, Karla D. *Antonieta de Barros: uma história*. (Dissertação de Mestrado em História) Programa de Pós-Graduação em História. Florianópolis: UFSC, 2001.

OLIVEIRA, Eliana de. *O processo de produção da profissão docente: profissionalização, prática pedagógica e associativismo dos professores públicos primários de Minas Gerais 1871-1911*. (Dissertação de Mestrado em Educação) Programa de Pós-Graduação em Educação. Belo Horizonte: UFMG, 2011.

PÉCAUT, Daniel. *Os intelectuais e a política no Brasil. Entre o povo e a nação*. São Paulo: Editora Ática, 1990.

PEDRO, Joana Maria. *Nas tramas entre o público e o privado*. A imprensa de Desterro no século XIX. Florianópolis: Editora da UFSC, 1995.

_____. *Mulheres honestas e mulheres faladas. Uma questão de classe*. 2ª edição, editora Da UFSC: Florianópolis, 1998.

_____. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. In: *Revista História*. São Paulo, v.24, N.1, 2005.

PEREIRA, Lucésia. *Florianópolis, década de trinta: ruas, rimas e desencantos na poesia de Trajano Margarida*. (Dissertação de Mestrado). Programa de Pós-Graduação em História – Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Florianópolis: UFSC, 2001.

PIAZZA, Walter Fernando. *Santa Catarina: sua história*. Florianópolis: Ed. da UFSC/Editora Lunardelli, 1983.

_____. *O poder legislativo catarinense: das suas raízes aos nossos dias (1834 - 1984)*. Florianópolis: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, 1984.

_____. *Dicionário Político Catarinense*. Florianópolis: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, 1985.

PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria. *Nova História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Editora Contexto, 2012.

RAGO, Margareth. Entre o anarquismo e o feminismo: Maria Lacerda de Moura e Luce Fabbri. In: *Verve Revista*. Núcleo de Sociabilidade Libertária Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da PUCS, Abril de 2012.

SANTOS, Jailson Alves. A trajetória da educação profissional. In: LOPES, Eliane Marta T.; FARIA FILHO, Luciano Mendes; VEIGA, Cynthia Greive. *500 anos de educação no Brasil*. 5ª edição. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

VIEIRA, Amazile de Hollanda. *O Instituto Polytechnico no contexto sócio-cultural de Florianópolis*. Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-Graduação em História, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2002.

RAMA, Angel. *Literatura e Cultura na América Latina*. São Paulo: Edusp, 2001.

RESENDE, Maria Efigênia Lage de. O processo político na Primeira República e o liberalismo oligárquico. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *O Brasil Republicano. O tempo do liberalismo excludente. Da proclamação da República à Revolução de 1930*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

ROUSSEAU, Jean-Jaques. Emílio ou Da Educação. In: BANDINTER, Elisabete. *Um amor conquistado: o mito do amor materno*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1992.

SACHET, Celestino; SOARES, Iaponan. *Presença da literatura catarinense*. Florianópolis: Ed. Lunardelli, 1989.

_____. *A Literatura de Santa Catarina*. Florianópolis/SC: Ed. Lunardelli, 1979.

SANTOS, Antônio José dos. *Prisioneiros da História*. Trajetórias intelectuais da imprensa negra meridional. (Tese de Doutorado). Programa de Pós Graduação em História. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Porto Alegre. PUCRG, 2011.

SCHEIBER, Leda; DAROS, Maria das Dores. (Orgs). *Formação de professores em Santa Catarina*. Núcleo de publicações – NUP. Centro de Ciências da Educação. Florianópolis, UFSC, 2002.

SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena Maria B; COSTA, Vanda Maria Ribeiro. *Tempos de Capanema*. São Paulo: Paz e Terra: Fundação Getúlio Vargas, 2000.

SILVA, Alberto Nicolich. *Ruas de Florianópolis*. Florianópolis: Franklin Cascaes, 1999.

SILVA, Josefina da. Antonieta de Barros – *Maria da Ilha: Discurso e Catequese*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Literatura. Centro de Comunicação e Expressão. UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis: 1991.

SLENES, Robert W. *Na senzala, uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava*. Brasil, Sudeste século XIX. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

SOARES, Magda. *Letramento: um tema em três gêneros*. 2ª edição. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

NÓBREGA, Paulo de. Escola Normal, Ciência e Nacionalidade na Primeira República. In: SCHEIBER, Leda; DAROS, Maria das Dores. (Orgs). *Formação de professores em Santa Catarina*. Núcleo de publicações – NUP. Centro de Ciências da Educação. Florianópolis, UFSC, 2002.

VEIGA, Eliane Veras da. *Florianópolis: Memórias Urbanas*. 3ª edição. Florianópolis: Fundação Franklin Cascaes, 2010.

VIDA, Diana Gonçalves. Escola Nova e processo educativo. In: LOPES, Eliana Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes; VEIGA, Cynthia Greive. *500 anos de educação no Brasil*. 5ª edição. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

WILLIAMS, Raymond. *Marxismo e literatura*. Rio de Janeiro, Zahar editores, 1979.

LISTA DE FONTES

BIBLIOTECA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA:

Coleções de Decretos, Resoluções e Portarias do Estado de Santa Catarina.

Educação Popular. *Movimento do ano letivo de 1935*. Departamento de Educação. Estado de Santa Catarina, 1936.

JORNAIS:

O Elegante

O Estado

O Idealista

A Gazeta

AN Capital
A Pátria
Folha Acadêmica
Folha Rósea
República
A Semana

OBRAS LITERÁRIAS E MEMORIALISTICAS:

ILHA, Maria da. *Farrapos de Idéias*. 2ª Ed. Florianópolis: ETEGRAF, 1971.

JUNIVAL, Ildefonso. *Contos de Natal*. Florianópolis, 1939.

MARGARIDA, Trajano. *A Pátria e o sorteado. Poemeto patriótico*. Florianópolis: Oficinas Gráficas d'A. PHENIX, 1917.

RAMOS, Nereu. *Discursos*. Florianópolis: gráfica oficial do Estado de Santa Catarina, 1943.

REGISTROS ECLESIASTICOS:

Livro de Batismo do ano de: 1899 a 1902. Arquivo da Cúria Metropolitana de Florianópolis.

Livro de Registro de Batismo de 1863 a 1865. Arquivo da Igreja Nossa Senhora dos Prazeres. Lages, Santa Catarina.

Livro de Registro de Batismo de 1886 a 1891. Arquivo da Igreja Nossa Senhora do Desterro. Florianópolis, Santa Catarina.

Livro de Registro de Batismo de 1897 a 1899. Arquivo da Igreja Nossa Senhora do Desterro. Florianópolis, Santa Catarina.

FONTES IMAGÉTICAS:

Acervo histórico e imagético da Assembleia do Estado de Santa Catarina.

Acervo histórico e imagético da Casa da Memória.

Acervo histórico e imagético do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina.

ACERVO HISTÓRICO DO MUSEU THIAGO DE CASTRO EM LAGES:

Inventário de Lourenço Waltrich e Nascimento Ribeiro de Andrade.

OUTROS APORTES:

Plano Nacional de microfilmagem de periódicos brasileiros. Biblioteca Nacional.
<http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>

Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial 1891-1940.

